

Angélica Bogatzky Ribeiro

**A REENCARNAÇÃO E SUA INTERFACE COM A
BIOÉTICA**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Bioética do Centro
Universitário São Camilo, como exigência
parcial à obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. William Saad Hossne
Co-orientador: Prof. Dr. Franklin Leopoldo
e Silva

São Paulo

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Pe. Inocente Radrizzani

Ribeiro, Angélica Bogatzky

A reencarnação e sua interface com a bioética / Angélica Bogatzky

Ribeiro. – São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2009.

230p.

Orientação de William Saad Hossne e Franklin Leopoldo e Silva

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário São Camilo, Mestrado em Bioética, 2007.

1. Bioética 2. Reencarnação 3. Ética 4. Ciência I. Hossne, William Saad II. Leopoldo e Silva, Franklin III. Centro Universitário São Camilo IV. Título

Angélica Bogatzky Ribeiro

**A REENCARNAÇÃO E SUA INTERFACE COM A
BIOÉTICA**

São Paulo, de de 2009

Orientador: Prof. Dr. William Saad Hossne

Professor Examinador

Professor Examinador

Dedicatória

Aos grandes Mestres da Humanidade...
Por toda a sabedoria encerrada nos seus ensinamentos.

Ao Mestre dos mestres, Jesus de Nazaré...
Manancial de amor a iluminar o mundo.

Ao Dr. Bezerra de Menezes e demais amigos espirituais...
Que têm sustentado as sinceras intenções de minha alma.

Ao amor de minha vida, Ademir Narcizo
Companheiro e amigo de todas as horas.

À Giovana e Júlia, filhas queridas de meu coração
Revelações de Amor que diariamente dão significado à minha existência.

Agradecimentos

Inicialmente, agradeço aos queridos amigos da Associação Médico-Espírita de Santos, que acalentaram em mim o sonho de “bioetizar” rumo ao encontro da essência espiritual de cada existência: Dr. José Nilson Nunes Freire, Dr. Décio Iândoli Jr., Dra. Márcia Regina Colasante Salgado, Dr. Ricardo Sallum, Dr. Flávio Fiorda Braun, Giovana Teixeira Campos, Célia Maria Patriani Justo; Dr. Fernando Augusto Garcia Guimarães; Anahir(Naíta) e Tânia Benete. Que o sincero sentimento de amor e amizade, acalentado no meu coração, possa contribuir por tornar mais bela a vossa caminhada rumo ao Pai.

Estendo o meu agradecimento aos amigos que se empenharam em emprestar-me livros, textos, artigos etc. Dentre eles, lembro com carinho os amigos Dr. Diógenes Caetano, Dra Dione Batista, Rosa Chen, Simone Quidicomo e o casal Marcelo e Andréa Rodrigues.

Agradeço, com carinho, à querida amiga Maria de Fátima Vaz Rodrigues e ao amigo Fernando Morando, por avaliarem parcialmente o meu trabalho e sugeriram algumas mudanças necessárias, assim como a todos os grandes amigos que têm me incentivado no dia a dia, confiando na nobreza de minhas intenções, compartilhando das minhas ansiedades e da construção dos pensamentos por ora edificados.

De forma especial, destaco e agradeço os prestimosos amigos, Maria Fernanda Feijó e Ademilson Pereira; ela, pela inestimável ajuda no inglês; ele, pela importante contribuição na revisão gramatical e ortográfica desse trabalho.

Agradeço sinceramente ao generoso amigo, Prof. Dr. Dalton Luis de Paula Ramos que, tendo me acolhido nas reuniões de Bioética, na Faculdade de Odontologia da USP, no ano de 2007, oportunizou-me experiências grandiosas nas aquisições da alma, impulsionando-me rumo ao Mestrado.

Com especial carinho, agradeço ao querido Mestre e Orientador desse trabalho, Prof. Dr. William Saad Hossne, por favorecer, com sabedoria e nobreza, as condições necessárias ao meu aprendizado e evolução, nesses dois anos de harmoniosa convivência; por doar, com alegria, de seu tempo e de sua experiência; por demonstrar amor e responsabilidade, ao refletir a Ética na Ciência, e por exemplificar a Grandeza de Espírito necessária aos Homens de Bem, compartilhando com generosidade as conquistas morais de toda uma existência.

Estendo o meu agradecimento sincero ao Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva, que acolheu as inquietações filosóficas de minha alma ao aceitar ser o meu Co-orientador, mesmo sabendo de minhas limitações no campo das Ciências Humanas, tornando possível o desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço também aos estimados Professores e queridos colegas da IV Turma de Mestrado de Bioética do Centro Universitário São Camilo, por transformarem os anos laborados em minutos prazerosos de muita amizade e extremo aprendizado.

Agradeço aos funcionários do Centro Universitário São Camilo, sempre prestimosos e gentis, aproveitando a oportunidade para prestar sincera homenagem à Secretária Lúcia Bonilha, por sua competência, amizade e dedicação.

Por fim, agradeço aos queridos de meu coração: de forma especial ao meu marido Ademir Narcizo e às minhas filhas Giovana e Júlia, por aceitarem e respeitarem os caminhos escolhidos por mim, nessa jornada particular em direção ao Pai, e por me sustentarem, com extremado amor, nos momentos de maior dificuldade.

Aos queridos pai Hamilton e mãe Glória, agradeço a existência e, aos meus queridos irmãos, a convivência amorosa dos anos laborados em família: Hamilton Joseph, Siomára, Rodolfo, Marcelo, Cristiane e Daniela. Que possamos sempre estar unidos espiritualmente pelo amor.

Επίγραφε

“Sede vós, pois, perfeitos,
como é perfeito o vosso Pai celestial.”

Jesus de Nazaré / Mt, 5.48

RIBEIRO, Angélica Bogatzky. **A Reencarnação e sua interface com a Bioética**. São Paulo: 2009. 242p. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Centro Universitário São Camilo.

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a Bioética é um movimento essencialmente pluralista, que respeita linhas diversas de pensamentos na busca da melhor conduta frente aos avanços da ciência, foi objetivo desse trabalho questionar se a Reencarnação, seja em sua essência doutrinária ou filosófica, ou em sua figuração como hipótese científica de uma lei biológica, poderia ou não ser modelo para reflexões bioéticas. Para isso, partindo-se do estudo sistemático, analítico e crítico de obras literárias franca ou conceitualmente reencarnacionistas, houve a preocupação de investigar a essência ética das principais doutrinas que tratam da Reencarnação: Civilização do Antigo Egito; Hinduísmo; Budismo; Taoísmo; Gnosticismo Cristão; Filosofia Pitagórica e Platônica da Grécia Antiga; Filosofia de Leibniz e Espiritismo de Kardec na Idade Moderna. Estabelecida a relação entre a essência do pensamento reencarnacionista e a ética, baseada, sobretudo, na crença da Imortalidade das Almas, na Pluralidade das Existências e na lei cármica de causa e efeito, segundo a Justiça Divina, houve o cuidado de levantarem-se pesquisas científicas sobre fatos e fenômenos inexplicáveis pela ciência vigente, que suscitaram utilizar-se da hipótese de Reencarnação ou Imortalidade das Almas para explicação conveniente dos resultados encontrados, como Lembranças de Vida Passada, Experiência de Quase Morte e Fatos Espíritos. A partir daí, o trabalho verteu pela Bioética, na busca de pontos de possível interface entre a Reencarnação e os Princípios e Referenciais Bioéticos. Concluiu-se que a Reencarnação oferece uma base filosófica, científica e doutrinária sustentável, com vistas a um possível e eventual reconhecimento conceitual e prático pela Bioética.

Palavras-chave: Bioética; Reencarnação; Ética; Ciência.

RIBEIRO, Angélica Bogatzky. **Reincarnation and its interface with Bioethics**. São Paulo: 2009. 242p. Dissertation (Master in Bioethics) – Centro Universitário São Camilo.

ABSTRACT

Assuming that Bioethics is an essentially pluralistic movement, which respects different lines of thoughts in the search of a better approach to the advances in science, the purpose of this work was to investigate if Reincarnation, be it in the doctrinaire or philosophical essence, or in its role as a scientific hypothesis of a biological law, could or could not be considered as a bioethical model in bioethical reflections. To this end, based on systematic, analytical and critical study of plainly or conceptually reincarnationist literary works, a major concern was to investigate the ethical essence of the main doctrines that deal with Reincarnation, namely: Ancient Egypt Civilization; Hinduism; Buddhism; Taoism; Christian Gnosticism; Pythagorean and Platonic Philosophy of Ancient Greece; Leibniz's Philosophy and Kardec's Spiritism in the Modern Age. Once the relation between the essence of reincarnationist thought and ethics is set, based primarily on the belief of the immortality of the soul, on the plurality of existences and on the karmic law of cause and effect, according to the divine justice, every care was taken to conduct scientific research on facts and inexplicable phenomena by the current science, such as past life memories, near death experience and spiritual facts. These factors led to the hypothesis of Reincarnation or immortality of the soul to conveniently explain the results found. From then on, the focus of the study turned to Bioethics, in the search of a possible interface between Reincarnation and bioethical principles and references. It was concluded that Reincarnation offers a sustainable philosophical, scientific and doctrinaire basis, aiming at a possible conceptual and practical recognition by Bioethics.

Key words: Bioethics; Reincarnation; Ethics; Science.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS	14
3	DELINEAMENTO METODOLÓGICO	15
3.1	- Tipo de Estudo	15
3.2	- Problema de Pesquisa	16
3.3	- Método	16
3.4	- Procedimento de Coleta de Dados	16
3.5	- Análises de Dados	16
4	REENCARNAÇÃO E SISTEMAS DOCTRINÁRIOS	18
4.1	- Reencarnação e Antigo Egito	21
4.2	- Reencarnação e Hinduísmo	25
4.2.1	- <i>Bhagavad Gîtâ</i>	27
4.3	- Reencarnação e Budismo	36
4.3.1	- <i>A Doutrina de Buda</i>	37
4.3.2	- <i>O Livro Tibetano dos Mortos</i>	42
4.4	- Reencarnação e Taoísmo	50
4.4.1	- <i>Tao Te Ching</i>	51
4.5	- Reencarnação e Filosofia Oriental	55
4.6	- Pitágoras	56
4.7	- Platão	61
4.7.1	- Teoria do Conhecimento	62
4.7.2	- O Mito da Parelha Alada	63
4.7.3	- O Mito da Caverna	66
4.7.4	- O Mito do Er	68
4.7.5	- <i>Fédon</i>	73
4.8	- A Gnose e o Cristianismo Primitivo	77
4.9	- Leibniz	93
4.9.1	- <i>Discurso da Metafísica</i>	96
4.9.2	- <i>Os Princípios da Filosofia</i>	104
4.9.3	- <i>Princípios da Natureza e da Graça fundados na Razão</i>	111
4.10	- Espiritismo	116

4.10.1 <i>O Livro dos Espíritos</i>	120
5 REENCARNAÇÃO E CIÊNCIA	130
5.1 Recordação de Vida Passada	130
5.2 Experiências de Quase Morte	144
5.3 Fatos Espíritas	159
6 BIOÉTICA	169
7 BIOÉTICA PRINCIPALISTA	176
7.1 Respeito pela Autonomia	177
7.2 Beneficência	180
7.3 Não Maleficência	182
7.4 Justiça	183
8 AUTONOMIA, BENEFICÊNCIA, JUSTIÇA E REENCARNAÇÃO	187
9 TEORIA DOS REFERENCIAIS BIOÉTICOS	203
10 ÉTICA, MORAL E REENCARNAÇÃO	206
11 REENCARNAÇÃO E BIOÉTICA: INTERFACES	217
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230

1. INTRODUÇÃO

Uma vez que a Bioética é um movimento essencialmente pluralista (ENGELHARDT, 2004, p. 21, 31), que tende a respeitar as mais diferentes linhas de pensamento na busca da melhor, da mais justa e acertada conduta humana a ser tomada no campo das ciências de vida, questiona-se:

- A Bioética poderia vir a incorporar o pensamento e a concepção reencarnacionista em suas considerações?
- A crença na Reencarnação é algo absurdo e incoerente com a racionalidade humana?
- É possível, ao homem racional, considerar a Reencarnação como verdade biológica?
- Pode-se, empiricamente falando, refutar a Reencarnação como hipótese científica?
- Os estudos que sugerem a Imortalidade das Almas e a Reencarnação teriam embasamento científico suficiente para eventualmente influenciar e/ou contribuir com a interpretação dos Princípios e Referenciais Bioéticos, na deliberação da conduta mais benéfica ou justa diante do enfrentamento dos dilemas humanos, surgidos com o advento da ciência?
- Em suma, é possível que haja uma interface a ser estabelecida entre a Crença na Reencarnação e a Bioética?

Este trabalho objetiva estudar a Reencarnação, do ponto de vista filosófico e doutrinário, para uma adequada compreensão do que poderia ser a essência desse pensamento, identificando os principais pontos éticos e dogmáticos, a

fim de estabelecer, posteriormente, as possíveis relações existentes entre eles e a Bioética.

Para isso, houve a preocupação preliminar de estudar e identificar a essência filosófica dessa doutrina em diferentes culturas e civilizações, sendo escolhidas algumas obras clássicas e teorias, tanto de caráter religioso quanto filosófico, que abordassem franca ou conceitualmente a idéia da Reencarnação. Essas obras¹ foram arroladas segundo sua ordem de aparecimento ao longo da História da Humanidade².

Esse trabalho também se propõe a levantar os estudos relativos às investigações científicas sobre a Imortalidade das Almas e a Reencarnação, no sentido de provocar um maior interesse sobre o tema, constrangendo preconceitos e procurando articular um diálogo mais aberto e ousado entre os bioeticistas.

Não é intenção ou objetivo desse trabalho evidenciar cientificamente a Reencarnação como verdade biológica, mas levantar os possíveis questionamentos bioéticos relativos a tal hipótese: - e se a Reencarnação for, de fato, uma verdade biológica ou concebida como tal, como sugerem algumas linhas de trabalho científico em desenvolvimento, ela mudaria os rumos éticos da Humanidade? Quais seriam as possíveis repercussões, a partir de uma visão eminentemente Bioética?

Assim, partindo-se do pluralismo oferecido pela Bioética, esse trabalho discutirá a Reencarnação a partir de três vertentes principais:

- Reencarnação como base de várias doutrinas filosóficas, implicando o questionamento de sua finalidade eminentemente ética;
- Do ponto de vista científico, na catalogação dos fatos e fenômenos que sugerem a Reencarnação como lei biológica e na busca das evidências

¹ As obras clássicas referidas são: *O Livro dos Mortos do Antigo Egito*; *Bhagavad Gîtâ*; *A Doutrina de Buda*; *O Livro Tibetano dos Mortos*; *A República*; *Fédon*; *Fédro*; *Discurso da Metafísica*; *Monadologia*; *Princípio da Natureza e da Graça fundados na Razão*; *O Livro dos Espíritos*.

² Não houve a intenção de se discutir os fatos históricos que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento reencarnacionista, além das causas óbvias - as próprias inquietações dilemáticas diante dos fenômenos e significados da vida, que parecem se repetir ano após ano entre os Homens ao longo de toda História da Humanidade.

acerca da Imortalidade das Almas; procurando estabelecer os principais pontos em que essas pesquisas poderiam contribuir para as reflexões Bioéticas;

- Reencarnação como referencial ético, procurando identificar e estabelecer a possível interface existente entre a crença na dimensão espiritual do homem como sua própria essência biológica e a Bioética.

Este trabalho será confeccionado de acordo com as normas de apresentação, formatação e estética estipuladas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

2. OBJETIVOS

A partir de:

- Reencarnação e Humanidade: a crença estabelecendo sistemas culturais e filosóficos ao longo da História;
- Reencarnação e Ciência: possíveis evidências;
- Perspectivas da Reencarnação como Referencial Ético;

Este trabalho tem por objetivo identificar a possível relação entre a Crença na Reencarnação e os Princípios e Referenciais Bioéticos.

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

3.1 Tipo de Estudo

O estudo apresentado é classificado, segundo Marconi & Lakatos (2006), como pesquisa bibliográfica, uma vez que ela será baseada em fontes secundárias, através da busca ordinária de grande número de acervos sobre o tema. Uma das finalidades das pesquisas dessa natureza é permitir amplo acesso do pesquisador às diversas fontes que tratam de um mesmo assunto, possibilitando a construção plena do conhecimento.

A abordagem utilizada para o estudo bibliográfico aqui elaborado será descritiva. De acordo com Cervo, Bervian & Silva (2007), a pesquisa descritiva observa e analisa, correlacionando fatos ou fenômenos. Segundo Gil (2002), a investigação descritiva utiliza-se de técnicas padronizadas para colher dados necessários à caracterização dos fenômenos levantados. Medeiros (2002) avalia como básicos, no processo da pesquisa qualitativa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição adequada dos seus significados.

Esse trabalho procurará estabelecer, inicialmente, o que vem a ser a Reencarnação e qual a essência fundamental dessa crença em diferentes civilizações e culturas. Essa parte do trabalho será basicamente bibliográfica e deverá manter-se fiel às fontes pesquisadas, para que possa, posteriormente, ser analisada, interpretada e correlacionada com os preceitos Bioéticos da atualidade, buscando-se estabelecer possíveis pontos de interface entre eles.

A seguir, serão estudados trabalhos científicos realizados em diferentes escolas e por diferentes pesquisadores, que buscam evidências a partir de fatos e fenômenos sugestivos de Reencarnação. Aqueles trabalhos que apontam evidências acerca da Imortalidade das Almas também serão abordados, por serem premissa necessária para a sustentação daquela tese.

Uma vez que tenham sido abordados bibliograficamente os principais pontos filosóficos e científicos acerca da Reencarnação, o trabalho procurará apresentar a Bioética, a partir de uma visão integral e crítica, buscando-se apontamentos que possam ser pertinentes ou necessários à concretização do objetivo proposto.

3.2 Problema da Pesquisa

Possíveis interfaces entre a crença na Reencarnação e a Bioética.

3.3 Método

O método utilizado para o estudo do tema aqui abordado será hipotético-dedutivo, pois uma hipótese será elaborada a partir da percepção da existência de uma lacuna no conhecimento. Segundo Marconi e Lakatos (2006), é pela via da inferência dedutiva que se testará a predição da ocorrência dos fenômenos abrangidos por essa hipótese.

3.4 Procedimento de Coleta de Dados

As obras doutrinárias e filosóficas utilizadas na elaboração desse trabalho, cujo tema é pouco especulado no âmbito científico, são clássicas, facilmente encontradas em livrarias ou bibliotecas públicas, estando algumas delas disponíveis em sites ligados à Instituições de estudos filosóficos.

Foram utilizadas as bases de dados:

- *Medline* (Literatura Internacional em Ciências de Saúde);
- BIREME (Biblioteca Virtual em Saúde);
- LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde);
- Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*);
- Google (como instrumento de busca);

que permitiram acessos a *links* contendo pesquisas publicadas em revistas, inclusive não indexadas.

Os unitermos utilizados foram:

- “reencarnação”, “reincarnation”;
- “experiência de quase morte”, “near death experiences”;
- “bioetica”,
- “bioethics”.

3.5 **Análise de Dados**

A análise do conteúdo estudado procurou proporcionar fundamentação à hipótese elaborada, além da concretização dos objetivos propostos.

4. REENCARNAÇÃO E SISTEMAS DOUTRINÁRIOS

Reencarnar significa voltar a nascer, retornar à carne. Equivale ao termo renascimento (nascer de novo) ou palingenesia, que etimologicamente provém do grego: *palin*: de novo, e *gignomai*: gerar; ou seja, um novo nascimento (ANDRADE, 2002, p. 19).

A Reencarnação é uma crença que implica, filosoficamente, na percepção espiritual do homem como individualidade que sobrevive à morte do corpo físico e que labora entre vidas, num processo contínuo de evolução moral.

A vida, norteadada pela crença na Imortalidade das Almas e na pluralidade das existências terrestres, segundo a versão de uma lei natural, a de que toda causa tem um efeito, conhecida nos sistemas doutrinários reencarnacionistas por Karma (NOOTEN, 2007, p. 168; EVANS-WENTZ, 2003, p. 21; KARDEC, 2006, p.91), passaria a adquirir um significado todo especial, sendo considerada um fenômeno que transcende à matéria e que, ao mesmo tempo, representa o que é imanente da criação divina.

Por divino, nos sistemas doutrinários reencarnacionistas (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 109; LAO TSÉ, 2003, P. 27; KARDEC, 2006, P.32), deve-se entender tudo o que emana de uma Inteligência Suprema e Universal, Primordial, que ao criar o Universo, transformou o caos, organizando a existência segundo leis específicas, muitas das quais sequer imaginadas pela racionalidade humana. O Divino tenderia ao Absoluto, uma força poderosíssima e impulsionadora da Evolução, que deteria toda Ciência e Sabedoria e que majestosamente se manifestaria totalmente até nas mais ínfimas partes de sua criação (LEIBNIZ, 2004, p.18-19).

Reencarnação, tanto no entendimento filosófico quanto religioso, parece pressupor, sobretudo, a crença de que toda criatura humana está necessariamente fadada ao sucesso moral, tendo, a justiça divina, por bem supremo, a perfeição do ser. Em tese, Deus utilizar-se-ia da vida para calcar, ao ser, marcha infinita em direção à absoluta perfeição.

Outro termo muito associado à idéia da Reencarnação é a Metempsicose, palavra derivada do grego *metempsychosis*, levada do Egito para a Grécia por

Pitágoras, que significaria transmigração das almas, passagem das almas de um corpo para outro, não necessariamente entre espécies semelhantes. Dentro da idéia da Reencarnação, a metempsicose é ocasionalmente creditada em certas culturas ou filosofias reencarnacionistas (PLATÃO, Fédro, O Mito do Er, p.316), sendo, noutras, um conceito considerado improvável ou totalmente equivocado (ANDRADE, 2002, p. 19-20).

A Reencarnação constituiu a crença básica de quase todos os sistemas religiosos e filosóficos da Antiguidade.

Segundo Wernert (1948, 1 vol., p. 73-88, apud ANDRADE, 2002, p. 20), há indícios de que algumas tribos paleolíticas acreditavam na sobrevivência da alma após o corpo físico, aferidos a partir do culto ao fogo ligado ao das imagens antropomórficas e das pedras, além do cuidado com os cadáveres.

Eliade (1978, Tomo I, vol. 1, p. 27) concorda com a tese de que os *paleantropídeos* alimentavam a esperança de um renascimento após a morte, uma vez que eram enterrados em posição curvada, sugerindo inumação intencional em posição fetal.

Segundo Jacolliot (1892, p. 457), o mito da transmigração das almas é talvez o primeiro sistema filosófico que se tenha produzido no mundo.

Provavelmente a fonte mais primitiva das crenças religiosas reencarnacionistas seja o *Código de Manu*³, já citado no Rig Veda⁴ há cerca de 1300 anos a.C. e que ensina que após a morte, as almas dos homens que cometeram más ações, depois de sofrerem as penas purificadoras, penetram em elementos grosseiros aos quais se unem para retomar novo corpo, voltar ao mundo e concluir sua evolução (JACOLLIOT, opus. Cit. p. 461-462).

³ Código de Manu: Segundo a lenda, Sarasvati foi a primeira mulher criada por Brahma, da sua própria substância. Ela teria sido posteriormente por ele desposada e, deste casamento, teria nascido Manu, o pai da Humanidade, a quem se atribui o mais popular código de leis reguladoras da convivência social. Manu, progênie de Brahma, pode ser considerado o mais antigo legislador de mundo. O seu código deve ter sido promulgado por volta de 1300 a 1800 a.C.. Segundo ele: "A justiça é o único amigo que acompanha os homens depois da morte; porque qualquer outro afeto é submetido à mesma destruição que o corpo". (www.infojur.ufsc.br/aires/arquivos/CODIGO_%20MANU.pdf) 05/11/08, 20:30h.

⁴ Rig Veda: Também conhecido como o Livro dos Hinos, é o primeiro Veda e o mais importante deles. É o documento mais antigo da literatura hindu, composto de hinos, rituais e oferendas às divindades. Contém as deidades hindus, as mandalas e a filosofia de que existe uma ligação entre o astronômico, o fisiológico e o espiritual. Registra um estágio prematuro da religião védica, ligado à religião pré-zoroastriana persa. Estima-se que o texto tenha sido escrito entre 1700-1100 a.C. (pt.wikipedia.org/wiki/Rig_Veda) 05/11/08, 20:40h.

A Reencarnação era dogma fundamental da religião egípcia, registrada no Livro dos Mortos do Antigo Egito (SELEEM, 2005, p. 18).

Na Grécia, Ferecides de Siros (*Pherekydes*) e seu discípulo Pitágoras foram os principais veículos das idéias reencarnacionistas que fluíram do Egito para a Grécia. De acordo com Cícero, Fericides foi quem primeiro ensinou sobre a Imortalidade das Almas, enquanto Pitágoras afirmava recordar-se de várias de suas Encarnações (STUART, 1977, p. 134, apud ANDRADE, 2002, p. 22).

Segundo Platão (427-347 a.C.), Sócrates também ensinara a Imortalidade das Almas e a Reencarnação, base de toda a sua doutrina filosófica.

As religiões predominantes na Índia são o Brahmanismo e o Jainismo, ambas reencarnatórias (ANDRADE, 2002, p. 26).

O Budismo é outra religião fundamentalmente reencarnatória, que tem enorme difusão no Oriente: Índia, Sri-Lanka, China, Vietnã, Coréia, Japão, Birmânia, Tibet, Camboja, Indonésia, Mongólia e Tailândia (ANDRADE, 2002, p. 27).

Na Pérsia, hoje Irã, 500 anos a.C., Zoroastro fundou o Zoroastrismo⁵ ou Mazdeísmo, cujo livro sagrado é o *Zend Avesta*, também obra reencarnacionista (ANDRADE, 2002, p. 27).

Outros povos reencarnacionistas foram os Celtas, Druidas e Teutões.

Na Inglaterra, a feitiçaria ensinava a Reencarnação. Na África, os Bagongos e Bassongos, além de tribos localizadas próximo ao rio Congo, crêem na Reencarnação e fazem referência às marcas de nascença como evidências da mesma. No Alaska, os índios Tlingit e os Esquimós são reencarnacionistas, assim como os Peles-Vermelhas Winnibagos e os índios Chippeway (ANDRADE, 2002, p. 27).

Na Turquia e no Líbano ainda existe grande número de Drusos, que têm a Reencarnação como dogma religioso (ANDRADE, 2002, p. 28).

Segundo Andrade (2002, p. 28), os antigos judeus admitiam a Reencarnação, de acordo com a Cabala. Além disso, tanto o Velho Testamento

⁵ Zoroastrismo: é uma religião monoteísta fundada na antiga Pérsia pelo profeta Zaratustra (Zoroastro). É considerada a primeira manifestação de um monoteísmo ético. Segundo esta doutrina existe uma deidade suprema, criadora de todas as coisas boas e o princípio destrutivo que rege a ganância, a fúria e as trevas. Esta religião remonta ao século VI a.C. (www.guia.heu.nom.br/zoroastrismo.htm) 05/11/08, 20:56h.

quanto o Novo Testamento⁶ contém várias passagens que podem ser interpretadas como reencarnacionista, com o que concorda Prophet (2006, p.121-133).

4.1 Reencarnação e Antigo Egito

O Livro dos Mortos do Antigo Egito é constituído pela coletânea de uma série de Papiros encontrados, em sua maioria, no século XVIII, no Egito, e que representam historicamente os mais antigos textos religiosos egípcios⁷ de que se tem notícia.

Eles contêm⁸, segundo SELEEM (2005), as raízes de todas as concepções espiritualistas, sejam elas religiosas ou filosóficas e trazem, por princípio, a Imortalidade das Almas e a evolução espiritual do ser humano, ao longo de vidas.

A questão da sobrevivência do ser e da Reencarnação, a importância do conhecimento de que a vida encerraria um significado ético para a conquista da eternidade, parece ter sido primordial naquela civilização. Este conhecimento era privilégio dos iniciados, em sua maioria, representados pela casta sacerdotal e pelos Faraós.

É assim que, expresso claramente no Papiro de Ani, o chefe dos escribas do faraó Seti I, está o conceito da Reencarnação:

Veja, não está escrito neste pergaminho? Leias tu, que descobrirás nas eras futuras, se Deus lhe der o poder de ler. Leia, criança do futuro, e aprenda os segredos do que é superior a tudo mais e que está tão longe de ti, ainda que na realidade esteja tão próximo. Os homens não vivem apenas uma vez e depois desaparecem para

⁶ Job, I: 21; Jeremias, I:5; Malachias, I:2-3; Matheus, XI:7-15; Matheus, XVI: 13-14; Matheus, XVII: 10-13; Marcos, VIII: 27-28; Lucas, I: 17; Lucas, VII: 24-28; Lucas, IX: 18-19; João, 1: 1-13; João: VII: 56-58; João: IX: 1-3 ; Efésios, I: 3-5.

⁷ Estima-se que estes textos antigos do Egito datem de cerca de 5.000 anos a.C. (SELLEM, 2005).

⁸ Ramses Seleem, Ph.D. em História Egípcia, traduziu o Papiro de Hunefer, encontrado em 1852 em Tebas (Uast) no Egito, papiro que mede 5,5m X 30 cm e que é considerado o menor texto de *O Livro dos Mortos*, datando do período tebano. Traduziu também os capítulos 1 e 2 do Papiro de Ani, encontrado em 1887, bem como extratos do Papiro de Gerusher e das Confissões Negativas do Papiro da Real Mãe Nezemt.

sempre; vivem inúmeras vidas em diferentes lugares, mas nem sempre neste mesmo mundo e, em meio a cada vida, há um véu de sombras (...). Nossa religião nos ensina que vivemos para a eternidade. No entanto, como a eternidade não tem fim, não pode ter um começo; é um círculo. (...) Se a unidade é verdadeira, isto é, vivemos eternamente, o contrário também deve ser verdadeiro, ou seja, sempre existimos. (...) Das profundezas ilimitadas da fonte de sabedoria, que está oculta na essência de cada homem, percebemos grãos da verdade, que conferem o poder para realizar coisas maravilhosas àqueles dentre nós que têm o conhecimento (SELEEM, 2005, p. 14)⁹.

NO *Livro dos Mortos*¹⁰ (SELEEM, 2005, p. 18) estão contidos os ensinamentos do Egito antigo sobre a vida atual, a vida futura e a eterna; ele descreve, com precisão, o futuro da alma no mundo intermediário após a morte, mundo este que era conhecido por aquela civilização como Dwat¹¹.

Essa cena está ilustrada em *O Livro dos Mortos do Antigo Egito*, no julgamento após o sepultamento, quando o morto recupera a vida no túmulo e depara-se com as quarenta e duas leis naturais de Osíris (o rei da vida após a morte). Tehuty¹² está presente para registrar os trabalhos, ações e futuro da alma do falecido, enquanto Enpu (Anúbis) segura a balança da justiça, na qual todas as ações dos mortos são pesadas com a verdade. Todos os órgãos dos

9

¹⁰ *O Livro dos Mortos*: tem 189 capítulos e é o registro vivo de um mistério duplo: o mistério da vida e o mistério da morte. No Egito antigo, na cerimônia fúnebre, queimava-se uma cópia deste livro com o falecido a fim de dar à alma ferramentas que assegurassem seu futuro em outra vida. O falecido entrava no Ementet (terra dos mortos) com um rolo de papiro em uma das mãos. A questão com a qual se deparava o morto era o quanto estabeleceu a verdade em sua própria vida. O texto sagrado do Livro teria sido escrito por Tehuty. No dia do julgamento, Tehuty pesou o seu próprio texto com o que foi escrito pelo falecido durante a vida na Terra, para medir o livro da pessoa com o livro da verdade e cada ato era pesado na balança da justiça (SELEEM, 2005).

¹¹ Para os egípcios antigos existiam três mundos: o mundo inferior, Ta (Terra); o mundo superior, Nut; e o mundo intermediário, Dwat. A alma viajaria do reino de Ta para o reino de Dwat, e então para os reinos espirituais de Nut, seja para renascer ou para unir-se com as almas perfeitas, que não estariam mais sujeitas às leis da reencarnação. Assim, o mundo Ta, era o mundo comum das aparências e da existência material da Terra; Dwat, o mundo das leis, trevas e o domínio da vida intermediária da alma em sua jornada para o céu, e Nut, o mundo das formas e princípios, a base do conhecimento e as sementes de todas as almas. Estes mundos existiriam, segundo a sabedoria egípcia antiga, durante o curso do dia e da noite: Ta, o mundo das aparências, das 6 às 18h; Dwat, o mundo das leis e sombras, das 18h até meia-noite, e o reino do céu, da meia-noite até 6 h.

¹² Tehuty: Segundo a mitologia antiga, o grande educador da humanidade (SELEEM, 2005, p.19).

mortos tornar-se-ão, também, testemunhas de suas ações, indicando algum ato cometido e negado em sua vida (SELEEM, 2005, p. 80-82). O falecido, ali, observa todas as ações praticadas na vida terrena, como se estivesse vendo um filme, tendo que se decidir sobre o destino de sua vida futura, baseando-se, para isso, nas ações cometidas na vida anterior (Figura 1).

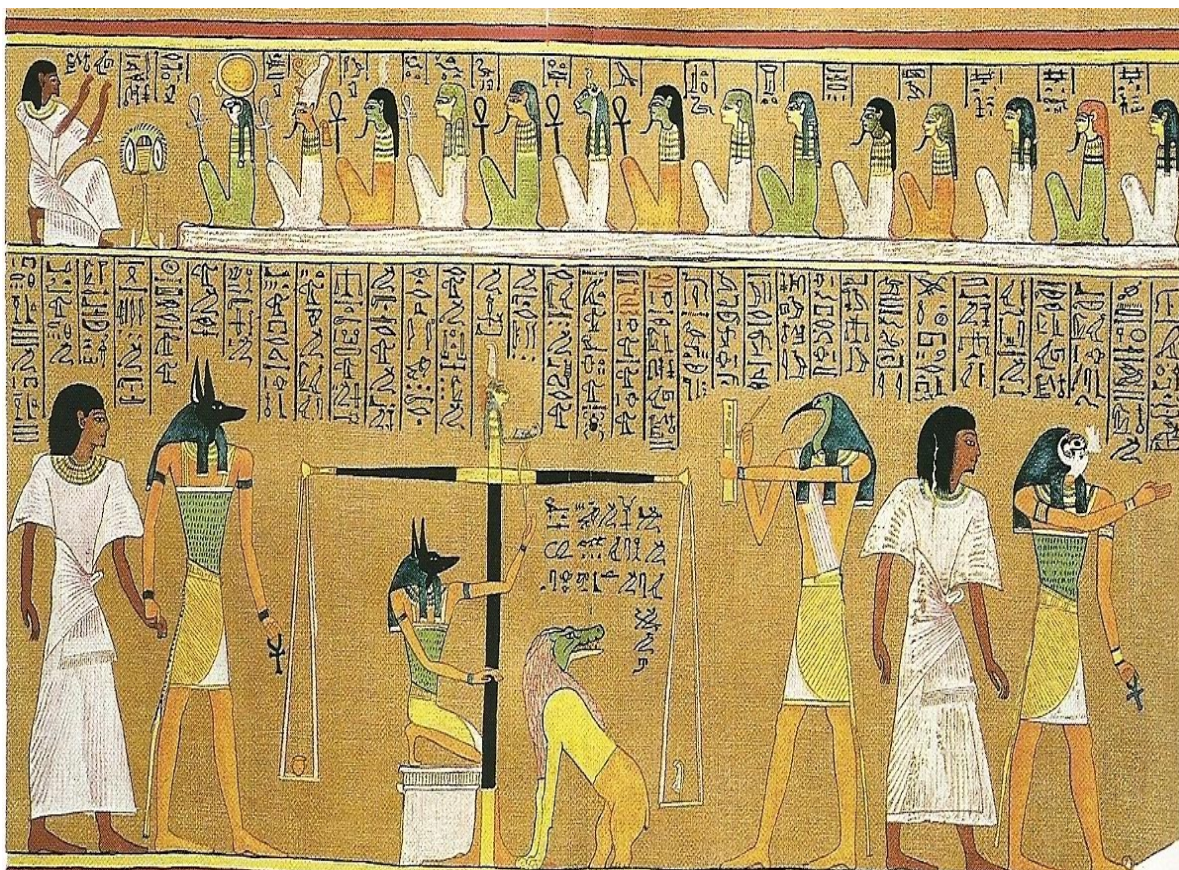


Figura 1: Aqui está representada a cena do julgamento do coração do falecido. Ela mostra, acima, Hunefer ajoelhando-se ante as leis naturais em postura de adoração. São os quatorze dentre os quarenta e dois juizes da morte que representam as quarenta e duas leis essenciais da natureza. Abaixo, Hunefer é conduzido por Enpu (Anúbis), filho de Nebt-Het, para a balança da justiça, onde seu coração, símbolo de suas ações, é pesado contra a pena da verdade, que é o símbolo das leis espirituais. Acima da viga que suporta a balança está ilustrada a imagem de Maat, o emblema da verdade e da lei, uma figura da cabeça de uma mulher encimada por uma pena. Enpu, ajoelhado sobre um banco, testa o indicador da balança. O monstro Ammit, o devorador da morte, encontra-se ao lado do pilar da balança diante de Enpu; tem a cabeça de um crocodilo indicando luz e conhecimento, a parte de trás de um hipopótamo, indicando renascimento e a parte do meio de um leão, indicando vigilância, força e despertar. Tehuty (Hermes) está do lado direito do monstro Ammit, segurando a palheta do escriba e uma caneta de junco para registrar o resultado do julgamento. Após o julgamento, Hunefer, ao ser declarado justo, foi levado à presença de Osíris, a incorporação de Deus, por Heru, filho de Osíris, na imagem, ilustrado com a cabeça de falcão indicando sua natureza solar.

Fonte: *O Livro dos Mortos do Antigo Egito*; papiro de Ani (SELEEM, 2005, 82-84)

Implica, a doutrina contida em *O Livro dos Mortos do Antigo Egito*, que haveria uma conduta ética a ser galgada ao longo de vidas, plenamente recompensada pelo alcance da eternidade. A sobrevivência em estado feliz

dependeria das ações praticadas em vida, ações essas que seriam submetidas a um julgamento divino e transcendental à existência corporal.

Assim, antes que se pudesse alcançar a graça suprema do céu, os seres humanos deveriam superar todos os estágios intermediários em suas próprias consciências. Caso houvesse tido uma identificação de si mesmo e de seus órgãos com as leis da natureza, as demais encarnações tornar-se-iam desnecessárias e o indivíduo poderia unir-se às leis e libertar-se do mundo das aparências. Se o indivíduo não tivesse tido conhecimento de seu próprio Ka (corpo de desejo), continuaria retornando para a Terra por mais outras vezes.

Os Extratos do Papiro da Real Mãe Nezemt (SELLEM, 2005, p.140-144) contêm uma espécie de Código Ético, representando as quarenta e duas leis essenciais da natureza, conhecidas como confissões negativas, daquilo que os seres humanos deveriam abster-se em vida para a conquista da eternidade. Somente depois de confrontadas as quarenta e duas leis essenciais, o morto colocaria-se diante da balança da justiça para ser julgado e livrar-se, ou não, da roda dos renascimentos.

São elas, as quarenta e duas leis naturais: Eu não cometi pecados; eu não assaltei; eu não roubei; eu não agi com violência; eu não matei seres humanos; eu não roubei oferendas; eu não causei destruição; eu não pilhei a divina propriedade do templo; eu não confiei falsidade; eu não saqueei grãos; eu não amaldiçoei; eu não transgredi; eu não abati o rebanho divino do templo; eu não fiz mal; eu não saqueei a terra cultivada; eu não agi com luxúria; eu não amaldiçoei ninguém; eu não fiquei irado sem causa justa; eu não dormi com o marido de nenhuma mulher; eu não poluí a mim mesmo; eu não aterrorizei nenhum homem; eu não pilhei; eu não agi com raiva; eu não me fiz de surdo ao ouvir palavras da justiça e da verdade; eu não aticei brigas; eu não fiz ninguém chorar; eu não forniquei; eu não destruí meu coração; eu não amaldiçoei ninguém; eu não exagerei; eu não realizei julgamentos precipitados; eu não cortei a pele e pêlos de animais divinos; eu não elevei minha voz em conversas; eu não cometi pecados e não procedi mal; eu não amaldiçoei a realeza; eu não desperdicei água; eu não agi com arrogância; eu não amaldiçoei divindades; eu não agi com falso orgulho; eu não agi com desdém; eu não aumentei minhas riquezas exceto por meio de meus próprios recursos; eu não desprezei o princípio de minha cidade.

Segundo Seleem (2005, p.20), a religião do Egito não foi construída a partir da vida de uma personalidade, profeta ou indivíduo, mas sim de acordo com as leis naturais. A salvação egípcia era baseada na sinceridade e no comportamento da pessoa durante sua vida. É assim que se inscreve em *O Livro dos Mortos*, em texto da sexta dinastia:

Sei em meu coração que tenho poder sobre minhas emoções. Tenho poder sobre os meus braços, tenho o poder sobre as minhas pernas, tenho poder de fazer o que agrada meu espírito. Minha alma, conseqüentemente, não ficará aprisionada em meu corpo e poderá entrar nos mundos inferiores e nos seguintes em paz. (SELEEM, 2005, p. 20)

Era exatamente o conhecimento dos mistérios que encerram a vida que conferia aos homens o poder de agir com a verdade. A morte seria tão simplesmente o resultado da ignorância. Esse conhecimento era primordial para orientar o indivíduo na busca pela virtude e pela verdade, que seriam como faróis a iluminar os portais da vida após a morte.

Os antigos egípcios entendiam a vida como uma viagem eterna e acreditavam que todos nasciam com diferentes quantias de desenvolvimento espiritual, relativas aos esforços realizados em vidas passadas. De acordo com Tehuty: “A maldade da alma é a ignorância e a virtude da alma é o conhecimento” (“apud” SELEEM, 2005, p 20).

Segundo o Papiro de Hunefer (SELEEM, 2005, p. 65), o Senhor de todos os limites é o Criador de tudo que passa a existir. Essa existência manifestar-se-ia sob a luz do Sol nascente, no começo dos tempos. Ela teria determinado um dia de felicidade pelo poder do som, que causou a existência e que mantém tudo o que existe; a origem e o limite do tempo da existência de Deus são desconhecidos; Ele existe no oceano da harmonia. Segundo Seleem (2005, p. 65), para os antigos egípcios, “Deus é O primeiro, O incorruptível, O eterno, O que não foi feito, O indivisível, O incomparável, O Autor de tudo que é bom, O mais Sábio entre os sábios, O Pai da justiça, Auto-instruído e Absolutamente Perfeito”.

4.2 Reencarnação e Hinduísmo

As raízes do Hinduísmo podem ser encontradas em algum ponto entre o ano 1500 a.C. e o ano 200 a.C., quando os arianos começaram a subjugar o vale do Indo, trazendo suas crenças védicas. Tanto a história do seu povo quanto as doutrinas filosófico-religiosas que sustentam a cultura hindu estão contidas no *Mahâbhârata* (NOOTE, 2007, p. 165-166).

O *Mahâbhârata* (de Mahâ – grande, de Bhârata – Índia) é um épico indiano que contém 250.000 versos, escrito originalmente no Sânscrito que, ao lado do *Ramayana*, outro grande épico indiano, corporifica a essência da herança cultural da Índia. Conta a história de uma disputa dinástica entre os dois ramos de uma família indiana, que culmina em uma batalha aterradora pelas terras férteis e ricas da confluência dos rios Ganges e Yamuna, perto de Délhi (NOOTEN, 2007, p. 165-166). Segundo Nooten (2007), essa obra deve ter sido composta durante um período de cerca de quatrocentos anos, entre o segundo século antes e o segundo século depois de Cristo, quando o confronto relatado já era lendário, preservado em contos folclóricos e registros marciais das tribos dominantes. Segundo o calendário indiano, teria ocorrido no ano 3102 a.C., o que equivaleria ao início da Era do Infortúnio, a Kaliyuga; porém, alguns indícios mais objetivos, obtidos apenas por inferência, sugerem uma data mais aproximada de 1400 anos a.C..

Naqueles tempos, tribos arianas invasoras, advindas dos planaltos iranianos, haviam apenas começado a instalar-se, ocupando a região entre o Paquistão, o Bihar e o planalto de Decã. Essas comunidades tribais eram governadas pelas famílias mais proeminentes, que escolhiam um nobre como rei, sendo que naquele tempo era comum ocorrerem confrontos entre os diferentes reinos (NOOTEN, 2007, p. 166).

Foi nesse contexto que se deu a guerra dos Bhâratas. Segundo Nooten (2007) essa história, cantada por um bardo, retrata as ações dos guerreiros em um contexto não só heróico, mas profundamente moral, sendo que a história contada deve ser compreendida como a reconstituição de um confronto moral cósmico e não a mera narrativa de uma batalha. Ao invés de explicar os fenômenos das guerras e das conquistas buscando causas externas, o bardo épico encara os eventos do conflito como decorrência da obediência e da

desobediência às leis morais. Parte-se do princípio básico de que a existência cósmica ou individual é o *dharma*, que é a doutrina de direitos e deveres religiosos e épicos de cada indivíduo, que também podem significar simplesmente virtude ou conduta reta.

O sistema hindu de escatologia aparece exposto com grande frequência no *Mahâbhârata*. É a doutrina do ciclo de renascimentos (*sansara*); da lei moral (*dharma*); e da lei da ação e reação (karma), instrumento para se fazer cumprir o dharma, que atinge tanto esta quanto a outra vida, recompensando os justos e fazendo os injustos sofrerem. Nesse universo hindu, aqueles que se harmonizam perfeitamente com seu *dharma* terminam por alcançar um estado em que o ciclo de renascimentos não é mais necessário. Se, contudo, as forças do mal tornarem-se muito poderosas, a lei moral volta a impor-se e, freqüentemente, se utiliza de meios violentos para restaurar a harmonia onde esta foi perdida. É comum que um ser de uma ordem mais elevada, como um deus, que em sua manifestação usualmente é incorpóreo, nascer entre os seres humanos e tornar-se um avatar, alguém que desce a Terra em missão, por seu próprio poder. Geralmente, nessa manifestação física, esse ser inicialmente não tem consciência de sua condição divina, vindo a descobri-la somente no decorrer de sua vida entre os mortais. A ênfase dada à moral, no *Mahâbhârata*, traz consigo considerações sobre a natureza do divino. Todos os deuses, nessa cultura diversificada, são manifestações de um mesmo princípio universal, Brahma, a alma ou ser universal a que todas as almas uniram-se depois que a ilusão do tempo e do espaço tiver sido superada (NOOTEN, 2007, p. 168-169).

O *Mahâbhârata* deve ser compreendido como uma narrativa moral e filosófica, não apenas histórica. Nele está contido o *Bhagavad-Gîtâ* (A Sublime Canção), que é um episódio dessa epopéia, mas que representa em essência a mais profunda filosofia hindu. Essa obra belíssima expõe as leis divinas, a que todo espírito humano imortal está subjugado, bem como às conseqüências vindouras do descumprimento dessas leis, quando manifesto no mundo físico, explicitando o caminho que o homem deve percorrer para atingir o Absoluto e a Paz Suprema.

4.2.1 Bhagavad Gîtâ

A *Sublime Canção*, conhecida como *Bhagavad Gîta*, representa um episódio da epopéia Hindu e, em essência, compreende a sua mais profunda filosofia. Nela existe a preocupação de se trabalhar a questão da existência humana e de sua essência divina. Morte e vida, bem e mal, são relatadas como lutas travadas no interior das almas, em sua jornada moral.

Obra profundamente espiritualista, belíssima em sua composição, sugere a ética, o conhecimento e a disciplina como o caminho a ser seguido para a conquista da perfeição. Nela, Brahma é a Perfeição; a Criação; o que há de Melhor entre todos os melhores. Brahma é o destino inexorável da alma humana. Brahma é, dentre todos os sacrifícios, a ascensão do espírito.

Expõe o que seriam as leis divinas, a que todo espírito humano imortal estaria subjugado, e as conseqüências vindouras do descumprimento dessas leis, explicitando o caminho que o homem deve percorrer para atingir o Absoluto e a Paz Suprema.

Bhagavad-Gîtâ é o relato de um diálogo travado entre Krishna¹³ e Arjuna¹⁴, no momento do combate entre duas vertentes de uma mesma família, citadas acima, os Kurus e os Pândavas, pela posse de Hastinapura, um dos centros mais importantes da civilização ariana. Porém, mais do que ressaltar um fato histórico ocorrido, o discurso oferece vários graus de sentido espiritual ou esotérico. Representa metaforicamente a busca do significado das ações humanas diante dos mais íntimos conflitos, a luta que a vontade trava entre a escolha do vício ou da virtude, entre o bem e o mal (LORENZ, 2006, p. 8-12).

O episódio ocorre nas planícies da Índia, entre os rios Jumma (Kurul) e Sarsuti (Jheed). Em Hastinapura (Cidade do Elefante), capital daquele país, reinou o rei Vichitraviría, que se casara com duas irmãs, porém morreu sem deixar prole constituída. Como de costume, o seu irmão, Vyâsa, desposou as irmãs viúvas, sendo que de cada uma herdara um filho: Dhritarâshtra¹⁵ (o mais velho) e Pându¹⁶. Dhritarâshtra gerou cem filhos, sendo que seu primogênito se chamava Duryôdhana e representava os Kurus. Pându teve cinco filhos, conhecidos por Pândavas (LORENZ, 2006, p. 10).

¹³ Krishna: representa o Homem-Deus, o nosso ego superior (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 8).

¹⁴ Arjuna: representa o homem no estado evolutivo (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 8).

¹⁵ Dhritarâshtra: é o representante do elemento espiritual (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 9).

¹⁶ Pându: é o representante do elemento espiritual; intelecto (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 9).

Tendo Dhritarâshtra ficado cego, entregou o poder real a seu filho mais velho, Duryôdhana, que banuiu do país os cinco filhos de Pându. Depois de muitas vicissitudes, viagens e aventuras, os Pândavas retornaram à terra natal e, acompanhados de um poderoso exército, rumaram para o campo dos Kurus, empreendendo uma campanha contra o ramo mais velho da família. Por sua vez, Duryôdhana começou a impor resistência à invasão e aos ataques dos velhos Pândavas.

O *Bhagavad-Gîtâ* inicia-se apresentando os dois exércitos, preparados para o combate. O comando ativo dos Kurus está nas mãos do velho general Brishma¹⁷, enquanto que o comando dos Pândavas está nas mãos do guerreiro Bhima¹⁸. Arjuna, que é um dos príncipes Pândavas, estando presente ao lado de seus irmãos, vai acompanhado por Krishna (considerado pelos hindus como a encarnação do Espírito Supremo). No momento em que soa a corneta para o embate, Arjuna pede a Krishna para parar o carro que lhes conduzia, bem no meio do espaço entre os dois exércitos inimigos, pois ele queria ver de perto as pessoas que participariam daquela luta. Vendo parentes, mestres e queridos amigos divididos em dois partidos bélicos, é tomado por um profundo horror, constatando que esta era uma guerra fratricida. Declara então a Krishna que antes, desejava morrer inerte e sem defender-se, do que matar seus parentes. O que Krishna responde-lhe de pronto, com um notável discurso filosófico, essência do *Bhagavad-Gîtâ*, de forma a fazer com que Arjuna reconheça a necessidade daquela luta. É Sanjaya, o personagem historiador, que conta ao rei cego Dhritarâshtra o que se narra nesse diálogo (LORENZ, 2006, p. 12).

A luta travada em *Bhagavad-Gîtâ* representa, espiritualmente, a mesma que é travada no interior de cada Homem, entre o Bem e o Mal. Os Pândavas seriam os representantes das forças superiores da alma, e os Kurus, suas forças inferiores. Ali se encontra Arjuna (que representa cada um dos homens), o filho de Kunti (da Alma), contra os seus parentes, os filhos de Dhritarâshtra (vida material), ameaçado pelo exército das ilusões. A grande tarefa de Arjuna é vencer, para chegar ao conhecimento de sua verdadeira essência divina. Mas muitas dessas ilusões lhe são agradáveis e de difícil

¹⁷Brishma: Terror, egoísmo (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 10).

¹⁸Bhima: Vontade espiritual terrível (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 11).

combate. Mas, ao seu lado, prostram-se a sua Consciência, o Amor, a Obediência à Lei Suprema e a Fé (LORENZ, 2006, p. 13).

Arjuna dizia a Krishna que, ainda que ganhasse o reino mais brilhante da terra ou conseguisse o poder dos deuses e o domínio sobre os exércitos celestes, sua aflição não diminuiria, pois ele, certamente naquele momento, não queria combater. Krishna responde-lhe:

Sem necessidade te entristeces e afliges; contudo, as tuas palavras têm grãos de verdade. Elas exprimem a sabedoria do mundo exterior, mas não satisfazem à mente interior; são, pois, apenas a expressão de uma parte da verdade. Os sábios não se entristecem nem por causa dos vivos nem por causa dos mortos. (...) Assim como a alma, vestindo este corpo material, passa pelos estados de infância, mocidade, virilidade e velhice, assim, no tempo devido, ela passa a um outro corpo e em outras encarnações, viverá outra vez. Os que possuem a sabedoria da doutrina esotérica (interior) sabem, isto é, não se deixam influenciar pelas mudanças a que está sujeito este mundo exterior (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 27-28).

Continua ele explicando a Arjuna sobre os sentidos temporários, impermanentes e inconstantes da ilusão, pois o Ser Real nunca cessa de ser, nunca vai deixar de existir, apesar de todas as aparências contrárias; que Arjuna deveria ir atrás da verdadeira essência e do sentido interior das coisas e não se deixar enganar pela aparência do mundo ilusório (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 29).

Diz ainda que os “corpos caducos, que servem como envoltórios para as almas que os ocupam, são coisas finitas, coisas do momento, não sendo o verdadeiro homem real. Eles perecem, como todas as coisas finitas;” (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 30). Se alguém pensa que mata ou que será morto em uma batalha, este alguém não tem o mínimo conhecimento da verdade, porque Ser é algo eterno. Não se pode matar e nem estar morto. O Espírito do homem não nasce nem morre, sendo inato, imortal, perpétuo e eterno. Diz ainda:

Como a gente tira do corpo as roupas usadas e as substitui por novas e melhores, assim também o habitante do corpo (que é o Espírito), tendo abandonado a velha morada mortal, entra em outra, nova e

recém-preparada para ele. O Homem Real, o Espírito, não pode ser ferido por armas, nem queimado pelo fogo; a água não o molha, o vento não o seca nem move. Ele é impermeável, incombustível, indissolúvel, imortal, permanente, imutável, inalterável, eterno e tudo penetra. Em sua essência, é invisível, inconcebível, incognoscível. Por isso, não te entregues à aflição pueril (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 31).

Explica-lhe que o motivo das ações e dos pensamentos deve ser sempre o de cumprir o dever da melhor forma possível, existindo duas vias que levam à perfeição: uma é através do reto cumprimento da ação e outra é a do conhecimento (BHAGAVAD-GÎTÂ, 2006, p. 37).

Passa a explicar a finalidade do Karma Yoga – o reto cumprimento da ação. Diz que tudo no Universo está em atividade constante e nada pode subtrair-se a essa lei geral do movimento. Corpo e mente, ou ambos, sempre estão ocupados. Os desejos, as preces e as súplicas dos homens são formas de ações e toda ação procede da Vida Una que tudo penetra, ou seja, toda ação tem origem em Brahma. O sábio é aquele que sujeita os seus sentidos a Deus, pelo amor ardente do altíssimo, expressando o seu reto pensar em reta ação. Cumpre seu dever sem esperar recompensas, não se permitindo dominar pelos objetos do desejo, e esta atividade fortalece a sua mente. O homem já desenvolvido e iluminado age com abnegação pela causa do bem comum, conforme a Lei Universal. Sabe que toda a atividade e as ações provêm dos movimentos das forças da natureza, enxergando que, por detrás da personalidade, existe a fonte real da ação, a causa e o efeito. Já os homens que estão apegados aos objetos de seus desejos agem com a finalidade de obter recompensas e cansam-se na escravidão dos sentidos. Assim, quando carecem da Luz Espiritual, fazem esforços para alcançar o que desejam, sendo a esperança de recompensa o estímulo de suas ações. Entretanto, ninguém pode escapar às leis naturais. “Os sentidos são grandes e poderosos; porém, maior e mais poderosa é a mente; maior do que esta é a Razão e mais forte que essa é o Eu Real, a Luz da Divindade” e, quanto ao desejo, “não o deixes ser teu Senhor, mas reduz-o a ser teu escravo” (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 43-53).

Sobre o conhecimento espiritual – Jnana Yoga – elucida Krishna, que esta grande doutrina consiste na união do Ser individualizado com o Eu Divino e que ele (Krishna) já havia ensinado a Vivasvat (o Sol Espiritual ou a Mente Divina no princípio do mundo) que, por sua vez, a ensinou a Manu (Filho do Sol e Pai da raça hominal atual). Contudo, com o passar do tempo, o profundo significado espiritual dessa máxima foi sendo perdido entre os homens, de tal forma que a Verdade caiu em esquecimento. O que pergunta Arjuna a Krishna com assombro:

Como devo compreender-te, ó Senhor, quando dizes que ensinaste a Vivasvat? Ele viveu no princípio do Tempo e tu nasceste há poucos decênios'. O que respondeu Krishna, o Verbo Divino: Muitos foram já os meus nascimentos, e muitos também foram os teus, ó Arjuna. Eu sou consciente deles todos, mas tu não o és (BAGHAVAD GÎTÂ, 2006, p. 56).

Krishna explica a Arjuna o grande mistério de Brahma. Que Ele é superior a todo nascimento; inato e eterno é o Senhor de toda criatura, de onde tudo emana. Se for necessário, Brahma pode ser gerado, no mundo hominal, por seu próprio poder. Toda vez que o mundo declina em virtude e justiça, quando imperam o vício e a injustiça, a força poderosa de Brahma faz nascer um homem cuja influência e doutrina faz restabelecer a virtude e a justiça entre os homens (Krishna). Muitas vezes, Brahma assim apareceu e muitas outras vezes haverá de aparecer. Quem reconhece a essência de Brahma em Sua encarnação, não precisa reencarnar-se mais ao deixar o corpo mortal e vai morar com Ele em seu reino de bem-aventuranças. Esclarece que o Eu criador da Humanidade inteira é imutável e sem qualidades. Em sua essência, é livre dos efeitos das ações e não tem desejo nenhum de recompensas, uma vez que essas coisas foram criadas por Seu próprio poder, não exercendo Nele nenhuma influência. Quem percebe como é Brahma em sua profunda essência, fica livre dos efeitos das ações. Mas é preciso que se compreendam três coisas: o que é a ação (a reta ação), a inação (abstenção) e a má ação. Quem é capaz de ver ação na inação e inação na ação, pertence aos sábios de sua raça, permanecendo em harmonia enquanto pratica suas ações. Suas obras são destituídas de egoísmo, suas atividades são purificadas pelas

chamas da sabedoria. Uma vez tendo renunciado aos frutos de suas ações, estará sempre em inação, ainda que trabalhe, porque deixa agir por si a força divina. Conclui Krishna que o conhecimento da verdade só é adquirido por aquele que vive na força da fé e consegue dominar o seu eu pessoal e as impressões dos sentidos. (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 55 a 64).

Diz Krishna a Arjuna que se abster e renunciar é muito difícil para quem não pratica as ações: “abençoado é aquele que sabe harmonizar os dois caminhos: o seu espírito dirige-se ao Eterno e une-se com Deus, entrando na Paz do Nirvana”. Quem executa suas ações com desapego não é maculado pelo egoísmo, tal qual a flor de lótus, que não é poluída pelas águas que a rodeiam (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 65-71).

Em determinado momento, Arjuna pergunta ao Mestre qual a sorte daquele que, apesar de estar cheio de fé, não consegue atingir a perfeição em Yoga, porque não é capaz de disciplinar-se e dominar a própria mente. Krishna lhe responde:

A alma, cuja devoção e fé, acompanhadas de boas obras, carece da aquisição da perfeita disciplina, depois da morte do corpo, vai habitar o céu dos justos que ainda não atingiram a Perfeição. Ali fica gozando felicidade por inúmeros anos, mas, depois, reencarna-se em casa de um homem bom e nobre, nas condições adaptadas ao seu desenvolvimento e adiantamento (...) Nesta nova existência, o homem recupera toda a organização espiritual que tinha adquirido na vida passada e, assim, fica preparado para continuar os estudos e as tarefas que conduzem à Perfeição. Com a morte, não se perde nada daquilo que a alma adquiriu. As experiências que o homem fez nas vidas passadas tornam-se instintos e incitam-no ao progresso, até inconscientemente (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 73-83).

Um capítulo imperdível do *Bhagavad Gîtâ* é o capítulo X, em que Krishna explica as qualidades que fazem de Brahma aquilo que Ele é, trazendo total entendimento do que, na concepção hindu, seria o conceito mais aprofundado do Deus da civilização ocidental. Brahma é a Origem de tudo, de Onde tudo emana. É Aquele que ilumina e inspira. É a Ciência do discernimento e da intuição. Residindo no coração dos homens, faz com que eles sintam a Sua grande misericórdia e incomensurável amor, de onde se espalham os raios do

verdadeiro conhecimento, cuja luz dissipa as trevas oriundas da ignorância. É o próprio Parabrahma, Refúgio Universal, a mais elevada Morada, Eterno Criador, Ser Absoluto puríssimo, Onipotente, Onisciente, Onipresente, Governador de tudo o que é, foi e será.

Sou o Espírito que reside na consciência de todos os seres e cujo reflexo é conhecido por todos como o “Eu” (ou Ego). Eu sou o princípio, o meio e o fim de todas as coisas. Entre as Adityas (Deusas planetárias), sou Vishnu (Deus conservador); entre os sóis brilhantes, sou o Sol Supremo; entre os ventos, sou Marich (Deus dos Ventos); entre os astros, sou a Lua. No Vedas, sou o Sama-Veda (livros de hinos sagrados); entre os deuses védicos, sou Indra (o Rei dos deuses); entre as faculdades, sou a Razão e, nos seres vivos, sou a Vida. Entre os aniquiladores, sou Shankara (o Destruidor); nos gigantes, sou a Grandeza; nos seres elementares, sou o Elemento; entre os montes, sou Meru (a Montanha santa). Entre os Sacerdotes, sou o Sumo Pontífice; entre os generais, sou Skanda (deus da guerra); entre as águas, sou o Oceano. Entre os sábios, sou a Sabedoria; entre as palavras, a sílaba AUM. Entre os sacrifícios, sou a elevação do espírito. Entre as montanhas, sou o Himalaia. Entre as árvores, sou a figueira sagrada (a árvore da vida). Entre os iluminados, sou a luz; na música das esferas, a harmonia; nos santos, a Santidade. Entre os cavalos, sou Utchairsava, o cavalo de Indra (símbolo da poesia), que nasceu de Amrita (água da imortalidade). Dos elefantes, sou Airavata (símbolo de sabedoria e grandeza) e entre os homens, o Governador. Das armas, sou o raio, e Kâmaduk (símbolo da fertilidade) entre as vacas. Entre os amantes, sou o Amor; entre as serpentes, sou Vasuki (rei das serpentes, símbolo do saber). Entre os dragões, sou Ananta (símbolo da inteligência); entre os aquáticos, sou Varuna (deus da água); entre os Pitris (antepassados), sou Aryaman (o seu chefe), dos juizes, sou Yama (o juiz dos mortos). Sou Pralada entre os Daytas (deuses intelectuais); tempo entre as medidas; leão entre as feras, e águia entre as aves. Entre os purificados, sou o puro ar; entre os guerreiros, sou Rama (poderoso conquistador); entre os peixes sou Makara (o sagrado crocodilo); entre os rios, sou o Ganges (o rio sagrado dos hindus). De toda a criação, Eu sou o princípio, o meio e o fim. Das ciências, sou a ciência do Espírito e o verbo dos oradores. Das letras, sou o A; nas palavras, a conjunção. Eu sou o tempo perdurável e Aquele cuja face

se volta para todas as partes. Eu sou tanto a Morte, que não poupa a ninguém, como o Renascimento, que dissolve a Morte. Eu sou a Glória, a Fortuna, a Eloquência, a Memória, o Juízo, a Força, a Fidelidade, a Paciência. Entre os cantos, sou o Hino Sublime; entre os versos, sou o Verso Místico. Entre as estações, sou a Primavera; entre os meses, sou o mês mais frutífero. Eu sou a Sorte entre os jogadores e o Esplendor de tudo o que brilha. Eu sou a Valentia e a Vitória; Eu sou a Bondade dos bons. Eu sou o Chefe de grandes tribos e famílias; Eu sou o Sábio dos sábios, o Poeta dos poetas, o Bardo dos bardos, o Vidente dos videntes, o Profeta. Para os governantes, sou o Cetro do poder; entre os estadistas e conquistadores, sou a Diplomacia e a Política. Sou o Silêncio dos segredos e o Saber dos eruditos. Em suma, ó príncipe! Eu sou Aquilo que é o princípio essencial na semente de todos os seres e de todas as coisas na Natureza; cada ser, animado ou inanimado, é por Mim penetrado e, sem Mim, nada pode existir nem por um instante. Sem fim são as minhas manifestações divinas, ó Arjuna! Só exemplos delas eu te apresentei. Os meus poderes são infinitos em qualidade e variedade. Todo ser e toda coisa são produto de uma infinitésima porção do meu Poder e da minha Glória. Mas para que mais minúcias, ó príncipe? Sabe que Eu sustento este Universo continuamente, só com um infinitesimal fragmento de Mim mesmo! (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 109-116).

Em determinado momento, Krishna passa a discorrer sobre os sinais característicos dos homens que andam pelo caminho que conduz à vida divina:

[...] intrepidez, pureza de coração, perseverança em buscar a sabedoria, caridade, abnegação, domínio de si mesmo, devoção, religiosidade, austeridade, retidão. Abstenção de más ações, veracidade, mansidão, renúncia, equanimidade, boa vontade, amor e compaixão para com todos os seres, ausência de desejo de matar, ânimo tranquilo, modéstia, discricção, firmeza. Fortaleza, paciência, constância, castidade, humildade e indulgência (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p.149-150).

E assim passa a descrever as características daqueles que seguem o caminho que conduz aos demônios: hipocrisia, orgulho, arrogância, presunção, cólera, rudeza e ignorância. E completa: “O bom caráter liberta da imortalidade

e conduz à Divindade. O mau caráter causa repetição de nascimentos mortais. O primeiro dá liberdade, o segundo conduz à escravidão”. Os seres maus não conhecem nem o seu princípio nem o fim; não sabem por que praticar a reta ação e abster-se da má ação. Não há pureza nem moralidade, nem veracidade. Acreditam que o mundo é produto do acaso e que a finalidade da vida é o gozo material. Têm intelecto mesquinho, ações desregradas e entregam-se beligerantes aos prazeres carnis, que não os satisfazem. Mal um apetite obtém satisfação, emerge outro, cada vez mais imperioso. Pensando que com a morte tudo se acaba, crêem que o supremo bem consiste na satisfação de seus desejos. Entregam-se assim à volúpia, à ira e à avareza. Prostituem as suas mentes e o seu sentimento de justiça. Acumulam riquezas por meios ilegais, tendo por fim a satisfação dos desejos materiais. Acham-se poderosos, pobres iludidos, e cada vez mais se precipitam num horrendo inferno. São blasfemadores, egoístas e violentos, orgulhosos, voluptuosos e irados, odeiam Brahma e tudo o que é bom, Eles são arrojados por Brahma em demoníacas matrizes. “E decaídos em demoníacos seios, alucinando-se de nascimento em nascimento ao invés de Me alcançarem, submergem no mais profundo dos abismos” (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 149-153).

4.3 Reencarnação e Budismo

Siddhartha (560 – 480 a.C.) era filho de um rei poderoso, da tribo Sakya, chamado Shuddhodana Gautama, que construía um grande castelo em Kapila ao longo do rio Rohini, na Índia. Sua mãe Maya morrera logo após seu nascimento, sendo ele criado por sua tia materna, Mahaprajapat. Aos sete anos de idade, iniciou seus estudos em letras e artes militares, mas estava sempre preocupado com o significado da vida e do sofrimento dos seres vivos (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p. 17-18).

Durante os dez anos que se seguiram, gozou uma vida intensa de música, dança e prazeres, porém, seus pensamentos sempre o levavam à questão do sofrimento, uma preocupação constante em entender o verdadeiro significado da vida humana. Impulsionado pela inquietação interior, aos vinte e nove anos, presumivelmente em meados do século V a.C., Siddartha abandona seu lar e a riqueza do seu pai e vai a outras paragens, procurar as respostas para as

perguntas íntimas que o atormentavam, em companhia de Chankara, seu único criado, montando seu cavalo branco, Kanthara. Raspou a cabeça e dirigiu-se ao Sul, com uma tigela de monge mendicante na mão. Visitou o eremita Bhagava e observou suas práticas ascéticas; depois esteve com Arada Kalma e Udraka Ramaputra, onde aprendeu a meditação. Foi então ao país de Magadha e praticou ascetismo na floresta de Uruvela, nos bancos do rio Nairanjana (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p. 18-19).

Embora tenha se dedicado com grande disciplina aos métodos ascéticos durante os seis anos que se seguiram, não conseguiu atingir a iluminação. Banhou-se no rio Nairanjana e bebeu uma xícara de leite oferecido por uma mulher que vivia numa aldeia próxima. Seus companheiros, pensando que ele havia desistido do exercício da meditação e da busca da Iluminação, abandonaram-no a sua própria sorte. A partir daí, Buda empreende um novo período de meditação, travando uma luta intensa consigo mesmo e com os demônios que o atormentavam, até que finalmente encontra o caminho do Nirvana. Daí em diante Siddartha passou a ser conhecido por nomes diferentes: Buda, o Perfeitamente Iluminado, Sakyamuni, o Sábio do clã Sakya, o Sábio do mundo. (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p. 20).

Buda vai a Mrigadava, em Varanasi, encontrar-se com os seus antigos companheiros, que reconhecem nele a sabedoria do Iluminado. De lá segue para o Castelo Rajagriha e, a partir daí, passa a percorrer o país pelos próximos 45 anos, pregando os seus ensinamentos. Aos 80 anos de idade, em Vaisali, a caminho de Shravasti, fica muito doente e prediz que dentro de três meses ele estaria adentrando ao Nirvana. Mesmo assim, continua sua viagem até Pava e daí à floresta de Kusinagara. Ali, postando-se entre duas grandes árvores, continuou a ministrar os ensinamentos até a sua morte (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p. 20-21).

4.3.1 A Doutrina de Buda

Segundo ensinou Buda (2007, p. 40-41), o mundo está cheio de sofrimentos e a causa do sofrimento humano encontra-se nos desejos do corpo físico e nas ilusões das paixões mundanas, fruto dos instintos mais primitivos. Removendo-se o desejo, que se aloja na raiz de toda a paixão humana,

remover-se-á, conseqüentemente, todo o sofrimento humano. O caminho rumo à Iluminação só pode ser alcançado pelo Nobre Caminho.

Buda (2007, p. 42) também ensinou que, assim como há causas para todo o sofrimento humano, existe um meio pelo qual o sofrimento pode findar-se, pois o mundo é resultado da confluência de causas e condições. Uma vez essas causas e condições sejam modificadas ou extintas, todas as coisas desaparecem. Ou seja, existe uma relação de causa e efeito em tudo o que acontece no mundo.

A fonte de toda tristeza, lamentação, sofrimento e agonia é a obstinação com que os homens se apegam à vida de riqueza e fama, de conforto e prazer, de excitação e egoísmo, sem se aperceberem disso. A cobiça (desejo ardente) é o fruto da ignorância e das falsas interpretações que povoam a mente humana. Essa cobiça demonstra claramente que os homens estão inconscientes da verdadeira razão do suceder das coisas. Eles criam discriminações onde elas não existem, formulando pensamentos errados, emitindo constantemente falsas opiniões. Os erros mais comuns são: o conceito de destino, a crença de que tudo o que é criado por Deus é controlado por sua vontade e a idéia de que tudo acontece ao acaso. Pois, se houvesse destino ou se tudo estivesse, em última instância, nas mãos de Deus ou dependesse de uma cega eventualidade, todos os planos e esforços para melhoria ou progresso seriam em vão e, à Humanidade, não mais restariam esperanças. De fato, tudo acontece ou manifesta-se por uma série de causas e condições (A DOCTRINA DE BUDA, 2007, p. 43-45).

Segundo a doutrina de Buda, não se pode confundir o corpo físico e a mente com o “Eu”. O corpo físico é constituído de um agregado de elementos, sendo por isso mesmo transitório, e a mente também é um agregado de causas e condições, que está constantemente mudando. Para ele, a mente é como a corrente de um rio ou a chama de uma vela. Um sábio, em busca da Iluminação, deverá romper todo o apego ao corpo e à mente (A DOCTRINA DE BUDA, 2007, p. 46-47).

Há cinco coisas que ninguém pode realizar: evitar a velhice, quando se envelhece; evitar a doença, quando existe uma predisposição; não morrer, quando o corpo deve morrer; negar a dissolução, pois há de fato dissolução do corpo físico; e negar a extinção, quando tudo deve extinguir-se. Existem

também outras quatro verdades incontestáveis neste mundo: que todos os seres vivos nascem na ignorância; que todos os objetos de desejo são impermanentes, incertos e puro sofrimento; que tudo o que existe é igualmente impermanente, incerto e sofrimento; que nada existe, em todo o mundo, que se possa ser chamado “ego” ou ser considerado “meu”. Compreendendo essas verdades insofismáveis, segundo as quais tudo é impermanente, efêmero e destituído de ego, Buda prega o *Dharma* a todos (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p. 47).

O *Dharma* de Buda orienta os homens a aprender aquilo que realmente é essencial, removendo os desejos e as paixões terrenas e dedicando-se em esclarecer o caminho que leva à Iluminação. O primeiro passo é combater a própria mente, geradora de desejos, sofrimentos, cobiça, ira e estultícia. A mente é a mãe de toda confusão e inquietação humanas e, por isso, deve ser controlada, deve suportar o insuportável, para que o homem passe a ter condições de prosseguir rumo à Iluminação.

Há três caminhos para a Iluminação: o primeiro é a disciplina para o comportamento prático; o segundo é a correta concentração da mente; o terceiro é a sabedoria. A disciplina consiste em se seguirem os preceitos do bom comportamento. Controlar mente e corpo significa guardar as portas dos cinco sentidos, temer o menor mal e desejar praticar somente boas ações. A concentração da mente significa afastar rapidamente a cobiça e os maus desejos, tão logo eles surjam, mantendo a mente tranqüila e pura. A sabedoria é a capacidade de compreender perfeitamente e pacientemente aceitar as Quatro Nobres Verdades – conhecer o fato que é o sofrimento e sua natureza; conhecer a sua fonte; o que constitui o seu término; e conhecer o Nobre Caminho que determinará o seu fim (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p. 111-113). Seguir o Nobre Caminho é como adentrar um quarto escuro com uma luz na mão: dissipada a escuridão, o quarto encher-se-á de luz. Um homem iluminado fica livre da cobiça e, uma vez livre da cobiça, ele “não lutará contra o mundo, não matará, não roubará, não cometerá adultério, não trapaceará, não abusará, não invejará, não se irritará, não se esquecerá da transitoriedade da vida” (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p. 42).

Os Oito Nobres caminhos compreendem: Percepção Correta, que pressupõe a compreensão cabal das Quatro Verdades, além de acreditar na lei

de causa e efeito e não ser enganado pelas aparências e desejos; Pensamento Correto, ou seja, a resolução sincera de não nutrir desejos, de não ser ganancioso, de não ser irritadiço e de não perpetrar atos nocivos; Fala Correta, evitando as palavras falsas, inúteis, abusivas e ambíguas; Comportamento Correto, que significa não destruir vida nenhuma, não roubar e não cometer adultério; Meio de Vida Correto, evitando um modo de vida que possa envergonhar um homem; Esforço Correto, ou dar o melhor de si, com diligência, para realizar nobres ações; Atenção Correta, que significa manter a mente pura e atenta; e, enfim, a Concentração Correta, que é manter a mente correta e tranqüila, procurando compreender a sua pura essência (A DOCTRINA DE BUDA, 2007, p. 113).

Buda (2007, p. 113) orienta ainda os quatro pontos de vista que devem ser considerados primeiro e que consistem em: considerar o corpo impuro e procurar afastar todo o apego a ele; considerar os sentidos como sendo fonte de todo o sofrimento, sejam eles de dor ou de prazer; considerar a mente como estando em constante estado de fluência; considerar tudo no mundo como consequência de causas e condições, onde nada permanece imutável.

Passa a explicar os quatro procedimentos corretos, que compreendem: evitar o início do mal, eliminar todo o mal, induzir as boas ações e estimular o desenvolvimento e prosseguimento das boas ações que já se iniciaram. E discorre sobre as cinco faculdades do poder: fé, vontade em esforçar-se, boa e segura memória, habilidade da concentração mental e habilidade em manter clara a sabedoria. Indica também, as seis práticas perfeitas para atingir-se a iluminação: a prática da caridade, que afasta o egoísmo; a prática de observar os preceitos, que permite o respeito aos direitos e confortos de outrem; a prática da tolerância, que ajuda a controlar a mente temerosa e irada; a prática do esforço, que permite o desenvolvimento da diligência e fidedignidade; a prática da concentração mental, que controla a dispersão e a futilidade dos pensamentos e a prática da sabedoria, que transforma a mente entrevada e confusa em uma mente clara e de penetrante introspecção (A DOCTRINA DE BUDA, 2007, p. 113-114).

Há quatro estados mentais iluminados que devem ser nutridos por todo aquele que busca a Iluminação: a compaixão, fazer a todos felizes e contentes; a ternura, remover tudo aquilo que impede os homens de serem felizes e

contentes; a alegria, ver todo o mundo feliz e contente, com mente jubilosa; e a equanimidade, ou seja, remover o hábito de discriminação entre inimigos e amigos, nutrindo uma mente eqüitativa (A DOCTRINA DE BUDA, 2007, p. 115).

Complementa Buda, (2007, p. 115) que a fé, a humildade, a modéstia, o empenho e a sabedoria são os grandes mananciais que fornecem força para a busca da Iluminação.

Segundo Buda (2007, p. 115), a Ilusão e a Iluminação originam-se na mente. Tudo é criado, controlado e regido pela mente, mas, se um homem falar e agir bem intencionalmente, a felicidade o seguirá como sombra. Aqueles que agirem mal não de estar com a consciência pesada pelo mau ato praticado, o qual implicará inevitável retribuição em vidas futuras. Mas aqueles que tiverem bons propósitos e permanecerem com a consciência tranqüila estarão felizes com o pensamento de que os bons atos trarão felicidade nas vidas que se seguirão. Percorre o caminho do reino de Buda todo aquele que puder romper as malhas do egoísmo, dos maus pensamentos e desejos.

Os Homens fazem da vida uma sucessão de apegos e sofreguidão; por esse motivo, sentem as ilusões da aflição e do sofrimento. Mesmo as coisas úteis devem ser desprezadas, quando se tornam um fardo desnecessário; assim também deve ser com as más coisas (A DOCTRINA DE BUDA, 2007, p. 50).

Ensina Buda:

Os homens habitualmente relacionam-se, a si mesmos e a tudo, com o nascimento e a morte, mas, na realidade, não há tais concepções. Quando os homens compreenderem esta verdade, aperceber-se-ão da verdade da não dualidade: do nascimento e da morte. (...) porque nutrem a idéia do ego, apegam-se à idéia de posse; mas, como não há "eu", não pode haver um "meu". (...) Os homens fazem distinção entre pureza e impureza, mas na natureza das coisas, não existe tal distinção; eles a criam levados pelas falsas e absurdas imaginações. Da mesma forma, não pode haver distinção entre o bem e o mal, pois não há nenhum bem ou mal existindo separadamente. Aqueles que estiverem trilhando o caminho da Iluminação deverão reconhecer esta não-dualidade, a fim de que não sejam levados a louvar o bem e condenar o mal, ou a desprezar o bem e indultar o mal. Os homens temem, naturalmente, o infortúnio e almejam a felicidade; mas (...) o

infortúnio, muitas vezes, se torna felicidade e a ventura torna-se infelicidade. O sábio aprende a encarar as cambiantes circunstâncias da vida, com mente imparcial, não se exaltando com o sucesso nem se deprimindo com o fracasso. Assim se compreende o princípio da não-dualidade (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p. 54).

Assim orientou Buda: “Segue, pois o caminho do meio, onde a dualidade se funde em unidade, que transcende os conceitos extremados”.

A concepção da Reencarnação, segundo o Budismo, vai ser amplamente explorada no *Livro Tibetano dos Mortos*. Entretanto, entre certos adeptos da filosofia budista, há a crença de que o que se passa de uma existência para outra não é uma alma ou Espírito, como a doutrina que é divulgada na seita Hynāyana, chamada também de “Pequeno Veículo” ou Escola Theravada (Escola dos Maiores), que tem por livro sagrado o *Tripitaka*¹⁹. De acordo com seus ensinamentos, aquilo que se encarna é uma espécie de “energia” que transita de uma para outra encarnação. Em lugar da alma, existe Anattā (Não Eu). Já a seita budista Mahāyana, denominada “Grande Veículo”, considera que é uma alma aquilo que reencarna. Os adeptos da seita Mahāyana crêem na metempsicose. Entretanto, nos escritos budistas autênticos, não há menção ao renascimento do homem fora de sua espécie (ANDRADE, 1986, p. 363).

4.3.2 O Livro Tibetano dos Mortos

O *Livro Tibetano dos Mortos*, ou *Bardo Thödol*, que significa “Libertação pela Audição no Plano Pós-morte”, é um documento budista compilado dos ensinamentos de sábios durante muitos séculos no Tibete e transmitido oralmente através de gerações. Esse livro era lido como parte da cerimônia fúnebre ou para pessoas à beira da morte.

Segundo a tradução do *Bardo Thödol*, feita por Evans-Wentz, a partir do momento da morte, até um período variável de três dias e meio a quatro dias, o Conhecedor ou princípio de consciência (no caso do falecido ser um homem comum, não iluminado), permaneceria em estado de sono ou de transe, inconsciente do fato de ter-se separado do corpo. Este período

¹⁹ O Tripitaka inclui: 1) o Sutra-Pitaka, que é uma coletânea dos sermões de Buda; 2) o Vinaya-Pitaka, que compreende os preceitos da Fraternidade Budista; e 3) o Abhidharma, que são os comentários escritos pelos ilustres instrutores.

corresponderia ao primeiro *Bardo* ou *Chikhai Bardo* e representaria o estado de transição do Momento da Morte. Neste momento surgiria a Clara Luz em sua pureza primitiva. Entretanto, um homem comum não seria capaz de reconhecê-la, pois, não conseguindo manter-se e permanecer em um estado transcendental de mente não modificada, só perceberia essa luz de uma forma karmicamente obscurecida (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p. 20).

Após o término do primeiro *Bardo*, o Conhecedor, desertando para o fato de que a morte ocorreu, passaria a vivenciar o segundo *Bardo*, ou *Chönyid Bardo*, que corresponderia ao Estado de Transição da Realidade (Vislumbre da Realidade). A esse estado seguir-se-ia o terceiro *Bardo*, o *Sidpa Bardo*, que corresponderia ao Estado de Transição da Busca do Renascimento, terminando com o renascimento do princípio de consciência no mundo humano ou em qualquer outro mundo (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p. 20).

A passagem de um bardo ao outro seria análoga ao nascimento. Do primeiro para o segundo *Bardo*, o princípio de consciência despertaria de um estado de desfalecimento ou transe para entrar em um estado onde surgiriam visões simbólicas, muitas vezes aterradoras, a depender do avanço espiritual de cada individualidade em particular, criada por reflexos kármicos das ações que tenham sido realizadas no plano terrestre. O que cada um pensou e fez na vida física tornar-se-ia objetivo: as formas-pensamentos, uma vez visualizadas, se enraizariam, cresceriam, floresceriam e produziriam, passando a ser o próprio conteúdo da consciência daquela personalidade.

Caso o morto não tenha sido instruído, guardaria a sensação de possuir um corpo de carne e osso e, muitas vezes, ao aperceber-se de que o corpo físico não mais existiria, seria tomado de um fortíssimo desejo de possuir um. Entraria então no terceiro *Bardo*, a partir da predileção kármica para a existência sangsãrica, a ser naturalmente decisiva, à procura de Renascimento, ocasião que terminaria o estado da pós-morte. Esse seria o processo que se daria nas pessoas comuns. Porém, nas mente excepcionais, dotadas de grande conhecimento de Yoga nos níveis mais elevados, somente dar-se-iam os estágios mais espirituais do *Bardo* dos primeiros dias. Os iogues mais iluminados poderiam passar diretamente para o Paraíso, sem vivenciar o *Bardo*, ou ainda reencarnar nesse mundo tão logo o corpo físico tenha sido

descartado, mantendo ininterruptamente a continuidade da consciência (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p. 21).

Segundo o *Bardo Thödol*, é renascendo como ser humano que o homem comum escapa do Estado Intermediário e paga pelas suas delinqüências morais. O Estado Intermediário é um período simbólico de 49 dias, cuja duração real é determinada pelo karma de cada um. Durante esse período, o falecido ficaria a mercê de todas as ilusões kármicas do *Bardo* e seu progresso tornar-se-ia impossível. Afora a libertação obtida pela conquista do Nirvana após a morte, que teria o poder de cortar todos os laços kármicos da existência sangsãrica ou mundana em um corpo ilusório de predileções, a única esperança que restaria no homem comum de alcançar o estado de Buda residiria na possibilidade de ele renascer em uma forma humana; o renascimento sob qualquer outra forma que não a humana provocaria demora a quem vislumbra o alcance da Meta Final.

Segundo a Grande Doutrina da Libertação pela Audição, pessoas de intelecto mais elevado certamente seriam capazes de libertar-se espiritualmente do corpo físico só com o conhecimento dos livros-guias. Caso isso não ocorresse, eles deveriam praticar aquilo que chamavam de Transferência (relativo ao princípio de consciência) do ensinamento, no Estado Intermediário dos momentos da morte, que lhes proporcionaria libertação espiritual automática pelo simples ato de lembrar. Essa libertação total do mundo físico e a identificação divina do ser seriam imprescindíveis para atingir-se o estado de Buda (estado de bondade extrema e de paz) encerrando o ciclo das reencarnações (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.60).

Os antigos tibetanos budistas acreditavam que os adeptos do espírito comum certamente conseguiriam libertar-se dessa forma. Porém, ao encontrarem-se no Estado Intermediário da Realidade²⁰, se o simples ato de lembrar não fosse capaz de promover a libertação do espírito de seu corpo e vida física, os ensinamentos contidos nos livros-guias poderiam induzir o morto a perseverar atentando-se para esta Grande Doutrina da Libertação pela Audição (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.60).

O primeiro *Bardo* ocorreria nos momentos da morte. Expiração cessada, a força vital penetraria no centro nervoso da Sabedoria (psíquico) e a mente do

²⁰ A Ilusão é relativo a tudo o que é matéria; nessa doutrina, a realidade é o espiritual.

morto experimentaria a Clara Luz da condição natural (a mente em seu estado natural ou primordial, diferente da mente encarnada que estaria em estado não-natural). A força vital seria lançada para trás e passaria rapidamente para baixo através dos nervos esquerdo e direito, quando a aurora do Estado Intermediário (da morte) despontaria momentaneamente. Neste momento, alguém deveria ler o *Bardo-Thödol*, se possível antes que a força vital tivesse afluído para o nervo esquerdo (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.63).

A repetição incansável do conteúdo do *bardo*, ao morto, era reconhecida como imprescindível para trazer à mente do morto os conhecimentos adquiridos em vida, de confrontação anterior. Também lembraria o morto de que a consciência nua é a Clara Luz, o seu verdadeiro eu, de forma a ajudá-lo a libertar-se (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.68).

Ou seja, no primeiro *Bardo*, o livro ensinaria o morto a reconhecer o seu estado, percebendo a realidade de sua consciência imortal. Se a Clara Luz fosse reconhecida, a Libertação seria alcançada (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.69).

Mas, a despeito de todo conhecimento, se por qualquer motivo a Clara Luz não fosse reconhecida e o moribundo não se reconhecesse como espírito, se ele não vislumbrasse a morte, então lhe seria apresentada a Clara Luz Secundária (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.69).

De acordo com o bom ou mau Karma de cada um, a força vital correria tanto pelo nervo direito como pelo esquerdo e sairia através de qualquer uma das aberturas do corpo. Uma vez a consciência tendo saído do corpo do morto, um estado de lucidez profunda da mente apresentar-se-ia, estado que levaria o morto a questionar-se sobre a sua real situação, se estaria vivo ou morto. Nesse estado, não seria capaz de determiná-lo. Veria parentes e circundantes como os via antes. Ouviria inclusive os seus lamentos (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.69).

Segundo essa doutrina, é possível que, algumas pessoas, mesmo tendo sido apresentadas em vida à Realidade, não tenham se familiarizado com ela, não sendo capazes de reconhecer claramente o *Bardo*, por si só. Alguém teria que, nesse caso, infundir vividamente esse conhecimento, nessas pessoas (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.70).

Haveria outras que, mesmo tendo sido familiarizadas com os ensinamentos, mas devido à violência da doença que lhes causaria a morte, poderiam ser mentalmente incapazes de resistir às ilusões, tal a condição que lhes prenderia ao corpo físico. Para ele, essas instruções do *Bardo* seriam absolutamente necessárias (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.70).

Ainda haveria os que, mesmo anteriormente tendo sido familiarizados com os ensinamentos, foram sujeitados a passar pelos estados miseráveis de existência, devido ao não-cumprimento de promessas ou por falharem ao desempenhar honestamente as obrigações essenciais. Para eles, essa instrução seria indispensável (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.70).

Se o primeiro estágio do *Bardo* fosse devidamente aproveitado, tanto melhor. Mas, se não, com a aplicação dessa evocação, no segundo estágio do *Bardo*, seu intelecto seria despertado e poderia alcançar a libertação. Durante esse segundo estágio, o corpo da pessoa seria da natureza de um corpo ilusório brilhante (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.71).

Sem saber se estaria morto ou não, viria um estado de lucidez profunda. Se as instruções fossem aplicadas ao falecido com êxito nesse estado, o karma deixaria de controlar seu destino, pois a Clara Luz no Caminho Certo dissiparia o poder desse Karma (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.71).

O segundo estágio do *Bardo* surgiria para o corpo de pensamento. O Conhecedor estaria naqueles lugares em que as suas atividades foram limitadas. Mas, mesmo não reconhecendo a Clara Luz Primária no segundo *Bardo*, a Libertação ainda poderia ser alcançada através do terceiro *Bardo*, quando despontariam as ilusões Kármicas (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.71).

No segundo *Bardo*, o falecido poderia ver seu corpo físico morto, despido de suas vestes e o lugar da mantra de dormir limpo. Poderia ouvir todos os murmúrios e lamentos de seus amigos e parentes, mas perceberia que, embora pudesse vê-los e ouvi-los chamarem-no, eles não poderiam ouvi-lo e, assim, ele partiria desgostoso para outras bandas (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.72).

Nesse momento, o morto passaria a ser atemorizado por sons, luzes e raios. O medo e o terror lhe causariam muita fadiga. A confrontação com o

Bardo durante essa vivência da Realidade deveria ser aplicada. Chamar-se-ia o falecido pelo nome e, de forma correta e inteligível, explicar-lhe-ia o seguinte:

Ó, nobre filho, escuta com toda a atenção, sem te distraíres. Há seis estados do *Bardo*, a saber: o estado natural do *Bardo*, no ventre; o *Bardo* do estado de sonho; o *Bardo* do equilíbrio extático, em profunda meditação; o *Bardo* do momento da morte; o *Bardo* durante a experiência da Realidade e o *Bardo* do processo inverso da existência sangsárica (momento em que o Conhecedor está buscando renascimento). Estes são os seis estados.

Ó nobre filho, vivenciarás três *Bardos*, o *Bardo* do momento da morte, o *Bardo* durante a experiência da Realidade e o *Bardo* quando se procura renascimento. Destes três, até ontem vivenciastes o *Bardo* do momento da morte. Embora a Clara Luz da Realidade tenha surgido sobre ti, foste incapaz de manter-se assim e, por isso, divagas por aqui. Daqui por diante experimentarás os outros dois.

Preta atenção a isto com o que vou colocar-te em confrontação, e mantém-se assim:

Ó nobre filho, agora chegou o que se chama morte. Estás partindo desse mundo dos vivos, mas não é o único; a morte vem para todos. Não te apegues, por gosto ou fraqueza, a esta vida. Mesmo que te apegues, por fraqueza, não tens o poder de permaneceres aqui. Não ganharás com isso senão errar neste Sangsára. Não te apegues, não sejas fraco. Lembra-te da Preciosa Trindade (Budda, Dharma, Sãgha).

(...) Lembre-se: “Ai, de mim! Quando a Incerta Experiência da Realidade raiar sobre mim, com todo pensamento de medo ou terror ou temor por tudo [as aparições fantasmas] afastado. Que eu reconheça quaisquer visões que apareçam como reflexos de minha própria consciência; que eu as reconheça como sendo da natureza das aparições do *Bardo*; Neste importantíssimo momento da oportunidade de alcançar um grande fim, que eu não tema os bardos de deuses pacíficos e Irados, minhas próprias formas de pensamentos” (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.72-73).

De acordo com esse *Bardo*, o corpo radiante e semelhante ao anterior seria dotado de certos traços e belezas de perfeição tais como os corpos dos seres de alto destino. Nascido do desejo, esse corpo seria uma alucinação da forma-pensamento no Estado Intermediário. Dotado de todas as faculdades sensíveis

e poder de livre movimento, isso implicaria que, mesmo tendo sido , quando vivo, cego dos olhos ou surdo ou aleijado, não obstante, no Plano Pós-morte os olhos do morto poderiam ver, os ouvidos ouvir e todos os outros órgãos sensíveis seriam inalterados, aguçados e completos. Essa condição de existência seria uma indicação de que teria ocorrido a morte e que o falecido permaneceria no *Bardo* (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.121).

Esse corpo teria livre movimento, uma vez o intelecto estando livre de sua sede, de modo que, não sendo mais formado de matéria rude, poderia passar através de massas rochosas, montanhas, encostas, terra e casas, sem ser impedido. Essa condição seria outra indicação de que o morto erraria pelo *Sidpa Bardo*. Esse corpo poderia levá-lo instantaneamente a qualquer lugar e apresentaria vários poderes de ilusão e de mudança de forma. A habilidade de exercê-los livremente existiria nesse estágio. O possuidor desse tipo de corpo poderia ver lugares e parentes, tal como veria o outro nos sonhos. Poderia ver a família chorar seu luto, experimentando grande dor. Ensina o *Bardo* que o morto deveria desprender-se dos parentes e conhecidos (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.123).

Quando esse corpo fosse levado, de um lado para o outro, pelo vento incessante do Karma, o intelecto do morto, não tendo objeto que lhe sustente, seria como uma pluma lançada ao ar pelo vento, montando num cavalo de sopro. Incessante e involuntariamente, estaria errando. Haveria uma luz cinza semelhante ao crepúsculo, seja de noite, seja de dia, por todo o tempo. Nesse estado, o morto encontrar-se-ia de uma a sete semanas, até o quadragésimo nono dia, quando o cruel vento do Karma, terrível e doído de suportar-se, levaria o morto, com horríveis rajadas. Elas seriam pura ilusão e não deveriam ser temidas. Em outras pessoas de muito mau karma, demônios comedores de carne, produzidos karmicamente, portando várias armas, gritariam por morte, causando um pavoroso tumulto. Aparições ilusórias de ser perseguido por vários animais carniceiros poderiam aparecer. Neve, chuva, escuridão, rajadas de ventos e alucinações de perseguição viriam igualmente. Sons, como de montanhas que desabam e de mares bravios inundando ou de fogo turbulento e de furiosos ventos, adviriam (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p. 124).

A pessoa, aterrorizada, sairia fugindo, porém, o caminho por ele tomado estaria obstruído por espantosos precipícios, que seriam profundos e aterrorizantes. O *Bardo* orienta que o morto deveria lembrar-se de que tudo isso não passaria de ilusões (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.125).

Outras pessoas, que acumularam méritos e se devotaram sinceramente à religião, provariam vários prazeres deliciosos e plena felicidade e paz. Mas aquela classe de seres neutros, que não fizeram jus ao mérito nem criaram mau karma, não experimentariam nem prazer nem dor, mas uma espécie de incolor, indiferente estupidez. O *Bardo* orienta que nesse momento o morto não deveria deixar-se levar pelos deliciosos prazeres que pudesse experimentar, mantendo o intelecto no estado de não-distração da meditação. O morto poderia sentir-se perturbado, irritado e em pânico nesse momento, ao aperceber-se dos indícios do corpo mental de quem erra no *Sidpa Bardo*. Desejaria, então, possuir um corpo físico, passando a buscar o renascimento (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.126).

O *Bardo* orienta o morto a reconhecer que o sofrimento no Bardo seria consequência de seu próprio Karma. Seu Bom Gênio, que teria nascido consigo simultaneamente ao seu nascimento, viria e contaria à Trindade Pessoa as tuas boas ações; também o seu Mau Gênio viria contar as suas más ações, o que faria com que o morto se sentisse espantado, atemorizado e aterrorizado, de forma que passaria a arrolar mentiras, negando ter praticado algum pecado. O Senhor da Morte passaria a consultar o Espelho do Karma, que refletiria tanto as boas quanto as más ações do morto. Mentir não serviria de nada (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.127).

O Senhor da Morte colocaria uma corda em volta do pescoço do morto e o puxaria adiante, cortaria sua cabeça, extrairia o seu coração e arrancaria seus intestinos, devoraria o seu cérebro, beberia o seu sangue, comeria sua carne e roeria os seus ossos. Embora tivesse o seu corpo cortado em pedaços, o morto reviveria. A repetição da retaliação causaria intensa dor e tortura (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.127).

O corpo, sendo um corpo mental, seria incapaz de morrer, mesmo decapitado e esquartejado. Esse corpo seria da natureza do vazio. Os Senhores da Morte seriam as próprias alucinações. Ao reconhecer esse vazio

da verdadeira natureza, diante do qual o intelecto brilha claramente e mais lucidamente, o morto poderia experimentar, com uma insuportável intensidade, o Vazio e o Brilho inseparáveis – o Vazio, brilhante por natureza, e o Brilho, vazio por natureza – atingindo um estado de intelecto primordial. Mais uma vez poderia o morto atingir a libertação (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.129).

O *Sidpa Bardo* termina orientando o morto sobre o processo de renascimento. A lembrança do Bardo teria por intenção impedir a reencarnação do morto, impedindo sua entrada em algum ventre. Assim, orações à Clara Luz, às Divindades Tutelares seriam feitas, para que o morto pudesse livrar-se das rodas dos renascimentos. Mas, se acaso fosse imprescindível a Reencarnação, o Bardo orienta que existiriam quatro tipos de nascimento: pelo ovo, pelo ventre, sobrenatural e pelo calo e umidade (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.136).

Visões de machos e fêmeos em união apareceriam. Se, nesse momento, alguém entrasse no ventre por força de sentimentos de apego ou de repulsa, poderia renascer como um cavalo, como uma galinha, como um cachorro ou como um humano (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.136).

Ao nascimento como macho, o sentimento de ser macho surgiria e produziria um sentimento de intenso ódio em relação ao pai e de ciúme e atração em relação à mãe. Ao nascimento como fêmea, o sentimento de ser fêmea surgiria e produziria o mesmo sentimento em relação aos progenitores. Devido a essa causa secundária, ao entrar no caminho do éter, justo no momento em que o espermatozoide e o óvulo se uniriam, o Conhecedor experimentaria a bem-aventurança do estado de nascer simultaneamente, durante o qual ele desmaiaria na inconsciência. Poderia renascer sob variadas formas e em muitas delas; o mutismo, a estupidez e a obscuridade miserável seriam provados e uma variedade de sofrimentos haveriam de ser experimentados. Outros poderiam errar pelo inferno ou pelo mundo dos espíritos infelizes, caindo nos precipícios profundos do Samsara. Sofreriam provas intermináveis e insuportáveis. Necessário seria meditar e orar, segundo a orientação do *Bardo*, para que essas portas do ventre fossem fechadas (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.137).

Caso todas as tentativas de fechamento da porta do ventre se mostrassem insuficientes, o *Bardo* orienta o morto a observar o lugar de nascimento e escolher também o continente, de forma a renascer em uma família religiosa e um lugar onde predomina a religião. Ele não deveria precipitar-se, entrando em qualquer ventre que se lhe aparecer (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, P.146).

4.4 Reencarnação e Taoísmo

Segundo Rohden, (2003), a obra *Tao Te Ching* foi escrita em meados do século VI a.C. e constitui uma das obras máximas da Humanidade²¹, tanto pela beleza quanto pela profundidade filosófica que encerra, representando a essência filosófico-religiosa do Taoísmo, doutrina largamente divulgada na China. O *Tao Te Ching*, formulado por Lao-Tsé, apareceu naquele país há cerca de 2600 anos e apresenta, em 81 pequenos aforismos, toda a sabedoria dos grandes mestres da Humanidade. São poemas brevíssimos e muitas vezes em forma de paradoxos, traduzindo uma verdade que a inteligência muitas vezes não pode alcançar nem afirmar, muito menos negar. A sapiência cósmica de Lao-Tsé considera a atitude cosmo-consciente mais importante do que qualquer ato ego-consciente. A suposta dureza diamantina de seus aforismos filosóficos contém o brilho intuitivo da essência dessa sabedoria (ROHDEN, 2003, p. 19-20).

Embora não seja uma obra marcadamente reencarnacionista, sugere a reencarnação, principalmente na lei da antítese universal, que pode ser apreciada no poema 16.

Lao-Tsé²², (o jovem sábio, de Lao - criança e Tse - idoso, ancião) viveu no século VI a.C. e passou seus primeiros 40 anos trabalhando como historiador e bibliotecário na corte imperial da China. Em sua obra, *Tao Te Ching*, algumas

²¹ Segundo Rohden, as obras máximas da Humanidade são *Tao Te Ching* de Lao-Tsé, *Bhagavad Gîtâ* de Krishna e o Evangelho de Jesus Cristo.

²²Lao-Tsé foi contemporâneo de Kong-fu-Tsé (Confúcio), porém, suas doutrinas eram completamente antagônicas tanto na forma quanto na expressão. Confúcio elaborou uma filosofia moral-social que não transcendia o plano horizontal da vida de cada dia, mas que plasmou, como nenhuma outra, a vida do povo chinês. Já Lao-Tsé professou uma sabedoria de grande verticalidade que, contudo, não alcançou a popularidade de Confúcio. Sua filosofia parece-se muito com a metafísica mística da Índia (ROHDEN, 2003, p. 19).

vezes descreve o descalabro dos governos do Celeste Império Chinês e aponta o caminho para a sua regeneração. Em outros capítulos, desce às últimas profundezas metafísicas da realidade cósmica, procurando atingir a raiz do Uno, seguindo o mesmo caminho da Filosofia Univérsica²³. Quando estava com idade madura, abandonou a corte imperial e retirou-se como eremita. A partir de então passou a estudar e meditar, auscultando a voz silenciosa da intuição cósmica universal (ROHDEN, 2003, p. 18).

4.4.1 Tao Te Ching

Nesta obra, a questão principal trabalhada por Lao-Tsé é a do entendimento de Deus, Criador Insondável, tal a Sua magnitude. Segundo ele, compreender a essência divina dos seres é imprescindível para o estabelecimento da ordem cósmica no Universo. O grande segredo da vida estaria em descobrir o que há de mais essencial em cada coisa.

Embora não seja uma obra marcadamente reencarnacionista, sugere a reencarnação, principalmente na lei da antítese universal, ao falar da morte e da vida, no poema 16:

Quem se ergue às alturas sem desejos
Enche de silêncio o coração.
E, ainda que todas as turbas ruidosas
Assaltem o homem isento de desejos,
Ele habita o profundo silêncio,
Contemplando, sereno, o louco vai-e-vem,
Porquanto tudo o que existe
É um incessante vir e voltar,
Um nascer e um morrer.
O que retorna volta ao Imperecível.
Quem isto compreende é sábio.
Quem não o compreende é autor de males.
Quem é empolgado pela alma no Universo
Alarga o seu coração.

²³ Filosofia Univérsica: Filosofia cósmica. Representa a Filosofia da era Atômica e Cosmonauta, baseada no caráter monista da ciência que focaliza a aparente diversidade do Cosmos, em uma fascinante unidade. Essa unificação da pluralidade é, segundo Huberto Rohden, devida sobretudo ao fato de ter a matemática de Einstein e a ciência dos físicos demonstrado que os 92 elementos da química, de que são feitas todas as coisas, são essencialmente luz, luz congelada ou semi-passivizada, manifestando-se como energia ou matéria. (http://br.geocities.com/memorialhoden/filosof_univ.html) 05/11/08, 21:11h

E o homem de coração largo
É tolerante,
E o tolerante é nobre.
O homem nobre cumpre a ordem cósmica.
E quem cumpre esta ordem
Identifica-se com Tao, o Infinito.
É imortal como Tao
E não subjugando destino algum (LAO-TSÉ, 2003, p. 56).

Tao significa Absoluto, Infinito, Essência, Suprema Realidade, Divindade, Inteligência Cósmica, Vida Universal, aquilo que é Insondável. *Te* significa caminho, diretriz ou revelação. *Ching* corresponde a livro, escrito, documento. *Tao Te Ching* pode ser compreendido como “livro que revela a divindade”(ROHDEN, 2003, p. 30).

A bipolaridade complementar do Cosmos permeia toda a filosofia de Lao-Tsé e pode ser simbolizada pelo antiquíssimo diagrama chinês chamado *tei-gi* (figura 2), onde o círculo incolor e vácuo representa a Tese do Absoluto, Brahman, A Divindade, como puro ser. Esse círculo incolor e indefinido que o Absoluto evolve rumo aos Relativos do Devir, aparecendo como positivo e negativo, Yang e Yin, masculino e feminino, céu e terra, vida e morte, o alfa e o ômega. O simples Ser de Brahman tornou-se o Criador Brahma, iniciando o drama da evolução e, enfim, essas duas antíteses amadurecem na Síntese, rumo à Tese inicial, integrando-se nela sem se diluir. O que se dá espontaneamente no Cosmos Sideral pode acontecer espontaneamente no Cosmos Hominal, pelo poder criador do seu livre-arbítrio.

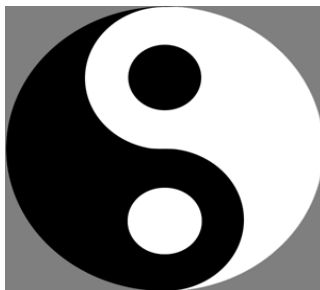


Figura 2: Tei-gi: Diagrama Chinês representando o Absoluto que rumo aos relativos do devir.

Fonte: www.google.com/imagens - www.xp.pro.br 06/11/2008; 20:00h.

É marcante, nos poemas de Lao-Tsé, a reverência ao Absoluto e à essência genuinamente espiritual do homem que, para ele, o identifica com a divindade. A grande parte de seus poemas versa sobre o bem, a nobreza, o caminho reto, as leis divinas imperiosas sobre a ilusão da matéria. É um convite à conduta íntegra, à busca do que é imortal e à vida contemplativa.

Sobre o Uno, o *Tao*, no poema 1 é dito:

O Insondável que se pode sondar, não é o verdadeiro Insondável.
O inconcebível que se pode conceber não indica o inconcebível.
No Inominável está a origem do Universo.
O que é Nominável constitui a mãe de todos os seres.
O Ser indigita a Fonte Incognoscível.
O Existir nos leva pelos canais cognoscíveis.
Ser e Existir são a Realidade total.
A diferença entre Ser e Existir é apenas de nomes.
Misterioso é o fundo da sua unidade.
Eis em que consiste a sabedoria suprema (LAO-TSÉ, 2003, p. 27).

Sobre os vivos e a origem da vida, no poema 6:

Imperecível é o espírito da profundidade,
Como o seio profundo da maternidade.
Céus e terra radicam no seio da mãe.
São a origem de todos os vivos,
Que espontaneamente brotam da Vida (LAO-TSÉ, 2003, p. 38).

Sobre a atuação do invisível no visível, no poema 11 ele se refere à essência metafísica da vida:

Trinta raios convergentes no centro, tem uma roda,
Mas somente os vácuos entre os raios é que facultam o movimento.
O oleiro faz um vaso, manipulando a argila,
Mas é o oco do vaso que lhe dá utilidade.
Paredes são massas com portas e janelas, mas somente o vácuo
entre as massas lhes dá utilidade.
Assim são as coisas físicas que parecem ser o principal,
Mas o seu valor está no metafísico (LAO-TSÉ, 2003, p. 47).

Através dos visíveis, ruma-se ao invisível, no poema 12:

[...] Por isso, o sábio em sua alma
Determina a medida para cada coisa.
Todas as coisas visíveis lhe são apenas
Setas que apontam para o Invisível (LAO-TSÉ, 2003, p. 49)

E nos poemas 18 e 19, sobre os fundamentos da ética:

A moralidade e o direito nasceram
Quando o homem deixou de viver
Pela alma do Universo.
Com a tirania do intelecto
Começou a grande insinceridade;
Quando se perdeu a noção da alma,
Foi decretada a autoridade paterna
E a obediência dos filhos.
Quando morreu a consciência do povo,
Falou-se em autoridade do governo
E a lealdade dos cidadãos.

De mil benefícios goza um povo
Quando não se fala mais em ser
Virtuoso e nem santo.
Verdadeira referência e amor sincero
Medram em uma sociedade
Em que o direito e a moral deixam de ser prescritos.
A ordem não reina em uma sociedade
Onde o interesse determina o agir.
Esses princípios não podem ser prescritos,
Mas devem ser vividos.
Somente onde eles são vivenciados
É que ajudam os homens.
A ética genuína só existe
Onde o homem vive de dentro da sua fonte
E age pela pureza do seu coração;
Onde a genuinidade do seu ser
Revela-se em atos desinteressados
E isentos de desejos (LAO TSÉ, 2003, p.)

4.5 Reencarnação e Filosofia Ocidental

Embora a origem da Filosofia tenha sido atribuída aos gregos ao longo da História da Humanidade, fundamentada principalmente na tese do “milagre grego” proposta pelo historiador e *doxógrafo* Diógenes de Laércio, que afirmava terem sido os gregos a darem nascimento não só à filosofia, mas a todo o gênero humano, (“apud”, CHAUI, 2002, p 19), a tese orientalista da origem da Filosofia é reforçada, segundo Chauí (2002), por aspectos comuns entre as religiões e os mitos orientais e as religiões e os mitos gregos.

São comuns, entre ambos, as concepções de uma unidade universal divina criadora de todos os seres; a idéia da geração e diferenciação de todos os seres a partir de uma unidade primordial caótica e indiferenciada, que seria determinada pela força intrínseca do princípio originário, seja através da intervenção de um princípio inteligente sobre a matéria sem forma, seja por meio da luta entre forças opostas; a percepção de uma conexão entre todos os seres; a concepção de uma lei cíclica governando a geração, a transformação e a corrupção das pessoas; e, enfim, o dualismo entre o corpo mortal e a alma imortal que precisa ser moralmente purificada para libertar-se do corpo e gozar a felicidade perene. Já as diferenças entre o pensamento grego e o oriental vão fundamentar-se, sobretudo, na epopéia de Homero e na Teogonia²⁴ de Hesíodo, ao procurarem diminuir a distância entre deuses e homens, humanizando os deuses e racionalizando os mitos de origem.

Segundo Mondolfo (1960, p. 9 “apud” CHAUI, 2002, p. 23), investigações arqueológicas suscitam conhecimentos inesperados acerca das civilizações anteriores à grega, desde o Oriente asiático e egípcio ao território helênico. Revelaram-se a civilização pré-helênica egéia ou minóico-mecênica (Creta, Micenas, Tirinto etc.) e suas profundas ligações com a egípcia e as asiáticas, reconhecidamente reencarnacionistas. Descortinam-se, a partir daí, múltiplas possibilidades quanto à extensa difusão de influências de civilizações já parcialmente conhecidas (egípcia, babilônio-assíria, fenícia, iraniana, lídia, frígia, etc.) e outras até então desconhecidas (suméria, hitita, de Mitanni etc.). Dessa forma, tornaram-se mais claras as conexões diretas e indiretas do

²⁴ A Teogonia narra, por meio das relações sexuais entre os deuses, o nascimento de todos os deuses, titãs, heróis, homens e coisas do mundo natural. A Teogonia é uma genealogia, laços de parentesco entre os seres criados.

nascimento e desenvolvimento da cultura grega com essas civilizações antecessoras, tanto no campo da vida espiritual quanto no da vida prática, a saber, religião, mitologia, artes arquitetônicas e figurativas, música, poesia, técnica e ciência.

4.6 Pitágoras

Pitágoras nasceu na ilha grega de Samos, supõe-se que cerca de 540-537 a.C. (segundo Diógenes Laércio) ou 532-531 a.C. (segundo Apolodoro), sendo instruído por Tales de Mileto e seus discípulos em matemática e filosofia.

O deus cultuado por Pitágoras era Apolo Delfo e sua religião era baseada nas crenças órficas²⁵, movimento religioso histórico-cultural que se espalhou, desencadeado pelo avanço dos persas sobre a Jônia, em meados do século VI

²⁵ Segundo a Mitologia grega, Orfeu, filho de Calíope, era o mais talentoso músico que já viveu. Quando tocava sua lira, os pássaros paravam de voar para escutar e os animais selvagens perdiam o medo. As árvores se curvavam para pegar os sons no vento. Ele ganhou a lira de Apolo; alguns dizem que Apolo era seu pai. Orfeu era casado com Eurídice. Eurídice era tão bonita que atraiu um homem chamado Aristeu. Quando ela recusou suas atenções, ele a perseguiu. Tentando escapar, ela tropeçou em uma serpente que a picou e a matou. Orfeu ficou transtornado de tristeza. Levando sua lira, foi até o Mundo dos Mortos, para tentar trazê-la de volta. A canção pungente e emocionada de sua lira convenceu o barqueiro, Caronte, a levá-lo vivo pelo Rio Estige. A canção da lira adormeceu Cérbero, o cão de três cabeças que vigiava os portões; seu tom carinhoso aliviou os tormentos dos condenados. Finalmente Orfeu chegou ao trono de Hades. O rei dos mortos ficou irritado ao ver que um vivo tinha entrado em seu domínio, mas a agonia na música de Orfeu o comoveu, e ele chorou lágrimas de ferro. Sua mulher Perséfone, implorou-lhe que atendesse ao pedido de Orfeu. Assim, Hades atendeu seu desejo. Eurídice poderia voltar com Orfeu ao mundo dos vivos. Mas com uma única condição: que ele não olhasse para ela até que ela, outra vez, estivesse à luz do sol. Orfeu partiu pela trilha íngreme que levava para fora do escuro reino da morte, tocando músicas de alegria e celebração enquanto caminhava, para guiar a sombra de Eurídice de volta à vida. Ele não olhou nenhuma vez para trás, até atingir a luz do sol. Mas então se virou, para se certificar de que Eurídice estava seguindo-o. Por um momento ele a viu, perto da saída do túnel escuro, perto da vida outra vez. Mas enquanto ele olhava, ela se tornou de novo um fino fantasma, seu grito final de amor e pena não mais do que um suspiro na brisa que saía do Mundo dos Mortos. Ele a havia perdido para sempre. Em total desespero, Orfeu se tornou amargo. Recusava-se a olhar para qualquer outra mulher, não querendo se lembrar da perda de sua amada. Furiosas por terem sido desprezadas, mulheres selvagens, chamadas Mênades, caíram sobre ele, frenéticas e o despedaçaram. Jogaram sua cabeça cortada no Rio Hebrus e ela flutuou, ainda cantando, "Eurídice! Eurídice!" Chorando, as nove musas reuniram seus pedaços e os enterraram no Monte Olimpo. Dizem que, desde então, os rouxinóis das proximidades cantaram mais docemente do que os outros, pois Orfeu, na morte, se uniu à sua amada Eurídice. Quanto às Mênades, que tão cruelmente mataram Orfeu, os deuses não lhes concederam a misericórdia da morte. Quando elas bateram os pés na terra, em triunfo, sentiram seus dedos se espicharem e entrarem no solo. Quanto mais tentavam tirá-los, mais profundamente eles se enraizavam. Suas pernas se tornaram madeira pesada, e também seus corpos, até que elas se transformaram em silenciosos carvalhos. E, assim, permaneceram pelos anos, batidas pelos ventos furiosos que antes se emocionavam ao som da lira de Orfeu, até que por fim seus troncos mortos e vazios caíram ao chão. (www.geocities.com/Wellesley/Atrium/4886/orfeu.htm) 08/09/2008; 21:00h

a.C. pela Grécia continental – na Ática - vindo da Trácia, alcançando a Magna Grécia e atingindo todo o mundo helênico (CHAUI, 2002, p. 64/65).

Essa religiosidade era completamente diferente daquela existente na Jônia, onde predominava a religião homérica. Aquela se naturalizava e racionalizava em mitos sofisticados, exprimindo o sentimento trágico da vida (dionisíaco).

Já as crenças órficas baseavam-se no sentimento racional da natureza humana (apolíneo) e tinham como pontos principais, segundo Chauí, (2002, p. 65): a presença de um princípio divino no homem, que governa o destino da alma de cada um; a idéia da alma que habita um corpo em consequência de uma culpa originária (karma); da existência da alma previamente ao nascimento do corpo e de sua subsistência depois da morte corporal, reencarnando em corpos sucessivos ou em nascimentos sucessivos, cuja finalidade seria purificá-la de culpas passadas.

Vivenciar a vida órfica significava a iniciação nos mistérios sagrados, que se baseava em práticas e rituais que tinham por finalidade ensinar a alma a ouvir os conselhos de seu *daímon*²⁶, assegurando sua purificação e livrando-a da roda dos renascimentos. Saber padecer e dispor-se a purificar-se constituía a educação e o itinerário da alma para realizar seu destino segundo a justiça, reparadora de todas as culpas.

A religião órfica não era exterior, não cultuava os deuses e tornou-se uma religião da ascese moral e da catarse da alma, interiorizando e buscando a consciência de si mesma, a sua purificação para fazer jus à imortalidade.

Após viver algum tempo entre os jônicos, Pitágoras viajou pelo Egito e pela Babilônia, indo até a Índia. Após seu retorno, estabeleceu-se em Crotona, na Magna Grécia, onde fundou uma confraria religiosa, cujas doutrinas eram mantidas em segredo pelos iniciados.

No Egito, Pitágoras foi admitido por Amoses, o Faraó, nos graus iniciáticos de Ísis e Osíris, graduando-se nos Mistérios Sagrados. Inspirando-se em Orpheu, construiu uma lira de sete cordas, cujo som era comparado à harmonia das esferas celestiais. Conheceu a Grande Pirâmide de Quéops²⁷,

²⁶ *Daímon*: Em sentido próprio, um deus, uma deusa, uma divindade; potência divina; donde: destino, sorte, infortúnio. Depois de Homero: deuses menores, almas dos mortos, espíritos inferiores, demônio no sentido de entidades tutelares e protetoras dos vivos. Por extensão: um espírito, um gênio ligado a uma cidade com seu protetor, ou uma pessoa, definindo seu caráter e seu destino; gênio bom, gênio mau. (CHAUI, 2002, p. 497)

que continha todos os princípios da Geometria, Astronomia, Numerologia e Ocultismo (CONTE, 2008, p. 41).

Na Babilônia, Pitágoras aprendeu com os escribas e sacerdotes as três modalidades de escrita utilizadas naquela época: a epistolar, usada pelos magistrados e governantes; a hieróglifa, largamente usada pelos sacerdotes; e a simbólica, da qual faziam uso os magos e os iniciados. Nas câmaras secretas das pirâmides e nas salas subterrâneas da Grande Esfinge, teve acesso ao legado da Atlântida, uma série de pergaminhos nos quais é narrada a história daquela estranha e misteriosa civilização. Com a casta sacerdotal aprendeu a Ciência dos números e a Arte das viagens astrais, os dois portais do espírito. Ainda na Babilônia, veio a conhecer e a participar dos Mistérios Caldeus e do Colégio de Magos da Pérsia. Aprendeu a arte de fazer horóscopos e as ciências astrológicas (CONTE, 2008, p. 45).

Na Índia, Pitágoras foi à busca dos filósofos gimnosofistas, descobrindo o sublime conceito de Parabrahman, a Unidade da qual provêm Deus e o Universo. No Rig-Veda, aprende a reconhecer a universalidade de todas as religiões e o véu da ilusão (Mayá), que faz com que os homens criem apenas nas realidades palpáveis, mensuráveis e visíveis. Por meio da leitura do Bhagavad-Gita, estabeleceu a correspondência de conceitos entre dharma e *ethos*; karma e lei de causa-efeito; samsara e metempsicose (Reencarnação) (CONTE, 2008, p. 47).

A doutrina pitagórica afirmava a possibilidade da transmigração das almas (a passagem das almas por diferentes corpos, tanto corpos de animais como de humanos) e a reencarnação. Sua doutrina propunha a purificação da alma pelo conhecimento ou pela vida contemplativa (*theoria*²⁸), única possibilidade,

²⁷ A Pirâmide de Quéops tem 2.300.000 blocos de granito, pesando duas toneladas cada um deles. A base da pirâmide é quadrada e o seu perímetro mede 36.500 polegadas piramidais, correspondendo ao ano solar de 365 dias e harmonizando um problema ainda não solucionado da quadratura do círculo, no qual o quadrado está representado pelo perímetro da base e o círculo pela órbita da Terra. Os blocos se distribuem harmoniosamente, em ordem decrescente, até a altura de 5.800 polegadas piramidais (148,2 metros) em perfeita consonância com a distância da Terra ao Sol. As diagonais da base apontam os quatro pontos cardeais. A densidade média dos blocos de granito é 2,06 e, se multiplicados pelo peso da pirâmide (2.300.000 blocos x 2 toneladas), resulta no peso exato do planeta. O número de polegadas piramidais contidos nas duas diagonais da base somam 24.250, que é também o tempo de duração (em anos solares) da precessão dos equinócios, ou seja, do retorno do pólo celeste ao seu ponto de partida. (CONTE, 2008, p. 43)

²⁸ *Theoria* Ação de ver, observar, examinar para conhecer; contemplação do espírito, meditação, estudo; especulação intelectual por oposição à prática. Deriva do verbo *theoréo*: observar, examinar, contemplar. Inicialmente, este verbo se refere aos espectadores que

segundo ele, de libertação da roda dos renascimentos. Orientava o silêncio, o isolamento e a abstinência (sexual, de alimentos como carnes e favas e de bebidas fortes) como forma de buscar a sabedoria. Para ele haveria três tipos de almas: as almas cúpidas, presas às paixões; as almas mundanas, presas às vaidades da fama e da glória; e as sábias voltadas para a contemplação (CHAUI, 2002, p. 68).

Adepto de Apolo Delfo²⁹ – o deus dos oráculos –, Pitágoras considerava que a verdade chegaria aos homens por inspiração divina. Tanto a verdade plena, quanto a sabedoria, pertenceria ao divino, cabendo ao sábio (*sophós*) desejá-la e amá-la, ligando-se a ela pelo laço da amizade (*philía*). O *philósophos*, para ele, seria aquele que tem amizade pela sabedoria e sua atividade chamar-se-ia *philosophía*.

Pitágoras buscou a *phýsis*³⁰ e afirmou que esta era o número – *arithmós*³¹. Essa afirmação partiu de sua observação de que os sons produzidos pela lira tetracorde, utilizada nos exercícios espirituais órficos, obedeciam a princípios e regras para formar os acordes e para criar a concordância entre os sons discordantes. Para ele, os sons da lira seguiam regras de harmonia que se traduziriam em expressões numéricas (proporções). Sendo o som número,

contemplam os jogos olímpicos e os comandantes que passam em revista as tropas. A seguir, passa a significar os que contemplam com os olhos da inteligência ou do espírito e, portanto, que examinam idéias, conceitos essenciais, com o significado de raciocinar, pensar, demonstrar, julgar, meditar e refletir. A teoria é o conhecimento pelo conhecimento, sem preocupação com seu uso instrumental, com sua aplicação, com as teorias. (CHAUI, 2002, p. 512)

²⁹ Apolo Delfos: O templo de Delfos foi erguido em honra e para o culto da Grande-Mãe Gaia, a deusa Terra, no cume mais alto e majestoso monte da região de Delfos, monte que outrora abrigara um poderoso vulcão. Na época em que Pitágoras viveu ainda se produzia, em suas fendas rochosas, estranhas emanações sulfurosas e etéreas, capazes de induzir, principalmente nas jovens mulheres consagradas à vida sacerdotal, transe mediúnicos, nos quais se acentuava o dom de profetizar. Para a proteção de suas sacerdotisas, a deusa Gaia colocara na entrada do Templo uma enorme serpente, Píton. Em certo momento, os homens daquela região olham para o céu e lá encontram a contraparte masculina de Gaia, que é o pai, o deus–Sol, Apolo. Apolo desce a Terra e mata a serpente-guardiã, extingue o culto a mãe Gaia e proclama que o povo deverá reconhecê-lo como Apolo Píton. A palavra Píton, dará o nome de Pitágoras. (CONTE, 2008, p. 17)

³⁰ *Phýsi*: Natureza. Possui três sentidos principais: 1) processo de nascimento, surgimento, crescimento; 2) disposição espontânea e natureza própria de um ser; características naturais e essenciais de um ser; aquilo que constitui a natureza de um ser; 3) força originária criadora de todos os seres, responsável pelo surgimento, transformação e perecimento deles. A *physis* é o fundo inesgotável de onde vem o *kósmos*; e é o fundo perene para onde regressam todas as coisas, a realidade primeira e última de todas as coisas. (CHAUI, 2002, p.509)

³¹ *Arithmós*: Inicialmente, grande quantidade a ser arranjada ou ordenada. A seguir, número, significando o ordenamento harmonioso ou a harmonia proporcional das coisas bem ordenadas. A aritmética é a ciência dos números, entendidos como ordenação harmoniosa e proporcional das coisas numeradas ou arranjadas racionalmente. (CHAUI, 2002, p. 495)

também toda a realidade, enquanto harmonia ou concordância dos diversos discordantes – como o seco e o úmido, o quente e o frio, o bom e o mau, o justo e o injusto, o masculino e o feminino - também seria necessariamente um sistema ordenado de opostos em concordância recíproca.

Porque o *kósmos* seria regido pelas mesmas leis de proporcionalidade que as cordas da lira, Pitágoras acreditava que houvesse uma música universal e que não poderia ser ouvida pelos humanos, nascidos e vividos em seu interior. Não seria possível estabelecer o contraste do silêncio que permitiria ouvi-la, ao recomeçar. Segundo Pitágoras, a música e a harmonia universal teriam uma relação proporcional e ordenada entre as esferas ou entre os céus e a terra³².

Ainda fazia parte do pensamento de Pitágoras, a concepção de que a natureza da *phýsis* ou a estrutura do mundo ou *kósmos* estaria presente em todas as coisas e também na alma, *psykhé*³³. Para ele a alma era harmonia. Por ser constituída por muitos elementos discordantes, a alma precisaria buscar a concordância, de forma que os elementos superiores dominassem os inferiores. (CHAUI, 2002, p. 69).

4.7 Platão

Platão nasceu em Atenas em 427 a.C. e morreu em 347 a.C..Pertencia a uma das mais prestigiosas famílias atenienses e recebeu a educação que tradicionalmente era dada aos jovens aristocratas, incluindo o ginásio, a música, a poesia e a retórica. Teria sido aluno de Crátilo, discípulo de Heráclito e de Sócrates³⁴ (CHAUI, 2002, p. 212).

³² O som e a música regem-se por rigorosos princípios matemáticos e seu estudo, no plano material, constitui-se na Acústica, um dos ramos da Física. A escala de vibrações sonoras progride de 32 a 32.768 ciclos por segundo e o ouvido humano é sensível apenas a essa faixa sonora. Abaixo dela estão os infra-sons e acima os ultra-sons. Já a divina proporção está expressa numa série numérica utilizada para construção da espiral, tal qual uma concha, a partir de figuras quadradas e ângulos retos, se forem colocadas em determinada ordem, progressiva, medindo respectivamente 1-1-2-3-5-8-13-21... Chega-se, a partir daí ao número áureo (1,618) que regula todas as espirais da natureza, o desenho das folhas e flores, o crescimento populacional, a progressão das ramificações dos arbustos e árvores, as conchas marítimas etc. Assim, para Pitágoras, “o menor está para o maior assim como o maior está para o todo” (CONTE, 2008, p. 148).

³³ *Psykhé*: Alma, psique; sopro de vida; princípio da vida; o vivente; caráter, temperamento; sede dos desejos, sentimentos e pensamentos. Personificada, *psykhé* simboliza a imortalidade e é atormentada por Eros. (CHAUI, 2002, p. 510)

³⁴ Sócrates (470 - 399 a.C.): Sócrates dedicou-se à filosofia depois de haver ido ao templo de Apolo Delfo e ter ouvido uma voz interior (seu *Daímon*), que o fez compreender que o oráculo inscrito na porta do templo: “Conhece-te a ti mesmo” – era a sua missão. Platão se utiliza de

Conheceu os jovens pitagóricos ao realizar sua primeira viagem a Siracusa, na Magna Grécia e abstraiu os ensinamentos da doutrina por eles praticada.

Utilizou os ensinamentos de Sócrates, incluindo o que aprendera de Crátilo e dos Pitagóricos, para ampliar o alcance da dialética socrática (considerada àquela época a verdadeira arte do conhecimento) e atacar diretamente os sofistas.

Em 390 a.C., foi ao Egito, passando por Cirene em 389 a.C. e à Siracusa em 388 a.C.. Regressou a Atenas, fundando a Academia³⁵ (387 a.C.), a primeira escola de Filosofia. Em 366 a.C., Platão foi convidado a ir novamente a Siracusa para realizar uma tarefa política, pôr em prática a sua *paideia*³⁶, baseando-se na idéia de que somente através da filosofia e da virtude moral dos governantes poder-se-ia garantir a instituição e conservação de um governo justo³⁷. Não tendo conseguido empreender seu intento, Platão passa a dedicar-se exclusivamente aos assuntos filosóficos (CHAUI, 2002, p. 215-218)

O pensamento platônico está encerrado em uma ampla obra escrita, dividida em treze cartas, duas obras não dialogadas – *Apologia* e *Menexeno* –, além de um longo trecho expositivo do *Timeu* – e vinte e três diálogos, por muitos considerados verdadeiras jóias literárias, tal a beleza e a elegância por eles expressadas (CHAUI, 2002, p. 228).

Para Platão, filosofar é o mesmo que buscar a verdade, adquirir conhecimento. Utilizar-se-á dos mitos³⁸ como alegorias para ensinar sobre os principais pontos de sua doutrina, a saber: a teoria do conhecimento ou evolução espiritual; a teoria da reminiscência, onde toda forma de conhecimento implica um processo de recordação; a teoria das idéias ou da busca da essência das coisas; a teoria da imortalidade das almas e da reencarnação, como necessidade expiatória; a teoria da justiça como virtude imprescindível para o alcance da felicidade. A quase totalidade dos conceitos

Sócrates como personagem principal de seus diálogos (CHAUI, 2002, p. 178).

³⁵ A Academia de Platão era uma escola que pretendia realizar o ideal socrático da autonomia da razão e da ação contra a heteronomia em que se comprazia o sofista. Ensinava o livre espírito de pesquisa, o compromisso do pensamento apenas com a verdade, estimulando a autodeterminação ética e política. Nela prevaleceu a discussão oral e o desenvolvimento do vigor intelectual.

³⁶ *Paideia*: ação de educar, educação, cultura (CHAUI, 2002, p. 507).

³⁷ Platão narra suas viagens à Siracusa na *Carta Sétima*, incluindo ali elementos de sua teoria do conhecimento relacionados com suas concepções políticas (Platão, “apud” CHAUI, 2002, p. 219).

³⁸ Os mitos de Platão: mito do Kosmos / *Timeu* ; mito da caverna e mito do Er/ *A República* ; mito do Eros e mito do cocheiro / *Fedro* ; mito da Atlântida).

de sua doutrina espiritualista é repetida e diversificada ao longo de suas diversas obras, podendo ser resumidamente apreciada em *Fédon*, obra considerada, por muitos, como a de maturidade de seu espírito.

4.7.1 Teoria do Conhecimento

A teoria do conhecimento é tratada por Platão de forma especial na *Carta Sétima*³⁹ e em *A República*⁴⁰. Importa entendê-la, uma vez que o conhecimento, em Platão, representa uma faculdade espiritual intimamente relacionada ao ato de filosofar ou de buscar a essência das coisas como um caminho seguro para chegar-se à verdade. Platão divide e classifica os modos de conhecimento mostrando, inicialmente, como se chega ao conhecimento real e, a *posteriori*, empreendendo um melhor desenvolvimento de sua teoria de forma a separar e mostrar as diferenças entre o mundo sensível e o mundo inteligível, cada qual com seus modos de conhecer, hierarquicamente distribuído. Para ele, o ato de adquirir conhecimento é uma operação ascendente, realizada pela alma, superando etapas (CHAUI, 2002, p. 244-258).

Segundo Platão, em a *Carta Sétima*, são quatro os modos de conhecimento: dar nome, definir, representar em imagem ou em sua forma geométrica e, então, formar uma opinião sobre a coisa em questão. Platão acrescenta, aos quatro elementos iniciais, um quinto elemento, que representa o conhecimento do próprio objeto ou a coisa em si mesma, sobre o qual o conhecimento versa (CHAUI, 2002, p. 244-248).

Em *A República*, ao separar e diferenciar o sensível do inteligível, Platão passa a definir o conhecimento visível, correspondente ao mundo sensível, como mundo físico e ético percebido por intermédio da aparência sensível das coisas. Atribui a cada grau de conhecimento sensível um tipo de objeto ou coisa, de forma a estabelecer a ação cognitiva realizada pelo corpo e pela alma (ou só pela alma, nos modos ou graus superiores), determinando quais são os objetos correspondentes a cada uma dessas atividades cognitivas. Já o conhecimento invisível, correspondente ao mundo inteligível, representa o

³⁹ Na obra *Carta Sétima* Platão escreve sobre a sua viagem à Siracusa e tudo que vivenciou nesta feita.

⁴⁰ Nesta obra Platão escreve sobre a justiça.

mundo das idéias puras e essenciais, apreendido exclusivamente pelo pensamento (teoria das idéias) (CHAUI, 2002, p. 25).

4.7.2 O Mito da Parelha Alada

Em *Fedro*, Platão apresenta o Mito da Parelha Alada para explicar a essência da alma, a sua imortalidade e a teoria da reminiscência. O Mito da Parelha Alada pode ser comparado ao ensinamento moral dado na obra oriental *Bhagavad Gîtâ* atribuída a Krishna, que faz alusões ao Nirvana, trazendo a mesma idéia da roda das reencarnações, já sugerido por aquela obra, a depender do alcance atingido pelo vôo espiritual de cada alma. Sugere também que a evolução espiritual do homem necessita empreender esforço e disciplina, sendo quiçá um grande sacrifício físico, aludindo-se ao amor como alimento que instiga a alma à transcendência, imprescindível ao vôo cósmico que leva ao belo e à verdade.

Platão, através de seu personagem Sócrates, expressa a alma imortal em uma imagem:

A alma pode ser comparada com uma força natural e ativa, constituída de um carro puxado por uma parelha alada e conduzido por um cocheiro.

Os cavalos e os cocheiros das almas divinas são bons e de boa raça, mas os dos outros seres são mestiços. O cocheiro que nos governa rege uma parelha na qual um, dos cavalos, é belo e bom, de boa raça, enquanto o outro é de raça ruim e de natureza arrevesada. Assim, conduzir nosso carro é ofício difícil e penoso. [...]

A alma universal rege a matéria inanimada e manifesta-se no universo de múltiplas formas. Quando é perfeita e alada, paira nas esferas e governa a ordem do cosmos. Mas quando perde as suas asas, decai através dos espaços infinitos até se consorciar a um sólido qualquer, e aí estabelece o seu pouso. Quando reveste a forma de um corpo terrestre, este começa, graças à força que lhe comunica a alma, a mover-se. É este conjunto de alma e de corpo que chamamos de ser vivo e mortal.

[...] A tarefa da asa consiste em conduzir o que é pesado para as alturas, onde habita a raça dos deuses. A alma participa do divino mais do que qualquer outra coisa corpórea. O que é divino é belo, sábio e bom. Dessas qualidades as asas se alimentam e se

desenvolvem, enquanto todas as qualidades contrárias, como o que é feio e o que é mau, fazem-na diminuir e fenecer. Zeus, o grande condutor do céu, anda no seu carro alado a dar ordens e a cuidar de tudo. O exército dos deuses e dos demônios segue-o, distribuído em onze tribos. [...]

Quando se dirigem para o banquete que os separa, os carros sobem por um caminho escarpado até o ponto mais elevado da abóbada celeste. Os carros dos deuses que se mantêm em equilíbrio, graças à docilidade dos corcéis, sobem sem dificuldade. Os outros sobem com dificuldade porque o cavalo de má raça inclina e puxa o carro para a terra. Isso dá então grande trabalho para a alma.

As almas daqueles a quem chamamos imortais, logo que atingem a abóbada celeste aí se mantêm; movem-se em grandes círculos e podem então contemplar tudo o que fora essa abóbada, abarca o Universo (PLATÃO, 2007, *Fedro*, p. 82-84).

Em *Fedro*, Platão, através do personagem Sócrates, pergunta-se o que está acima dos céus e conclui que a realidade sem forma, sem cor e impalpável que habita aquela instância só pode ser contemplada pela inteligência, que é o guia da alma; que quando a alma, depois da evolução pela qual passa, atinge esse grau de conhecimento - o conhecimento das essências e da verdade pura - ela mergulha na felicidade plena. Contempladas essas verdades, saciada toda a sua sede de conhecimento, de justiça e de ciência, mergulha novamente nas profundezas do céu e a alma volta ao seu ponto de partida (PLATÃO, 2007, *Fedro*, p. 83).

Segundo Platão, a sorte que resta às outras almas é tudo fazer para seguir os deuses. Dessa forma, algumas permitem que o condutor erga a cabeça para a região exterior deixando-se levar com a rotação. Mas tais almas, por estarem perturbadas pelos corcéis do carro, apenas vislumbram a realidade. Conseguem ver algumas coisas, mas não conseguem ver outras. Outras almas, nostálgicas, seguem sem ver, acompanhando a rotação, empurrando e derrubando umas às outras, quando alguma pretende passar a sua frente. Há confusão e briga; esforço e suor. Muitas saem feridas, por culpa do cocheiro e muitas perdem as penas de suas asas. Após esforços inúteis, não conseguem elevar-se e contemplar o Ser absoluto, de tal forma que caem. Não conhecem a verdade, que é justamente a razão que atrai as almas para o céu da

Verdade; é nesse céu que se encontra o alimento capaz de nutri-las e desenvolver-lhe as asas e esse alimento é a beleza do amor, a bondade e a sabedoria (PLATÃO, 2007, *Fedro*, p. 84).

Para contemplar algumas das verdades, a alma deve seguir um deus. Se essa alma consegue alçar um vôo vigoroso, ignorará eternamente o sofrimento. Mas se, devido a um erro funesto, ela não conseguir guiar-se pela perfeição moral dos deuses e, por esse infortúnio alimentar-se de impurezas, vícios e esquecimento, tornar-se-á pesada e precipitar-se-á ao solo. O seu destino, a partir daí, dependerá das verdades que por ventura tenha conseguido contemplar por aquela ocasião e, em vida, o quanto de justiça se tenha conseguido praticar (PLATÃO, 2007, *Fedro*, p. 85).

A alma só pode tomar a forma humana após ter contemplado a verdade, pois a inteligência do homem deve se exercer de acordo com aquilo que se chama idéia, através do uso da razão. Essa faculdade (a racionalidade) é a reminiscência das verdades eternas já contempladas, naquele momento progresso, quando acompanhou a alma divina em suas evoluções. “É apenas pelo bom uso dessas recordações que o homem torna-se verdadeiramente perfeito, podendo receber em alto grau as consagrações dos mistérios.” Ao se desligar dos interesses humanos, o homem dirige seu espírito aos objetos divinos; é por isso considerado louco por toda a multidão, que não percebe que nele habita a divindade (PLATÃO, 2007, *Fedro*, p. 86).

As lembranças da contemplação do Ser Verdadeiro não são despertadas em todas as almas com a mesma facilidade. Para algumas almas, os arremedos humanos de justiça, de sabedoria e de outras qualidades da alma não têm fulgor em suas imagens terrestres. Apenas poucos, com dificuldade, reconhecem nessas imagens o modelo daquilo que representam. A integridade, a simplicidade, a imobilidade, a felicidade eram as visões que a iniciação revelava ao olhar, imersas em uma pura e clara luz. Não se tinha mácula e sequer contato com aquilo que Platão acreditava ser um verdadeiro sepulcro - o corpo -, ao qual a alma se liga como se fosse uma ostra à sua concha (PLATÃO, 2007, *Fedro*, p. 87).

E sobre a contemplação do amor, em toda a sua beleza, segue dizendo que ele é esse doce calor que alimenta as asas da alma, derrete os entraves da vitalidade, de tudo o que impede a fertilidade. Que o amor produz uma

intumescência, um sopro de crescimento no corpo das asas, e que esse sopro espalhar-se-á por toda a alma, trazendo-lhe vitalidade. Que, ao desenvolver-se sob o sopro do amor, a alma sofre as mesmas vicissitudes que acometem o corpo ao se desenvolver: freme, padece e sente dores. E então encontrará o alívio para as dores e a própria alegria ao contemplar a beleza do amor. Essa beleza inspirará a alma a reencontrar o que ora vislumbrara: Eros, o deus alado ou “Pteros”, aquele que fornece asas (PLATÃO, 2007, *Fedro*, p. 88-89).

4.7.3 O Mito da Caverna

Em *A República*, Platão expõe o Mito da Caverna, discursando sobre o esforço necessário que é, ao ser humano, ascender, vislumbrar e reconhecer a Verdade. Fala sobre o processo sublime do conhecimento, sempre para o autor uma acepção da alma, um fenômeno místico, esotérico, um processo árduo e superior de reconhecimento de verdades já aprendidas. Esse mito representa a teoria da reminiscência da alma, o esquecimento temporário da Verdade que ocorre no processo da encarnação. Ou seja, metaforicamente Platão utiliza-se dessa imagem belíssima, do homem que desce à caverna e, muitas vezes, deixa-se iludir pela irrealdade do mundo material que encontra para explicar o esquecimento ocorrido no processo da reencarnação e o esforço necessário ao espírito humano em reconhecer a Verdade e chegar à iluminação. Utiliza-se das alegorias da treva e da luz para representar a ignorância e a sabedoria, a capacidade visionária empreendida pelo espírito sedento de saber e de luz.

Assim ele escreve:

Suponhamos uns homens em uma habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz, que se estende a todo o comprimento dessa gruta. Estão lá dentro desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar em frente; são incapazes de voltar a cabeça, por causa dos grilhões; serve-lhes de iluminação um fogo que se queima ao longe, numa elevação, por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente, ao longo do qual se construiu um pequeno muro, no gênero dos tapumes que os homens

dos “robertos” colocam diante do público, para mostrarem as suas habilidades por cima deles.

(...) Veja também ao longo deste muro homens que transportam toda a espécie de objetos, que o ultrapassam: estatuetas de homens e de animais, de pedra e de madeira, de toda a espécie de labor; como é natural, dos que os transportam, uns falam, outros seguem calados (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 210).

Platão, pela fala de seu personagem Sócrates, explica que esse estranho quadro de prisioneiros, ilusório, é muito semelhante às ilusões deles mesmos, homens que, em sua maioria, vivem toda uma vida sem jamais reconhecer a verdade. Que aqueles prisioneiros vislumbrariam, naquelas condições, nada mais do que sombras projetadas pelo fogo na parede oposta da caverna, e que as tomariam por objetos reais, assim como julgariam que os ecos e vozes dos transeuntes pertenceriam às mesmas sombras (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 211).

Lança um desafio: que se pusessem a pensar sobre o que aconteceria se aqueles prisioneiros fossem soltos das cadeias e curados da sua ignorância, regressados à sua real natureza. Logo que alguém soltasse um deles e o forçasse a endireitar-se, a voltar o pescoço, andar e olhar para a luz, este alguém haveria, é de se imaginar, de padecer de dores musculares e, ao mesmo tempo, tal deslumbramento impedi-lo-ia de fixar os objetos cujas sombras via outrora; que ele não acreditaria se lhe dissessem que tudo que até agora ele pensara ser real, não passava de sombras de uma realidade e que um homem nesta circunstância certamente teria muita dificuldade de desfazer-se de suas verdades ilusórias para perceber essa realidade então revelada (PLATÃO, *A República*, p. 211).

E se o arrancassem dali à força e o fizessem subir o caminho rude e íngreme, sem deixarem-no fugir antes de arrastarem-no até a luz do Sol, seria muito natural que ele adoecesse e se agastasse e que, depois de chegar à luz, com os olhos deslumbrados, nem sequer pudesse ver nada daquilo que agora se apresentava. Precisaria habituar-se, voltar a fixar as sombras, para devagar observar as imagens dos homens e dos outros objetos, primeiramente refletidas em água, até que se pudesse contemplar o céu, as estrelas e a Lua,

para chegar-se ao Sol e fixar o seu brilho de dia (PLATÃO, *A República*, p. 212).

Mas, se esse mesmo homem resolvesse descer ao seu antigo posto, teria os olhos cheios de trevas ao regressar subitamente contra a luz do Sol. E, se tivesse que julgar das sombras em comparação com os que tinham estado sempre prisioneiros, ainda naquele período de adaptação das vistas, sentindo o ofuscamento súbito da falta de luz, poderia ser levado a acreditar, pelos antigos companheiros, que, por ter ascendido ao mundo superior, estragara a vista, não valendo a pena empreender essa ascensão (PLATÃO, *A República*, p. 212).

Sugere o mestre que se tome o mundo visível às sombras projetadas na parede da caverna da prisão e que se considere a subida à força do Sol como o processo de ascensão da alma ao mundo inteligível. Ao limite do cognoscível é que se avista, a custo, a idéia do Bem; uma vez avistada, compreende-se que ela é para todos a causa de quanto há de justo e de belo; que, no mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e que, no mundo inteligível, é ela, a idéia do Bem, a senhora da verdade e da inteligência, e que é preciso vê-la para se ter sensatez na vida particular e pública (PLATÃO, *A República*, p. 213).

4.7.4 O Mito do Er

É no livro *A República* que Platão conta, através de seu personagem Sócrates, a história de um homem conhecido por Er, o Armênio, Panfílio de nascimento, que visitou o mundo dos mortos e retornou ao mundo dos vivos, revelando os mistérios que envolvem esse fenômeno derradeiro, desde a justiça ao destino das almas segundo a lei de causa e efeito. A concepção do mito do Er já era admitida no Oriente, tanto à questão da realidade do espírito imortal, que deve submeter-se à roda das reencarnações, segundo as leis divinas do Karma, quanto aos fenômenos experimentados pelo espírito no próprio processo do desencarne, sendo compilada pelos Budistas no *Livro Tibetano dos Mortos*. Conhecer a morte orienta o viver, impele o ser à busca do que é eterno, belo e sábio, um conhecimento que já fora expresso pelas civilizações egípcias no *Livro dos Mortos do Antigo Egito*. Atualmente é

vivenciada, tal e qual Er, pelos pacientes que passam pela Experiência de Quase Morte (EQM), sugerindo não uma alegoria ou uma suposição metafísica, mas o relato de algo que deve ou pode ter sido de fato experimentado. Também as experiências de Lembranças de Vida Passada podem aqui ser decodificadas, uma vez que o esquecimento, segundo Er, no mito, depende do tanto de água do esquecimento que é ingerida pelo espírito nas esferas superiores transcendentais antes do reencarne.

Assim começa a descrição de Er:

Que tendo ele morrido em combate, andava a recolher, ao fim de dez dias, os mortos já putrefatos, quando o retiraram em bom estado de saúde. Levaram-no para casa para lhe dar sepultura, e , quando, ao décimo segundo dia, jazia sobre a pira, tornou à vida e narrou o que vira no além. Contava ele que, depois que saíra do corpo, a sua alma fizera caminho com muitas, e haviam chegado a um lugar divino [...]
(PLATÃO, 2000, *A República*, p. 313).

Que é daí que passa Er a contar sobre aquele lugar divino:

Ele viu que na Terra havia duas aberturas contíguas uma à outra, enquanto que, em frente a elas, no céu, havia outras. Entre elas sentavam-se os juizes, que pronunciavam suas sentenças e mandavam os justos irem pelo lado da direita, que levava ao céu, ao passo que os injustos eram encaminhados à esquerda, donde desciam, todos atados a uma nota de tudo que haviam feito em vida. Tendo Er se aproximado, disseram-lhe que ele seria um mensageiro aos homens, das coisas do além, devendo ouvir e observar tudo o que se sucederia a partir dali (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 313-314)

Ele viu que, das aberturas do céu, saíam almas já julgadas; enquanto subiam as almas vindas da terra, cheias de lixo e pó, também desciam almas do céu, em estado de pureza. As almas que ali chegavam pareciam ter empreendido longa travessia e rumavam felizes para um prado acampar, onde trocavam suas impressões com as outras almas que ali estavam (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 314).

Mas o essencial, dizia ele, era que tinha observado que quais fossem as injustiças cometidas e as pessoas prejudicadas, as almas pagavam a pena sucessivamente, porém, que ela era aumentada dez vezes por cada uma, ou

seja, uma vez a cada cem anos (a duração da vida humana) a fim de pagarem, decuplicando-a, a pena do crime. Caso alguém fosse culpado da morte de muitas pessoas, teria de suportar padecimentos a decuplicar; contudo, se tivesse praticado boas ações, sendo justo e piedoso, receberia recompensas na mesma proporção. Em casos de impiedade para com os deuses e pais, homicídio e crimes dessa natureza, as penas eram ainda maiores (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 314).

Conta então que em certo momento, ao ter-se aproximado de uma das aberturas, já expiados todos os sofrimentos imagináveis possíveis, avistou Ardieu⁴¹ junto a outros, em quase sua totalidade, tiranos como ele ou que haviam cometido crimes de natureza similar; que estes, quando julgavam que já iam subir, a abertura não os admitia, no que soltava um mugido tão alto, que a todos apavorava, caso houvesse qualquer tentativa de ascensão por algum deles. Eles ali não podiam entrar ou por serem incuráveis em sua maldade ou por não haverem ainda expiado suficientemente suas penas (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 314-315).

Junto das outras almas que ali chegaram com ele, passados alguns dias no prado, foram a um lugar onde se avistava uma luz, estendendo-se desde o alto, através de todo o céu e toda a terra, muito semelhante a um arco-íris, todavia mais brilhante e mais pura. Ao aproximarem-se, perceberam no meio da luz, pendentes do céu, as extremidades das suas cadeias (efetivamente essa luz seguraria o firmamento na sua revolução), que eram esféricas. Dessas extremidades pendia o fuso da Necessidade, formado por uma haste e o contrapeso, por cuja ação giravam as esferas⁴². Era como se, em grande contrapeso oco e completamente esvaziado, estivesse outro semelhante maior e aquele coubesse exatamente dentro deste, sendo oito no total os contrapesos; o fuso girava nos joelhos da Necessidade. No cimo de cada um dos círculos andava uma sereia, que girava com ele, emitindo uma única nota musical, resultando de um acorde de uma única escala. Mais três mulheres estavam sentadas em círculo, a distâncias iguais, cada uma em seu trono. Eram as filhas da necessidade, as Parcas, vestidas de branco, com grinaldas na cabeça: Láquesis, que cantava o passado; Cloto, que cantava o presente; e

⁴¹ Ardieu tinha sido tirano em uma cidade da Panfília. Tinha assassinado o pai idoso e o irmão mais velho e perpetrado muitas outras impiedades (segundo autor).

⁴² As esferas, segundo interpretação de Andrade (2002, p. 23) são os planetas.

Átropos, o futuro. Cloto, tocando a mão direita no fuso, ajudava a fazer girar o círculo exterior de tempos em tempos; Átropos, com sua mão esquerda, procedia do mesmo modo, girando os círculos internos; Láquesis tocava sucessivamente uns e outros, com cada uma das mãos (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 315).

Quando ali chegavam as almas, elas tinham que logo ir junto a Láquesis. Um profeta, pegando lotes e modelos de vidas que estavam no colo de Láquesis, subiu a um estrado e profetizou o início de um novo período portador da morte para a raça humana. Orientou-lhes o profeta que não seria um gênio a escolher um deles, mas sim eles a escolher um gênio; que o primeiro que a sorte coubesse, seria o primeiro a escolher uma vida a que ficaria ligado pela necessidade. A virtude não teria um senhor, sendo que cada um a teria em maior ou menor grau, conforme honra ou desonra. E que a responsabilidade caberia unicamente àquele que escolhe a sua vida, sendo Deus isento de culpa (PLATÃO, 2000, *A República*, 316).

Lotes foram atirados para todos e cada um apanhou o que caiu perto de si, exceto Er, a quem isso não fora permitido. Seguidamente, foram dispostos no solo os modelos de vidas, em número muito mais elevado do que o dos presentes. Eram eles de todas as espécies, de todos os animais e de todos os tipos de seres humanos. Entre elas, havia tiranias, umas duradouras, outras derrubadas ao meio, e que acabavam na pobreza, na fuga, na mendicância; também vidas de homens ilustres ou pela forma, beleza força e vigor ou pela raça e virtudes dos antepassados; depois, havia as vidas obscuras e, do mesmo modo, sucedia com as mulheres. Mas não continham as disposições de caráter, por ser forçoso que este mude, conforme a vida que escolherem. Tudo o mais estava misturado entre si e com a riqueza e a indigência, a doença e a saúde, e bem assim o meio termo entre estes predicados (PLATÃO, 2000, *A República*, 316-317).

Nessa altura da história de Er - comenta o personagem Sócrates, com seu interlocutor Glauco - que aí é que se encontra o grande perigo para o homem, devendo cada um, em vida, ter o máximo cuidado de pôr à parte os outros estudos para investigar e aplicar-se a este, para ver se é capaz de saber e descobrir quem lhe dará a possibilidade e a ciência de distinguir uma vida

honestamente da que é má e de escolher sempre, em toda a parte, tanto quanto possível, a melhor. Diz assim o personagem Sócrates:

Tendo em conta tudo quanto a pouco dissemos, e o efeito que tem, relativamente à virtude na vida, o fato de juntar ou separar qualidades, saberá o mal ou o bem que produzirá a beleza misturada com a pobreza ou a riqueza e com que disposição a alma e o resultado da mistura, entre si, do nascimento elevado ou modesto, da vida particular e das magistraturas, da força e da fraqueza, da facilidade e da dificuldade em aprender e todas as qualidades naturalmente existentes na alma, ou adquiridas. De modo que, em conclusão de tudo isto, será capaz de refletir em todos estes aspectos e distinguir, tendo em conta a natureza da alma, a vida pior e a melhor, chamando pior a que levaria a alma a tornar-se mais injusta e melhor à que a leva a ser mais justa. A tudo o mais ela atenderá. Vimos efetivamente que, quer em vida, quer para depois da morte, é essa a melhor das escolhas. Deve, pois, manter-se essa opinião adamantina até ir para o Hades, a fim de, lá também, se permanecer inabalável à riqueza e a outros males da mesma espécie, e não cair na tirania e outras atividades semelhantes, originando males copiosos e sem remédio, dos quais os maiores seria o próprio que os sofreria; mas deve-se saber sempre escolher o modelo intermediário dessas tais vidas, evitando o excesso de ambos os lados, quer nesta vida, até onde for possível, quer em todas as que vieram depois. É assim que o homem alcança a maior felicidade (PLATÃO, 2000, *A República*, p.317).

Naquele momento, o profeta do além anunciou que, qualquer um que escolhesse com inteligência e vivesse honestamente, ainda que fosse o último a escolher, haveria de ter uma vida agradável e não padeceria em desgraça. Alertou que o primeiro não deveria escolher sem prudência, nem o último sem coragem. E que, dito isso, cada um fez a escolha que quis. Aquele espetáculo era, dizia Er, ao observar como cada alma escolhia a sua vida, um evento merecedor de piedade e era, ao mesmo tempo, ridículo e surpreendente. Depois, avançaram para junto de Láquesis. Esta mandava, a cada um, um gênio de escolha para lhe guardar a vida e fazer cumprir o destino que fora escolhido. Esse gênio então conduzia a alma que lhe fora confiada a Cloto e, por sob sua mão, essa alma era colocada ao turbilhão do fuso que passava a

girar, para ratificar o destino escolhido. Depois de tocar no fuso, a alma era conduzida novamente à trama de Átropos que tornava irreversível o que fora fiado. Desse lugar, todas foram encaminhadas para a planura do Letes, até chegarem ao Rio Ameles, sendo forçados a beber certa quantidade de suas águas. Enquanto se bebe dessa água, tudo se esquece. Dali, eles foram encaminhados às suas novas vidas (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 318-319).

Er, no entanto, fora impedido de beber dessa água. Não sabia por que caminho nem de que maneira alcançara o corpo, mas, erguendo os olhos de súbito, viu, de manhã cedo, que jazia na pira (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 311-319).

4.7.5 Fédon

Nesse livro, Platão descreve o diálogo travado por Sócrates e seus discípulos fiéis, no dia em que ele beberia a cicuta. Tal descrição é feita por seu discípulo Fédon a Echecrates de Elionte e seus companheiros, ansiosos que estavam por conhecerem com todos os pormenores o último dia de vida do sábio (Martin Claret, 2005, p. 13). Nesse diálogo, através de seu personagem Sócrates, Platão deixa de lado a estratégia dos mitos e utiliza-se de toda a racionalidade possível ao pensamento humano para defender suas idéias sobre a imortalidade da alma e sobre a reencarnação. É um belo resumo de toda a filosofia do personagem Sócrates ou doutrina Platônica, irrestritamente reencarnatória. O diálogo narrado no *Fédon* passa-se na prisão.

Conta assim o personagem Fédon, das estranhas impressões que experimentou enquanto estivera ao lado de Sócrates naquele dia derradeiro, pois, ainda que condenado, estava diante de um homem que se dizia feliz. Sócrates chegou ao seu fim com nobreza e tranquilidade. Dissera-lhes: “viver é uma espécie de cárcere” e a morte não é senão a libertação do pensamento, a separação do corpo da alma, mas que deveria ser sempre determinada pela divindade, nunca através do suicídio. Para ele, o corpo era não mais que um entrave à aquisição do conhecimento, não sendo um meio seguro de chegar-se à verdade. E disse ainda que, o próprio objeto do exercício daquele que filosofa é o de destacar a alma e pô-la à parte do corpo e, sendo assim, aqueles que filosofam exercitar-se-iam a morrer. Já a alma, raciocinando livremente, pode

manifestar plenamente a realidade de um ser. Certamente, ele não temia a morte; muito pelo contrário, a esperava ansiosamente, pois tinha dedicado a sua vida a filosofar e a praticar a virtude, tendo doces esperanças de que, depois da morte, houvesse alguma coisa boa a esperá-lo⁴³ (Platão, 2005, *Fédon*, p. 23-33).

Passaram a discutir sobre a realidade da imortalidade das almas⁴⁴. Relembrando a tradição, Sócrates explicou-lhes que era no Hades que se encontravam as almas que se foram com a morte do corpo, mas que elas retornariam ao mundo gerando novos seres. O nascimento dos vivos não teria absolutamente outra origem senão o retorno dos mortos. Assim, como os contrários de cada coisa nascem de seus contrários, como o belo e o feio, o justo e o injusto etc., também o contrário da morte é a vida. O contrário de morrer é reviver e reviver para ele, era absolutamente uma realidade. As almas dos mortos têm uma existência e a sorte das almas boas era melhor, enquanto que a pior era a das almas más. (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 36-38).

Não conseguindo convencer todos com o argumento dos contrários, passou a afirmar que “o saber não era precisamente outra coisa senão reminiscência” (Platão, 2005, *Fédon*, p. 39). Era necessário, assim, que se tivesse aprendido o que presentemente recorda-se e que isso só seria possível se a alma estivesse em algum lugar antes de tomar, pela geração, essa forma humana. Para se comprovar essa teoria, bastar-se-ia interrogar um homem qualquer. Ele enunciaria por si mesmo as coisas como elas realmente são, mas, se não houvesse nele um conhecimento, certo julgamento, o enunciado não seria possível. Tanto as semelhanças quanto as diferenças poderiam gerar recordações, e que uma vez vendo-se uma coisa e esta coisa fazendo pensar em outra, houvesse semelhança ou não, o que se produz é uma reminiscência (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 40-42).

E assim ele dizia:

⁴³ Em *Fédon*, aparece o paradoxo relativo à “fuga do corpo”, sobre o significado da morte. Fugir do corpo significa fugir do mal do corpo mediante a virtude e o conhecimento (REALE, 1990, v. 1, p. 154).

⁴⁴ A questão da imortalidade da alma era essencial para Platão: se, com a morte, o homem se dissolvesse totalmente no nada, a doutrina de Sócrates - de que para se estabelecerem os fundamentos de uma nova moral bastaria compreender-se que a essência do homem é a sua alma - não seria suficiente para refutar os que negam a existência de todo e qualquer princípio moral (REALE, 1990, p. 1560).

Assim, pois, antes de começar a ver, a ouvir, a fazer uso, enfim, dos nossos sentidos, nós devemos adquirir de fato, de algum modo, um conhecimento do igual em si mesmo e na sua realidade; sim, para que fosse em seguida possível pôr em relação essa realidade com as igualdades que provêm das sensações, dizendo-nos que todas elas anseiam por ser como o igual, mas que lhes são, todavia, inferiores (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 43).

Sócrates passou a trabalhar a idéia não somente do igual, mas do belo em si mesmo, do bom em si mesmo, do justo em si mesmo e tudo o que é marcado pela realidade em si mesma.

Sócrates lhe dizia que toda a aquisição anterior ao nascimento era perdida ao nascer e que, ao uso dos sentidos a propósito das coisas em questão, recuperar-se-ia o conhecimento que em tempos passados já se houvesse adquirido. Instruir-se, nesse sentido, nada mais seria do que recuperar um saber que já lhe pertencera um dia (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 35).

Ainda não convencendo os seus interlocutores, conta Fédon que Sócrates passou, então, ao argumento da semelhança. A realidade em si mesma do ser comportar-se-ia sempre do mesmo modo na sua identidade. O igual em si, o belo em si, o real em si ou o seu ser conservariam necessariamente a sua identidade. Mas, ao mesmo tempo, existem infinitos exemplares de beleza, de várias coisas belas, que ainda assim conservam a sua identidade, ainda que, sendo semelhantes (belas) (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 48).

Passou, nesse momento, a admitir a existência de duas espécies de realidade, uma visível e outra invisível. A invisível conservaria sempre a sua identidade, enquanto a visível, não. Comparativamente com a natureza humana, haveria no homem duas coisas, uma sendo corpo e outra sendo alma. O corpo tem mais semelhança com a realidade que é visível e transitória, enquanto a alma a tem com a realidade invisível e perene. Quando estão juntos, alma e corpo, a este último a natureza atribui servidão e obediência; à primeira, mando e domínio. A alma identificar-se-ia com o divino, pois o divino é feito para mandar e o corpo, mortal, é feito para obedecer e ser escravo. A alma deveria exercer, assim, o seu domínio sobre o corpo. Com a morte, o corpo jaz degradando-se. Mas a alma, eterna, vai para um lugar invisível, como sua própria natureza (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 51).

Sobre o destino das almas disse que, se a alma que se separa do corpo fosse pura e tivesse conseguido recolher-se em si mesma durante a vida corpórea, iria para um lugar gozar de pura felicidade, um lugar onde não existe insensatez, nem terrores, paixões desordenadas ou toda a sorte de mazelas humanas (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 52).

Já aquelas, cuja familiaridade com o corpo que partilhava tornara-se de tal forma íntima e natural, sentir-se-iam pesadas e atrair-se-iam para o lado da região visível, por medo do invisível. Passariam a vagar entre os monumentos funerários e as sepulturas, em volta dos quais, fato constatado, muitos já viram espectros e sombras de almas. Sendo assim, as almas dos maus estariam constrangidas a vagar errantes por tais lugares, pagando pena relativa ao seu modo de vida anterior. Elas estariam errantes até que a insaciabilidade daquele corpóreo, que sempre as acompanham, se ligaria de novo às cadeias de um corpo (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 53).

Aqueles que praticaram a injustiça, as tiranias e rapinas, tomariam corpos nas formas de lobos, falcões e milhafres⁴⁵.

Porém, ainda se deparando com as dúvidas de seus discípulos acerca da teoria da imortalidade das almas, Sócrates passa a lembrar-se do quão ficou embevecido quando, ainda em sua juventude, na época em que o saber era a arte da indagação da natureza, lera de Anaxágoras o seguinte: “É o espírito que, de modo definitivo, tudo pôs em ordem: ele é a causa de todas as coisas”. Chegou ele, por meios dessas palavras, à teoria de que esse espírito ordenador, que realiza justamente a ordem universal, deveria dispor da melhor maneira que se pudesse, cada coisa em particular. E, se assim o fosse, se alguém quisesse descobrir a causa pela qual essa coisa nasce, perece ou existe, seria preciso encontrar em si mesma o seu modo melhor de existir, de sofrer ou de produzir uma ação. Vislumbrou aí a perfeição e a excelência e ainda não só o melhor, mas o que há de pior em cada coisa. Entretanto encheu-se de frustração ao perceber que Anaxágoras não desenvolveu o raciocínio correto, a partir do que propusera, tendo tomado em suas explicações o efeito pela causa (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 75-78).

⁴⁵ Platão, assim como Pitágoras, aceita em suas concepções a teoria da transmigração das almas em corpos de animais, (metempsicose) que só será desconsiderada ao longo da história com Leibniz e com Kardec, baseada provavelmente em suas próprias observações acerca da evolução das espécies.

Cansado de tantas indagações sobre o cosmos, dizia ter-se tornado receoso de tornar-se um completo cego da alma, pondo os olhos sobre as coisas e esforçando-se, por meio de cada um de seus sentidos, por entrar em contato com elas. Parecia-lhe indispensável refugiar-se do lado das idéias e procurar ver nelas a verdade das coisas. Concluiu que deveria existir um belo em si e por si, um bom em si e por si, um grande em si e por si, etc. e, ao se admitir a existência destas coisas, ter-se-ia de admitir também, necessariamente, a imortalidade das almas, pois, se houvesse algo belo fora do belo em si, isso não poderia ser belo por nenhuma outra razão senão a de participar do belo de que se trata. O belo é que torna belas as coisas belas, por isso, não há outra maneira para cada coisa vir à existência senão a de participar da essência própria de cada realidade (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 80-81).

Quanto às qualidades contrárias, uma não poderia suportar a aproximação de seu contrário, como a pequenez, que não poderia suportar o seu contrário - a grandeza- em relação a uma coisa. Assim também a alma imortal, apresentando-se em um corpo, faz com que ele seja vivo. E a alma jamais poderá receber nela o contrário daquilo que, por si, ela traz sempre consigo. Assim, é imortal tudo aquilo que não pode receber em si a morte. O imortal é indestrutível e, por isso, a alma nunca cessa de existir (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p. 90-91). A alma é a essência da natureza humana. Quando a morte chega ao homem, é o que há de mortal que nele morre, enquanto o que ele possui de imortal vai, salvo da destruição, cedendo lugar à morte. A alma é, pois, não mortal e não pode ser destruída. E, se a alma é verdadeiramente imortal, ela precisa de todo o cuidado, não somente durante o tempo que perdura a vida, mas considerando a totalidade do tempo. Tendo adquirido esse conhecimento, não há nenhuma saída para os seus males, nenhuma salvação, que não seja da alma tornar-se a melhor possível e a mais sábia, pois que ela nada mais levará consigo ao chegar ao Hades, do que a sua formação moral e seu modo de vida, sendo que este último será o que mais a beneficiará ou a prejudicará, desde o começo de sua viagem para o além, segundo já dizia a tradição (PLATÃO, 2005, *Fédon*, p.93).

No último capítulo de *Fédon*, Sócrates pede aos seus discípulos que, quando a morte estivesse enfim estabelecida em si por meio da cicuta, não lhe

tomassem o corpo como sendo ele, pois que ele ali não mais se encontraria, e que, de seus despojos, fizessem segundo o determinado pela lei.

4.8 A Gnose e o Cristianismo Primitivo

De acordo com Reale (1990, v.1, p. 405), o termo gnose significa conhecimento, em sentido literário, mas, na prática, indicaria uma forma particular de conhecimento místico, próprio de algumas correntes filosóficas e religiosas do paganismo tardio, algumas delas inspiradas no Cristianismo. A gnose representou uma nova maneira de conhecer a Deus, conhecimento esse que, segundo Festugière (apud REALE, 1990, v.1, p. 405), não seria mais fundado na razão, mas em uma forma de iluminação direta, pela qual o ser entraria em contato com Deus, através de uma revelação.

Em 1945, em Nag Hammadi, região que se localiza no Alto Egito, foi descoberto cinquenta e três escritos enterrados em cântaros, quase todos gnósticos, em língua copta, sendo quarenta e três deles inteiramente novos. Esses escritos só foram publicados entre 1972 e 1977 e, na atualidade, são conhecidos sob o nome *Apócrifos do Novo Testamento* (REALE, 1990, v.1, p. 405). Foi a partir desses documentos que se passou a entender melhor o Gnosticismo.

Prophet (2006, p. 135) acredita que o Gnosticismo não era um movimento unificado. No seu apogeu, durante os séculos II e III, existia uma grande variedade de grupos gnósticos, uns cristãos e outros não cristãos. Alguns gnósticos faziam parte da Igreja primitiva, ocupando lugares proeminentes nas comunidades cristãs, especialmente em Alexandria (PROPHET, 2006, p. 135).

Os escritos encontrados em Nag Hamadi (REALE, 1990, v.1, p. 405) revelam que o objeto específico do conhecimento gnóstico era o conhecimento de Deus. Os principais pontos dessa doutrina tratavam da real natureza do Homem; de quem são os homens e no que se têm transformado; onde estavam e para onde foram lançados; onde esperavam ir e de onde foram resgatados; qual o verdadeiro significado do nascimento e do renascimento.

Para a gnose, a tristeza e a angústia revelariam, em cada um, o impacto com o negativo e a conscientização da cisão ocorrida entre o bem e o mal.

Essa conscientização revelaria ao homem a sua verdadeira identidade. Para os gnósticos, um ponto de fundamental importância doutrinária baseava-se no conhecimento de si mesmo, no reconhecimento de se pertencer ao bem originário. Segundo o Gnosticismo, o homem provém de outro mundo e a ele deve retornar. O mundo terreno seria uma forma de exílio (REALE, 1990, v.1, p. 406). Um dos mais significativos documentos gnósticos afirma: “Quem conheceu o mundo, encontrou um cadáver” (REALE, 1990, v.1, p. 405).

Prophet (2006, p. 138-139) explica que os gnósticos criaram histórias complexas para explicar suas idéias sobre a origem e o destino das almas, de forma a compreender quem são verdadeiramente os homens, por que aqui estão e para onde irão.

Imaginemos um príncipe. Um dia, seus pais, o rei e a rainha, enviam-no para uma missão no Egito: encontrar uma pérola guardada por um dragão faminto.

O príncipe despe o seu manto real e deixa o reino dos seus pais. Viaja para o Egito usando roupas sujas, disfarçado de egípcio.

Mas os egípcios descobrem que ele é um forasteiro. Dão-lhe um alimento que o faz esquecer sua origem real e acreditar ser um deles, ao mesmo tempo em que o faz mergulhar num sono profundo.

Entretanto, os pais do príncipe descobrem a situação em que ele se encontra e lhe enviam uma carta para despertá-lo. Lembram-lhe que tem uma missão a cumprir: encontrar a pérola. O príncipe recorda-se então que é filho de reis. Vence o dragão, recupera a pérola e parte, deixando para trás as vestes sujas que usara.

Quando retorna à terra natal, vê o manto real, que lhe traz à memória o esplendor em que vivera antes. A veste conversa com o príncipe, dizendo pertencer ao mais forte entre todos os seres humanos. O príncipe enverga novamente o manto real e retorna ao palácio de seu pai (PROPHET, 2006, p. 138-139).

Segundo Prophet (2006, p.139), a figura do príncipe representa os homens. O rei e a rainha simbolizam o Criador e a santa mãe Sofia. O reino do príncipe é o reino de luz, repleto de plenitude. O manto real representa o eu verdadeiro, a imagem divina do homem. As vestes sujas representam o corpo terreno, que o homem usa ao entrar no Egito, sinônimo de mundo material.

Quando o ser desce à mortalidade, deixa para trás a imagem divina e adormece, esquecendo-se de sua verdadeira origem. Na vida terrena, é

necessário recuperar a pérola ou os aspectos da alma que caíram, encontrar o caminho de volta para o reino de luz e mais uma vez vestir o manto real, reintegrando-se à imagem divina (PROPHET, 2006, p. 139).

Gnosis significaria entendimento ou conhecimento. Alcançar a gnose seria conhecer o ser como Deus. Não só compreender a sua origem divina, mas alcançar a meta clássica do místico: a união com Deus (PROPHET, 2006, p. 139).

Os gnósticos acreditavam que Deus seria transcendente – infinito, completo e insondável – e que cada pessoa teria uma semente ou centelha divina dentro de si. Acreditavam, também, que uma pessoa era composta por três partes – corpo, alma e centelha divina ou espírito. A centelha divina ou o deus interior manteria o potencial divino da alma e do corpo até que a alma estivesse preparada a despertar ou ser acesa. Ao despertar, a alma buscaria a união com o Deus interior. Até lá, continuaria a experimentar a morte – partilhar a vida mortal, morrer e viver e morrer de novo. A única forma de escapar à roda dos renascimentos seria entrar na vida eterna (PROPHET, 2006, p. 140).

Segundo Prophet (2006, p. 142), a Reencarnação era uma parte importante da teologia gnóstica. Os gnósticos declaravam que Jesus a teria ensinado, tanto de forma explícita, como de forma implícita (nas suas palavras e parábolas). Eles consideravam algumas passagens do Sermão da Montanha como uma referência velada à Reencarnação, sobretudo na parte em que convida à reconciliação:

Concilia-te depressa com teu adversário, enquanto estás no caminho com ele, para que não aconteça que o adversário te entregue ao juiz, e o juiz te entregue ao oficial, e te encerrem na prisão. Em verdade te digo que, de maneira nenhuma sairás dali, enquanto não pagares o último ceitil (Mt 5.25,26 apud PROPHET, 2006, p. 143).

A doutrina gnóstica cristã apresentar-se-ia como doutrina secreta, revelada em sua totalidade por Cristo a poucos discípulos, escolhidos por ele. Prophet acredita ser possível observar sinais dessa tradição secreta no novo testamento de Marcos, quando Jesus fala a seus discípulos: “a vós é dado saber os mistérios do reino de Deus, mas, aos que estão de fora, todas estas coisas se dizem por parábolas” (Mc, 4.11-34). Mais adiante, Marcos diz que

Jesus ensinava às multidões por parábolas, “porém tudo declarava em particular aos seus discípulos” (PROPHET, 2006, p. 137).

De acordo com Prophet (2006, p. 143), o *Evangelho de Tomé* - considerado o mais antigo documento gnóstica cristão (ano 70 d.C.), escrito em grego, num papiro do século I e encontrado em um antigo depósito de lixo próximo às ruínas da cidade egípcia de Oxirrina, no final do século IX - mencionaria a pré-existência da alma: “Quando vedes vossa aparência, vós vos rejubilais. Mas quando virdes vossa imagem, aquela que existia antes de vós, a que não morre e nem se manifesta, quanto podereis suportar”?

Os gnósticos usavam o conceito de Reencarnação para explicar a dor, o sofrimento e as injustiças da vida. Segundo Prophet (2006, p. 145), o filósofo cristão Basilides (século II) dizia que a Reencarnação explicaria a razão por que algumas pessoas aparentemente inocentes são martirizadas. Para ele, a alma de um mártir estaria sendo punida por pecados cometidos numa vida anterior.

Outro texto citado por Prophet (2006, p. 145) associando a Reencarnação ao Gnosticismo é o *Pistis Sofia*, texto que descreveria um elaborado sistema estabelecido entre recompensa e punição, segundo o qual, uma pessoa que amaldiçoa, receberia um corpo com um coração atormentado; um homem que calunia, receberia um corpo de um oprimido; um ladrão receberia um corpo aleijado, deformado ou cego; um homem orgulhoso e desdenhoso receberia um corpo aleijado e feio, que todos iriam desprezar continuamente. Algumas almas experimentariam o inferno como um sombrio local de tortura, para onde se dirigiriam depois de mortas. Após passar pelo inferno, retornariam para outras experiências na Terra, num ciclo reencarnatório, considerado necessário à conquista dos valores eternos.

De acordo com Reale (19909, v.1, p.411), por volta do ano 180, em Alexandria, Panteno fundou uma escola de catequese, que iria encontrar o seu esplendor com Clemente e Orígenes. Esses ilustres personagens teriam sido representantes gnósticos do Cristianismo Primitivo.

A obra de Clemente de Alexandria teria marcado toda uma época. Clemente nasceu em 150 d.C. e fora o iniciador de uma escola que se propunha a defender e aprofundar a fé com o auxílio da filosofia. Para ele, era a concordância da fé (*pistis*) com o conhecimento (*gnosis*) que tornaria perfeito

o cristão e o verdadeiro gnóstico. Ele acreditava que a fé representaria o princípio e o fundamento de toda a filosofia. O estudo e conhecimento da filosofia seriam de máxima importância para o cristão desejoso de aprofundar o conteúdo de sua fé, por meio da razão (REALE, 1990, v.1, p.411).

Segundo Reale (1990, v.1, p. 412), um outro pensamento que se destacou no início da era cristã foi o de Orígenes (185-253), por representar a primeira e grandiosa tentativa de síntese entre filosofia e fé cristã.

O pensamento de Orígenes foi objeto de vários debates e muitas polêmicas, até alcançarem sua fase culminante no início do século VI, quando algumas de suas teses passaram a ser condenadas pelo Imperador Justiniano, no ano de 543 e, a seguir, foram definitivamente refutadas por um Concílio, em 553. Esse foi o exato motivo porque grande parte das obras de Orígenes foi destruída (REALE, 1990, v.1, p. 412).

Os principais pontos do pensamento de Orígenes versavam sobre:

- A natureza intelectual e superior de Deus, fonte de toda inteligência e de toda substância intelectual (REALE, 1990, p. 413);
- A questão do Filho Unigênito de Deus, gerado *aba eterno* pelo Pai, contendo duas naturezas: verdadeiro Deus e verdadeiro homem (REALE, 1990, p. 414);
- Deus teria criado os seres racionais e livres, todos iguais entre si, à Sua própria imagem e semelhança. A natureza finita das criaturas e sua liberdade teriam dado origem a uma diversidade no seu comportamento: algumas teriam permanecido unidas a Deus, outras teriam se afastado pelo pecado, por causa de um esfriamento do amor a Deus. Teria sido esse o motivo da distinção entre anjos, homens e demônios. Para ele, o corpo e o mundo corpóreo teriam nascido por consequência do pecado. Deus teria revestido, de corpos, as almas que dele se afastaram parcialmente. A alma preexistiria ao corpo. A diversidade entre os homens e de suas condições remontaria à diversidade do comportamento na vida anterior (REALE, 1990, v.1, p. 415).
- Todos os espíritos haveriam de se purificar, resgatando as suas culpas, mas, para que isso pudesse acontecer integralmente, seria necessário sofrer longa, gradual e progressiva expiação e correção, passando,

portanto, por muitas reencarnações no mundo (REALE, 1990, v.1, p. 415).

- As Escrituras poderiam ser lidas em três níveis: literal, moral e espiritual – a mais importante delas, porém de longe a forma mais difícil (REALE, 1990, v.1, p. 416).
- O corpo ressurrecto seria um corpo espiritual (PROPHET, 2006, p. 150-151):

Mas alguém dirá: Como ressuscitam os mortos? E com que qualidades de corpo vêm?

Insensato! O que tu semeias não é vivificado, se primeiro não morrer.

E, quando semeias, não semeias o corpo que há de nascer, mas o simples grão, como o de trigo, ou o de outra qualquer semente.

Mas Deus lhe dará um corpo como lhe aprouve, e a cada uma das sementes um corpo próprio.

Nem toda carne é uma mesma carne; mas uma é a carne dos homens, outra é a carne dos animais, outra a das aves e outra a dos peixes.

Também há corpos celestes e corpos terrestres, mas uma é a glória dos celestes e outra a dos terrestres.

Uma é a glória do sol, outra a glória da lua e outra é a glória das estrelas; porque uma estrela difere em glória de outra estrela.

Assim também é a ressurreição dos mortos. Semeia-se o corpo em corrupção, é ressuscitado em incorrupção.

Semeia-se ignonímia, é ressuscitado em glória. Semeia-se em fraqueza, é ressuscitado em poder.

Semeia-se em corpo animal, é ressuscitado em corpo espiritual. Se há corpo animal, há também corpo espiritual.

Assim também está escrito: O primeiro homem, Adão, tornou-se alma vivente; o último Adão, espírito vivificante.

Mas não é primeiro o espiritual, senão o animal; depois o espiritual.

O primeiro homem, sendo terra, é terreno; o segundo homem é do céu.

Qual o terreno, tais também os terrenos; e, qual o celestial, tais também os celestiais.

E, assim como trouxemos a imagem do terreno, traremos também a imagem do celestial.

Mas digo isto, irmãos, que carne e sangue não podem herdar o reino de Deus; nem a corrupção herda da incorrupção.

Eis aqui vos digo um mistério: Nem todos dormiremos, mas todos seremos transformados, num momento, num abrir e fechar de olhos, ao som da última trombeta; porque a trombeta soará, e os mortos serão ressuscitados incorruptíveis, e nós seremos transformados.

Porque é necessário que o incorruptível se revista da incorruptibilidade e que isto que é mortal se revista da imortalidade.

Mas, quando isto que é corruptível se revestir da incorruptibilidade, e isto que é mortal se revestir da imortalidade, então se cumprirá a palavra que está escrita: Tragada foi a morte na vitória.

Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte, o teu aguilhão?

O aguilhão da morte é o pecado e a força do pecado é a lei (1 CORÍNTIOS 15, 35-57).

- A diferença existente entre as pessoas seria resultado dos débitos ou méritos de alguma vida anterior (PROPHET, 2006, p.168-171).

A idéia da Reencarnação formulada por Orígenes foi o ponto central da controvérsia sobre a Reencarnação, que durou até o século VI. Orígenes defendia a idéia da justiça divina, argumentando que as ações de vidas passadas – e não os caprichos de Deus – seriam as causas de situações das vidas atuais. Entretanto, a Igreja rejeitou os argumentos oferecidos por ele sobre a pré-existência do ser, tendo, porém, sido obrigada a reformular o seu conceito de Deus (PROPHET, 2006, p. 171). A partir de Orígenes, houve uma mudança conceitual da face de Deus e do homem aos olhos do Cristianismo.

De acordo com Prophet (2006, p. 176), em sua obra *Sobre os Primeiros Princípios*, Orígenes explica que as almas são enviadas para seu lugar, região ou condição, de acordo com atos pretéritos à vida atual. Nessa obra ele escreve que Deus organizou o Universo de acordo com o princípio de uma retribuição totalmente imparcial, sem favoritismos. Deus, por isso, corpos às almas de acordo com os pecados de cada uma. Concluiu, em seus questionamentos, que alguns pecados teriam sido cometidos antes das almas terem corpos, de forma que cada alma receberia a recompensa, de acordo com o seu mérito. Ou seja, o destino das pessoas seria determinado por suas ações anteriores.

Orígenes acreditava na pré-existência da alma, no livre-arbítrio e na justiça divina. Para ele, Deus havia criado a Terra como um lugar para os seres humanos exercerem o seu livre arbítrio. Ele não fora capaz de aceitar a idéia de que Deus predestinasse todas as pessoas. Segundo ele, nenhum espírito

ou alma poderia ser forçado, contra a liberdade de sua própria vontade, a seguir uma direção diferente daquela a que sua mente se inclinasse, o que lhes retiraria a faculdade do livre arbítrio. Porém, a questão do livre arbítrio colocava em cheque a concepção da santidade oferecida pela Igreja. Orígenes concebia que uma pessoa que fora homem em certa encarnação, poderia nascer como mulher em outra, e que uma virgem poderia vir a ser uma prostituta em outra vida. Da mesma forma que uma pessoa poderia cair da escada da evolução anímica, poderia subi-la novamente (PROPHET, 2006, p. 179).

Orígenes também acreditava estar o livre-arbítrio implícito nas Escrituras. De acordo com a sua obra *Primeiros Princípios*, uma vez tendo Deus estipulado ao homem escolher o bem, o teria feito justamente por conceder ao homem a liberdade de escolher entre o bem e o mal. Se Deus deu essa liberdade, supõe-se que o homem poderia avançar ou regredir, de acordo com seus méritos pessoais. O homem estaria predestinado a retornar a Deus, necessitando mais de uma oportunidade para fazê-lo (PROPHET, 2006, p. 180).

Sobre a Queda do Jardim do Éden, Orígenes ensinava que essa questão poderia sugerir o livre-arbítrio e a Reencarnação. Para ele, essa história representaria a experiência vivenciada por cada alma, inicialmente em estado primordial de união com Deus e, posteriormente à queda, quando as almas aprisionadas na matéria seriam obrigadas a voltar a Terra, várias vezes, para agir e experimentar a reação causada por cada ato anteriormente praticado. Assim, a diferença entre o destino dos homens não estaria baseada nos caprichos de Deus, mas em suas próprias ações. No princípio, Deus teria criado com equanimidade e justiça, dando, a todos, a mesma oportunidade e potencial. Os atos de cada um é que seriam as verdadeiras causas das diferenças existentes (PROPHET, 2006, p.180-181).

Ao mesmo tempo que Orígenes construía a sua tese, em Alexandria outro grupo de Patriarcas desenvolvia uma teologia contrária. Esse grupo teria rejeitado o conceito grego de alma a favor de uma idéia nova e inaudita, de que a alma não faria parte do mundo espiritual e, sim, do material imutável, juntamente com o corpo. Esse grupo também desenvolveu o conceito de *creatio ex nihilo*, criação vinda do nada, segundo a qual Deus teria criado as

almas, juntamente com os corpos e todo o resto do universo material, a partir do nada, simplesmente pela glória de sua majestade (PROPHET, 2006, p.181).

Porém, foi Ário, que nasceu mais ou menos na mesma época em que Orígenes morreu, que passou a formular questionamentos sobre a real natureza do Filho de Deus. Se esse Filho havia tido um princípio, então estava aí uma falha fundamental daquela doutrina ortodoxa, que não esclarecia a real natureza do Cristo, se ele teria sido criado do nada, como o restante das criaturas ou se, ainda que, sendo parte de Deus, teria assumido a forma humana (PROPHET, 2006, p. 191).

Os arianos passaram a sustentar a tese de que Jesus tornou-se Filho de Deus, formulando, como princípio universal, que todos os seres criados poderiam seguir esse mesmo caminho. Eles acreditavam que Jesus havia sido adotado como Filho de Deus, quando da sua ressurreição, e que todos os seres humanos também poderiam ser adotados como Filhos de Deus se imitassem o Cristo (PROPHET, 2006, p. 191).

A questão levantada por Ário causou uma série de críticas e rixas na Igreja ortodoxa. O Imperador Constantino⁴⁶ considerou insignificante a controvérsia existente sobre a natureza de Cristo e passou a censurar os bispos da época por discutirem uma questão tão vã. Diante dessa polêmica, resolveu promover a unidade da Igreja Cristã, convocando um concílio geral, em Nicéia, a sudeste de Constantinopla, convidando os bispos pertencentes a todo o seu domínio.

O concílio de Nicéia ocorreu em junho de 325 e seu principal objetivo foi o de ver os bispos unidos em um sentimento comum de harmonia, afirmando que a divisão é pior e mais perigosa do que qualquer tipo de guerra ou conflito, conclamando a dissolução das divergências. Esse concílio reuniu-se durante dois meses, com a presença de Constantino e, afinal, formulando e adotando

⁴⁶ O Imperador Constantino, a princípio, via no Cristianismo um instrumento de união com o Império, que tentava controlar, há dezoito anos. Mas ele acreditava no Cristianismo, embora a sua crença fosse limitada. Desempenhou um papel ativo, fazendo sermões públicos e oficializando a celebração da páscoa. Entretanto, estava longe de comportar-se de acordo com os padrões cristãos de respeito à vida. Dez anos depois de sua conversão ainda condenava criminosos à crucificação. Foi um governante impiedoso, descrito por Grant ("apud" PROPHET, 2006, p. 198) como um autocrata absoluto, que acreditava poder matar qualquer um. O Imperador cometeu toda sorte de injustiças e aguardou até o último momento de sua vida para receber o batismo que o absolveria de todos os seus pecados. Ele não deixou que seus pecados prejudicassem a sua posição na Igreja. Depois de sua morte, seu corpo foi colocado em um caixão dourado coberto de púrpura e enterrado na Igreja dos Santos Apóstolos, folheada a ouro, construído para ser seu mausoléu. Considerava-se o 13º apóstolo da Igreja (PROPHET, 2006, p. 198-199).

um credo dogmático, que identificasse o Filho de Deus com o Pai e não com a criação. Apenas Ário e mais dois outros bispos recusaram-se a assinar o credo, sendo banidos do império (PROPHET, 2006, p.199-203).

Constantino aproveitou o concílio para inaugurar a primeira perseguição governamental sistemática aos dissidentes cristãos. Proclamou um édito contra os “hereges”, chamando-os inimigos e opositores da verdade e da vida, unidos para a destruição. Os professores hereges foram obrigados a fugir e muitos dos seus estudantes forçados a retornar ao seio da Igreja Ortodoxa. O imperador ordenou uma devassa em seus livros, que passaram a ser confiscados e destruídos. (PROPHET, 2006, p. 202).

Segundo Prophet (2006, p. 205), na doutrina cristã, Nicéia marcou o princípio do fim dos conceitos sobre a pré-existência da alma e da salvação através da união com Deus, idéias que seriam definitivamente expurgadas dali a duzentos anos pelo Imperador Justiniano.

Entretanto, mesmo depois de Constantino e de Nicéia, os textos de Orígenes continuaram populares entre os que buscavam esclarecimentos sobre a natureza do Cristo, o destino das almas e a ressurreição. Alguns dos monges mais cultos adotaram as idéias de Orígenes e usavam-nas em suas práticas místicas com o intuito de alcançar a união com Deus. Segundo Prophet (2006, p. 207), a hierarquia da Igreja tolerava essas práticas que eram simpatizadas pelo bispo Teófilo. Todavia, teólogos ortodoxos recomeçaram a atacar Orígenes no final do século IV, questionando suas idéias acerca da natureza de Deus, de Cristo, sobre a questão da ressurreição e a pré-existência da alma.

Foi o bispo de Salamis, Epifânio (315 a 403), em Chipre, o principal combatente ao origenismo que, segundo ele, negava a ressurreição na carne. De acordo com Prophet, parece ter-se estabelecido uma linha divisória entre os que interpretavam as Escrituras em sentido literal e aqueles que a viam como uma alegoria, que se espalhou por todo o império romano. O tema central da controvérsia era se Deus possuía um corpo que pudesse ser visto e tocado, como acreditavam os ortodoxos. No início do ano de 400, Teófilo convocou um concílio, em Alexandria, que condenou os textos de Orígenes. Em Roma, o Papa promulgou uma condenação semelhante e encorajou os outros bispos a seguirem o seu exemplo. Aparentemente, o debate sobre o origenismo estava

encerrado. Entretanto, durante o século V, o origenismo sobreviveu secretamente nos mosteiros do Alto Egito (PROPHET, 2006, p. 209).

O conflito entre origenistas e ortodoxos chegou ao ápice por volta do ano de 507, quando monges origenistas do monastério em Mar-Saba foram proibidos de praticar cultos místicos que buscavam o êxtase da união divina. Esses monges, insatisfeitos, foram a Constantinopla, pleiteando a intercessão do Imperador Justiniano em favor da causa origenista (PROPHET, 2006, p.211).

O Imperador Justiniano reinou de 527 a 565 e foi considerado o imperador romano que mais ativamente interferiu na teologia cristã. Por volta de 543, promulgou um édito condenando dez dos princípios do origenismo, inclusive a questão da pré-existência. Decretou um anátema para Orígenes e para todos que como ele pensasse. O édito, que todos os bispos tiveram que assinar, seria enfim ratificado por um concílio em Constantinopla, em 553 (PROPHET, 2006, p. 211-212).

Em 553, Justiniano convocou o Quinto Concílio Geral da Igreja para discutir a controvérsia de três textos teológicos que estariam próximos da heresia. Justiniano queria que os textos fossem condenados e esperava que o concílio fizesse a sua parte. Desde 545, tentava coagir o Papa a coadunar com suas idéias. Para isso, mandou prender o Papa em Roma e o trouxe a Constantinopla, onde o manteve encarcerado durante quatro anos. Quando o Papa fugiu e, mais tarde, recusou-se a comparecer ao concílio, Justiniano convocou a reunião, mesmo sem sua aceitação e presença (PROPHET, 2006, p. 212).

O concílio, de acordo com Prophet (2006, p. 212), teria se reunido pela primeira vez em maio de 553, na Igreja Hagia Sophia. Embora Justiniano não tenha comparecido, encheu o concílio com os seus bispos, que votaram segundo sua orientação. Este concílio produziu quatorze novos anátemas contra os autores dos textos em questão e outros teólogos cristãos. O décimo primeiro anátema incluía o nome de Orígenes numa lista de hereges.

Uma lista de quinze anátemas contra as propostas de Orígenes – como constava na carta de Justiniano de 551 – foi mais tarde acrescentada aos decretos do concílio. Esses quinze anátemas, segundo Prophet (2006, p 212), constituíram a base da rejeição da Igreja à Reencarnação. Começava dizendo:

“se alguém afirmar a fictícia pré-existência das almas, afirmará a monstruosa restauração que dela decorre: que seja anatemizado” (PROPHET, 2006, p. 212). Os origenistas acreditavam que essa restauração com Deus ocorreria através de uma senda de Reencarnação. Depois do concílio, os monges origenistas foram expulsos de seu monastério na Palestina, alguns bispos foram depostos e os textos de Orígenes foram mais uma vez destruídos.

Pelo exposto, tudo leva a crer que a doutrina pregada por Jesus pode ter sido mesmo uma doutrina reencarnacionista. Talvez seja prudente aventar-se a possibilidade de que seus ensinamentos, muitas vezes laureados por parábolas de difícil entendimento, tenham sido interpretados de forma literal, quando poderiam conter uma verdade muito mais intuitiva, mística e transcendental. Os ensinamentos de Jesus parecem conter significados bem mais profundos, belíssimos e de natureza essencialmente ética, quando avaliados à luz da Reencarnação.

Os preceitos éticos pregados pelo Mestre de Nazaré são condizentes com a crença na Imortalidade das Almas e na sua pré-existência à vida física, além de estabelecerem algumas relações causais entre os atos praticados e a vivência da dor (“a cada um, segundo as suas obras” / “vá e não peques mais”), condizentes com a lei de causa e efeito.

Encontrar o possível elo perdido entre Cristianismo primitivo e Reencarnação pode despertar, no homem atual, um novo olhar para os ensinamentos do Mestre de Nazaré, estimulando a elevação mental dos pensamentos, o aprofundamento das reflexões em relação ao sentido da vida e, quem sabe, a construção de pontes de luz que interliguem os corações. A profundidade dos ensinamentos de Jesus, agora interpretados sob a égide da Reencarnação, traz uma nova esperança à Humanidade, ao propor que o homem sacrifique o próprio egoísmo em nome de algo maior – ainda que a sua própria sobrevivência – quiçá, do amor universal; que encerre todo o orgulho hominal, estabelecendo, com humildade, novos rumos morais na sua escalada evolutiva, que alberguem, com verdadeira sabedoria, a nobreza de valores eternos como pontos referenciais.

Resta saber onde se encontram os indícios, nos Evangelhos, sobre a doutrina da Imortalidade das Almas e da Reencarnação.

Um estudo minucioso do Evangelho de Matheus parece sugerir a iluminação espiritual como finalidade máxima da doutrina de Jesus, no Capítulo 3, versículos de 15 a 17:

(...) a terra de Zabulom e a terra de Naftali, o caminho do mar, além do Jordão, a Galiléia dos gentios, o povo que estava sentado em trevas viu uma grande luz; sim, aos que estavam sentados na região da sombra da morte, a estes a luz raiou. Desde então começou Jesus a pregar, e a dizer: Arrependei-vos, porque é chegado o reino dos céus (Mateus, 3. 5,17).

Ainda em Matheus, Capítulo 5, versículos 1 a 16, Jesus proclama as condições humanas necessárias para o gozo do reino dos céus, comparando os homens de bem, aptos a partilhar da comunhão com Deus, ao sal da terra e à luz do mundo:

Bem-aventurados os humildes de espírito, porque deles é o reino dos céus.

Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados.

Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra.

Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos.

Bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia.

Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus.

Bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados filhos de Deus.

Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus.

Bem-aventurados sois vós, quando vos injuriarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por minha causa.

Alegrai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus; porque assim perseguiram aos profetas que foram antes de vós.

Vós sois o sal da terra; mas se o sal se tornar insípido, com que há a de restaurar-lhe o sabor? Para nada mais presta, senão para ser lançado fora, e ser pisado pelos homens.

Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte; nem os que acendem uma candeia a colocam debaixo do alqueire, mas no velador, e assim ilumina a todos que estão na casa.

Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras, e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus.

Ou seja, Jesus parece explicar que as leis que regem o reino de Deus são leis eminentemente espirituais, mas que o conhecimento dessas leis deve ser disponibilizado a todos e utilizado pelos homens em proveito próprio. A luz, seja em sentido literal, moral ou espiritual, evidentemente não existe para ser escondida, mas para ser exposta, para verdadeiramente alumiar, oferecendo todas as percepções necessárias do que é belo, justo e bom; permitindo, ao ser, compreender e rumar em direção a Deus.

Além disso, Jesus exalta: a humildade, como pré-requisito básico para ser possível, ao homem, adentrar ao reino dos céus; o entendimento e aceitação da dor, como propulsora do engrandecimento espiritual; a mansidão, como condição de herança da terra (Reencarnação?); a percepção da justiça, como essencial ao entendimento das leis da vida; a misericórdia, como condição de igualdade; a pureza de coração, imprescindível à percepção daquilo que há de divino em cada um; a pacificação, como virtude identificadora do ser restaurado a Deus. Essa interpretação está perfeitamente condizente com todas as doutrinas espiritualistas reencarnacionistas, inclusive o Gnosticismo.

E Jesus continua, ainda em Matheus, no Capítulo 5, versículos de 17 a 20:

Não penseis que vim destruir a lei ou os profetas, não vim destruir, mas cumprir.

Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, de modo nenhum passará da lei um só i ou um só til, até que seja cumprido.

Qualquer, pois, que violar um destes mandamentos, por menor que seja, e assim ensinar aos homens, será chamado o menor no reino dos céus; aquele, porém, que os cumprir e ensinar, será chamado grande no reino dos céus.

Pois eu vos digo que, se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos céus.

Jesus parece conceber que a iluminação do espírito, sua ascensão a Deus e a compreensão sobre as leis do Criador podem reformular a idéia que o homem tem da justiça. Existiria uma lei divina específica, rigorosa e excepcional, que escrutinaria cada i e cada til de tudo que o homem faz pelo

seu livre arbítrio, de forma a se fazer cumprir a justiça em toda a sua excelência em todo o seu esplendor. Esse pensamento parece tornar razoável a hipótese de Reencarnação, por oportunizar aos homens a evolução espiritual necessária à perfeição moral, daqueles que pleiteiam adentrar ao reino dos céus.

Jesus continua, em Matheus, Capítulo 5, nos versículos de 21 a 26 – ao que parece formulando alegoricamente a lei do karma - aquilo que corresponderia ao ciclo dos renascimentos, até que a justiça divina tenha se cumprido em toda a sua excelência:

Ouviste que foi dito aos antigos: Não matarás; e, quem matar será réu de juízo.

Eu, porém, vos digo que todo aquele que se encolerizar contra o seu irmão, será réu de juízo; e quem disser a seu irmão: Raça, será réu diante do sinédrio; e quem lhe disser: Tolo, será réu do fogo do inferno.

Portanto, se estiveres apresentando a tua oferta no altar, e aí te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa ali diante do altar a tua oferta, e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão, e depois vem apresentar a tua oferta.

Concilia-te depressa com o teu adversário, enquanto estás a caminho com ele; para que não aconteça que o adversário te entregue ao guarda, e sejas lançado na prisão.

Em verdade vos digo que de maneira nenhuma sairás dali enquanto não pagares o último ceutil.

E continua Jesus, no Evangelho de Matheus, no Capítulo 5, versículos de 38 a 48, sugerindo que toda afronta a um mal praticado necessita ser aplacada; que a finalidade última da vida do homem na Terra é buscar a perfeição moral e espiritual; que aquele que se ilumina, torna-se diferente, transcendendo à matéria e identificando-se com o se Criador:

Ouviste o que foi dito: Olho por olho, dente por dente.

Eu, porém, vos digo que não resistais ao homem mau; mas, a qualquer que te bater na face direita, oferece-lhe também a outra;

E ao que quiser pleitear contigo, e tirar-te a túnica, larga-lhe também a capa;

E, se qualquer te obrigar a caminhar mil passos, vai com ele dois mil.

Dá a quem te pedir, e não voltes as costas ao que quiser que lhe emprestes.

Ouviste o que foi dito: Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo.

Eu, porém, vos digo: Amai aos vossos inimigos, e orai pelos que vos perseguem;

Para que vos torneis filhos do vosso Pai que estás nos céus; porque ele faz nascer o sol sobre maus e bons, e faz chover sobre justos e injustos.

Pois, se amardes aos que vos amam, que recompensa tereis? Não fazem os publicanos também o mesmo?

E, se saudardes somente os vossos irmãos, que fazeis demais? Não fazem também os gentios também o mesmo?

Sede vós, pois, perfeitos, como é perfeito o vosso Pai celestial.

No Capítulo 7, nos versículos de 13 a 14, Matheus continua o ensinamento de Jesus:

Entrai pela porta estreita, porque larga é a porta, e espaçoso o caminho que conduz à perdição, e muitos são os que entram por ela; E porque estreita é a porta, e apertado o caminho que conduz à vida, e poucos são os que a encontram.

Enfim, alguns dos muitos ensinamentos do Mestre de Nazaré sugerem fortemente as leis divinas relacionadas à justiça, como a lei do Karma, já anteriormente formulada em outras doutrinas espiritualistas.

Vale lembrar, em João (3.1-21), a passagem que Jesus sugere a essência divina em cada ser humano e que também parece sugerir a Reencarnação:

Ora, havia entre os fariseus um homem chamado Nicodemos, um dos principais dos judeus.

Este foi ter com Jesus, de noite, e disse-lhe: Rabi, sabemos que és Mestre, vindo de Deus; pois ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não estiver com ele.

Respondeu-lhe Jesus: Em verdade, em verdade te digo que se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus.

Perguntou-lhe Nicodemos: Como pode um homem nascer, sendo velho? Porventura pode tornar a entrar no ventre de sua mãe, e nascer?

Jesus respondeu: Em verdade, em verdade te digo que se alguém não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus. O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é espírito.

Não te admires de eu te haver dito: Necessário vos é nascer de novo. O vento sopra onde quer, e ouves a sua voz; mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo aquele que é nascido do Espírito.

Perguntou-lhe Nicodemos: Como pode ser isto?

Respondeu-lhe Jesus: Tu és mestre em Israel, e não entendes estas coisas?

Em verdade, em verdade te digo que nós dizemos o que sabemos e testemunhamos o que temos visto; e não aceitais o nosso testemunho!

Se vos falei de coisas terrenas, e não credes, como creereis, se vos falar das celestiais?

[...] A luz veio ao mundo, e os homens amaram antes as trevas que a luz, porque as suas obras eram más.

Porque todo aquele que faz o mal aborrece a luz, e não vem para a luz, para que as suas obras não sejam reprovadas.

Mas quem pratica a verdade vem para a luz, a fim de que seja manifesto que as suas obras são feitas em Deus.

4.9 Leibniz

Leibniz nasceu em 1646, na cidade de Leipzig, na Alemanha. Seu pai era jurista-consulto e professor de moral na Universidade de Leipzig. Autodidata, Leibniz era dotado de extraordinário gênio, notável capacidade de aprendizado e assimilação, sempre se destacando nas escolas que freqüentava (REALE, 1990, p. 440)

Tornou-se mestre em Filosofia pela Universidade de Leipzig (1664), estudou Matemática e Álgebra em Jena e jurisprudência em Altdorf, onde fez doutorado em Direito (1666), versava nas mais diferentes áreas com conhecimento e interesse e tinha excelentes relações políticas e culturais (REALE, 1990, p. 440).

De espírito inquieto, almejava a criação de uma ciência universal, que abarcasse em si todas as disciplinas, visando uma organização cultural e

política universal. Criou associações de doutos e academias em muitas cidades e formulou projetos políticos de vários gêneros (REALE, 1990, p. 441).

De 1672 a 1676, viveu em Paris, exercendo função de diplomata. Conheceu os filósofos Arnauld e Malebranche, e o matemático Huyghens. Em viagem a Londres, tornou-se membro da Royal Society (REALY, 1990, p. 441).

Em 1676, ao ir a Londres, conheceu Newton. Ao passar por Amsterdã, conheceu Leeuwenhoek, famoso microbiologista. Por fim esteve em Haia, tendo a oportunidade de trocar impressões com Spinoza. Desta feita, retornou à sua pátria de origem, após aceitar ser bibliotecário da corte, por intervenção do duque de Hannover. Fica ligado à corte de Hannover até a sua morte (REALY, 1990, p. 441).

Em 1684, Leibniz tornou pública a sua descoberta realizada por volta de 1675 sobre cálculo infinitesimal, realizado a partir do estudo das notáveis contribuições sobre geometria analítica efetuadas por Blaise Pascal, complementando os estudos sobre cálculo infinitesimal, também realizado por Newton, por volta de 1669 e só publicado por ele em 1687 (REALE, 1990, p. 442).

Entre 1687 e 1690, empreendeu muitas viagens na função de historiador da corte de Hannover, indo à Áustria e à Itália.

A partir de 1689, as suas relações começaram a deteriorar-se na corte de Hannover, talvez porque Leibniz empreendia inúmeras iniciativas culturais e políticas, envolvendo-se muito profundamente em atividades extra-oficiais. Tornou-se sócio da Academia de Ciências de Paris; promoveu e foi presidente da fundação da Academia de Ciências de Berlin; outrora conselheiro secreto de Frederico I da Prússia; em 1712, conselheiro secreto da Rússia; e, em 1713, conselheiro da corte em Viena. Em 1714, Jorge Hannover torna-se Jorge I da Inglaterra e dispensa Leibniz da política, causando uma influência negativa sobre a sua personalidade. Leibniz envelhece no isolamento e é vítima de gota, morrendo em novembro de 1716 em Hannover, onde é enterrado miseravelmente (REALE, 1990, p.441).

Historicamente, Leibniz insere-se em plena era do Iluminismo, quando a ciência mecanicista construía-se, assim como toda a filosofia que lhe daria suporte. Àquela época, a revolução científica e grandes nomes iluministas,

como Francis Bacon⁴⁷ e, sobretudo, René Descartes⁴⁸ produziam tal reviravolta na história do pensamento ocidental que reduzira todo o conteúdo das filosofias anteriores (antiga e medieval) à idéia de que elas eram simples representações de questionamentos obsoletos que ofereciam soluções ultrapassadas. Dois conceitos pareciam estar irremediavelmente comprometidos: o conceito do fim (causa final) e o conceito de substância (forma substancial, aquilo pelo qual a substância de um corpo difere da de outro), já formulados pela época dos antigos filósofos gregos, com grande expressão em Aristóteles⁴⁹. São esses conceitos que Leibniz retomaria em suas obras filosóficas, reivindicando não apenas a sua validade como sua perenidade. Leibniz fez a mediação e a síntese entre os conceitos antigos e modernos, embasando a sua teoria filosófica na pluralidade de seus conhecimentos (REALE, 1990, v.2, p.443). Lê-se em Discurso da Metafísica: “(...) não seja eu condenado com leviandade quando se souber que meditei demoradamente sobre a filosofia moderna; dediquei muito tempo às experiências da Física e demonstrações da Geometria (...)” (LEIBNIZ, 2004, p. 22).

É assim que, em fins de 1685 e início de 1686, Leibniz inicia a primeira formulação de seu sistema filosófico⁵⁰, através da publicação do *Discurso de Metafísica*. Nessa obra, Leibniz aborda a ação do Criador e o grande princípio da perfeição contido em suas leis, as leis naturais ou divinas, que agem sobre todo o Universo, além da idéia da individualidade de cada ser. Essa obra vai

⁴⁷ Francis Bacon (1575 – 1620): Escrevera que a situação de todo o mundo fora irremediavelmente mudada com a invenção da pólvora, da impressão e da bússola. Acreditava que o saber devia dar seus frutos na prática, que a ciência devia aplicar-se à indústria, que os homens tinham o sagrado dever de se organizar para melhorar e transformar suas condições de vida. A partir dessa idéia, Bacon submeteu à revisão toda a cultura humana, a fim de descobrir o porquê de ela haver dado tão escassos frutos na realidade e de que modo ela poderia ser aperfeiçoada. Escreveu contra os filósofos antigos e os medievais, considerando-os moralmente culpados de não terem dado a devida atenção à natureza; que aquelas filosofias eram estéreis e verbosas (REALE, 1990, v.2, p.321 - 323).

⁴⁸ René Descartes (1596 – 1650): é o fundador da Filosofia Moderna, baseada no *res cogitans* e *res extensa*, sendo considerado um dos pensadores mais importantes e influentes da História do Pensamento Ocidental. Em Discurso do Método, determina um método para chegar-se ao saber: evidência; análise; síntese; enumeração e revisão. Após estabelecer as regras do método, é preciso justificá-lo (REALE, 1990, v. 2 p. 359-368).

⁴⁹ Aristóteles (384/383 – 322 a.C.): apresenta a metafísica como a “busca das causas primeiras”. Para ele as causas devem ser finitas quanto ao número. Estabeleceu como quatro as causas referentes ao mundo do devir: causa formal; causa material; causa eficiente; causa final (REALE, 1990, v.1, p. 180).

⁵⁰ Leibniz é considerado pelos filósofos estudiosos de suas obras como um filósofo de sistema. A primeira exposição do sistema Leibziano é o Discurso da Metafísica, em perpétuo movimento interior, onde o autor se preocupa em expor temas essenciais de sua filosofia, que se completa nos textos de sua velhice, *Tratado da natureza e da graça* e *Monadologia*, como exposições sistemáticas (LEIBNIZ, 2004, p. VII-XXI).

sendo aperfeiçoada em movimento de maturidade, por seus outros textos, ambos de 1714, a saber, a *Monadologia* e *Princípios da natureza e da graça fundados na razão*, obras em que ele introduz a idéia de que a individualização do ser sofre uma evolução contínua, adquirindo internamente complexas características cognitivas de percepção, apercepção, até chegar ao raciocínio inteligente; ou seja, que existe uma evolução individual de cada Mônada a saber: desde Enteléquia (autômatos incorpóreos), à condição de Alma (animais irracionais) e ao Espírito (ser racional), a depender unicamente das funções superiores morais dessas qualidades cognitivas que passa a adquirir desde sua criação. Os conceitos de imortalidade das almas e de reencarnação são indiscutivelmente apresentados ao longo de suas obras como princípios de uma lei natural. Ele não diz claramente, mas sugere, já àquela época, que a evolução do espírito deve ser muito semelhante à evolução das espécies, vislumbrando, filosoficamente, o que no futuro seria abordado por Lamarck e posteriormente por Darwin, sobre o assunto no campo da ciência material (*Princípios da natureza e da graça fundadas na razão*, § 4).

4.9.1 Discurso da Metafísica

Nesse discurso, Leibniz parte da idéia de Deus para o estudo das criaturas. Define o mundo físico e passa a examinar as substâncias individuais de forma a mostrar a união dos espíritos com Deus (LACERDA, 2004, p. XI).

Inicia o seu discurso conferindo os atributos de Deus, “um ser absolutamente perfeito”, que contém a máxima ciência e onipotência (LEIBNIZ, 2004, p. 3), que o caráter de Deus está impresso em suas obras e que elas independem do conceito que os homens tenham dele (LEIBNIZ, 2004, p. 4-5), que em Deus, tudo é perfeição: Deus não faz coisa alguma pela qual não mereça ser glorificado (LEIBNIZ, 2004, p. 7); que a perfeição de Deus é o fundamento de amor que devemos a Ele, amor maior que todas as coisas (LEIBNIZ, 2004, p. 8); que o principal fim de Deus é a felicidade dos espíritos e que Ele exercita esse fim na medida em que a harmonia geral o permita. Deus é tão poderoso que para Ele, é suficiente decretar para fazer surgir um mundo real (LEIBNIZ, 2004, p. 11).

Sobre as leis divinas ou leis naturais, fatais, diz que Deus nada faz fora da ordem. “Aquilo que é tido por extraordinário, é apenas relativamente a alguma ordem particular estabelecida entre as criaturas, pois, quanto à ordem universal tudo está em conformidade com ela” (LEIBNIZ, 2004, p. 12). Nada pode acontecer no mundo que seja absolutamente irregular e nem se poderia forjar tal coisa. Qualquer que seja a linha geométrica, há regra específica para ela, é possível encontrar-se uma noção, uma regra ou uma equação que a caracterize. A mais complexa das regras, ainda assim não é irregular.

De qualquer maneira que Deus criasse o mundo, este teria sido sempre regular e dentro de certa ordem geral. Deus escolheu, porém, o mais perfeito, ao mesmo tempo o mais simples em hipótese e o mais rico em fenômenos, tal como seria o caso de uma linha geométrica de construção fácil e de propriedade e efeitos espantosos e de grande extensão (LEIBNIZ, 2004, p. 13).

Se tudo está em conformidade com as leis de Deus, os milagres também têm que estar em conformidade com a natureza das coisas (LEIBNIZ, 2004, p. 14).

E sobre a ação das outras criaturas:

Deus quer tudo o que é objeto de sua vontade geral, tais como as ações de outras criaturas, particularmente as racionais, (...) é preciso distinguir: se a ação é boa em si, pode-se dizer que Deus a quer e ordena algumas vezes, mesmo que não aconteça; porém, se é má em si e só por acidente torna-se boa, porque a série das coisas e, especialmente, o castigo e a reparação corrigem sua malignidade e recompensam seu mal com juro, de sorte a existir, finalmente, muito mais perfeição em toda a série do que se todo o mal não tivesse sucedido; deve-se dizer que Deus a permite, e não que Ele a quer, embora concorra para ela por causa das leis naturais que estabeleceu e porque sabe tirar daí um bem maior (LEIBNIZ, 2004, p. 15).

Sobre a distinção entre a ação de Deus e a ação das criaturas, conceitua o que é a substância individual, qualificando-a como o conjunto de predicados que se atribui a um determinado sujeito e só a ele. Mas toda predicação tem algum fundamento na natureza, ou seja, “[...] a natureza de uma substância

individual ou de um ser completo consiste em ter uma noção tão perfeita que seja suficiente para compreender e fazer deduzir de si todos os predicados do sujeito a que se atribui a noção” (Leibniz, 2004, p. 16-17). Distingue o predicado do sujeito com a noção de acidente, que “é um ser cuja noção não contém tudo quanto se pode atribuir ao sujeito a que se atribui esta noção” (Leibniz, 2004, p. 17). É assim que exemplifica a partir da figura histórica de Alexandre Magno. Abstraindo desse sujeito a sua qualidade de rei, essa qualidade não é suficientemente determinada para um indivíduo, nem contém as outras qualidades dele como sujeito nem todas aquelas que fazem compreender a noção de príncipe, ao passo que Deus vê, na noção de sua individualidade e *ecceidade*⁵¹, ao mesmo tempo, o fundamento e a razão de todos os predicados que verdadeiramente dele se podem afirmar. Ou seja:

[...] há desde toda a eternidade, na alma de Alexandre, vestígios de tudo quanto lhe sucedeu, marcas de tudo o que lhe sucederá e, ainda, rastros de tudo quanto se passa no universo, embora só a Deus caiba reconhecê-los todos (LEIBNIZ, 2004, p. 17).

Diz ainda que uma substância só pode formar-se por criação e só por aniquilamento poderá perecer. Toda substância é como um mundo completo e como um espelho de Deus. Cada substância, à sua maneira, expressa todo o universo, de tal forma que ele é multiplicado tantas vezes quantas substâncias houver e, nessa mesma proporção, a glória de Deus. Cada substância traz o caráter da sabedoria infinita e da onipotência de Deus e imita-o o quanto pode, porém, exprimindo confusamente tudo o que acontece no universo (LEIBNIZ, 2004, p. 18-19).

Passa Leibniz a conciliar o que se entende por substância na filosofia antiga (o conceito de que a forma e a qualidade poderiam dar razão às propriedades dos corpos) e o entendimento moderno (extensão e movimento eram considerados como causas suficientes para fornecer a clarificação adequada das coisas) (REALE, 1990, v.2, p. 446).

Para ele, o conhecimento da substância é fundamental para o conhecimento da metafísica, sendo necessário estabelecerem-se os primeiros

⁵¹ *Ecceidade*: S. f. Filos. V. *Hecceidade* [Do *lat. Méd. haecceitate, hecceitate* (*lat. Clás. Haecceitas*, átis < *lat. haec. haecce*, ‘esta’, f. de *hic*, + *-(i)dade*)]. } S.f. Filos. Segundo Duns Scot (v. *scotismo*), o princípio de individualização; ipseidade. (FERREIRA, 2004, p. 710 e 1024).

princípios, para então poder elevar o espírito ao conhecimento das naturezas incorpóreas e das maravilhas de Deus. Mas o entendimento científico pormenorizado no âmbito da Geometria não é necessário ao filósofo, assim como os questionamentos filosóficos aprofundados sobre a conciliação do livre arbítrio com a providência divina não são necessários ao cientista ou ao político, donde as formas (para uns) não alteram em nada os fenômenos (considerados por outros) e não devem, de modo algum, ser empregados para a explicação de efeitos particulares (LEIBNIZ, 2004, p. 20-21).

Assim, estabelece ele poder haver uma reconsideração dos conceitos antigos à luz dos modernos, de forma a fundir as diferentes instâncias de conhecimento (REALE, 1990, p. 445).

Dessa forma, a natureza da substância não consiste apenas de extensão, ou seja, de grandeza, figura e movimento (conceito moderno de substância). É necessário reconhecer nela algo a mais, relacionado às almas e que vulgarmente se denomina forma substancial (que não modifica em nada os fenômenos). Aquilo que dá a noção de grandeza, de figura e de movimento também possui algo de imaginativo e relativo às nossas percepções, como cor, calor, etc., cuja existência verdadeira na natureza das coisas fora de nós pode-se pôr em dúvida, tanto que essas qualidades não podem constituir qualquer substância. E, se não houver algum outro princípio de identidade no corpo, além dessas qualidades, nunca um corpo subsistirá mais do que um momento. Diz ele:

No entanto, as almas e as formas substanciais de outros corpos são bem diferentes das almas inteligentes, únicas que conhecem as suas ações e, não só nunca perecem naturalmente, mas também conservam sempre o fundamento do conhecimento do que são. Eis o que as torna únicas suscetíveis de castigo e de recompensa e cidadãs da república do universo, de que Deus é monarca. Daqui se deduz o dever de todas as restantes criaturas as servirem (LEIBNIZ, 2004, p. 24).

A noção de substância individual, que contém tudo quanto lhe pode acontecer que se pode ver tudo o que é verdadeiramente possível enunciar dela (ex, o círculo), em primeiro momento pode dar a impressão de destruir a

diferença entre as verdades contingentes⁵² e necessárias, concluindo-se que tudo seria uma fatalidade absoluta. Leibniz põe-se a contestar tal impressão, distinguindo o que é certo do que é necessário. Assim, a partir da idéia de que se reconhece que Deus prevê os futuros contingentes, ainda assim não se pode reconhecer que tais futuros sejam necessários. Quando absolutamente necessário, é porque o contrário implica contradição, e essa dedução dá-se nas verdades eternas (por exemplo, as da Geometria). Já quando só é necessário *ex hypothesis*, isto é, por acidente, mas é contingente em si mesma, implica que o contrário não seja necessariamente uma contradição (o contrário não implica contradição). Quase como razoável e seguro que Deus fará sempre o melhor, embora o que é menos perfeito não implique contradição. Sobre o decreto feito por Deus a respeito do propósito da natureza humana, considera que o homem fará sempre, embora livremente, o que lhe parecer melhor. Essa verdade é contingente, apesar de certa. Assim, esses decretos não mudam a possibilidade das coisas. “Ainda que Deus seguramente escolhesse sempre o melhor, tal não impede o que é menos perfeito de ser e continuar possível em si” porque não é sua impossibilidade, mas sim a imperfeição do homem que o faz rejeitar. Nada de cujo oposto é possível, é necessário. Já as verdades necessárias fundam-se no princípio da contradição e na possibilidade, ou não, das próprias essências, sem ter em conta a livre vontade de Deus ou das criaturas (LEIBNIZ, 2004, p. 25-28).

Todas as substâncias são criadas por emanção de Deus. A visão de Deus é sempre perfeita e as nossas percepções também o são, porém os nossos juízos nos enganam. Portanto, todos os nossos fenômenos que têm certa ordem conforme a nossa natureza são conseqüências de nosso ser. Assim, é possível, para regular a nossa conduta, predizer o futuro pela observação do passado. É possível julgar o futuro pelo nosso passado⁵³. O que pode nos acontecer além de pensamentos e percepções? Todos os nossos futuros pensamentos e percepções não passam de conseqüências, embora contingentes, dos nossos pensamentos e percepções anteriores (LEIBNIZ, 2004, p.29-31).

⁵² Contingente: [Do lat. *Contingentia*] **S. f.** 1. Qualidade do que é contingente. 2. Incerteza sobre se uma coisa acontecerá ou não. 3. *Com.* Cota, quinhão, contingente (FERREIRA, 2004, p. 536).

⁵³ Aqui fica claro que nas concepções de Leibniz a existência está subjugada às leis de causa e efeito.

Para ele, uma substância de extensão infinita, enquanto exprime tudo, torna-se limitada pela maneira da sua expressão mais ou menos perfeita. As substâncias agem, assim, umas sobre as outras, de forma a serem obrigadas a acomodarem-se umas às outras. Cada coisa, quando age através da virtude ou da potência, muda para melhor e estende-se enquanto age. Ao afetar outras substâncias, a que passa imediatamente a um mais alto grau de perfeição exerce sua potência e age; a que passa a um menor grau revela sua fraqueza e padece. A ação de substância que tem perfeição implica prazer; já toda a paixão implica alguma dor, e vice versa. Uma vantagem presente pode ser desfeita em seguida por um mal muito maior (LEIBNIZ, 2004, p. 32-33).

Deus pode exercer algumas vezes sua influência sobre os homens ou outras substâncias por um concurso extraordinário e considerado miraculoso, pois nada pode suceder-lhe de extraordinário ou de sobrenatural, já que todos os seus acontecimentos são simplesmente conseqüências de sua natureza (LEIBNIZ, 2004, p. 34).

A força que provoca o movimento da matéria é de ordem metafísica. Diz ele:

Os princípios gerais da natureza corpórea e da própria mecânica são muito mais metafísicos do que geométricos e pertencem, sobretudo, a algumas formas ou naturezas indivisíveis, como causas das aparências, mais do que a massa corpórea ou extensão. Essa reflexão é capaz de reconciliar a filosofia mecânica dos modernos com a circunspeção de algumas pessoas inteligentes e bem intencionadas, que com algum fundamento se sentem receosas pelo afastamento exagerado dos entes imateriais em prejuízo da piedade (LEIBNIZ, 2004, p. 40).

Não se deve recorrer exclusivamente às propriedades da matéria para explicar os fenômenos. É difícil poder reconhecer na natureza um autor inteligente, quando atribuem tudo à matéria ou a certo acaso (LEIBNIZ, 41-43).

Citando as considerações de Platão, no *Fédon*, não se deve confundir o efeito pela causa. Quem considera ser somente o movimento de rotação dos corpos que sustenta a Terra, ali onde ela se encontra, esquece-se de

considerar a potência divina que dispôs tudo da maneira mais bela e de ser o bem e o belo que unem, formam e mantêm o mundo (LEIBNIZ, 2004, p. 44-46).

Passa a conciliar, então, as causas eficientes, que explicam mecanicamente a formação textural de um animal e toda a máquina das suas partes, com as causas finais, das naturezas incorpóreas e de uma causa inteligente com relação aos corpos, pois que uma complementa a outra no entendimento da causa das substâncias. Para Leibniz, a consideração das causas finais nas ciências exatas tem o poder de expurgar a filosofia mecânica do profano que se lhe imputa e de elevar o espírito filosófico sobre as considerações simplesmente materiais às mais nobres meditações (LEIBNIZ, 2004, p. 48-52).

Temos em nossa alma a idéia de todas as coisas. Pela razão sabemos que todo efeito exprime sua causa, de forma que a essência de nossa alma é expressão, imitação ou imagem da essência, pensamento e vontade de Deus e de todas as idéias aí compreendidas (LEIBNIZ, 2004, p. 60). No entanto, pensamos imediatamente pelas nossas próprias idéias e não pelas de Deus.

No que se refere à ação de Deus sobre a vontade humana, Deus segue as leis que estabeleceu, conservando e produzindo o nosso ser de forma que nossos pensamentos chegam-nos livre e espontaneamente, obedecendo à ordem implícita na noção da nossa substância individual. Como a vontade tende sempre para o bem aparente, permite a nossa escolha do que parece melhor sem, contudo, a necessitar. A vontade está na indiferença, desde que se oponha à necessidade. Depende senão da alma, por uma firme vontade de refletir e de nunca agir, nem de julgar em certas ocasiões, precaver-se contra as surpresas das aparências somente depois de ter-se deliberado bem maduramente. Vê-se claramente que Deus não é a causa do mal. Entretanto, a graça de Deus nem sempre é suficiente para sobrepor-se às más inclinações do homem (LEIBNIZ, 2004, p. 62-65).

Quanto às graças concedidas por Deus, Ele certamente não poderia ter beneficiado uns mais do que outros. Deus disponibiliza as graças a depender de certas e grandes razões de sabedoria ou de congruência, desconhecidas dos mortais, mas fundamentadas na ordem geral, cujo fim é a maior perfeição do universo (LEIBNIZ, 2004, p. 66-67).

O princípio da perfeição de Deus serve para confirmar a religião, para dissipar enormes dificuldades, inflamar as almas de um amor divino e elevar os espíritos ao conhecimento das substâncias incorpóreas. Toda substância tem perfeita espontaneidade e tudo o que lhe sucede é devido à sua idéia ou a de seu ser. Nada, a não ser Deus, a determina. Algumas almas chegam a um estado de graça tal que se ligam de forma total a Deus. Nada torna a imortalidade mais compreensível do que essa independência e extensão da alma que, na busca de Deus, defende-se completamente de todas as coisas exteriores: com Deus se basta. Não é possível que as mudanças dessa massa externa chamada corpo façam algo sobre nossa alma, nem a dissipação do mesmo destrua o que é indivisível (LEIBNIZ, 2004, p. 68-69)⁵⁴.

Quanto à questão da ligação do corpo com a alma, “tudo o que acontece à alma e a cada substância é consequência de sua noção, logo, a própria idéia ou essência da alma implica também que todas as suas aparências ou percepções devem nascer de sua própria natureza”. Deve responder por si mesma ao que se passa no universo, mais perfeita e particularmente em si mesma do que no universo, pois, de algum modo e por certo tempo, é na relação com os outros corpos que a alma exprime o estado do universo. Isso demonstra que o corpo que nos pertence não está preso à nossa essência. O estado de meditação faz perceber essa conexão da alma com o corpo. No entanto, as percepções dos nossos sentidos devem conter necessariamente sentimentos confusos, pois, apesar de nossa conexão com todos os outros corpos do universo, é impossível nossa alma a tudo poder entender em particular. Esses sentimentos confusos são resultados de uma variedade completamente infinita de percepções (LEIBNIZ, 2004, p. 70-71).

Para fazer julgar por razões naturais que Deus conservará sempre, não só a nossa substância, mas também a nossa pessoa, isto é, a lembrança e o conhecimento do que somos, (...) é preciso aliar-se a moral à metafísica. Isso significa que não é suficiente a consideração de Deus como princípio e causa de todos os seres (LEIBNIZ, p. 74),

mas, é necessário entender a sua soberania absoluta, como se fosse um monarca do universo composto do conjunto de todos os espíritos. São estes,

⁵⁴ Para Leibniz, uma vez individualizada, a alma é eterna.

os espíritos, os seres mais perfeitos e que melhor exprimem a divindade (LEIBNIZ, 2004, p. 74-75).

Conclui Leibniz, nessa obra de extraordinária beleza, a questão moral embasada na perfeição que advém de Deus. Assim, ele considera serem os espíritos as substâncias mais suscetíveis de aperfeiçoamento, sendo que este pode ser expresso na máxima: de se estorvarem reciprocamente o mínimo possível e por se ajudarem mutuamente. Deus, sempre procurando a máxima perfeição, terá o maior desvelo com os espíritos, dando-lhes o máximo de perfeição permitido na harmonia universal. Os espíritos são feitos à sua imagem, pois só eles podem servir livremente e agir com conhecimento à imitação da natureza divina: um único espírito vale um mundo inteiro, de tal forma que em comparação com as outras substâncias do universo, que exprimem melhor o mundo que Deus, os espíritos exprimem melhor Deus que o universo. Não se pode duvidar de ter Deus ordenado tudo de forma a não só os espíritos viverem perenemente, mas de conservarem, para sempre, a sua qualidade moral (LEIBNIZ, 2004, p. 76-77).

Sobre a verdade, diz Leibniz:

Só Jesus as exprimiu divinamente bem e de maneira tão clara e familiar que os mais grosseiros espíritos as compreenderam. (...) Só ele mostrou quanto Deus nos ama e com que cuidado tratou de tudo o que nos toca; (...) que Deus tem maior cuidado com a mais ínfima das almas inteligentes do que com toda a máquina do mundo; que não devemos recear quem possa destruir os corpos, mas não pode prejudicar as almas, pois só Deus as pode fazer felizes ou desgraçadas e que as dos justos estão em sua mão (...); que nenhuma de nossas ações é esquecida e tudo é levado em conta, até as palavras ociosas ou uma colherada de água bem empregada; enfim, que tudo deve redundar no maior bem dos bons; que os justos serão como sóis e nunca os nossos sentidos nem o nosso espírito gozaram algo parecido com a felicidade que Deus prepara a quem ama (Leibniz, 2004, p. 78-79).

4.9.2 Os Princípios da Filosofia ou Monadologia

Leibniz inicia essa obra definindo Mônada como uma substância simples, que entra nos compostos; simples quer dizer sem partes. Tem de haver substâncias simples, uma vez que existem compostos (reunião dos simples). Mas onde não há partes, não há extensão, nem figura, nem divisibilidade possível, de tal forma que a Mônada é como um átomo da natureza, ou os elementos das coisas. Não há dissolução, ela nunca perece, nem começa naturalmente, pois não pode ser formulada por composição. Assim se deduz que as Mônadas só poderiam começar por criação e terminar por aniquilação, enquanto que um composto termina por partes (LEIBNIZ, 2004, p. 131).

Seguindo essa linha de raciocínio, a Mônada não poderia ser alterada ou transformada em seu interior por outra criatura qualquer, pois nela nada se poderia introduzir ou conceber que um movimento interno fosse excitado, dirigido, aumentado ou diminuído, como o pode nos compostos, nem acidente nem substância podem, de fora, entrar em uma Mônada (Leibniz, 2004, p. 132).

Para serem seres, as Mônadas necessitam de algumas qualidades individuais. Necessariamente, cada Mônada é diferente de outra, pois, na Natureza, não há dois seres idênticos (Leibniz, 2004, p. 132).

Todo o ser criado está sujeito à mudança, assim como a Mônada. Essa mudança pode ser contínua. As mudanças naturais da Mônada provêm de um princípio interno. Mas é preciso que, além do princípio da mudança, haja um pormenor do que muda, ou seja, o que caracteriza a especificação e variedade da substância simples. É um detalhe que deve envolver uma multiplicidade na unidade ou no simples, uma vez que toda mudança natural é gradual, pois que algo muda e algo permanece. Outra característica necessária é que, na substância simples, haja uma pluralidade de afecções e de relações, ainda que nela não haja partes (Leibniz, 2004, p. 132-133).

O estado passageiro que culmina na multiplicidade ou na substância simples chama-se Percepção, diferente, porém, da Apercepção (consciência). Para Leibniz, os cartesianos desconsideraram as percepções que não se

seguem de consciência, de forma a formularem a inexistência de alma nos animais e nas outras Enteléquias⁵⁵ (Leibniz, 2004, p. 133).

Apetição é a ação do princípio que faz a mudança ou a passagem de uma percepção a outra. O apetite, embora nem sempre possa alcançar inteiramente toda a percepção a que tende, sempre obtém algo e chega a novas percepções. Assim, o menor pensamento de que nos apercebemos envolve uma variedade do objeto. A alma, reconhecida como substância simples, contém a multiplicidade da Mônada. Porém, a percepção e o que depende dela são inexplicáveis por razões mecânicas (figuras e movimentos) (Leibniz, 2004, p. 134).

Ao considerarmos a alma como tudo o que tem percepções e apetites no sentido geral, todas as substâncias simples ou Mônadas poderiam ser chamadas de almas; mas, como o sentimento é algo mais simples que uma percepção, as Mônadas e as Enteléquias podem perfeitamente representar substâncias simples que só tenham percepção, deixando-se a denominação de alma só para aquelas substâncias cuja percepção é mais distinta e acompanhada de memória (LEIBNIZ, 2004, p. 134).

Quando ocorre grande multiplicidade de pequenas percepções em que nada é distinto, ocorre atordoamento. E a morte pode produzir esse estado nos animais por um tempo. E, “como todo estado presente de uma substância simples é naturalmente uma consequência de seu estado precedente, o presente também está prenhe do futuro”. Assim é que, quando voltamos do estado de atordoamento e apercebemo-nos de nossas percepções, é necessário que a tenhamos tido imediatamente antes, muito embora não nos tenhamos apercebido delas. Uma percepção só pode provir naturalmente de uma outra percepção, como um movimento só pode provir naturalmente de um outro movimento (LEIBNIZ, 2004, p. 135).

A Natureza deu percepções aprimoradas aos animais, pois lhes forneceu órgãos de forma a provocar maior eficácia, sentidos como odor, gosto e tato, além de tantos outros que nos são desconhecidos. O que se passa na alma representa o que ocorre nos órgãos (LEIBNIZ, 2004, p. 135).

⁵⁵ Enteléquias: Segundo Leibniz, todas as substâncias simples ou Mônadas são criadas, pois contêm certa perfeição e uma eficiência que as torna fonte de suas ações internas, ou seja, **autômatos incorpóreos** (Leibniz, 2004, p. 134).

A memória fornece às almas uma espécie de consecução que imita a razão, porém que lhe é distinta. Isso é o que ocorre, por exemplo, nas reações de condicionamento. Muitas vezes, uma impressão forte provoca o efeito de um hábito prolongado ou de muitas percepções fracas reiteradas (LEIBNIZ, 2004, p. 136).

Os homens agem como os animais quando os efeitos de suas percepções só ocorrem pelo princípio da memória (por exemplo, a prática sem a teoria). Entretanto, é o conhecimento das verdades eternas que nos distingue dos animais, oferecendo-nos a razão e a ciência para conhecimento de nós mesmos e de Deus - é a alma racional ou espírito (LEIBNIZ, 2004, p. 136).

Os atos reflexivos é que nos fazem pensar no que se chama Eu e nos levam a considerar que isso ou aquilo está em nós. Ao pensar em nós mesmos, pensamos no ser, na substância, no simples ou no composto, no imaterial e no próprio Deus, reconhecendo que o que em nós é limitado, Nele é sem limites (LEIBNIZ, 2004, p. 136).

Nossos raciocínios fundamentam-se em dois grandes princípios: o da contradição (o falso e suas implicações; o verdadeiro, que é o oposto do falso) e a razão suficiente (nenhum fato pode ser verdadeiro sem que haja uma razão suficiente para que assim seja e não de outro modo, mesmo que essa razão supere o nosso entendimento). Há dois tipos de verdades: as de raciocínio (verdades de razão ou necessárias; seu oposto é impossível) e as de fato (são contingentes e seu oposto é possível). Quando uma verdade é necessária, podemos encontrar sua razão pela análise. Os matemáticos assim o fazem, reduzindo, pela análise, os teoremas de especulação, os cânones da prática a definições, axiomas e postulados (LEIBNIZ, 2004, p. 137).

Existem ainda idéias simples cuja definição não se pode dar. Há os Axiomas e Postulados, princípios primitivos que não poderiam e que também não têm necessidade de serem provados. São enunciados idênticos, cujo oposto contém uma contradição expressa. Mas a razão suficiente deve encontrar-se também nas verdades contingentes ou de fato, na infinidade de coisas que elas representam, como a divisão dos corpos até o infinito. Contudo, a razão última deve estar fora dessa seqüência de detalhes contingentes, por mais infinito que possa ser. Assim, “a razão última das coisas deve estar em uma substância

necessária, na qual o detalhe das mudanças só esteja eminentemente, como sua fonte: é o que chamamos de Deus” (LEIBNIZ, 2004, p. 137-138).

Sendo a referida substância uma razão suficiente de todo esse detalhe, o qual está interligado em toda a parte, conclui-se que não há mais que um Deus e que este Deus é suficiente. Essa substância suprema, única, universal e necessária é ilimitada e contém tanta realidade quanto seja possível, donde se pode inferir que Deus é absolutamente perfeito, e que sua perfeição é absolutamente infinita (LEIBNIZ, 2004, p. 138).

A perfeição das criaturas procede de Deus. Já as suas imperfeições são frutos das imperfeições de sua própria natureza, incapaz de ser ilimitada (LEIBNIZ, 2004, p. 138).

Deus reside tanto na fonte das existências quanto na fonte das essências, enquanto reais, ou do que há de real na possibilidade. O entendimento de Deus é a região das verdades eternas, por isso, é imperativo que essa realidade esteja fundada em algo existente e atual. Só Deus (ou o Ser necessário) tem de existir necessariamente e isso é suficiente para conhecer a Sua existência. Mas não se deve pensar que as verdades eternas, por dependerem de Deus, sejam arbitrárias e dependam de sua vontade. Isso só pode ser verdadeiro no caso de as verdades serem contingentes e terem por princípio a conveniência ou a eleição do melhor. As verdades necessárias dependem unicamente de seu entendimento, que é o seu objeto interno (LEIBNIZ, 2004, p. 139).

As Mônadas, portanto, são fulgurações contínuas da divindade, sendo Deus a unidade primitiva ou a substância simples originária de todas elas, que são essencialmente limitadas. Em Deus está a potência (fonte de tudo), depois o conhecimento (o detalhe das idéias) e, por fim, a vontade (que opera as mudanças ou produções tendo em vista o melhor). Nas Mônadas ou nas Enteléquias, o sujeito, a faculdade perceptiva e a faculdade apetitiva são imitações dos atributos de Deus, proporcionais às suas próprias perfeições (LEIBNIZ, 2004, p. 140).

Uma criatura é mais perfeita que a outra quando ela tem algo a mais, que serve para dar razão, *a priori*, ao que se passa na outra, podendo agir sobre ela. A influência ideal de uma Mônada sobre a outra só pode ocorrer pela intervenção de Deus. Uma Mônada criada não pode influir fisicamente no

interior de outra. As ações e as paixões entre as criaturas são mútuas, porque Deus, ao comparar duas substâncias simples, encontra dentro delas razões que O obrigam a acomodá-las umas às outras. Por conseguinte, o que é ativo em uma, pode ser passivo em outra (LEIBNIZ, 2004, p. 140).

Há, porém, uma infinidade de universos possíveis nas idéias de Deus, mas apenas um pode existir. Tem que haver, dessa forma, uma razão suficiente da escolha de Deus que o determine escolher entre um e outro. Essa razão pode ser encontrada ou nas conveniências ou nos graus de perfeição que esses mundos contêm. Cada possível tem o direito de pretender a existência, segundo a medida da perfeição que o envolva. Essa é a causa da existência do melhor. A acomodação de todas as coisas criadas entre si faz com que cada substância simples tenha relações que expressem todas as outras, tornando-se um espelho vivo do universo. É através da multiplicidade infinita de substâncias simples que se pode obter toda a variedade possível, com a maior ordem possível, este é o meio de se obter tanta perfeição quanto possível. A grandeza de Deus é proporcional à perfeição e harmonia do universo. Deus, ao regular o todo, considerou particularmente cada Mônada, mesmo em suas limitações. Todas elas tendem confusamente ao infinito, mas sendo limitadas, distinguem-se pelos graus das suas percepções distintas (LEIBNIZ, 2004, 141-142).

E nisso os compostos simbolizam o simples. Toda a matéria está interligada, sendo influenciada pelo movimento que se dá no pleno, o que lhe infere um efeito. Esta comunicação atinge qualquer distância, de forma que todo corpo ressona de tudo o que se faz no universo, traduzindo o todo. Mas a alma pode ler, em si mesma, só o que nela está distintamente representado. Assim, ainda que cada Mônada criada represente o todo, ela representa com maior distinção o corpo que lhe é particularmente afetado. O corpo que pertence a uma Mônada, que é sua Enteléquia ou Alma, constitui com a Enteléquia o que se pode chamar de um vivente e com a alma aquilo que se chama animal. O corpo de um vivente ou um animal é sempre orgânico, obedecendo à ordem perfeita, que não só regula o universo, mas toda a sua representação, seja no corpo, seja na alma. Cada corpo orgânico de um vivente é uma espécie de máquina divina ou autômato natural, que supera infinitamente todo e qualquer autômato artificial. Uma máquina artificial não é máquina em todas as suas partes, porém, os corpos vivos são como máquinas,

inclusive em suas menores partes até o infinito, estando aí a grande diferença entre a arte divina e a arte humana (LEIBNIZ 2004, p. 143).

Pode-se dizer que há um mundo de criaturas, de viventes, de animais, de Enteléquias, de Almas, na menor parte da matéria. Cada porção de matéria contém um universo à parte. Não há nada inculto, estéril ou morto no universo, não há caos e a confusão só existe na aparência. Vemos, assim, que cada corpo vivo tem uma Enteléquia dominante que no Animal é a Alma; mas as partes desse corpo vivo estão plenas de outros viventes: plantas, animais, cada um dos quais tem sua Enteléquia particular ou alma dominante. Isso não quer dizer que cada Alma tem uma porção de matéria própria ou que fica afetada por ela para sempre, possuindo outros viventes inferiores destinados a servi-la eternamente. “Todos os corpos estão em fluxo perpétuo, como os rios e partes neles entram e saem continuamente” (LEIBNIZ, 2004, p. 144).

Assim, a alma só muda de corpo pouco a pouco e gradativamente, de maneira que nunca é despojada instantaneamente de todos os seus órgãos; e freqüentemente há metamorfose nos animais, mas nunca Metempsicose, nem transmigração das Almas; tampouco há almas completamente separadas nem gênios sem corpo. Só Deus está completamente separado (Leibniz, 2004, p. 145).

Nunca há completa geração nem morte perfeita. Gerações são desenvolvimentos e crescimentos, mortes são envolvimentos e diminuições. Pela ciência, já se sabe que todos os corpos orgânicos são produzidos a partir de um caos ou de uma putrefação, mas sempre a partir de sementes que certamente encerram uma pré-formação. Deve-se considerar que antes mesmo da concepção, já existia, em seu interior, uma representação de corpo orgânico, em uma célula espermática, tanto como uma Alma. (LEIBNIZ, 2004, p. 145).

Não só não há geração, como não há destruição completa e muito menos morte no sentido estrito. A alma não só é indestrutível como também o próprio animal, mesmo que seu corpo pereça. É assim que se explica a união ou a conformidade da alma e do corpo. As almas seguem suas próprias leis e os corpos também seguem as suas, de forma que existe uma harmonia estabelecida entre todas as substâncias, que são representações de um

mesmo universo. As almas obedecem às leis das causas finais, enquanto os corpos obedecem às leis das causas eficientes ou dos movimentos. Os dois reinos são harmônicos entre si (LEIBNIZ, 2004, p. 146).

Em relação às Almas racionais ou espíritos (ainda que se considere haver a mesma coisa em todos os viventes e animais), há uma particularidade que as difere dos animais: quando alcançam concepção, suas almas sensitivas são elevadas ao grau da razão e à prerrogativa dos Espíritos. As almas em geral são espelhos do universo das criaturas, enquanto os espíritos são ainda imagens da própria divindade, capazes de conhecer o sistema do universo e de imitar algo dele mediante amostras arquitetônicas. Por isso, Deus é para eles o que o inventor é para suas máquinas, o que o pai é para um filho. Os espíritos associam-se a Deus, constituindo a Cidade de Deus. “Esta Monarquia verdadeiramente universal é um mundo moral, no mundo natural e o que há de mais de elevado e divino nas obras de Deus” (LEIBNIZ, 2004, p. 148).

Existe uma harmonia perfeita entre os dois reinos da natureza, o das causas eficientes e o das causas finais, e outra harmonia entre o reino físico e o reino moral da graça. É a harmonia perfeita quem conduz as coisas à graça pelas próprias vias da natureza. Os pecados devem implicar seu próprio castigo segundo a ordem das coisas, assim como as belas ações obterão sua recompensa por vias mecânicas em relação aos corpos, ainda que isso possa não ocorrer imediatamente (LEIBNIZ, 2004. p.148).

Conclui Leibniz, em sua obra, que sob o governo de Deus, perfeito, não haverá boa ação sem recompensa e nem má ação sem castigo. O Autor de todo o bem se compraz na consideração de suas perfeições, segundo a natureza do amor puro. Este amor faz trabalhar as pessoas sábias e virtuosas. Se pudéssemos entender suficientemente a ordem do universo, descobriríamos que supera todas as aspirações dos mais sábios e que é impossível fazê-lo melhor do que ele o é (LEIBNIZ, 2004, p. 149).

4.9.3 Princípios da Natureza e da Graça fundados na Razão

Nessa obra, Leibniz apresenta um resumo com os principais conceitos trabalhados nas outras duas obras supracitadas. Apresenta pontos por ele considerados muito importantes ou fundamentais em seu próprio sistema

filosófico, reforçando o conceito de individualização do princípio inteligente criado por Deus, que adquire tanto mais liberdade quanto maior a evolução, porém, estando ainda preso às Leis soberanas da suprema sabedoria de seu Criador. É o paradoxo do melhor plano divino, revelado nem sempre na melhor ação humana; da maior variedade que acarreta a maior ordem possível; da fatalidade, lado a lado com o livre arbítrio do ser. É o princípio divino da natureza e da graça, um princípio racional trabalhado por Leibniz nessa obra profunda em grandes significados.

Seguem-se os pontos principais abordados por ele nessa obra.

Define substância como sendo um ser capaz de ação, novamente definindo o que é uma substância simples (monas, que não têm parte; são as Vidas, as Almas, os Espíritos) e o que são substâncias compostas (corpos, que são as multiplicidades). Sem as substâncias simples, não haveria substâncias compostas⁵⁶ (LEIBNIZ, 2004, p. 153).

Sobre a formação das Mônadas, elas são criadas, não podendo nem ser formadas e nem ser destruídas; não podem ter imagem (figura), pois, se assim fosse, teriam partes. Distinguem-se das outras por suas qualidades e ações internas, ou seja, suas percepções (representações do composto ou então do que é externo) e suas apetições (passagens ou tendências de uma percepção a outra), que são os princípios de mudança. A simplicidade da substância não impede a multiplicidade das modificações. Elas ocorrem a depender da variedade de relações com o que está fora. Representa um ponto central para onde converge uma infinidade de ângulos (LEIBNIZ, 2004, p. 153).

Das inter-relações entre as substâncias simples, elas estão por toda a parte e separam-se umas das outras por ações próprias que causam interferência umas nas outras. Cada Mônada distinta, como ponto central de uma substância composta, obedece ao princípio de sua unicidade, estando rodeada por uma massa composta de uma infinidade de outras Mônadas, constituintes desse corpo representativo no plano material dessa Mônada central. Esse corpo é orgânico ao formar um autômato ou máquina da natureza (não sendo apenas o todo, mas o conjunto de infinitas partes) (LEIBNIZ, 2004, p. 154).

⁵⁶ Os corpos materiais contêm necessariamente um princípio imaterial (Enteléquia, Alma ou Espírito).

Cada corpo atua em maior ou menor medida sobre cada um dos demais, segundo a distância, sendo afetado por reação, de tal forma que “cada Mônada é um espelho vivo, dotado de ação interna, representativo do universo”. As percepções das Mônadas nascem segundo as leis dos apetites ou das causas finais do bem e do mal, semelhantemente como as mudanças dos corpos e os fenômenos externos nascem uns dos outros segundo as causas eficientes, ou seja, pelos movimentos. Há essa

harmonia perfeita entre as percepções das Mônadas e os movimentos dos corpos, estabelecida de antemão entre o sistema das causas eficientes e o das causas finais. E nisso consiste o acordo entre a união física da alma e do corpo, sem que um deles possa mudar as leis do outro (LEIBNIZ, 2004, p. 154).

Cada Mônada, com seu corpo vivo, constitui uma substância viva, havendo uma infinidade de graus entre as diferentes Mônadas. Umas dominam mais ou menos as outras. E quando uma Mônada adquire um ajuste orgânico tal, de forma a ganhar relevo e graça, ela passa a distinguir com precisão as impressões que ele recebe, as percepções que ele representa. Então é possível chegar até o sentimento (percepção seguida de memória), ou seja, uma percepção cujo eco perdura por certo tempo. Tal vivente é chamado animal e sua Mônada é chamada Alma. Mas quando essa alma eleva-se até a razão, ela se torna algo mais sublime e pode ser incluída entre os Espíritos (LEIBNIZ, 2004, p. 155).

Os animais podem se encontrar no estado de simples viventes e suas almas no estado de simples Mônadas quando suas percepções não são suficientemente distintas para que possam recordar-se delas. Deve-se distinguir entre a simples percepção (estado interior da Mônada representando as coisas externas) da apercepção (consciência ou conhecimento reflexivo do estado inferior), sendo que a apercepção não é faculdade de todas as almas. Daí se pode concluir que todo o ser que tenha um princípio inteligente seja uma Mônada, que um animal tenha sentimentos e até certo grau de raciocínio ou que um longo aturdimiento não deva ser confundido com morte propriamente dita (LEIBNIZ, 2004, p. 155).

Existe, nas percepções dos animais, certa semelhança com a razão, fundada, contudo, apenas na memória dos fatos ou efeitos e, de modo algum, no conhecimento das causas. O próprio homem, em três partes de suas ações, só atua como animal. Assim, o raciocínio verdadeiro depende das verdades necessárias ou eternas, como são as verdades físicas e matemáticas, que tornam indubitável a conexão entre as idéias e suas infalíveis conseqüências, sendo uma faculdade dos espíritos. Eles são capazes de realizar atos reflexivos⁵⁷ e de considerar o eu como Substância, Alma ou Espírito, ou seja, as coisas e as verdades imateriais. É por isso que o ser humano é capaz da ciência ou do conhecimento demonstrativo (LEIBNIZ, 2004, p. 156).

As plantas e os animais não provêm da putrefação ou de um Caos, mas de sementes pré-formadas e, por conseguinte, da Transformação dos viventes preexistentes⁵⁸. Mediante a concepção, as Mônadas dos seres vivos adotam um novo revestimento e apropriam-se das células germinativas, o que lhes permite alimentar-se e crescer para passar a um teatro maior e realizar a propagação do animal grande. “Os animais não nascem inteiramente por concepção ou geração, tampouco perecem completamente nisso que chamamos morte porque é razoável que o que não começa naturalmente tampouco termine naturalmente na ordem da Natureza”. Abandonam seus despojos e suas máscaras, voltando a um teatro mais sutil, todavia, lá ainda são tão sensíveis e bem regulados como no maior (LEIBNIZ, 2004, p. 157).

Adentrando a questão puramente metafísica de tudo o que já foi exposto e partindo, para isso, do princípio de que nada se faz sem razão suficiente (“nada ocorre sem que seja possível dar uma razão àquele que conheça suficientemente as coisas; dar uma razão que baste para determinar por que é assim e não de outro modo”), formula-se a pergunta sobre qual é verdadeiramente o significado da existência, pois o nada seria mais simples e mais fácil do que a existência. E deve haver um motivo para a existência ser do jeito que é (LEIBNIZ, 2004, p. 158).

⁵⁷ Aqui Leibniz não se refere ao conceito neurológico de ato reflexo.

⁵⁸ Embora Leibniz não se utilize da palavra reencarnação, fica evidente que quando ele diz transformação é a ela que ele se refere. Infere-se, nessa leitura, o conhecimento microbiológico das células germinativas que naquela época o autor já havia adquirido embora se perceba claramente que ele formulava hipóteses para o desenvolvimento embrionário, evidentemente, imprecisas àquela época. É louvável e impressionante a capacidade racional do autor.

Não se pode encontrar a razão suficiente da existência do universo na contingência das coisas, porque a matéria, sendo em si mesma indiferente ao movimento e ao repouso, sendo tal ou qual o movimento, não se pode encontrar nela a razão do movimento (ou de qualquer determinado movimento). Um movimento sempre provém de outro movimento, que necessariamente deve vir de um primeiro movimento. A razão suficiente (que não necessita de outra razão) não deve ser contingente; mas deve estar em um Ser necessário, que tenha em si mesmo a Razão de sua existência, não podendo ser algo menos que Deus (LEIBNIZ, 2004, p. 158).

Essa substância primitiva deve encerrar eminentemente todas as perfeições contidas nas substâncias que dela derivam e são seus efeitos. Terá necessariamente toda a potência, o conhecimento e a vontade, isto é, será onipotente, onisciente e terá soberana bondade. A justiça soberana de Deus não poderá ser outra coisa mais que a bondade da sabedoria. A Razão de ser de tudo mais dependerá eternamente de suas leis. Deus é absoluta perfeição, mas o que resta de imperfeição daquilo que deriva de Deus, provém da limitação essencial e original da criatura. Deus elege o melhor plano possível, que permite a existência da maior variedade possível associada à maior ordem possível (LEIBNIZ, 2004, p. 159).

A Suprema Sabedoria de Deus o fez eleger as leis do movimento melhor ajustadas e perfeitamente convenientes às razões abstratas. “A ação é sempre igual à reação e o efeito integral sempre equivale à sua causa plena”. As causas eficientes e materiais não podem explicar as leis dos movimentos descobertas em tempo. É necessário recorrer às causas finais. Essas leis também não dependem do princípio da necessidade (como as verdades lógicas, aritméticas e geométricas), mas dependem do princípio da conveniência (eleição realizada pela sabedoria). Esta é uma das provas mais eficazes e mais sensíveis da existência de Deus (LEIBNIZ, 2004, p. 160).

Não só a ordem do universo é a mais perfeita possível, como a ordem de cada Mônada. Nas coisas tudo está regulado com tal ordem e correspondência quanto seja possível, pois a Bondade e Sabedoria Supremas atuam com perfeita harmonia. O presente está prenhe do futuro, o futuro pode ser lido no passado, o longínquo está expresso no próximo. Em cada alma pode-se reconhecer a beleza do Universo, se fosse possível, ao ser, desdobrar todas as

suas dobras. A própria alma só pode conhecer as coisas na medida em que adquire as percepções distintas e acuradas das mesmas. Cada alma conhece o infinito, conhece tudo, mas confusamente. As percepções confusas resultam das impressões que todo o Universo produz em nós. O mesmo ocorre com cada Mônada (LEIBNIZ, 2004, p. 160).

Quanto ao Espírito, há nele algo mais que nas Mônadas e nas Almas mais simples. O Espírito é mais que um espelho do Universo, é um espelho da divindade. Não só tem a percepção das obras de Deus, como é capaz de produzir algo que lhes assemelhe (LEIBNIZ, 2004, p. 161).

Todos os Espíritos, se em virtude da razão e das verdades eternas, associarem-se com Deus, tornar-se-ão membros da Cidade de Deus, um Estado mais perfeito, onde não há crime nem castigo, nem boas ações nem recompensa proporcional, gozando tanta virtude, quanto felicidade plena. Esta é uma Lei desde sempre “pré-estabelecida”, entre os Reinos da Natureza e da Graça, entre Deus como arquiteto e Deus como Monarca, de maneira que a própria Natureza conduz à graça e a graça aperfeiçoa a natureza valendo-se dela (LEIBNIZ, 2004, p. 161).

4.10 Espiritismo

A doutrina espírita foi originada a partir da observação e estudo sistemático de uma série progressiva de fenômenos físicos ocorridos primeiramente na América, em meados do século XIX, que se propagaram rapidamente pela Europa e por outras partes do mundo e que ficaram vulgarmente conhecidos, àquela época, pelo nome de mesas girantes ou dança das mesas. Consistiam, tais fenômenos, de movimentos desordenados e bruscos, que ora derrubavam, ora conduziam os objetos numa direção qualquer e que, por vezes, contrariando todas as leis da estática, mantinham-nos suspensos no espaço. Esses movimentos eram geralmente acompanhados por circunstâncias estranhas, como ruídos insólitos ou golpes desferidos sem uma causa ostensiva e conhecida. Não se repetia de maneira idêntica ou segundo a vontade dos observadores, necessitando, para seu estudo, observação

acurada, perseverante e atenta das circunstâncias que permitiam a produção dos fatos (KARDEC, 2006, p. 26-28).

Observou-se que tais fenômenos não se restringiam ao puro movimento mecânico, ou seja, que o impulso dado aos objetos não era somente o produto de uma força mecânica e cega, mas que havia a intervenção de uma causa supostamente inteligente. Essas primeiras manifestações, consideradas inteligentes, verificaram-se pela observação de mesas que se moviam e davam golpes determinados, através dos pés, respondendo a sinais previamente convencionados, como sim ou não, às questões propostas. Em seguida, as respostas passaram a ser mais elaboradas, a partir da incorporação das letras do alfabeto. Porém, o que mais chamava a atenção dos observadores era a justeza das respostas, sempre coerentes e correspondentes às perguntas realizadas. “O ser misterioso que assim lhes respondia, interpelado sobre a sua natureza, declarou que era um Espírito ou Gênio, deu o seu nome e forneceu diversas informações ao seu respeito” (KARDEC, 2006, p. 29). Segundo Kardec, até aquele momento ninguém havia formulado tal hipótese para o fenômeno; foi o próprio fenômeno que revelou a palavra. E foi o próprio Espírito quem sugeriu uma nova forma de correspondência, aconselhando-se que se adaptasse um lápis a um outro objeto, como uma cesta ou uma prancheta, que era movimentada sobre uma folha de papel da mesma maneira que as mesas girantes, mas que em lugar de simples movimentos circulares passou a formar palavras, frases, discursos inteiros de muitas páginas, tratando das mais diversas questões de Filosofia, Moral, Metafísica, Psicologia, com tamanha rapidez, como se fossem escritos à mão. Observou-se também que os objetos só se colocavam em movimento sob a influência de certas pessoas, que seriam dotadas de uma faculdade especial e que foram denominadas de médiuns (KARDEC, 2006, p. 29-30).

Reconhecendo-se que os objetos utilizados para a comunicação dos Espíritos nada mais eram do que apêndices da mão, a pessoa do médium passou a tomar diretamente o lápis, pondo-se a escrever por um impulso involuntário e quase febril. O médium, nesse caso, não imprimia impulso ao ato. O ato era espontaneamente controlado pela força invisível, assim também como a intelectualidade da comunicação, muitas vezes além da intelectualidade do médium (KARDEC, 2006, p. 31).

Os seres que se manifestaram, designaram-se a si mesmos como Espíritos ou Gênios e afirmavam que ora viveram como homens na Terra. Revelaram o que ficou conhecido por doutrina dos Espíritos, tendo por decodificador Allan Kardec⁵⁹. Os principais pontos dessa doutrina versam sobre a realidade do mundo espiritual, a pluralidade dos mundos e das existências, a lei da ação e reação - doutrina até aí concordante com todas as doutrinas espiritualistas oriundas do período antigo da História da Humanidade – acrescentando, porém, as relações do espírito com a matéria, a constituição trina dos seres vivos, a relação entre o mundo físico e o mundo espiritual e, sobretudo, a importância ética evolutiva que se estabelece nessas diferentes relações, sendo marcante a racionalidade com que se construíra cada afirmação. Assim ficou expresso:

Deus é eterno, imutável, imaterial, único, todo-poderoso, soberanamente justo e bom. Criou o Universo, que compreende todos os seres animados e inanimados, materiais e imateriais.

Os seres materiais constituem o mundo visível ou corporal e os seres imateriais o mundo invisível ou espírita, ou seja, dos Espíritos. O mundo espírita é o mundo normal, primitivo, eterno, preexistente e sobrevivente a tudo. O mundo corporal é secundário; pode deixar de existir ou nunca ter existido, sem alterar a essência do mundo espírita.

Os Espíritos revestem temporariamente um invólucro material perecível e sua destruição pela morte os devolve à liberdade.

Entre as diferentes espécies corporais, Deus escolheu a espécie humana para a encarnação dos Espíritos que chegaram a certo grau de desenvolvimento, o que lhes dá superioridade moral e intelectual perante os demais.

A alma é um Espírito encarnado e o corpo é apenas o seu invólucro (KARDEC, 2006, p. 32).

Esta doutrina afirma que o homem é um ser trino, constituído de corpo ou ser material, alma ou ser imaterial e um liame que une a alma ao corpo físico,

⁵⁹ Allan Kardec, pseudônimo de Hippolyte Leon Denizard Rivail (1804-1869) foi pedagogo e escritor francês, tendo feito seus estudos na Escola de Pestalozzi, em Yverdon, na Suíça, tornando-se um de seus mais distintos discípulos e ativo propagador de seu método, que tão grande influência teve na reforma do ensino na França e na Alemanha. Ele foi tradutor de diferentes obras de educação, em especial as obras de François Fénelon. Publicou diversas obras sobre educação, porém notabilizando-se como codificador do Espiritismo.

princípio intermediário entre a matéria e o Espírito, conhecido por Perispírito. “O homem tem assim duas naturezas: pelo corpo participa da natureza dos animais, dos quais possui o instinto; pela alma participa da natureza dos Espíritos” (KARDEC, 2006, p. 32). O Perispírito seria um invólucro semimaterial, que é conservado pelo Espírito com a morte do corpo físico, constituindo para ele um corpo etéreo, geralmente invisível, mas que, a depender de algumas circunstâncias, pode se tornar visível através das aparições e materializações. Donde se conclui que o Espírito não é um ser abstrato, mas um ser real.

Diz ainda que, os Espíritos pertenceriam a diferentes classes, dependendo da inteligência, sabedoria e grau de moralidade. Os Espíritos Superiores se distinguiriam pela perfeição, pelos conhecimentos e pela proximidade de Deus, pureza de sentimentos e amor do bem. As demais classes se distanciariam menos ou mais dessa perfeição. Os de classe inferior estariam mais inclinados às paixões materiais: ódio, inveja, ciúme, orgulho, e se comprazeriam no mal. Porém os Espíritos não pertenceriam eternamente à mesma ordem, sendo uma lei divina o progresso moral. Esse melhoramento se verificaria pela encarnação, que a uns é imposta como uma prova ou expiação, e a outros como uma missão. A vida material nada mais seria que uma prova que os Espíritos deveriam se submeter repetidas vezes até atingirem a perfeição absoluta (KARDEC, 2006, p. 33).

Sobre a influência que o mundo espiritual exerceria sobre o plano físico:

Os Espíritos exercem sobre o mundo moral e mesmo sobre o mundo físico uma ação incessante. Agem sobre a matéria e sobre o pensamento e constituem uma das forças da natureza, causa eficiente de uma multidão de fenômenos até agora inexplicados ou mal explicados, que não encontram solução racional (KARDEC, 2006, p. 34).

O *Livro dos Espíritos* foi publicado por Allan Kardec em 1857, através da observação e inquirição às forças inteligentes que se manifestavam inicialmente através das meninas Boudin (Caroline – 16 anos; Julie – 14 anos) e Japhet (Cecile), e mais tarde através de outros médiuns. Ele é o arcabouço filosófico do Espiritismo, onde estão contidos os seus princípios fundamentais,

tendo sido elaborado a partir das respostas dadas pelos Espíritos às perguntas formuladas por Kardec. Nos Prolegômenos do *Livro dos Espíritos*, Kardec adverte que “este livro é o compêndio dos seus ensinamentos. Foi escrito por ordem e sob ditado dos Espíritos Superiores para estabelecer os fundamentos de uma filosofia racional, livre dos prejuízos do espírito de sistema” (Kardec, 2006, p. 52).

Segundo J. Herculano Pires, o propósito de Kardec, de não criar uma nova escola filosófica, vem de encontro do pensamento de alguns filósofos modernos, como Ernest Cassier, que se referiu à inconveniência dos sistemas⁶⁰ em sua obra *Antropologia Filosófica*, criticando a acomodação obrigatória dos fatos empíricos a um padrão filosófico preconcebido; e Max Scheller, comentando que os vários ramos antropológicos da ciência, filosofia e teologia se ignoram entre si (KARDEC, 2006, p. 14-15).

Herculano comenta ainda que a obra de Kardec socorre-se do método didático, não seguindo a forma geométrica de exposição, por meio de definições, axiomas, proposições e escólios⁶¹, mas seguindo a forma lógica, através de perguntas e respostas, intercaladas de comentários e explicações, a exemplo da *Ética* de Espinosa (KARDEC, 2006, p. 15).

O método escolhido por Kardec consistiu-se em: escolher colaboradores mediúnicos insuspeitos, seja moralmente, seja avaliando a pureza das faculdades e da assistência espiritual; analisar criteriosamente as comunicações, observando a lógica e confrontando as informações recebidas com as verdades científicas demonstradas, pondo-se de lado tudo o que não pudesse ser logicamente justificado; controlar os espíritos comunicantes, através da avaliação da coerência de suas comunicações e do teor de sua linguagem; observar o consenso universal entre as comunicações dadas por médiuns diferentes, ao mesmo tempo e em vários lugares, sobre o mesmo assunto (KARDEC, 2006, p. 17).

⁶⁰ Denomina-se sistema, segundo uma vasta corrente de pensamento contemporâneo, a todo objeto que só pode ser apreendido pelo pensamento, conjuntamente em sua estrutura holística e em sua estrutura funcional. Em um sistema, o todo é superior à soma de suas partes componentes, pois estas mantêm sempre entre si um relacionamento dinâmico, de forma que se for modificada qualquer uma de suas partes, modifica-se inevitavelmente o todo. Porém esta totalidade, assim estruturada de modo orgânico, só cobra sentido quando vista como parte de um todo maior, estruturado organicamente, pelo qual ela exerce uma função determinada (COMPARATO, 2006, p. 20).

⁶¹ Escólios: Comentário destinado a tornar inteligível um autor clássico (FERREIA, 2004, p. 792).

4.10.1 O Livro dos Espíritos

No *Livro dos Espíritos* estão contidos esclarecimentos sobre as causas primárias do Universo, os elementos gerais que o constituem e sobre a criação dos mundos e do princípio vital. A partir desses fundamentos, Kardec passa a descrever em detalhes o mundo Espírita ou dos Espíritos, a sua origem e sua natureza e a questão da encarnação, da morte e da pluralidade das existências; explicita então as leis morais⁶² segundo os Espíritos e a finalidade máxima da existência imortal, que é a conquista da perfeição moral; a última parte do *Livro dos Espíritos* tece considerações sobre as Esperanças, Penas e Gozos futuros.

Sobre as leis morais, diz o *Livro dos Espíritos* (KARDEC, 2006, p.221-223) que a primeira e determinante, sobre todas as outras, é a lei natural ou lei de Deus. Essa lei é a única necessária à felicidade do homem e indica o que ele deve ou não fazer. De acordo com essa lei, o homem só se torna infeliz porque dela se afasta. A lei natural é eterna, imutável e perfeita como o próprio Deus. A harmonia que regula o universo material e o universo moral se funda nas leis naturais que Ele estabeleceu por toda a eternidade. “Todas as leis naturais são divinas, pois Deus é o autor de todas as coisas”. A lei de Deus está inscrita na consciência humana, mas o homem a compreende mais ou menos, dependendo do grau de perfeição a que tenha chegado, conservando-a intuitivamente com a encarnação; são os maus instintos do homem que freqüentemente fazem com que ela seja esquecida.

A moral, segundo o espiritismo (KARDEC, 2006, p. 225) é a regra da boa conduta, da distinção entre o bem e o mal. Funda-se na observação da lei de Deus. Ao se conduzir bem, o homem tem em vista o bem e o bem de todos, sendo o bem definido como o que está de acordo com a lei de Deus, enquanto o mal é tudo o que dela se afasta. Fazer o mal é infringir a lei de Deus. O homem é capaz de distinguir o bem do mal, sobretudo quando crê em Deus e quando o quer saber. Deus lhe deu a inteligência para discernir entre um e outro.

⁶² Lei Divina ou Natural; Lei da adoração; Lei do Trabalho; Lei da Reprodução; Lei da Conservação; Lei da Destruição; Lei da Sociedade; Lei do Progresso; Lei de Igualdade; Lei da Liberdade; Lei da justiça, amor e caridade;

A lei natural traça para o homem o limite das suas necessidades. Quando ele ultrapassa esse limite, é punido pelo sofrimento. “Se o homem escutasse, em todas as coisas, essa voz que diz: chega, evitaria a maior parte dos males de que acusa a Natureza” (KARDEC, 2006, p. 226).

Sobre o porquê da existência do mal moral na natureza das coisas, assim é explicado em *O Livro dos Espíritos*:

[...] os Espíritos foram criados simples e ignorantes. Deus deixa ao homem a escolha do caminho: tanto pior para ele se seguir o mal; a sua peregrinação será mais longa. Se não existissem montanhas não poderia o homem compreender que se pode subir e descer, e se não existissem rochas não compreenderia que há corpos duros. É necessário que o Espírito adquira a experiência, e para isso é necessário que ele conheça entre o bem e o mal; eis porque existe a união do Espírito e do corpo (KARDEC, 2006, p. 226).

“A lei de Deus é a mesma para todos, mas o mal depende, sobretudo, da vontade que se tenha de fazê-lo. O bem é sempre bem e o mal sempre mal, qualquer que seja a posição do homem; a diferença está no grau de responsabilidade” (KARDEC, 2006, p. 226). Assim é que o homem se torna tanto mais culpado, quanto melhor sabe o que faz. Da mesma forma, o mal não é menos mal por ser necessário. À medida que a alma se depura e passa de uma existência à outra, a necessidade do mal vai desaparecendo.

O mal sempre recai sobre aquele que o causou. O homem, que é levado ao mal por estar numa posição que outros o colocaram, é menos culpável que aqueles que o causaram, mas cada um sofrerá a pena, não somente pelo mal que se tenha feito, mas também do que houver provocado. Sobretudo, importa entender que não basta não cometer o mal, é preciso fazer o bem no limite das próprias forças, pois cada um responderá por todo o mal que tiver ocorrido por causa do bem que tiver deixado de fazer (KARDEC, 2006, p. 227).

Outra importante lei moral, segundo o espiritismo, é a lei do progresso (KARDEC, 2006, p. 261), lei natural que, como o próprio nome sugere, contribui para o progresso da Humanidade. Segundo essa lei, é facultado ao homem progredir sem cessar - o que ele faz por si mesmo e naturalmente - embora nem todos os homens progridam ao mesmo tempo e da mesma

maneira. Aliás, é dessa forma que os mais adiantados ajudam os outros a progredir, pelo contato social.

O progresso moral é consequência do progresso intelectual, mas não o segue imediatamente. É o progresso intelectual que dá a compreensão do bem e do mal, permitindo ao homem escolher. “O desenvolvimento do livre-arbítrio segue-se ao desenvolvimento da inteligência e aumenta a responsabilidade do homem pelos seus atos”. Embora o progresso completo seja a finalidade a ser atingida, os povos e os indivíduos só chegam a ele passo a passo. “Até que tenham desenvolvido o senso moral, eles podem servir-se da inteligência para fazer o mal. A inteligência e a moral são forças que não se equilibram senão com o tempo” (KARDEC, 2006, p. 262).

Assim comenta Kardec, sobre a lei do progresso:

Sendo o progresso uma condição da natureza humana, ninguém tem o poder de se opor a ele. É uma força viva que as más leis podem retardar, mas não asfixiar. Quando essas leis se tornam de modo incompatíveis com o progresso, ele as derruba, com todos os que as querem manter, e assim será até que o homem harmoniza as suas leis com a justiça divina, que deseja o bem para todos, e não as leis feitas para o forte em prejuízo do fraco.

O homem não deve permanecer perpetuamente na ignorância, porque deve chegar ao fim determinado pela Providência; ele se esclarece pela própria força das circunstâncias. As revoluções morais, como as revoluções sociais, se infiltram pouco a pouco nas idéias, germinam ao longo dos séculos e depois explodem subitamente, fazendo ruir o edifício carcomido do passado, que não se encontra mais de acordo com as necessidades novas e as novas aspirações.

O homem geralmente não percebe, nessas comoções, mais do que a desordem e a confusão momentâneas, que o atingem nos seus interesses materiais, mas aquele que eleva o seu pensamento acima dos interesses pessoais admira os desígnios da Providência que do mal faz surgir o bem. São a tempestade e o furacão que saneiam a atmosfera, depois de a haverem revolvido (KARDEC, 2006, p. 263).

Segundo O Livro dos Espíritos (KARDEC, 2006, p. 263), os maiores obstáculos ao progresso moral são o orgulho e o egoísmo. O progresso

intelectual avança sempre e, à primeira vista, parece duplicar a intensidade dos vícios, desenvolvendo a ambição e o amor pelas riquezas, que por sua vez incitam o homem às pesquisas que lhe esclarecem o Espírito. Estas são as conexões entre o mundo moral e o físico, onde do próprio mal pode sair o bem. “Mas esse estado de coisas durará apenas algum tempo; modificar-se-á à medida que o homem compreender melhor que, além do gozo dos bens terrenos, existe uma felicidade infinitamente maior e infinitamente mais durável” (KARDEC, 2006, p. 263).

Segundo o espiritismo, a lei de liberdade (KARDEC, 2006, p. 277) também é uma lei natural. Não há de fato liberdade absoluta, porque todos os homens necessitam uns dos outros, tanto os pequenos como os grandes. Desde que haja dois homens juntos, haverá direitos a se respeitar.

É, pois, pelo pensamento, que o homem goza de uma liberdade sem limites, porque o pensamento não conhece entraves. Pode-se impedir a sua manifestação, mas nunca aniquilá-lo. Por sua vez, constranger os homens a uma maneira diversa ao seu modo de pensar é torná-los hipócritas. A liberdade de consciência é a liberdade de pensar, uma das características do progresso e da verdadeira civilização (KARDEC, 2006, p.280).

O homem tem a liberdade de agir, desde que tenha vontade de fazê-lo. Nas primeiras fases da vida corporal essa liberdade é quase nula, mas se desenvolve e muda de objeto com as faculdades. Os pensamentos relacionam-se com as necessidades de cada idade, sendo que o indivíduo, à medida que cresce, aplica seu livre arbítrio às coisas que lhe são necessárias (KARDEC, 2006, p. 280).

O Espírito é influenciado pela matéria, que pode entravar suas manifestações. O indivíduo que aniquila o seu pensamento para apenas ocupar-se da matéria faz-se semelhante ao bruto, e ainda pior, porque não pensa mais em se premunir contra o mal. E é justamente aí que ele se torna faltoso, pois assim age pela própria vontade (KARDEC, 2006, p. 280). Quanto ao livre arbítrio nas alterações das faculdades mentais, assim explica a doutrina espírita:

Aquele cuja inteligência está perturbada por uma causa qualquer perde o domínio do seu pensamento e desde então não tem mais

liberdade. Essa alteração é frequentemente uma punição para o Espírito que, numa existência, pode ter sido vão e orgulhoso, fazendo mal uso de suas faculdades. Ele pode renascer no corpo de um idiota, como o déspota no corpo de um escravo e o mal rico no de um mendigo. Mas o Espírito sofre esse constrangimento, do qual tem perfeita consciência: é nisso que está a ação da matéria (KARDEC, 2006, p. 280).

Um indivíduo em estado selvagem tem sua faculdade mental dominada mais pelo instinto que pelo livre arbítrio, mas ainda assim a ação instintiva não o impede de agir com inteira liberdade em certas coisas. Mas ele geralmente aplica essa liberdade às suas necessidades e ela se desenvolve com a inteligência. Um indivíduo mais esclarecido que um selvagem é também mais responsável que ele pelo que faz (KARDEC, 2006, p. 281).

Quanto à fatalidade ou ao determinismo da vida, em relação ao livre-arbítrio, a doutrina espírita assim explica:

A fatalidade só existe no tocante à escolha feita pelo Espírito, ao se encarnar, de sofrer esta ou aquela prova; ao escolhê-la ele traça para si mesmo uma espécie de destino, que é a própria conseqüência da posição em que se encontra. Falo das provas de natureza física, porque, no tocante às provas morais e às tentações, o Espírito, conservando o seu livre arbítrio sobre o bem e o mal, é sempre senhor de ceder ou resistir (KARDEC, 2006, p. 281).

A justiça, segundo a doutrina dos Espíritos (KARDEC, 2006, p. 290), é uma lei tão natural que um simples pensamento de uma injustiça traz revolta aos homens. O progresso intelectual, ainda que desenvolva esse sentimento, não o dá. Entre homens simples e primitivos encontra-se frequentemente noções mais exatas de justiça do que entre pessoas dotas. Os homens tendem a entendê-la das mais diversas maneiras porque em geral misturam paixões ao julgamento, alterando esse sentimento, fazendo ver as coisas sob um falso ponto de vista.

Justiça, segundo os Espíritos (KARDEC, 2006, p. 290), consiste no respeito aos direitos de cada um. Esses direitos são determinados por duas leis: a lei humana e a lei natural. Os homens, fazendo leis apropriadas aos seus

costumes e ao seu caráter, estabelecem direitos que podem variar com o progresso. O direito dos homens nem sempre é conforme a justiça. Só regula algumas relações sociais, enquanto que, na vida privada, os atos são julgados exclusivamente pela consciência. Já a justiça, na lei natural, baseia-se na máxima de Jesus: “Querer para o outro o que quereis para vós mesmos”. Deus pôs no coração do homem a regra de toda a verdadeira justiça, e isso pode ser observado pelo desejo íntimo nato de ver os seus direitos respeitados. Na incerteza do que se deve fazer pelo semelhante, em dada circunstância, que o homem pergunte a si mesmo como desejaria que agissem com ele.

A primeira obrigação do homem, entre todas, numa sociedade, é a de respeitar os direitos dos semelhantes. Esse respeito é o sinônimo de justiça (KARDEC, 2006, p. 291).

Sobre os direitos naturais, assim estabelece a doutrina espírita:

Os direitos naturais são os mesmos para todos os homens, desde o menor até o maior. Deus não fez uns de limo mais puro que outros e todos são iguais perante Ele. Estes direitos são eternos; os estabelecidos pelos homens perecem com as Instituições. De resto, cada qual sente bem a sua força ou a sua fraqueza, e saberá ter sempre certa deferência para aquele que o merecer, por sua virtude e seu saber. É importante assinalar isto, para que os que se julgam superiores conheçam os seus deveres e possam merecer essas deferências. A subordinação não estará comprometida, quando a autoridade for conferida à sabedoria.

O caráter daquele que pratica a justiça em toda a sua pureza é a do verdadeiro justo, que a exemplo de Jesus, deve praticar também o amor ao próximo e a caridade, sem os quais não há a verdadeira justiça (KARDEC, 2006, p. 291).

De acordo com o espiritismo (KARDEC, 2006, p. 291), o primeiro de todos os direitos naturais é o de viver. E é por isso que a ninguém é dado o direito de atentar contra a vida do semelhante ou fazer qualquer coisa que possa comprometer a sua existência corporal.

O desejo de possuir também é natural, porém os Espíritos alertam que quando o homem só deseja para si e para a sua satisfação pessoal, isso é egoísmo. Há homens insaciáveis que acumulam sem proveito para ninguém ou

apenas para satisfazer as suas paixões. Aquele que ajunta pelo seu trabalho com a intenção de auxiliar o seu semelhante, pratica a lei de amor e caridade e seu trabalho é abençoado por Deus (KARDEC, 2006, p. 292).

Quanto às propriedades, diz O Livro dos Espíritos (KARDEC, 2006, p. 292), que só há uma propriedade legítima, que é aquela que foi adquirida sem prejuízo para os outros. A legislação humana é imperfeita e consagra freqüentemente direitos convencionais que a justiça natural reprova. É daí que vem a necessidade dos homens reformarem suas leis à medida que o progresso moral se realiza e eles passam a compreender melhor o que é a justiça.

De acordo com a doutrina dos Espíritos (KARDEC, 2006, p. 291), não há justiça sem amor e caridade. A caridade é o sentimento de benevolência para com todos, de indulgência para as imperfeições alheias, perdão das ofensas. Numa sociedade baseada na lei de Deus e na justiça, deve-se prover a vida do fraco, sem humilhação para ele.

Ademais, assim está em *O Livro dos Espíritos*:

Amai-vos uns aos outros, eis toda a lei, divina, lei pela qual Deus governa os mundos. O amor é a lei de atração para os seres vivos e organizados, a atração é a lei de amor para a matéria inorgânica. Não olvideis jamais que o Espírito, qualquer que seja o seu grau de adiantamento, sua situação como reencarnado ou na erraticidade, está sempre colocado entre um superior que o guia e o aperfeiçoa e um inferior, perante o qual tem deveres iguais a cumprir. Sede portanto caridosos, não somente dessa caridade que vos leva a tirar do bolso o óbolo que friamente atirais ao que ousa pedir-vos, mas ide ao encontro das misérias ocultas. Sedes indulgentes para com os erros dos vossos semelhantes. Em lugar de desprezar a ignorância e o vício, instruí-os e moralizai-os. Sedes afáveis e benevolentes para com todos os que vos são inferiores; sedes mesmo para com os mais ínfimos seres da Criação e terfeis obedecido à lei de Deus (KARDEC, 2006, p. 294).

Há, em *O Livro dos Espíritos*, um capítulo especial dedicado à perfeição moral (KARDEC, 2006, p. 295). Segundo ele, todas as virtudes têm o seu mérito, porque são indícios de progresso no caminho do bem. “Há virtude sempre que há resistência voluntária ao arrastamento das más tendências”.

Mas o que há de mais sublime na virtude é o sacrifício do interesse pessoal para o bem do próximo, sem segunda intenção. Assim, a mais meritória de todas as virtudes é aquela que se baseia na caridade mais desinteressada.

Já, à parte os defeitos e vícios, sobre os quais ninguém se enganaria, o indício da imperfeição pode ser diagnosticado no interesse pessoal. O verdadeiro desinteresse é de fato tão raro na Terra que se pode admirá-lo como um fenômeno, quando ele se apresenta. O apego às coisas materiais é um indício notório de inferioridade. “Quanto mais o homem se apega aos bens desse mundo, menos compreende o seu destino” (KARDEC, 2006, p. 296).

É meritório adquirir conhecimentos científicos para sanar as necessidades materiais, uma vez que isso permite, aos homens, aliviar o sofrimento de seus semelhantes. Ademais, o Espírito se eleva mais depressa ao progredir intelectualmente. Nenhum conhecimento é inútil; todos contribuem mais ou menos para o adiantamento, porque o Espírito perfeito deve saber tudo, e devendo o progresso se realizar em todos os sentidos, todas as idéias adquiridas ajudam o desenvolvimento do Espírito (KARDEC, 2006, p. 297).

Sobre o princípio natural das paixões, a doutrina dos Espíritos elucida (KARDEC, 2006, p.298) que a paixão está no excesso provocado pela vontade, pois esse princípio foi dado ao homem para o bem e as paixões podem conduzi-lo a grandes empreendimentos. O abuso a que ele se entrega é que causa o mal. “As paixões são como um cavalo que é útil quando governado e perigoso quando governa”. Assim, ela se torna perniciosa no momento em que passa a governar.

Para vencer as más tendências, basta ao homem a boa vontade. Mas, muitas vezes, a vontade está apenas nos lábios. A pessoa quer resistir à paixão, mas satisfaz-se por acreditar que não pode superá-la, porque o Espírito se compraz por conta de sua própria inferioridade. Só aquele que procura reprimir suas más tendências compreende a sua natureza espiritual, pois vencê-las é para ele um triunfo do Espírito sobre a matéria (KARDEC, 2006, p. 299). O meio mais eficaz de se combater a predominância da natureza corpórea é praticar a abnegação.

Segundo a doutrina dos Espíritos (KARDEC, 2006, p. 299-300), o egoísmo é, de todos os vícios, o mais radical. Dele se deriva todo o mal. O espiritismo assim aborda o egoísmo:

Estudai todos os vícios e vereis que no fundo de todos existe o egoísmo. Por mais que luteis contra eles, não chegareis a extirpá-los enquanto não os atacardes pela raiz, enquanto não lhes houver destruído a causa. Que todos os vossos esforços tendam para esse fim, porque nele se encontra a verdadeira chaga da sociedade. Quem nesta vida quiser se aproximar da perfeição moral deve extirpar do seu coração todo sentimento de egoísmo, porque o egoísmo é incompatível com a justiça, o amor e a caridade: ele neutraliza todas as qualidades. [...] À medida que os homens se esclarecem sobre as coisas espirituais dão menor valor às materiais; em seguida, é necessário reformar as instituições humanas, que as entretêm e excitam. Isso depende da educação. [...] É certo que o egoísmo é o vosso mal maior, mas ele se liga à inferioridade dos Espíritos encarnados na Terra e não à Humanidade em si mesma. Ora, os Espíritos se purificam nas encarnações sucessivas, perdendo o egoísmo assim como perdem as outras impurezas. Não tende na Terra algum homem destituído de egoísmo e praticante da caridade? Existem em maior número do que julgais, mas conhecem poucos porque a virtude não se procura fazer notar. E se há um, por que não haverá dez? Se há dez, por que não haverá mil e assim por diante? [...] Quanto maior é o mal, mais horrível se torna. Era necessário que o egoísmo produzisse muito mal para fazer compreender a necessidade de sua extirpação. Quando os homens tiverem despedido do egoísmo que os domina, viverão como irmãos, não se fazendo o mal e se ajudando reciprocamente pelo sentimento fraterno de solidariedade. Então o forte será o apoio e não o opressor do fraco e não mais se verão homens desprovidos do necessário, porque todos praticarão a lei da justiça. [...] De todas as imperfeições humanas a mais difícil de desenraizar é o egoísmo, porque se liga à influência da matéria, da qual o homem, ainda muito próximo da sua origem, não pode se libertar. Tudo concorre para entreter essa influência; suas leis, sua organização social, sua educação. O egoísmo enfraquecerá com a predominância da vida moral sobre a vida material e, sobretudo, com a compreensão do vosso futuro real e não desfigurado pelas ficções alegóricas.

O capítulo da perfeição moral, em *O Livro dos Espíritos*, propõe que o meio prático mais eficaz para se melhorar nesta vida e resistir ao arrastamento do mal continua sendo aquele proposto por um sábio da Antigüidade: “Conhece-te a ti mesmo”.

Quando estiverdes indecisos quanto ao valor de uma de vossas ações, perguntai como a qualificaríeis se tivesse sido praticada por outra pessoa. Deus não usa de duas medidas para a justiça. Que aquele que tem a verdadeira vontade de se melhorar explore a sua consciência a fim de arrancar dali as suas más tendências, como arranca as ervas daninhas do seu jardim: que faça o balanço de sua jornada moral como o negociante o faz dos seus lucros e perdas, e eu vos asseguro que o primeiro será mais proveitoso que o outro. Se ele puder dizer que a sua jornada foi boa, pode dormir em paz e esperar, sem temor, o despertar na outra vida (KARDEC, 2006, p. 304).

5. REENCARNAÇÃO E CIÊNCIA

Segundo Andrade (2002, p. 39-42), existe duas áreas distintas de pesquisa sobre a Reencarnação:

1) Pesquisa direta das evidências: Estas investigações objetivam levantar os casos de recordações reencarnatórias, sem visar outro fim que não seja o melhor conhecimento das leis que regem o fenômeno do renascimento. Neste tipo de pesquisa, o método mais seguro e utilizado com bastante êxito consiste na pesquisa de casos de lembranças de vidas anteriores manifestados em crianças.

2) Investigação indireta das evidências, com vistas a outros objetivos: A obtenção dos detalhes de uma ou mais vidas passadas visa a uma outra finalidade, que o estudo por si do fenômeno do renascimento. A finalidade mais usual é a terapêutica no tratamento de psicopatologias refratárias aos métodos convencionais. Essa investigação pode ser feita de duas formas:

a) Hipnose cronológica (regressiva): o paciente previamente hipnotizado é levado a regredir em idade até passar a uma vida anterior. Durante a regressão vão sendo sondados os fatos de cada idade, tentando relacioná-los aos sintomas psicopatológicos apresentados pelo paciente. A investigação de possíveis traumas em vidas anteriores pode resultar em êxito no tratamento das perturbações.

b) Regressão cronotópica, segundo os sintomas apresentados: Segundo o Dr Morris Netherton e a Dra Nancy Shiffrin, os freqüentes êxitos obtidos nesses tipos de terapia regressiva são outras tantas evidências de apoio à idéia da Reencarnação (ANDRADE, 2002, p. 41).

Pesquisas de fatos e fenômenos como os que ocorrem nas Experiências de Quase Morte parecem fornecer fortes indícios acerca da sobrevivência da consciência após a morte do corpo físico, sendo imprescindíveis para a elaboração e sustentação da hipótese da Reencarnação. A comprovação científica da existência do espírito, por si só, já seria uma aquisição salutar não só para a ciência, mas, sobretudo, para toda a Humanidade.

5.1 Recordação de Vida Passada

Investigações objetivas e rigorosas, de casos de pessoas que apresentam lembranças espontâneas e ostensivas de uma vida passada e que afirmam enfaticamente terem tido uma personalidade prévia, têm sido realizadas e publicadas nos anais científicos a cerca de sessenta anos, a partir dos trabalhos pioneiros no campo da parapsicologia desenvolvidos por Dr. Joseph Banks Rhine⁶³ (1930) e retomados, da década de 60 em diante, pelos ilustres cientistas Dr. Hemendra Nath Banerjee⁶⁴, Dr Ian Stevenson⁶⁵, Dr Erlendur Haraldsson⁶⁶ e Dr Hernani Guimarães de Andrade⁶⁷, Dr. Jim B. Tucker, dentre outros.

Estes inúmeros casos estudados de Lembranças de Vida Passada sugerem e reforçam, se não evidenciam, a hipótese da Reencarnação como uma possível lei biológica (ANDRADE, 1986, p. 7; IANDOLI, 2004; GOSWAMI, 2005, p. 21-25) que, em tese, deve ser comprovada ou refutada pela ciência, mas que pode vir a reforçar diversos conceitos espiritualistas de ordem filosófica e religiosa, ainda considerados simples dogmas pelas correntes mais materialistas do pensar. Segundo Stevenson (1970, p. 19) e Banerjee (1979, p. 19-20), a hipótese da Reencarnação como uma lei natural pressupõe a concepção de que a personalidade humana não perece com a morte do corpo físico e contém, necessariamente, algo de imaterial (alma), que pré-existe à condição física, é imortal e se liga a uma Força Superior que lhe permite a transcendência.

⁶³ Joseph Banks Rhine: Pesquisou sistematicamente durante décadas a telepatia, a clarividência e a precognição através do teste de escolhas. Utilizou as cartas *zener* por se constituírem de símbolos simples e inconfundíveis. O número total de símbolos eram cinco, sendo que cada uma tinha cinco exemplares.

⁶⁴ Hemendra Nath Banerjee (1929-1985): Foi diretor do Departamento de Parapsicologia da Universidade de Rajasthan, na Índia.

⁶⁵ Dr Ian Stevenson: Foi Diretor do Departamento de Psiquiatria e Neurologia da Escola de Medicina da Universidade de Virgínia, EUA, e membro fundador da Sociedade para Exploração Científica (SSE).

⁶⁶ Dr Erlendur Haraldsson: Filósofo e Doutor em psicologia, foi pesquisador associado da Sociedade Americana de Pesquisas Psíquicas entre 1972 e 1974; em 1973 passou a ser professor do Departamento de Psicologia da Universidade da Islândia, sendo condecorado como Professor Emérito desde 1999. Tem vários trabalhos publicados sobre Mediunidade, ESP, Lembranças de Vidas Passadas e Visões no leito de morte.

⁶⁷ Dr Hernani Guimarães de Andrade: Foi Engenheiro Civil pela USP, Diretor e fundador do IBPP – Instituto de Pesquisas Psicobiológicas.

Dentre os inúmeros trabalhos publicados acerca do assunto, Ian Stevenson, um dos mais dedicados e experientes pesquisadores sobre o assunto, contendo um acervo de mais de 2500 casos, publicou em 1966 a primeira edição do livro *Twenty Cases Suggestive of Reincarnation*, traduzido para o português em 1970, em que ele, além de descrever diversos casos sugestivos de Reencarnação, explica em detalhes a metodologia rigorosa utilizada para investigá-los e as conclusões advindas de seus estudos. Publicou ainda a monografia intitulada *Reincarnation and Biology: A Contribution to the Etiology of Birthmarks and Birth Defects*, em 1997, que contém 2.080 páginas divididas em dois volumes, onde estão detalhados e publicados 230 casos rigorosamente investigados por ele em todo o mundo, associando defeitos de nascença ou marcas de nascença a causas ocorridas em vida passada, como por ex. causa *mortis* violenta. Em 2003 publicou o livro *European Cases of the Reincarnation Type*, no qual considerou oito casos de possível Reencarnação, na primeira metade do século XX, ocorridos na Europa e trinta e dois outros casos ocorridos na segunda metade do século XX, incluindo uma sessão onde comparou as convicções sobre Reencarnação da cultura europeia com as convicções de outros países e culturas.

Também, de grande importância sobre o assunto em pauta, é a publicação de Hemendra Nath Banerjee, *Vida Pretérita e Futura, um impressionante estudo sobre a Reencarnação* (1979), onde ele descreve alguns dos casos mais interessantes dos mais de 1100 casos compilados por ele, ao longo de 25 anos de estudos, sobre lembranças de vida(s) passada(s) que sugerem Reencarnação.

De expressivo valor é o livro do brasileiro Hernani Guimarães de Andrade, *Reencarnação no Brasil*, escrito em 1986 e que, haurido do maior rigor científico, reproduziu a metodologia utilizada por Ian Stevenson e investigou oito casos de lembranças de vida passada ocorridas no Brasil e muito sugestivas de Reencarnação.

Outra grande publicação sobre o mesmo assunto é a obra, *Life before Life: A Scientific Investigation of Children's Memories of Previous Lives*, por Jim B. Tucker, em 2005, na qual faz uma revisão de quatro anos de pesquisas sobre Lembrança de Vida Passada em crianças.

Além destes importantes livros que tratam deste assunto polêmico e que abordam casos estudados com grande rigor científico, merecem destaque os inúmeros trabalhos científicos publicados em revistas científicas indexadas ou não, por I. Stevenson (1966; 1969; 1974; 1975 a; 1975 b; 1977; 1980; 1983 a, 1983 b; 1984; 1985; 1986; 1987; 1988; 1990; 2000; 2001; 2003); E. Haraldsson (1981; 1993; 1994; 1997; 1999; 2000; 2002; 2003; 2004), A. Mills, (1990), J. Keil & J. B. Tucker (2000; 2001; 2005), J. B. Tucker (2000), B. A. Poonam Sharma & J. B. Tucker (2004); J. Keil & I. Stevenson (2005), S. K. Parisha, J. Keil, J. B. Tucker, I. Stevenson (2005), dentre outros.

Segundo Stevenson (1970, p.23), a metodologia científica utilizada nos estudos de investigação de Lembranças de Vida Passada baseia-se essencialmente no emprego dos mesmos métodos utilizados pelo historiador e pelo jurista e, por vezes, pelo psiquiatra, para a reconstituição de fatos passados. Na maioria dos casos espontâneos, quando a investigação se inicia, os principais acontecimentos que envolvem esse tipo de lembrança já ocorreram, de forma que uma dificuldade central nesses inquéritos é a confiabilidade nas lembranças e nas percepções dos pacientes e das testemunhas que, por vezes, omitem ou acrescentam detalhes, alterando a representação acurada dos acontecimentos reais. Essas alterações de memória podem ocorrer, segundo a avaliação de Stevenson, por limitação de inteligência da pessoa que relata o caso ou por erros motivados por desejos ou apreensões, quando o fato em si adquire uma importância emocional muito significativa para a(s) pessoa(s) envolvida(s). Uma forma de se tentar superar os erros causados por esses motivos é de comparar as informações fornecidas pelos diversos relatores, sobre uma mesma ocorrência, eliminando os dados mais discrepantes.

Stevenson alerta (STEVENSON, 1970, p. 24-26) que uma grande dificuldade metodológica em pesquisas dessa natureza é a de que, na maioria dos casos, as informações dos pacientes, que são crianças em geral⁶⁸, não são escritas antes de uma primeira tentativa de averiguação. O ideal seria que desde que a lembrança de uma vida passada fosse despertada, houvesse a preocupação, por parte dos familiares ou daquelas pessoas mais próximas à

⁶⁸Segundo Stevenson, os relatos de lembrança de vida passada, segundo a observação em suas pesquisas, se iniciam geralmente na idade entre dois a quatro anos, declinando por volta dos oito anos de idade.

criança, de anotar, sistematicamente, todas as particularidades que porventura pudessem ajudar a comprovar ou não, *a posteriori*, a hipótese de Reencarnação.

Andrade (1986, p. 10) descreve um caso muito interessante de xenoglossia⁶⁹ de uma garotinha⁷⁰ que, em suas manifestações de vida anterior, pronunciava várias palavras do idioma italiano sem nunca tê-las aprendido na vida atual, referindo-se a alguns episódios supostamente vivenciados por ela em Roma, por ocasião da II Guerra Mundial. Estes dados foram bem documentados no diário de sua mãe. Segundo o pesquisador, tais dados foram de suma importância para a devida investigação do caso.

Em 1988, Stevenson e Samararatne publicaram um estudo de três casos no Sri Lanka com registros das supostas lembranças de vida passada antes que houvesse ocorrido averiguação da veracidade das informações. Esses pesquisadores chamaram a atenção para a importância desse registro, que enriquece o conteúdo do material de estudo e ajuda na conclusão dos trabalhos. Num outro trabalho, Stevenson (1984) já havia estudado o fenômeno da Xenoglossia.

Junte-se à dificuldade da documentação prévia a investigação do caso, o fato de que o reconhecimento das pessoas e dos lugares da suposta vida pretérita, também, na maioria dos casos, não é observado por indivíduos não ligados às duas famílias. Esta freqüente ausência de observação direta de importantes fatos passados é suficiente para fazer com que um pesquisador rigoroso em sua metodologia tome o cuidado de recolher o maior número de depoimentos, do maior número de testemunhas possível, comparando as declarações feitas pelas pessoas de uma mesma família ou comunidade com aquelas feitas por membros da outra família ou comunidade, referentes ao mesmo caso. É também de suma importância comparar os depoimentos prestados por uma mesma pessoa, em diferentes ocasiões. Stevenson enfatiza que a informação verbal constitui apenas parte dos dados válidos para tais casos, uma vez que se devem observar atentamente as atitudes daquele que

⁶⁹ Xenoglossia: [De xen(o) + gloss(o) + ia] S. f. E. Ling. A fala espontânea em língua(s) que não fora(m) previamente aprendida(s). [Cf. glossolalia], (FERRERIA, 2004, p. 2084).

⁷⁰ Identificada como Simone nos estudos de Andrade, desde os dois anos de idade passara a pronunciar palavras do idioma italiano, como felice, vechiaro, Capitólio, Bámbole, Cupo, macheroni, spancagliata, aviamo, no molesta, pestatura, luchida, lusca, paneto, pédomo (ANDRADE, 1986, p. 26-27).

se lembra, das pessoas de sua família atual e também da família pretérita, comparando-as com as informações anteriormente obtidas (STEVENSON, 1970, p. 24).

Um dos aspectos mais relevante nos casos de Lembrança de Vida Passada é a identificação das crianças com a personalidade anterior. Essa personificação é, de fato, algumas vezes tão intensa que oferece ao investigador a possibilidade de observação de marcantes características no comportamento emocional, representando no campo científico muito mais do que uma simples informação sobre a vida passada. Esse aspecto emocional, na opinião de Stevenson (1970, p. 25), aumenta consideravelmente a autenticidade e veracidade dos casos, também ampliando as possibilidades de investigação da mente humana e de sua complexidade.

Stevenson (1970, p. 26) verificou discrepâncias em cerca de dez por cento das declarações por ele recolhidas, percentual inferior ao que era esperado, de forma que a relevância desse dado veio a corroborar com a sua confiança na exatidão geral das informações. Ele enfatiza que “a maioria das discrepâncias ocorre mais em relação a minúcias do que às linhas gerais dos acontecimentos”. Entretanto, naqueles casos em que os detalhes são cruciais, as discrepâncias têm que ser devidamente levadas em consideração e constituem um problema de difícil resolução. Certas testemunhas, em algum momento da pesquisa, “mostram-se inconsistentes, irrefletidamente aparentando ter sucesso de um conhecimento que não possuíam”, de forma que tal discrepância, ao ser levada em consideração, pode invalidar um outro testemunho mais fidedigno. Se, por um lado, a eliminação total de alguns poucos itens discrepantes de depoimento pode ocasionar um enfraquecimento da evidência de para-normalidade, por outro, somar tais itens à consistência dos outros testemunhos pode indevidamente torná-lo mais rico do que realmente o é. Stevenson concluiu, a partir dessas reflexões, ainda no início de suas pesquisas, que ele poderia eliminar por completo, com total segurança, a maioria dos itens discordantes, sem prejuízo para o objetivo e as conclusões das pesquisas (STEVENSON, 1970, p. 27).

Porém admiti que, revendo *a posteriori* e analisando as divergências dos casos por ele pesquisados, os erros de interpretação foram um dos pontos facilitadores das discordâncias dos testemunhos, oriundos muitas vezes do

problema da imperfeita tradução que, por sua vez, levaria a uma compreensão inexata de determinada pergunta por parte da testemunha e, obviamente, a uma resposta justificadamente inadequada. Outro ponto que pode ter contribuído para as divergências, como já foi salientado anteriormente, foram deficiências de atenção ou de memória por parte de algumas testemunhas. Após a revisão desses dados discrepantes, o autor concluiu que a eliminação daqueles aspectos discordantes, muitas vezes por motivos de erro metodológico, enfraqueceu, ao invés de reforçar, a veracidade dos fatos (STEVENSON, 1970, p. 27). Chama ainda a atenção para a importância do registro bem feito das pesquisas ou por anotações ou por gravação, para que não se perca pontos importantes referidos durante a entrevista.

Lembra que a experiência da lembrança de uma vida passada pode ser extenuante para aqueles que estão diretamente envolvidos no caso. Não raras vezes, a criança que insiste em declarar-se pertencente à outra família ou a outra aldeia, ou que denota atitudes mentais estranhas às de sua família, traz sérios problemas para seus pais e para si mesma⁷¹. Muitas dessas crianças ameaçam mudar-se para o lar de outrora. A grande maioria das famílias que passa por semelhante experiência reluta em buscar publicidade para o caso e resiste à exposição e verificação da veracidade dos fatos (STEVENSON, 1970, p. 31-33).

Andrade (1986, p. 6-7) acrescenta, sobre a metodologia de pesquisas dessa natureza, a importância de se colher outros dados acerca das características da personalidade anterior, como comportamento psíquico, presença de marcas ou lesões antes ou na hora da morte e a causa *mortis* da primeira personalidade, pois, segundo ele, todos os dados são relevantes e as características pretéritas poderiam influenciar, de algum modo, na saúde e no

⁷¹ Exemplo de caso: Phakash – Em agosto de 1951 nasceu Prakash em Chhatta, Índia. Desde pequeno notou-se que o menino chorava mais do que qualquer outra criança. Aos quatro anos e meio de idade começou a acordar no meio da noite e a correr para a rua. Quando impedido, dizia que era da cidade de Kosi Kalan, que seu nome era Nirmal e que ele queria voltar para seu antigo lar. Dizia que o seu pai chamava-se Bholanath. Acordou e fugiu dessa forma por quatro ou cinco noites seguidas e, daí por diante, um pouco menos frequentemente, continuou a fazê-lo durante todo o mês. Aos cinco anos as suas aparentes lembranças da vida como Nirmal eram extremamente vívidas. Lembrava-se dos nomes dos parentes e amigos de Nirmal. Sua família tomou várias medidas numa tentativa de fazê-lo esquecer de Nirmal e da cidade de Kosi Kalan, como girá-lo numa roda de oleiro em sentido contrário aos dos ponteiros do relógio, numa tentativa de atenuar-lhe a memória, e a de espancá-lo algumas vezes. Aos 10 anos de idade Prakash teve oportunidade de se encontrar com alguns membros da família de Nirmal, reconhecendo-os todos.

comportamento da personalidade atual, aumentando ou não os indícios para a hipótese de reencarnação, inclusive determinando marcas de nascença. Essas considerações seriam a *posteriori* bem estudadas por Stevenson (1997; 2001).

Quanto à interpretação dos dados obtidos, Stevenson (1970, p. 424) conjectura que se deve admitir a possibilidade de hipóteses diferentes que melhor esclareçam os diversos casos estudados, mas que se deve encontrar uma explicação satisfatória para cada um que, ao mesmo tempo, explique satisfatoriamente todos os seus fenômenos. Ele acrescenta que, ao fazer-se a análise de cada caso separadamente, podem-se encontrar padrões de características semelhantes existentes nos diversos casos.

As hipóteses aventadas pelos estudiosos que poderiam explicar cientificamente o fenômeno de lembrança de vida passada foram: fraude deliberada, informação direta ou criptomnésia, telepatia ou percepção extra-sensorial (ESP) e super-ESP, memória genética, possessão e, enfim, reencarnação (STEVENSON, 1970, p. 425-504; BANERJEE, 1979, p. 93-98; ANDRADE, 1986, p. 55-81, 114-124, 160-169, 194-205, 231-238, 278-285, 325-330, 351-356).

A fraude é a primeira teoria séria e geralmente aventada que, segundo Stevenson (1970, p. 425), exige exclusão nos casos de lembrança de vida passada. Para isso, faz-se necessário listar as motivações e as oportunidades de se cometer fraude dessa natureza, como por ex. uma compensação monetária ou uma publicidade favorável, como autopromoção ou promoção de alguém ou de alguma coisa. Nos casos por ele estudados, por uma questão cultural, na maioria das vezes a publicidade foi considerada vexatória pelas famílias envolvidas. Nos raros casos em que Stevenson percebeu uma publicidade favorável, esta não era suficiente para compensar o esforço exigido para encenar a farsa. Críticos costumam alegar, segundo o pesquisador, que estas crianças teriam uma motivação social ou psicológica para imaginarem-se pertencer a uma família diferente ou mais abastada ou mais amorosa. Contudo, Stevenson argumenta que esta teoria não pode explicar a obtenção do conhecimento que essas crianças têm sobre a personalidade anterior. Afora a falta geral ou a insuficiência de motivação para fraudes, nesses casos, ele as considera minimamente oportunas. A possibilidade de uma criança, por si só, engendrar uma fraude, sem a ajuda de um adulto, é difícil de ser aventada,

pois teria que envolver os constituintes da família da personalidade anterior, requerendo muitos cúmplices e uma engenhosidade fora de questão. Além disso, as personificações e cenas altamente emocionantes testemunhadas por ele, levam-no a descartar a hipótese de fraude, não acreditando que os simples aldeões das cidadelas orientais por ele visitadas tivessem tempo ou disposição para ensaiar tais dramas ou inventar os complexos aspectos comportamentais envolvidos nos casos.

Segundo Andrade (1986, p. 54), deve-se sempre começar a analisar um caso de lembrança de vida passada pela hipótese da fraude, pois ela tem caráter eliminatório. Desde que a fraude seja demonstrada, o caso perde expressão e validade.

Stevenson (1970, p. 428) considera criptomnésia⁷², ou o que Andrade chama de informação direta (1986, p. 55), como uma possibilidade muito mais plausível de explicação da lembrança de uma vida passada do que a fraude em si. Pressupõe-se que a criança que alega ter vivenciado a existência pretérita tenha conhecido uma determinada pessoa ou tenha se tornado possuidora de informações sobre ela, sobre seu modo de vida, datas importantes, acontecimentos e detalhes íntimos e que, num dado momento, passe a atribuir essas informações como lembrança de uma suposta existência anterior, esquecendo-se de como e quando adquiriu essas informações. Ou seja, essa criança, de algum modo, teria que ter adquirido um contato com uma personalidade e informações detalhadas referentes a ela, mas se esqueceria do fato e da fonte dessas informações, tomando-as como se pertencessem à sua própria identidade. Nestes casos, os pais e familiares da criança, vizinhos ou pessoas que costumam assessorá-la, costumam lembrar-se da procedência de tais informações. Geralmente, os casos de lembranças verdadeiras de vida passada são ricos em detalhes e minúcias. Além disso, a emoção permeia cada memória e a personalidade pretérita relembra nomes, pessoas e lugares, conseguindo identificar vários aspectos daquela realidade. Ocorrem reconhecimentos espontâneos e as lembranças compartilhadas são confirmadas pelas pessoas que supostamente partilharam de seus momentos, a tal ponto que quando um diálogo é travado entre elas, mais lembranças são

⁷² Criptomnésia: [De *cript(o)* + *mnésia*] **S. f.** *Psiq.* Distúrbio de memória em que o indivíduo toma como novo um conhecimento que já possuía (FERREIRA, 2004, p. 576).

partilhadas e comentários vêm à tona para aumentar a confirmação da veracidade da suposição. Stevenson conclui que os casos de criptomnésia não teriam profundidade para sustentarem-se diante das investigações detalhadas e, sem dúvida alguma, poderiam ser facilmente diagnosticados.

Entretanto, Stevenson acredita jamais poder excluir, de forma absoluta, a criptomnésia como uma hipótese para o estudo dos casos, muito embora considere esta possibilidade muito reduzida, pela falta, até agora, de se encontrar um caso que represente um exemplo de como a criptomnésia explica todos os aspectos encontrados. Esse caso teria que conter como características: uma fonte de informação originária em um livro ou pessoa que a possuísse sem que a criança ou seus pais se lembrassem da fonte da mesma; mobilização dessa informação em adequadas reações e estímulos habituais, durante o estado ordinário de consciência; dramatização da informação, criando uma personalidade com suficiente probabilidade de impressionar outras pessoas pela adequação das reações emocionais e comportamento, que se atribuiria à personalidade anterior. (STEVENSON, 1970, p. 436).

Quanto à Percepção Extra-Sensorial (ESP) e a super-ESP, também chamadas de Telepatia, elas têm sido invocadas muitas vezes pelos críticos, segundo Stevenson (1970, p. 443) que, não aceitando a tese da Reencarnação e não tendo uma outra teoria para explicar o fenômeno de Lembrança de Vida Passada, dão a entender que esses casos podem ser explicados pela suposição da existência de um liame extra-sensório entre as duas personalidades envolvidas. Entretanto, opondo-se a essa hipótese, Stevenson alega que embora essa possibilidade deva realmente ser aventada, nenhuma percepção extra-sensorial, por si mesma, explicaria convenientemente todos os aspectos de muitos dos casos. Ele se refere às importantes características de comportamento e aos elementos de personificação que ocorrem aos mesmos, pois o sujeito, na totalidade dos casos, atribui a informação dada à personalidade com a qual se identifica. Essa identificação é de tal magnitude que impressiona a qualquer investigador menos preparado, como aconteceu com ele mesmo por ocasião de suas primeiras investigações de recordação de Vida Passada ocorridas na Índia. Tendo observado os singulares aspectos das personificações, passou a atribuir-lhes maior importância, pois, além de

concluir que reforçavam a autenticidade dos casos, eles tornavam a explicação de criptomnésia menos plausível.

Para Stevenson, uma teoria de percepção extra-sensorial para explicar os casos de Lembrança de Vida Passada supõe que o sujeito, em questão, tenha obtido a informação sobre a personalidade anterior através de percepção extra-sensorial, passando a integrar essa informação e a personificá-la tão intensamente que chegasse a acreditar ser essa pessoa, convencendo os outros dessa identidade. Esta teoria não tem que presumir qualquer contato entre a criança e algumas pessoas familiarizadas com a personalidade anterior, como na criptomnésia, atribuindo-se à criança a capacidade de obter as informações através de percepção extra-sensorial (STEVENSON, 1970, p. 444).

De acordo com seus estudos, Stevenson (1970, p. 489) elucida que a teoria da ESP não explica todos os aspectos dos casos mais ricos, especialmente os aspectos de comportamento, como a prolongada identificação do paciente com a personalidade anterior. Itens isolados de informações dados pelos pacientes podem originar-se de percepção extra-sensorial, mas a ESP, por si só, não explica a organização das informações obtidas pelo paciente em padrões que são característicos da personalidade falecida. Geralmente, nos casos sugestivos de Reencarnação, os traços de comportamento que requerem explicação são evidências de sistemática identificação com a personalidade anterior. As personalidades são vividas como sendo fundidas umas às outras ou contínuas, e não ao contrário. As complicações que ocorrem, por conta disso, na vida do paciente, oriundas desse processo irrefreável de identificação, são muito maiores do que os benefícios ao ter-se uma Lembrança de Vida Passada. Muitos dos casos mais ricos e sugestivos de Reencarnação ocorreram quando as famílias de ambas as personalidades eram completamente desconhecidas uma da outra, anteriormente à investigação. Os pais dessas crianças não têm nenhum interesse no retorno da personalidade que lhes é estranha. Além do que, se as informações obtidas são através de ESP, os pacientes deveriam demonstrar outros indícios de possuir esses poderes (STEVENSON, 1970, p. 490).

Para os parapsicólogos criadores dessa teoria, não há limites de distância para ocorrer uma capacitação telepática. A mente humana poderia transitar ao

longo do tempo, para o passado e para o futuro, captando os eventos sem praticamente qualquer limitação cronológica. Todavia, alguns parapsicólogos mais cautelosos preferem fixar limites geográficos e históricos, de rigor científico duvidoso (ANDRADE, 1986, p. 57).

Karlis Osis, da American Society for Psychical Research, considera que uma das mais fascinantes características da ESP é o seu poder de vencer longas distâncias no espaço e aparentemente no tempo, perpetrando o futuro. Porém o conhecimento dos fatos a respeito da ESP e seu relacionamento ao tempo e espaço ainda é precário, afora o fato de que existe uma multidão de outras variáveis que não podem ser separadas e que estão implicadas nos dados. É temerário e inconsistente com os fatos afirmar que não há barreiras de espaço e tempo capazes de influenciar a percepção extra-sensorial. A manifestação eventual de uma super-ESP por parte de um sensitivo excepcional dependeria unicamente do quão capaz é a sua função para-normal (OSIS, 1965, apud ANDRADE, 1986, p. 61).

De acordo com Andrade (1986, p. 62), aqueles que investigam a ESP em laboratório não aceitam como certas as supostas possibilidades quase ilimitadas da super-ESP. Deve-se, primeiramente, encontrar um bom sensitivo. Mesmo encontrando-o, não existe garantia de que se alcance altas marcas de acerto com as cartas Zener e outros métodos. Geralmente, as marcas elevadas se detectam dentro de um número muito grande de tentativas e só depois de acurada avaliação estatística. Ademais, Andrade lembra que os fenômenos de ESP não são corriqueiros e a ciência oficial só ficou convencida da existência de funções e fenômenos paranormais, após muitos anos dos estudos pioneiros realizados por Dr Joseph Banks Rhine.

Seguindo o pensamento de Stevenson (1970, p. 490-491), uma vez que as teorias baseadas em linhas normais ou em percepção extra-sensorial estejam descartadas para a explicação de todos os fatos relacionados à Lembrança de Vida Passada, devemos aceitar aquelas teorias que incluem a sobrevivência da personalidade após a morte física. Seria considerado lícito e científico, dessa forma, aventarem-se as hipóteses de possessão ou de Reencarnação.

Segundo ele (1970, p. 491), “a diferença entre Reencarnação e Possessão encontra-se na extensão do deslocamento da personalidade original que é determinado pela influência da personalidade que ‘entra’”. Na possessão

ocorreria uma influência parcial e a personalidade original possuiria algum controle sobre o corpo físico ou um controle temporário do organismo, sempre havendo um retorno posterior da personalidade original que retomaria o controle absoluto de suas funções.

Para Stevenson (1970, p. 496), embora a teoria da possessão possa explicar claramente o fato de algumas crianças lembrarem-se de pessoas e lugares comuns à personalidade anterior, ela não explica adequadamente muitos dos aspectos informativos dos casos. Não explica inteiramente a ocorrência comum de uma crescente revivescência de lembranças, quando a criança retorna ao local da vida da personalidade anterior. Muitas das crianças pesquisadas por Stevenson, ao visitarem o lar ou a aldeia da personalidade anterior, reconhecem ou descrevem pessoas e lugares que não havia mencionado anteriormente.

Uma segunda possível objeção para a hipótese de possessão, segundo Stevenson (1979, p.499), surge dos fragmentos de informações aparentemente lembradas pela criança. Se o espírito possessor traz uma influência que pese sobre uma personalidade, tão completamente, que conduza a uma afirmação de identidade alterada, por que a personalidade possesora não se lembraria de todas as coisas a respeito da vida anterior? Essa lembrança seria de esperar-se, em casos parciais de possessão ostensiva.

Outra objeção levantada por Stevenson (1979, p.500) para a hipótese de possessão, ocorre no conhecimento demonstrado por grande número das pessoas pesquisadas, sobre como eram os edifícios e as pessoas, durante a vida da personalidade anterior. Se, como se imagina, uma personalidade possesora desencarnada pode perambular no local da vida terrena, por que não se manteria a par das transformações dos edifícios e das pessoas?

Outra dificuldade encontrada por Stevenson acerca da hipótese da possessão (1979, p.501) reside na falta de motivo aparente para a influência de determinada personalidade terrena, por parte das personalidades desencarnadas relacionadas a estes casos.

Stevenson (1979, p.502-503) chama a atenção de que resta um grupo de casos que permite uma clara distinção entre Possessão e Reencarnação. São os casos sugestivos de renascimento com sinais de nascença congênitos e/ou deformidades. Em alguns desses casos, o sinal de nascença pode explicar a

história de uma vida anterior, inventada para adaptar-se ao sinal de nascença. Mas isso ainda deixaria por executar a tarefa de explicar o sinal de nascença em si mesmo.

A história do renascimento poderia provir de um sinal de nascença; mas o sinal de nascença não pode originar-se da história, porque representaria uma influência pré-natal no feto em desenvolvimento. Se o sinal de nascença e as aparentes lembranças de uma vida anterior a eles referentes forem verídicos, poderemos excluir a possessão. O sinal de nascença supõe uma influência anterior ao nascimento, mas a possessão supõe uma influência após o nascimento, com a tentativa de deslocar parcial ou completamente a personalidade que participou da formação do organismo físico na fase pré-natal. Pode-se, com isso, excluir também a teoria da percepção extra-sensorial acrescida de personificação como explicativa de todos os fatos, visto esta teoria não poder explicar o sinal de nascença (STEVENSON, 1979, p.503).

Para Stevenson, casos sugestivos de renascimento com deformidades congênicas ou sinais de nascença, desde que bem autenticados, decididamente corroboram a Reencarnação em detrimento da possessão como explicação desses casos, mas não necessariamente outros que não sugestivos de renascimento (STEVENSON, 1979, p.506).

Quanto à hipótese da Reencarnação em si, Stevenson (1979, p. 506-510) conclui que em seu exame de casos sugestivos de Reencarnação, terminou seu estudo sem optar com firmeza por nenhuma teoria como explanatória de todos eles. Algumas vezes pode-se explicar um caso melhor como sendo devido à fraude, criptomnésia ou percepção extra-sensorial com personificação. Para outro, pode-se preferir explicações ligadas à sobrevivência, tais como possessão ou Reencarnação.

Na medida em que há uma preocupação com a evidência de sobrevivência, Stevenson não se sente obrigado a supor que todo caso sugestivo de renascimento deva ser explicado como um caso de Reencarnação. O problema, para ele, está em encontrar-se um caso, ainda que um único caso, em que nenhuma outra explicação pareça melhor do que a Reencarnação, na explanação de todos os fatos (STEVENSON, 1979, p. 507).

Stevenson crê que a evidência que favorece a Reencarnação como uma hipótese tem aumentado desde que ele publicou o seu primeiro estudo em 1960 (STEVENSON, 2000, 2001, 2003).

Para ele, a solução para o caso da sobrevivência reside na observação dos padrões contidos em uma personalidade ou organismo, quais não foram ou não poderiam ter sido herdados ou adquiridos na vida atual dessa personalidade. Caso seja sugestivo que o padrão observado na personalidade correspondente pertença a uma determinada pessoa falecida, é necessário demonstrar-se a similitude dos padrões das personalidades presentes e anteriores. Esses padrões podem ser de várias espécies diferentes, correspondentes, de comportamento e físicos (STEVENSON, 1979, p. 510).

5.2 Experiências de Quase Morte

Relatos de experiências cognitivas ocorridas em momentos de morte clínica tem sido tema de investigações científicas rigorosas, desde 1975, a partir da publicação pioneira do livro *Life After Life*, pelo psiquiatra americano Raymond A. Moody Jr. Nesse livro, Moody descreve, em detalhes, parte do estudo por ele efetuado acerca da vivência ou experiência de certos fenômenos surpreendentes, relacionados ao processo do morrer, relatada por um contingente considerável de pacientes (150 casos).

Essa publicação, conquanto destituída do rigor exigido na averiguação da verdade no âmbito científico, suscitou a formulação de uma nova linha de pesquisa científica, abarcada imediatamente por aqueles que, já tendo ouvido falar ou observado entre seus pacientes relatos de fenômenos parecidos, atribuíram certo crédito às experiências pessoais do Dr Moody e resolveram investigar adequadamente o assunto, comprovando integralmente os dados oferecidos por ele.

Moody foi amplamente criticado pela comunidade científica da época, mas os resultados obtidos por outros pesquisadores, a partir da divulgação de suas observações clínicas, provaram ser as suas considerações genuinamente verídicas e causaram verdadeiro impacto científico, provavelmente por

abordarem fatos e fenômenos totalmente desacreditados pela ciência tradicional.

Aqui serão expostos os resultados e as considerações formuladas por Moody, a partir do estudo e sua publicação polêmica (*Life After Life*), para só então serem relatados os dados obtidos pelo estudo científico das Experiências de Quase Morte. Objetiva-se, com isso, demonstrar como o preconceito e a falta de crédito científico podem atrapalhar sobremaneira o avanço do conhecimento e comprometer consideravelmente a compreensão da vida, ao fazer questão de ignorar os seus aspectos não materiais, somente porque não podem (ainda) ser explicados pela ciência cartesiana.

Segundo Moody (2004, p.35), as experiências que foram estudadas por ele encaixam-se em três categorias distintas:

- 1) Pessoas ressuscitadas, após terem sido consideradas, julgadas ou declaradas clinicamente mortas por seus médicos;
- 2) Pessoas que chegaram muito perto da morte, seja no decorrer de doenças, acidentes ou ferimentos graves;
- 3) Pessoas que, ao vivenciarem o processo da morte, contaram o que se passava com elas a outras pessoas presentes.

Dos 150 casos estudados, Moody (2004, p.33) selecionou propositalmente os 50 casos correspondentes às duas primeiras categorias estabelecidas, de forma a reduzir o número dos casos estudados para um nível mais manejável, permitindo um estudo mais adequado de relatos em primeira pessoa através da realização de entrevistas com maior nível de detalhes. Nesse estudo, Moody chamou a atenção para o fato de que, ainda que as experiências de quase-morte sejam marcadamente semelhantes, tanto as circunstâncias que as cercam quanto as pessoas que as descrevem variam amplamente. Por consequência, tentou fornecer uma amostra de experiências que pudesse refletir adequadamente essas diferenças.

A partir dos casos estudados, Moody observou que, apesar da variação nas circunstâncias em torno daquilo que ocorre com quem entra em contato com a morte e do tipo de pessoas que passa por isso, existe uma semelhança marcante entre os relatos das experiências entre si. Essas semelhanças são tão grandes que permitiram, ao autor, identificar cerca de quinze elementos separados e recorrentes na massa das narrativas. Contudo, apesar dessas

semelhanças marcantes, Moody observou não ter havido nenhum relato que fosse precisamente idêntico ou uma só pessoa que tivesse passado por todos os componentes relatados, em uma única experiência. Também não encontrou nenhum dos elementos, geralmente encontrados, que tivesse sido identificado em todas as narrativas de Experiência de Quase Morte, embora alguns elementos estivessem presentes em quase todos os relatos. Cada um dos elementos identificados apareceu em mais de um relato e os fenômenos da experiência não ocorreram segundo uma ordem de aparecimento que pudesse ser previamente determinada (MOODY, 2004, p.39).

Ele também observou que, dentre as pessoas selecionadas, aquelas que foram declaradas clinicamente mortas relataram experiências mais completas e detalhadas do que aquelas que apenas chegaram perto da morte e, dentre aquelas, as que estiveram mortas por um período mais longo sofreram uma experiência mais profunda do que as que estiveram mortas por um período mais curto (MOODY, 2004, p.40).

Moody esclarece ter conversado com várias pessoas que foram declaradas mortas e ressuscitadas e que, no entanto, não teriam se lembrado absolutamente de nada acerca desse momento (MOODY, 2004, p.40).

A partir dos relatos das experiências vivenciadas e narradas durante as entrevistas, Moody identificou alguns estágios ou eventos comuns das experiências de morrer:

- 1) Inefabilidade: As pessoas envolvidas caracterizam uniformemente suas experiências como inexplicáveis (MOODY, 2004, p. 41).
- 2) Ouvir as notícias: Segundo Moody Jr (2004, p. 42) vários pacientes relatam ter ouvido seus médicos ou outros espectadores anunciar sua morte.
- 3) Sentimento de paz e quietude: Moody (2004, p. 43) relata a ocorrência de sentimentos e sensações extremamente agradáveis durante os primeiros estágios de suas experiências, como paz, conforto, calma e tranquilidade.
- 4) Ruído: Em muitos casos, ocorrem sensações variadas e incomuns da audição, durante ou próximo à morte. Essas sensações, para algumas pessoas, são referidas como sendo extremamente desagradáveis: sinos tocando, toques de campainha, zumbido, assovio de vento; noutras, podem ser agradáveis, como escutar uma música (MOODY, 2004, p.44-45).

5) Túnel escuro: Frequentemente, ao mesmo tempo em que ocorre o ruído, as pessoas têm a sensação de serem puxadas muito rapidamente por um espaço escuro, como uma caverna, um poço, um canal, uma clausura, um túnel, um funil, um vácuo, um vazio, um cano, um vale ou um cilindro (MOODY, 2004, p.45).

6) Estar fora do corpo: Geralmente, após a passagem rápida pelo túnel escuro, a pessoa relata poder se ver olhando para o próprio corpo físico de um ponto de vista exterior a ele, qual espectador ou um terceiro que observasse as imagens ou eventos em uma peça de teatro ou em de um filme (MOODY, 2004, p. 49).

7) Encontrar outras pessoas: Segundo Moody (2004, p.67), várias pessoas relatam – ou no início de suas experiências ou depois de outros eventos – terem se encontrado com outros seres espirituais, que aparentemente estavam ali para acalmá-las na transição da vida para a morte ou para avisá-las que ainda não era tempo de morrer, convidando-os a retornar ao corpo físico.

8) O Ser de Luz: De acordo com Moody (2004, p.70), o elemento comum mais incrível nos relatos de Experiência de Quase Morte e que provoca um efeito invariavelmente profundo naqueles que o vivenciam é o encontro com a Luz. Inicialmente turva, vai tornando-se cada vez mais brilhante, até alcançar um brilho intenso e diferente. No entanto, embora ela apresente-se como um brilho indescritível, não agride os olhos nem ofusca, não impede que se vejam as outras coisas à sua volta. Quem a vivenciou, refere-se a ela como um ser, um “Ser de Luz”, pessoal, portador de uma personalidade muito definida. Desse Ser de Luz emanaria um amor e carinho que vão além das palavras, envolvendo, confortando e acolhendo o doente completamente, atraindo-o irresistivelmente para ela.

Ainda que a descrição do Ser de Luz seja invariável, a identificação desse ser varia de indivíduo para indivíduo e, segundo Moody (2004, p.70), essa identificação parece estar relacionada à formação religiosa, estudos ou crença da pessoa envolvida. Logo depois de sua aparição, o Ser começaria a comunicar-se com a pessoa que estaria fazendo a transição, através de uma espécie de telepatia, dando-se uma transferência direta e desimpedida dos pensamentos, de forma tão clara que não haveria qualquer possibilidade de não se entender a comunicação ou de se mentir para a luz. Essa comunicação,

apesar de nem sempre ser feita na língua materna da pessoa, é por ela entendida perfeitamente. A Luz questionaria a pessoa sobre o aproveitamento de sua vida, como que convidando a uma avaliação das ações diárias diante das oportunidades oferecidas pela vida. Esse questionamento, por mais profundo e emocional que possa parecer, não seria formulado em tom de condenação, mas de forma solidária e amorosa. A questão parece ser abordada de forma a fazer a pessoa repensar as escolhas tomadas até ali, ajudando-a a prosseguir no caminho da verdade.

9) Revisão: A aparência inicial do Ser de Luz e suas perguntas não verbais e investigativas levam a um momento de intensidade impressionante, durante o qual é apresentada uma revisão panorâmica da vida da pessoa, levando-a a reflexão.

A principal característica dessa lembrança é a de que ela é extraordinariamente rápida e instantânea. Apesar da velocidade dessa revisão, descrita por aqueles que a vivenciaram como uma exibição de imagens visuais, essa lembrança seria incrivelmente vívida e real. Essas imagens seriam dotadas de cores brilhantes e provocariam forte emoção e sentimentos ao seu reconhecimento, provocando uma lembrança com riqueza de detalhes (MOODY, 2004, p.75-76).

Algumas pessoas vivenciam a revisão vívida e exata, porém não relatam o aparecimento do Ser de Luz. Essas experiências foram avaliadas por Moody (2004, p.79) como vivências menos arrebatadoras emocionalmente, quando comparadas com aquelas dirigidas pelo Ser de Luz.

10) A fronteira ou o limite: Em alguns casos, as pessoas referiram que se aproximavam de algum tipo de fronteira ou limite, descrito como uma represa, uma névoa cinza, uma porta, uma cerca num campo ou simplesmente uma linha (MOODY, 2004, p. 83).

11) A volta: Até o retorno, as experiências vivenciadas no processo de morte costumam provocar uma mudança interessante de atitude da pessoa em relação à vida. Aquelas pessoas, que chegaram a vivenciar certo grau de profundidade em suas experiências, relataram o desejo de não retornar ao corpo físico. Esses casos estão mais relacionados à experiência dos Seres de Luz. Muitas pessoas referem que retornaram ao corpo físico por sentirem-se responsáveis por alguém, embora tivessem desejado ardentemente ficar onde

estavam. Outras relataram que estavam felizes por terem retornado, apesar de terem se sentido confortáveis e seguras nessa nova experiência. A maioria não sabe explicar como foi o retorno ao corpo físico, enquanto outras associam o mesmo a uma decisão pessoal de voltar à vida. Ainda há aquelas pessoas que consideraram que o amor ou as orações dos amigos e familiares, efetivamente, puxaram-nas de volta da morte, independente de seus próprios desejos (MOODY, 2004, p. 89).

Em vários relatos, algumas pessoas lembram de terem sido arrastadas rapidamente de volta pelo túnel escuro através do qual se foram nos momentos iniciais da experiência. Poucos são os que vivenciam a reentrada real no corpo físico. A maioria relata que simplesmente sentiu que no fim da experiência passou a dormir ou tornou-se inconsciente, para mais tarde acordar no corpo físico. Daqueles que se lembram, referem freqüentemente a sensação de uma sacudida (MOODY, 2004, p.91).

Tipicamente, as sensações e os sentimentos associados à Experiência de Quase Morte permanecem por algum tempo, depois de resolvido o problema de saúde envolvido. Muitas pessoas relatam pranto e tristeza por terem de viver nesse mundo após vislumbrarem o outro. Outras pessoas guardam o sentimento maravilhoso vivenciado naquele momento, como uma sensação indescritível que passa a ser lembrada freqüentemente.

12) Contando aos demais: Uma pessoa que tenha passado por uma experiência de quase morte não tem dúvida alguma sobre a sua realidade e importância. Moody atentou-se a observar a funcionalidade e equilíbrio das personalidades por ele entrevistadas. Observou também que, por mais que essas pessoas tenham certeza da vivência por que passaram, elas evitam comentar as experiências na sociedade, pois geralmente ninguém lhes dá crédito (MOODY, 2004, p.94-96).

13) Efeitos sobre a vida: São freqüentes, entre aqueles que vivenciaram a Experiência de Quase Morte, os relatos de mudança de atitude ou abordagem em relação à vida, como se o significado da vida tivesse sido ampliado e aprofundado por tal experiência. Muitas pessoas relatam terem tornado-se mais reflexivos e preocupados com as questões filosóficas profundas. Alguns mencionaram que passaram por mudanças em seus conceitos sobre mente e

da importância relativa ao corpo físico em oposição à mente (MOODY, 2004, p.98-99).

Em número reduzido de casos, houve relatos de que, depois da experiência, as pessoas adquiriam ou passaram a notar faculdades de intuição beirando a poderes psíquicos, como percepção dos problemas dos outros, capacidade de confortar, de perceber níveis vibratórios de natureza sutil (MOODY, 2004, p.100-101).

Essas pessoas tiram lições altruístas da experiência vivenciada. Quase todas enfatizam a importância de tentar cultivar o amor pelos outros, um amor único e profundo. Também enfatizam a importância de buscar o conhecimento, processo percebido como extra-corpóreo e eterno. A Experiência de Quase Morte parece ter estimulado a busca de novos objetivos, novos princípios morais e uma determinação renovada de tentar viver de acordo com essas normas, sentimentos destituídos de instantânea santidade ou de infalibilidade moral (MOODY, 2004, p.102).

14) Novas visões da morte: É fato que a Experiência de Quase Morte exerce um efeito profundo na atitude da pessoa em relação à morte física, especialmente para aqueles que não esperavam previamente que qualquer coisa acontecesse depois da morte. Quase todos expressam o sentimento de não temer mais a morte (MOODY, 2004, p.102).

Do mesmo modo, todos desaprovam o suicídio como meio de retornar à realidade que vivenciaram durante suas experiências. A razão pela qual a morte não é mais assustadora é atribuída, segundo Moody (2004, p. 104), ao fato de que a partir da experiência, a pessoa não nutre mais dúvidas sobre a sua sobrevivência à morte física. Não se trata mais de uma mera possibilidade abstrata, mas de um fato de sua experiência.

Outro fato interessante encontrado por Moody (2004, p.105) foram os estados psicologicamente positivos relacionados à morte. Até mesmo aquelas pessoas que previamente tinham uma convicção tradicional sobre a natureza do mundo depois da morte, parecem ter se afastado de tal convicção após seu próprio encontro com a morte. Assim, a idéia do paraíso e do inferno não foi descrita por nenhuma das pessoas que vivenciaram a EQM (Experiência de Quase Morte). O modelo de recompensa e punição é abandonado e descartado. Mesmo no momento em que são confrontados com as ações

diante da vida, no lugar do antigo padrão, muitos parecem ter retornado com um novo modelo e uma nova compreensão do mundo do Além – uma visão que não traz o julgamento unilateral, mas um desenvolvimento cooperativo em relação ao objetivo final da auto-realização. Essas pessoas ficam com a certeza de que o desenvolvimento da alma, bem como das faculdades espirituais de amor e de conhecimento, continuam do outro lado, por um período de tempo e com uma profundidade que podem ser imperfeitamente vislumbrados enquanto se tem um corpo físico, obscuramente (Moody, 2004, p.106).

15) Corroboração: Segundo Moody (2004, p.106), “naturalmente, surge como questão a consideração de que qualquer evidência da realidade das EQMs pode ser conseguida independentemente das descrições das experiências em si mesmo”.

Relatos de pessoas que estiveram fora do corpo e que vislumbraram eventos do mundo físico nesse interlúdio parecem poder ser comprovados. A descrição de eventos testemunhados enquanto fora do corpo confere satisfatoriamente com o que de fato ocorreu. Pacientes sem o mínimo de conhecimento médico podem descrever corretamente e em detalhes o procedimento usado nas tentativas de ressuscitação, muito embora esses eventos tenham acontecido enquanto os médicos sabiam que os pacientes envolvidos estavam mortos (MOODY, 2004, p.107).

Em vários casos, as pessoas surpreendem os seus médicos com relatos dos eventos que presenciaram enquanto estavam fora do corpo. Moody exemplifica-os em seu livro (MOODY, 2004, p107-108). Em alguns casos, ele foi capaz de obter o depoimento independente de outras pessoas para confirmar os eventos. Mesmo assim, o autor descarta que essas suas comprovações possam ter valor científico sobre os acontecimentos, uma vez que na maioria das vezes o fato a ser comprovado em si é atestado apenas pela própria pessoa que estava morrendo e no máximo por dois amigos próximos e conhecidos. Até mesmo nos exemplos excepcionais dramáticos e altamente confirmados, o autor relata ter prometido não revelar os nomes verdadeiros dos pacientes.

Moody chega a comparar os relatos encontrados com aqueles divulgados nas obras mais antigas, como O Livro Tibetano dos Mortos e o Mito do Er, de Platão (Moody, 2004, p.)

A partir de Moody (1975), a Experiência de Quase Morte passou a ser amplamente investigada por vários pesquisadores, de diversas especialidades, em diferentes situações clínicas de morte iminente e/ou parada cardíaco-respiratória e avaliada sob variados parâmetros. Dentre esses pesquisadores, destacam-se, seja pelo número de trabalhos publicados, pela importância clínica a eles associada ou pela experiência adquirida, os neuro-psiquiatras Peter Fenwick e Bruce Greyson; os cardiologistas Michail Sabom e Pim van Lommel; as psiquiatras Elisabeth Kübler-Ross e Sara Kreutziger; o pediatra Melvin Morse; os psicólogos Kenneth Ring, Phillis Atwater e Margo Grey, dentre outros.

As pesquisas sobre Experiência de Quase Morte sugerem que as EQMs são referidas por aproximadamente 12 a 18% dos pacientes que sobreviveram a uma parada cardíaca (PARNIA et al., 2001; VAN LOMMEL et al., 2001; GREYSON, 2007). Segundo os estudos retrospectivos, as pessoas que vivenciaram uma EQM, habitualmente, são consideradas psicologicamente saudáveis, não diferindo de grupos controle em relação à idade, sexo, etnia, religião, religiosidade ou saúde mental (GREYSON, 1991 e 2007). Outro dado interessante, revelado por esses estudos, é que os sujeitos que vivenciaram um EQM não podem ser distinguidos da população em geral quanto à inteligência, presença de possível neurose, introversão ou traços de ansiedade (LOCKE e SHONTZ, 1983). Contudo, esses sujeitos parecem ter maior facilidade de sofrer hipnose e com mais frequência recordam-se de sonhos, têm maior facilidade de visualização mental de imagens, além de lembrarem-se mais facilmente de traumas vivenciados na infância e de apresentarem maior tendência dissociativa resultante desses traumas (GREYSON, 2002). Segundo Greyson (2007), esses estudos não esclarecem, entretanto, se os indivíduos que apresentam essas características têm maior propensão a ter EQM nos momentos próximos à morte ou se esses traços resultariam da própria EQM.

Uma hipótese plausível e postulada para a explicação da EQM é que ela seria produto da imaginação, construída pela própria expectativa pessoal e cultural do indivíduo, como uma ferramenta utilizada, por ele, para proteger-se

da ameaça de morte (RODIN, 1980; GREYSON, 1983 b, 2007). Segundo Kellehear (1993), as crenças prévias parecem influenciar, de alguma forma, o relato da EQM vivenciada pelas pessoas ao encontrarem-se próximas da morte. Contudo, frequentemente, indivíduos que vivenciaram uma EQM relatam que essa experiência opõe-se totalmente às expectativas pessoais e religiosas alimentadas por eles em relação à morte. GREYSON (2007) chama a atenção para o fato de que indivíduos que nunca ouviram falar de EQM descrevem o mesmo tipo de experiência que as pessoas que têm conhecimento prévio sobre o fenômeno, da mesma forma que o conhecimento prévio desse fenômeno parece não influenciar os detalhes vivenciados em suas próprias experiências (GREYSON e STEVENSON, 1980; GREYSON, 1991). Além do mais, as experiências relatadas anteriormente à Moody (1975) não diferem daquelas que foram relatadas depois dessa data (ATHAPPILLY et al., 2006). Outro fato que corrobora com a hipótese de que as EQMs não são frutos da imaginação é o de que as crianças também relatam EQMs com características semelhantes aos adultos (BUSH, 1983; MORSE et al., 1985; SERDAHELY, 1990).

Embora se observem diferenças trans-culturais entre os pacientes estudados, não parece ser, a experiência em si, a causa dessas diferenças, mas a maneira como a experiência é interpretada e vivenciada por cada um. Segundo Roberts e Owen (1988), essa experiência central muitas vezes é representada por imagens, conceitos e símbolos cultuados pelos pacientes.

Alguns autores formulam a hipótese de que as EQMs são frutos de anóxia ou hipóxia, fatores comuns nos processos de morte cerebral (RODIN, 1980). Entretanto, segundo Greyson (2007), existem situações onde ocorre EQM sem que tenha havido comprovação de estado de hipóxia ou anóxia, como nos casos de doenças não fatais ou acidentes que quase ocorreram, dos quais os indivíduos saíram ilesos. Vivências associadas à hipóxia são superficialmente similares às EQMs, sendo que as características comuns observadas entre estado de hipóxia induzida, por aceleração rápida em pilotos de caça (associada a períodos breves de inconsciência), e as EQMs, são a visão do túnel e de luzes brilhantes, a sensação de estar flutuando, as sensações agradáveis e de prazer, breves fragmentos de imagens visuais e, em raras vezes, a sensação de sair do corpo (WHINNERY, 1997). Outro fato importante

de ser ressaltado é que as EQMs não apresentam sintomas típicos de hipóxia, como convulsões mioclônicas, amnésia retrógrada para os eventos ocorridos antes da perda de consciência, movimentos automáticos, efeitos de memória, formigamento das extremidades e em torno da boca, confusão e desorientação ao acordar. Estados de hipóxia e anóxia também costumam produzir alucinações idiossincrásicas e assustadoras que induzem o indivíduo à agitação e aumento de agressividade, sintomas completamente diferentes dos sentimentos de paz consistente e universalmente descritos nas EQMs. Estudos bioquímicos de pacientes próximos da morte também demonstram que os níveis de oxigênio não são mais baixos em pessoas que apresentaram uma EQM quando comparados com aquelas que não a tiveram (VAN LOMMEL, 2001).

Outra hipótese aventada para os sintomas de EQMs é a de que elas estariam relacionadas a um estado de hipercapnia (MORSE et al., 1989; JANSEN, 1997). As características semelhantes à EQM relacionadas à hipercapnia são raras e isoladas, incluindo sensação de sair do corpo, visão de uma luz brilhante, escuridão no vazio, revisão de vida, sentimentos de paz. Além disso, têm ocorrido EQMs em pacientes cujos níveis de dióxido de carbono não estavam elevados (MORSE et al., 1989; PARNIA et al., 2001). Alguns autores alegam que, se a hipercapnia fosse, de fato, importante para o fenômeno da EQM, as EQMs deveriam ser muito mais freqüentes do que as observadas nas paradas cardíacas (VAN LOMMEL et al., 2001).

Por outro lado, alguns autores acreditam que as EQMs sejam alucinações provocadas por medicações comumente prescritas para pacientes terminais, para correção de distúrbios metabólicos ou por mau funcionamento cerebral. Porém, várias EQMs foram descritas por pacientes que não estavam com disfunções orgânicas nem metabólicas que pudessem causar alucinações. Também se observou que pacientes que recebem medicações referem-se menos às EQMs do que aqueles que não a recebem (OSIS e HARALDSSON, 1977; GREYSON, 1990).

Segundo Osis e Haraldsson (1977), do ponto de vista orgânico, o mau funcionamento cerebral produz comumente turvação da consciência, irritabilidade, medo, agressividade, visões idiossincrásicas, ou seja, efeitos totalmente diferentes dos sentimentos de paz e clareza de pensamentos,

conteúdos previsíveis e típicos das EQMs. O delírio costuma estar associado à visão de pessoas vivas, ao passo que os pacientes próximos à morte e sem alterações de consciência quase invariavelmente vêem pessoas já falecidas. Pacientes febris ou anóxicos, próximos à morte, referem menos EQMs ou experiências menos elaboradas do que os pacientes que não estão em uso de fármacos e que não estão febris nem anóxicos (OSIS e HARALDSSON, 1977). Segundo Greyson (2007), Kelly et al.(2006) acredita que esses fatos sugerem que o delírio induzido por drogas ou provocado por problemas metabólicos pode inibir a EQM ou fazer com que o paciente não se lembre de tê-la vivenciado.

Outra especulação em torno das causas das EQMs é a de que elas seriam fruto da ação de neurotransmissores cerebrais, como endorfinas ou outros opióides endógenos liberados sob estresse (CARR, 1982; SAAVEDRA-AGUILLAR e GÓMEZ-JERIA, 1989). GREYSON (2007) argumenta que a ação das endorfinas produz alívio da dor e sensação de bem-estar que comumente persistem por horas, enquanto as EQMs são floreadas por sintomas de curta brevidade.

Segundo Jansen (1997), existe uma substância, a quetamina, que poderia provocar, dentre outros sintomas, sensação de estar fora do corpo, da passagem pelo túnel, de sentimento de ocorrência de morte e comunicação com Deus. Em tese, ele acredita que um agente endógeno neuroprotetor similar à quetamina poderia ser liberado pelo corpo em condições de estresse. Entretanto, alega Fenwick (1997) que as experiências com quetamina geralmente estão associadas a imagens bizarras e assustadoras, reconhecidas como ilusão, em detrimento das EQMs, geralmente associadas com a sensação de prazer e realidade.

Outros autores especulam a associação de outras substâncias, especificamente adrenalina, serotonina, vasopressina e glutamato como causadoras das EQMs, porém essa associação não foi comprovada (MORSE et al. 1989; SAAVEDRA-AGUILLAR e GÓMEZ-JERIA, 1989; JANSEN, 1997).

Também foi formulada a hipótese de que as EQMs estariam relacionadas à excitação de algumas regiões anatômicas do cérebro, mais frequentemente ao lobo temporal direito (MORSE et al. 1989; SAAVEDRA-AGUILLAR e GÓMEZ-JERIA, 1989). Porém, observou-se que convulsões do lobo temporal não estão

associadas à EQM (RODIN, 1989). Por outro lado, a estimulação elétrica dos lobos temporais está associada ao desencadeamento de fragmentos de música, lembrança de cenas isoladas e repetitivas que parecem familiar, audição de vozes, experiências de medo e outras emoções negativas, visões bizarras, imagens oníricas e uma ampla escala de sensações somáticas nunca relatadas pelas EQMs (HOROWITZ e ADAMS, 1970; GLOOR, 1990).

Outros neurologistas têm especulado sobre a participação da área relacionada à atenção no lobo frontal, da área relacionada à orientação no lobo parietal, do tálamo, do hipotálamo, da amígdala, do hipocampo e dos filamentos de Reissner na espinha vertebral (CARR, 1982; SAAVEDRA-AGUILAR e GÓMEZ-JERIA, 1989). Segundo Greyson, Kelly et al. (2006) acreditam que, ainda que quaisquer dessas hipóteses aventadas venham a ser comprovadas, elas teriam como principal objetivo sugerir caminhos cerebrais por meio do qual uma EQM pudesse expressar-se ou ser interpretada, mas não necessariamente os mecanismos causais envolvidos. Esses autores argumentam que, correlacionar um estado cerebral com uma experiência não implica, necessariamente, que esse estado cerebral seja a causa dessa experiência. Certo estado cerebral poderia, no máximo, refletir ou permitir o acesso à experiência.

Os estudos comprovam que, independente da causa, as EQMs podem alterar, de forma dramática e permanente, as atitudes, as crenças e os valores dos indivíduos que passam por essa experiência. Os efeitos positivos pós-EQMs incluem ampliação da espiritualidade, maior preocupação com as pessoas, aumento da valorização da vida, diminuição do medo da morte, menor preocupação com o materialismo e com a competitividade (SABOM, 1982 apud GREYSON, 2007).

Noyes (1980) observou, dentre as mudanças de atitude pessoal pós-EQM, diminuição de medo da morte, sensação de relativa invulnerabilidade, sentimento de importância ou de potencial para uma missão a ser cumprida e fortalecimento na crença da vida após a morte.

Também é comumente relatado: maior apreço pela vida, renovação do sentido da vida, maior flexibilidade para e aumento da confiança para lidar com as adversidades da vida, valorização do amor e do serviço ao próximo, diminuição da preocupação com status social e bens materiais, aumento da

compaixão, valorização da espiritualidade e redução significativa do medo da morte (RING, 1980, 1984). Para Bauer (1985), Experiências de Quase Morte conduzem à mudança positiva em relação ao significado da vida - sentido e finalidade - favorecendo a aceitação da morte.

Estudos comparativos, entre pacientes que vivenciaram uma EQM com aqueles que não a vivenciaram, demonstram que os que vivenciaram a experiência tiveram um aumento do altruísmo, diminuição do medo da morte, aumento da crença na existência de vida após a morte, aumento do interesse e do sentimento religioso, diminuição do desejo do sucesso material e da aprovação de outros (FLYNN, 1982).

Estudos realizados entre pessoas que chegaram perto da morte, comparando as que vivenciaram uma EQM em relação às que não a vivenciaram, diagnosticam que as pessoas que vivenciaram a experiência passaram a dar valor significativamente mais baixo ao status, ao sucesso profissional, aos aspectos materiais e à fama (GREYSON, 1983 a). Ao mesmo tempo a morte passou a apresentar-se de forma menos ameaçadora (Greyson, 1992).

Após a vivência de uma EQM, algumas pessoas referem escutar vozes internas e contínuas que são experimentadas como sendo reais, embora não ouvidas por outras pessoas (MOODY, 1975; GREYSON, 1997 a), que podem ser comparadas com as alucinações de caráter benigno observadas normalmente entre 10 a 47 % da população em geral (BENTALL, 2000; GREYSON e LIESTER, 2004). Essas vozes internas estão frequentemente associadas à melhora do funcionamento psico-social e não à piora, como invariavelmente é observado nos casos de alucinação associada à esquizofrenia (GREYSON e LIESTER, 2004).

Um outro aspecto das EQMs que chama a atenção é que essa experiência, por si só, pode suscitar tranquilidade em relação à morte, ausência de ansiedade e de dor, aparente reencontro com entes amados já falecidos e a experiência do amor incondicional. Observou-se que essas pessoas, ao vivenciarem uma EQM demonstraram menos medo da morte do que as que não a vivenciaram, vendo a morte como algo menos ameaçador (GREYSON, 1992). Entretanto, apesar desse novo sentimento em relação à morte, essas pessoas tipicamente apresentam uma evidente diminuição da ideação suicida

(GREYSON, 2007). Assim, a EQM fundamenta a vida de sentido e propósito, reduzindo a ideia suicida, ao promover um sentido de unidade com algo que transcende a personalidade, re-significando as falhas e as perdas pessoais, ressaltando o propósito e a alegria de viver, ampliando a auto-estima.

Segundo Greyson (2002, 2007), alguns fenômenos das EQMs são difíceis de serem explicados a partir dos conhecimentos fisiológicos e psicológicos da atualidade. Por ex., certos pacientes relatam que observam seus corpos de pontos diferentes do espaço, podendo descrever com precisão tudo o que lhes ocorria em volta no momento em que se encontravam ostensivamente em volta; ou perceberam eventos confirmados posteriormente e que ocorreram a uma distância que não poderia ser alcançada pelos órgãos do sentido (RING e LAWRENCE, 1993), incluindo indivíduos cegos que descreveram percepções visuais exatas durante suas EQMs.

Pessoas que passaram por uma EQM também relatam terem encontrado indivíduos falecidos recentemente, cujas mortes ainda não haviam tomado conhecimento (MOODY, 1975).

Greyson (2007) avalia que tais características transcendentais e místicas, advindas de um estado de consciência ampliado nos momentos em que o cérebro está gravemente danificado, desafiam a suposição comumente formulada pela neurociência, que costuma afirmar que a consciência é unicamente o produto dos processos cerebrais, ou que a mente é um epifenômeno de eventos neurológicos. As pesquisas acerca de fenômenos como a EQM demonstram a insuficiência e limitação dos modelos atuais de compreensão e conhecimento da relação mente-cérebro. Um modelo adequado, na concepção de Greyson, deve ser capaz de explicar como a consciência pode funcionar de forma tão complexa durante a EQM, a partir da observação científica de que a percepção sensorial, a memória e o ato de pensar continuam a ocorrer durante uma parada cardíaca ou sob a anestesia geral. Para os modelos atuais, essa concepção seria impossível.

Segundo van Lommel (2004), alguns pacientes que sobreviveram a uma crise de vida ameaçadora relatam essa experiência extraordinária, que acontece com uma frequência cada vez maior, associada ao aumento de sobrevivida ocasionada pelas melhorias das modernas técnicas de ressuscitação cardíaco-pulmonar. Van Lommel reforça que o conteúdo das EQMs e seus

efeitos, nos pacientes, são semelhantes em todo o mundo e independem da cultura ou do tempo.

Para ele (2004), a EQM pode ser definida como memória de impressões do que ocorre durante um estado especial da consciência, que incluem vários elementos especiais, como experiência fora do corpo, visualização de um túnel, vislumbre de uma luz intensa, encontro com parentes falecidos ou uma revisão vitalícia. EQMs são reportadas em uma série de circunstâncias clínicas, como parada cardíaca (morte clínica), choque hipovolêmico, dano cerebral traumático ou intra-cerebral hemorrágico e asfixia por afogamento, mas também podem ocorrer em doenças graves não implicadas em risco de vida iminente e durante a fase terminal de enfermidades que são chamadas “visões no leito de morte”. Vale a pena lembrar que, a esse respeito, Bozzano havia publicado pelo menos três monografias, a saber: *Delle Apparizioni di Defunti al Leto di Morte*, em 1906; *Dei Fenomeni di Telecinesia in Rapporto com Eventi di Morte*, em 1922 e *Música Transcendentalli*, também em 1922. Segundo van Lommel (2004), essas experiências também costumam ser relatadas nos acidentes em que a morte tenha parecido inevitável, como acidentes de trânsito ou de alpinismo.

O mais interessante e inexplicável, segundo van Lommel (2004), é que a EQM é transformacional, causando modificações profundas da perspicácia de vida e perda do medo da morte.

Van Lommel (2004) chama a atenção para as implicações bioéticas da constatação da EQM como fenômeno, particularmente para os casos de transplante de órgãos, quando pacientes em coma são declarados mortos por seus médicos. Segundo ele, recentemente, vários trabalhos foram publicados nos Países Baixos sobre os relatos de pacientes que experimentaram a consciência no estado de coma após acidente de trânsito severo, encefalomielite aguda disseminada ou complicações decorrentes de hipertensão cerebral após cirurgia para tumor de cérebro. Esses pacientes, após recuperarem a consciência, relataram ter experimentado clara consciência, como memórias, emoções e percepção de estarem fora e acima do corpo durante o período de coma, vendo inclusive enfermeiras, médicos e familiares.

Van Lommel (2004) ainda questiona se o parâmetro de morte encefálica, largamente utilizado na atualidade, principalmente após o desenvolvimento de técnicas intervencionistas como o Transplante de Órgãos, é lícito como

determinante da morte do ser ou se o diagnóstico de morte encefálica não seria apenas o início de um processo, do morrer, de duração variável, que não parece interromper a manutenção da consciência. Segundo ele, a partir das EQMs parece necessário especular sobre o que aconteceria com a consciência durante o período de morte cerebral e se, de fato, pode-se afirmar existir uma correlação segura entre consciência e integridade da função cerebral. Enfim, segundo o seu entendimento, os estudos sobre as EQMs têm suscitado várias interrogações sobre a consciência, implicando na reformulação de conceitos e convenções, atualmente estabelecidos na ciência e que podem não corresponder à verdade.

5.3 Fatos Espíritas

Durante os anos de 1870 a 73, *Sir William Crookes*⁷³, químico e físico conceituado pela ciência por suas importantes descobertas e invenções, passou a dedicar-se assiduamente ao estudo em uma área das ciências naturais que, segundo o próprio autor, oferecia ao homem de ciência um solo quase virgem. Tencionava esboçar a operação das leis e forças da natureza onde outros cientistas não viram mais que a ação de seres sobrenaturais, tomando-as equivocadamente como independentes de qualquer lei ou obediência a qualquer força senão a da sua própria livre vontade (Crookes, 2008, p.20).

Crookes publicou seus estudos pela primeira vez no *Quartely Journal of Sciences*, em janeiro de 1874.

⁷³ William Crookes descobriu o elemento atômico Tálcio, em 1861, de número atômico 81 e identificou a primeira amostra de Hélio, em 1895. Foi o inventor do radiômetro de Crookes e desenvolveu os tubos Crookes. Foi um pioneiro na construção e no uso de tubos de vácuo para estudar fenômenos físicos. Foi também um dos primeiros cientistas a pesquisar os plasmas. Criou um dos primeiros instrumentos para estudar a radioatividade nuclear, o espintariscópio. Foi eleito membro da Sociedade Real em 1863, recebeu dessa organização a Royal Gold Medal em 1875 por suas várias pesquisas no campo da Física e da Química, a Davy Medal em 1888 e a medalha Sir Joseph Medal em 1904. Crookes foi nomeado cavaleiro pela Rainha Vitória em 1897 e recebeu a Ordem do Mérito em 1910. Ocupou diversas vezes a cadeira de Presidente da Royal Society, da Chemick Society, da Institution of Eletrical Engineers, da British Association e da Society for Psychical Research. Em 1859 fundou o Chemical News, que editou, e em 1864 tornou-se redator do Quartely Journal of Science (http://gesp.org.br/biografias/biowilliam_crookes.htm) 20/04/2009, 21h.

Segundo suas constatações, os diversos fenômenos por ele atestados seriam tão extraordinários e tão inteiramente opostos aos mais enraizados pontos de credo científico – entre outros, a universal e invariável ação da força gravitacional – que, se não os houvesse testemunhado com seus próprios sentidos da vista e do tato – testemunho corroborado pelos sentidos de todas as pessoas presentes a sua investigação – custaria a acreditar (Crookes, 2008, p.21).

Ao certificar-se da ocorrência de certos fatos maravilhosos, dos quais havia ouvido falar, chegou à mesma conclusão, como todo pesquisador imparcial, de que ali havia alguma coisa, não podendo, justamente por sê-lo estudante das leis da natureza, recusar-se a continuar em tais pesquisas, qualquer que fosse o ponto a que elas o pudessem conduzir (Crookes, 2008, p.21).

A finalidade de seus trabalhos foi a de conhecer a série de manifestações que se produziram em sua própria casa, em presença de testemunhas dignas de fé, e sob condições dos mais severos exames possíveis. Para reforçar a veracidade dos fatos, Crookes argumentou que esses mesmos fatos repetiram-se por pessoas independentes, que os teriam observado em outros tempos e lugares (CROOKES, 2008, p.27).

Tendo-se assegurado de sua realidade, entendeu que seria uma covardia moral negar o seu testemunho científico, ainda que suas publicações precedentes sobre o assunto tivessem sido ridicularizadas por críticos que nada em absoluto conheciam do assunto, mas que poderiam - se realmente o quisessem - ver e julgar por si mesmos a veracidade daqueles fenômenos (Crookes, 2008, p.26).

As centenas de fatos por ele observados produziram-se em sua própria casa, em épocas por ele designadas e em circunstâncias que excluía absolutamente o emprego e o auxílio do mais simples instrumento, necessitando somente da presença de um médium. Compôs, ele mesmo, a roda de observadores, introduzindo todos os incrédulos que lhe convieram, impondo condições escolhidas com cuidado, para evitar propositalmente toda a possibilidade de fraude (Crookes, 2008, p.28).

Crookes classificou os fenômenos por ele observados, dos mais simples aos mais complexos em:

1) Movimento de corpos pesados com contato, mas sem esforço mecânico: Esse movimento variou em grau, desde o tremor de um aposento e do seu conteúdo, até a elevação ao ar de um corpo pesado (Crookes, 2008, p.29).

2) Fenômeno de percussão e outros sons da mesma natureza: Segundo Crookes (2008, p.30-32), os sons produzidos eram variados, apresentando-se como pancadas delicadas, como se produzidas pela ponta de um alfinete; detonações no ar; ligeiros ruídos, gorjeio de pássaros. Nessa investigação, Crookes utilizou-se dos médiuns Sr Danil Douglas Home e Sra Kate Fox.

Crookes (2008, p.32) afirma que desde o começo de suas pesquisas verificou que tais fenômenos não eram causados simplesmente por uma força cega, mas que uma inteligência os dirigia ou lhes estava associada. Os ruídos foram repetidos por ele em número determinado, tornando-se ora fracos ou fortes, ao seu pedido, ressonando em lugares diferentes; inclusive respondendo argüições, por sinais convencionados previamente.

3) Movimentos de objetos pesados colocados a certa distância do médium: De acordo com Crookes (2008, p.33-34), exemplos em que os corpos pesados, tais como mesas, cadeiras e canapés se puseram em movimento, sem o contato do médium, foram muito numerosos. Segundo seus relatos, ele obteve várias vezes a repetição de uma experiência, que a comissão da Sociedade Dialética considerou como concludente.

4) Mesas e cadeiras elevadas do chão sem ninguém lhes tocar: Segundo Crookes (2008, p.34-35), em cinco ocasiões diferentes, uma pesada mesa da sala de jantar elevou-se de algumas polegadas a um pé e meio acima do soalho, em condições especiais que tornavam a fraude impossível. Em outra feita, uma pesada mesa elevou-se acima do soalho, em plena luz do dia, enquanto ele mesmo segurava os pés e as mãos do médium. Ainda outra vez, a mesa elevou-se do solo, não somente sem lhe tocarem, mas sob condições previamente preparadas, de maneira a por fora de dúvida a prova desse fato.

5) Elevação de corpos humanos: Segundo Crookes (2008, p.35-37), fatos como a elevação de corpos humanos foi produzida quatro vezes em sua presença, sendo que os casos, dessa natureza, mais notáveis, por ele testemunhados, realizaram-se com o médium Sr Home. Crookes afirmou que “rejeitar a evidência dessas manifestações equivaleria a rejeitar todo o testemunho humano, qualquer que seja, pois não haveria fato, na história

sagrada ou na profana, que se apóie sobre provas mais decisivas” (CROOKES, 2008, p.37).

6) Movimento de diversos objetos sem contato: Vibração de notas a distância em um piano; projeção de porta-cartas através do aposento; elevação de garrafa e cálice acima da mesa; elevação de colar de coral numa das extremidades; movimento de pêndulo encerrado em uma vitrina solidamente presa à parede (CROOKES, 2008, p.38).

7) Aparições luminosas: Sob as mais rigorosas condições de exame, Crookes (2008, p.39) relata ter visto um corpo sólido, luminoso por si mesmo, pouco mais ou menos volumoso e da forma de um ovo de peru, flutuar, sem ruído, pelo meio do aposento, elevar-se, por momentos, mais alto do que poderia fazer qualquer dos assistentes que se apoiasse sobre a ponta dos pés, e depois descer, vagarosamente, para o assoalho. Esse objeto teria sido visualizado por mais de dez minutos e, antes de desaparecer, teria batido três vezes na mesa, com ruído semelhante ao de um corpo duro e sólido.

8) Aparições de Mãos, luminosas por si mesmas, ou visíveis à luz ordinária: Crookes (2008, p.40) cita, como exemplos, alguns dos numerosos casos em que testemunhou essas mãos em plena luz. Segundo ele, pequena mão de muito bela forma elevou-se de uma mesa da sala de jantar e deu-lhe uma flor; apareceu e desapareceu por três vezes, convencendo-o da aparição. Em outra ocasião, uma pequena mão e um pequeno braço, como se fora de uma criança, apareceram agitando-se sobre uma senhora que se sentava por perto. Essa aparição veio a ele, bateu no seu braço e puxou várias vezes o seu paletó. Outra vez, um indicador e um polegar foram vistos arrancando as pétalas de uma flor que estava na botoeira do Sr Home, depositando-as diante de várias pessoas sentadas perto dele.

9) Escrita direta: Este termo foi descrito por Crookes (2008, p.43) para designar a escrita que não é produzida por nenhuma das pessoas presentes. Fora possível obter várias vezes palavras e comunicações escritas em papel marcado com seu sinete particular. Sob condições as mais rigorosas de controle, Crookes afirmou ter ouvido na escuridão o ranger do lápis a mover-se sobre o papel.

10) Formas e figuras de fantasmas: Esse foi o fenômeno considerado por Crookes (2008, p.45) como o mais raro de todos. Ele dependeria de condições

delicadas, necessitando-se tão pouca coisa para contrariar a manifestação, que ele só tivera raríssimas ocasiões de vê-los em condições satisfatórias. Os casos por ele testemunhados tiveram o Sr. Home por médium. Em uma ocasião, essa forma teria sido visível, durante vários minutos, por todas as pessoas presentes ao mesmo tempo em que se via também o Sr. Home.

Diante desses fatos testemunhados, Crookes (2008, p.54-60) formulou algumas teorias que pudessem explicar os fenômenos observados:

- I. Os fenômenos seriam todos resultados de fraude, de hábeis disposições mecânicas ou de prestidigitação. Nesse caso, os médiuns seriam impostores e os assistentes seriam imbecis;
- II. As pessoas, que assistem a uma sessão mediúcnica, seriam vítimas de uma espécie de loucura ou de ilusão e se persuadiriam de que se produzissem fenômenos que não existiriam realmente;
- III. Essa ilusão seria resultado da ação consciente e inconsciente do cérebro;
- IV. Os fenômenos produzidos seriam resultados advindos do espírito do médium, que se associou talvez ao espírito de todas as pessoas presentes ou de algumas somente;
- V. Os fenômenos seriam devido às ações dos maus espíritos ou demônios, que se manifestariam como querem e da maneira que lhes apraz, a fim de destruírem o Cristianismo e de perderem-se as almas dos homens;
- VI. Os fenômenos seriam produzidos por certa classe de seres viventes na Terra, imateriais, invisíveis aos olhos e, todavia, capazes, em certos casos, de manifestarem a sua presença, conhecidos por gênios.
- VII. As manifestações observadas seriam devidas à interferência dos mortos: essa seria a teoria espiritual por excelência;
- VIII. As manifestações observadas seriam devidas à força psíquica, sendo, antes, um complemento das teorias IV, V, VI e VII. Essa teoria supõe que o médium ou o círculo das pessoas reunidas para formar um todo, possui uma força, um poder, uma influência, uma virtude ou um dom, por meio dos quais seres inteligentes poderiam produzir os fenômenos observados.

Diante dos fatos, Crookes concluiu que, o que há de certo, a partir de suas observações, é que um médium possuiria qualquer coisa que um ser comum

não possui e que essa coisa qualquer seria capaz de produzir uma ação à distância. Segundo ele:

Como a presença de tal organização é necessária à produção dos fenômenos, é razoável concluir que essa força proceda desta organização por um meio ainda desconhecido. Assim como o próprio organismo é movido e dirigido interiormente por uma força que é a alma, ou é governada pela Alma, Espírito ou Inteligência que constitui o ser individual a que chamamos homem; também é razoável concluir que a força que produz o movimento, além dos limites do corpo, é a mesma que o executa dentro dos limites. E, assim como se vê muitas vezes a força exterior dirigida por uma inteligência, também é razoável concluir que a inteligência que dirige a força exterior é a mesma que governa interiormente. É a esta força que dei o nome de força psíquica, porque este nome define bem a energia que, em minha opinião, tem sua fonte na Alma ou Inteligência do homem (CROOKES, 2008, p.58).

Em 1874, Crookes fora testemunha da materialização do espírito de Kátie King em diversas sessões particulares, organizadas por ele mesmo e assistidas por pequeno número de pessoas. Diante de tamanha evidência, Crookes (2008, p.84) declarou ter visto o bastante para “convencer-se plenamente da sinceridade e da honestidade perfeitas da médium, Srta. Florence Cook, e para crer, com todo o fundamento”, na materialização do espírito de Kátie.

Durante a semana que precedera à partida do espírito Kátie, ela teria dado sessões na casa de Crookes, quase todas as noites, a fim de ser por ele fotografada. Segundo Crookes (2008, p. 74), cinco aparelhos completos de fotografias foram preparados para esse efeito. Eram cinco câmeras escuras, uma do tamanho de placa inteira, uma de meia placa, uma de quarta, e de duas câmeras estereoscópicas binoculares, que seriam dirigidas ao espírito ao mesmo tempo, cada vez que ficasse em posição de se obter o retrato. Cinco banhos sensibilizadores e fixadores foram empregados e grande número de placas foram preparadas previamente, prontas a servir, a fim de que não houvesse nem hesitação nem demora durante as operações fotográficas, que seriam executadas por ele mesmo, assistido por um ajudante.

A biblioteca de sua casa teria servido de câmara escura. Os amigos presentes ficaram sentados no laboratório, em frente à cortina, e as câmaras escuras ficaram colocadas um pouco atrás deles, prontas a fotografar o espírito de Kátie quando ele saísse, e a tomar o interior do gabinete todas as vezes que a cortina fosse levantada para esse fim. Cada noite havia cerca de 3 ou 4 exposições de placas nas 5 câmaras escuras, o que forneceu pelo menos 15 provas por sessão. Algumas se estragaram no desenvolvimento, outras ao regular a luz: apesar de tudo, Crookes relatou ter conseguido 44 negativos, alguns medíocres, alguns nem bons nem maus e outros excelentes (Figura 3).



Figura 3: Fotografia com auxílio da luz elétrica de Crookes com o espírito de Kátie King, produzida em 20/07/1874.
(<http://www.survivalafterdeath.org.uk/.../crookes/3htm>) 21/04/2009;15:00h

As pesquisas de Crookes foram corroboradas por vários outros pensadores e cientistas de renome, como: Alexandre Aksakof⁷⁴, que também teria estudado a fundo vários casos de materialização, inclusive o de Kátie King, através da médium Sra. Cook, nos dias 32 e 28 de outubro de 1973, anteriormente ao próprio Crookes (CROOKES, 2008, p. 90-96), além de ter

⁷⁴ Alexandre Aksakof (1832-1903): Filósofo russo, Conselheiro Secreto do Czar, Conselheiro da Corte e Conselheiro efetivo do Estado; cursou medicina em 1855, ao mesmo tempo que interessava-se pelos fenômenos espíritas. Fez experiências com os médiuns Églinton, Home, Slade, d'Espérance e Sra. Cook ao estudar fantasmas e formas materializadas (<http://www.autoresespiritasclassicos.com/Autores%20Espiritas%20%20Diversos/Alexandre%20Aksakof//Livro>) em 20/04/2009 às 23:00h.

testemunhado outros fenômenos ligados às materializações, provocadas por outros médiuns; Cesare Lombroso⁷⁵, que estudou a médium Eusapia Palladino e as manifestações provindas através dela, como transporte de objetos, materializações parciais, tipologia, vozes diretas e outros fenômenos; William James⁷⁶ e Frederick Myers⁷⁷, que teriam estudado e trocado impressões sobre os fenômenos supra-normais da médium Leonora Piper, deixando importante contribuição no campo da psicologia; e, dentre outros, Charles Richet⁷⁸, que passando a estudar os fenômenos de sonambulismo e hipnose em 1872, foi convidado por Aksakof, em 1884, a participar de maneira efetiva dos estudos dos fatos espíritas, pela observação da médium Eusapia Palladino (MAGALHÃES, 2007, p.118).

Segundo Richet (MAGALHÃES, 2007, p.118), as experiências memoráveis do ano de 1884 foram executadas sob um rigoroso controle e convenceram-no de que existiam coisas, incluindo o estudo, rejeitado pela ciência oficial, no domínio da fisiologia experimental.

Tendo assistido à produção fenomênica de Eusapia Palladino na Itália, Richet convidou-a a visitar a França, onde passara a estudá-la. Convencido da existência dos fenômenos de mediunidade de efeitos físicos e, bem mais ainda, daqueles de efeitos intelectuais, Richet criou na França um periódico especializado para este novo ramo da Ciência. Fundou em 1891 o *Annales des Sciences Psychiques*, que foi, até 1919, a maior expressão do movimento mundial da investigação metapsíquica. Richet foi presidente, em 1897, da *Society for Psychical Research*, de Londres, escrevendo, nessa ocasião, um

⁷⁵ Cesare Lombroso (1835-1909): Professor italiano, conhecido mundialmente pelos importantes trabalhos no campo jurídico – caracteriologia. Pesquisou fenômenos hipnóticos e espíritas, com os médiuns Eusapia Palladino, Elizabeth D'Esperance e Politi (<http://www.gesp.org.br/biografias/biolombroso.htm>) 20/04/2009, 22:00h.

⁷⁶ William James (1842-1910): Psicólogo e filósofo americano. Escreveu sobre todos os aspectos da psicologia humana, desde o funcionamento cerebral até as experiências religiosas (<http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=160&sec=53>) 24/04/2009, 23:15h.

⁷⁷ Frederick Myers (1843-1901): Psicólogo e literato inglês, foi um dos fundadores da “Sociedade de Investigações Psíquicas de Londres”. Segundo ele: “Assim como Sócrates fez descer a filosofia do Céu para a Terra, o médium Emmanuel Swedenborg foi quem levantou a filosofia da Terra para o céu”, comentando a respeito das investigações realizadas por Swedenborg sobre a inserção da alma na anatomia e fisiologia humana (<http://www.autoresespiritasclassicos.com/Autores%20Espiritas%Classicos%20%20Diversos/Myers/Myers%20-%A...>) 24/04/2009, 23:20h.

⁷⁸ Charles Richet (1850-1935): aos 37 anos foi nomeado catedrático de Filosofia da Faculdade de Medicina de Paris. No campo científico, foi considerado um verdadeiro gênio: além de fisiologista de renome internacional, foi o descobridor da soroterapia. Em 1913 recebeu o prêmio Nobel de Medicina por seus trabalhos em anafilaxia (<http://www.nobel.se/medicine/laureates/1913/richet-bio.html>) 05/05/2009, 20:15h.

artigo onde classificava os fenômenos observados em fenômenos objetivos e fenômenos subjetivos. Cunhou pela primeira vez a palavra *metapsíquica*, para designar uma nova ciência, a ciência do não habitual, a ciência dos fenômenos psíquicos (MAGALHÃES, 2007, p.120-121).

Em 1922, fez publicar o seu *Tratado de Metapsíquica* e em 24 de junho de 1925 ministrou uma aula sobre a *Metapsíquica*, com a concorrência de pessoas de ciência de todas as idades e de todas as áreas. Dirigindo-se aos estudantes, assim expressou-se:

No momento em que vou, devido às justas leis sobre o limite de idade, terminar o meu ensino, quereria, antes de partir, e da parte superior dessa cadeira que há muito tempo tenho ocupado, indicar-vos por uma curta exposição os lineamentos de uma ciência nova, a *Metapsíquica*, que não se encontra no ensino oficial da Fisiologia. É, contudo, um fragmento da Fisiologia do qual faz parte integrante, e pode ser que muito em breve pertença à Fisiologia clássica...

Naturalmente, é necessário, antes de administrar a realidade destes fatos inverossímeis, incomuns, observar com uma disciplina severa, feroz e implacavelmente severa. Mas, por último, quando o fato está lá, inexorável, dominante, enfrentando todas as objeções, é necessário aceitá-lo, sob penalidade de dar um incontestável desmentido a todos os princípios científicos, às leis imperiosas do método experimental.

Notem bem, é o professor de Fisiologia que vos fala. Ora eu não admito outro guia que a experiência. Fui aluno de Claude Bernard, de Vulpian, de Marey, de Berthelot, de Wurtz, e acreditar-me-ia cientificamente desonrado se não seguisse os exemplos e lições destes mestres famosos, e se não aceitasse constantemente a experiência para soberana senhora das minhas opiniões.

[...]

Terminei, senhores, esta exposição sumária de uma ciência nova. Imagino que uma das grandes tarefas do século XX será dar à *Metapsíquica* toda sua amplitude. Pesada tarefa, mas grande obra, que compete aos fisiologistas tornar bela.

Tentávamos-nos crer que o futuro, o imenso futuro da ciência consistiria apenas em termômetros mais delicados, em galvanômetros mais sensíveis, em microscópios mais penetrantes, em telescópios mais possantes. Bem, a ciência irá muito mais adiante. Não se satisfará com estas medíocres conquistas.

Mundos imprevistos abrem-se à frente dela.

Vós sois jovens, jovens pessoas. Vereis talvez um destes horizontes novos, magníficos, porque a *Metapsíquica* desenvolve-se com uma rapidez que amedronta. Eu não verei estes tempos felizes, mas tenho orgulho tê-los previsto (MAGALHÃES, 2007, p.128-129).

6. BIOÉTICA

A Bioética é um movimento científico-filosófico, essencialmente humanístico, caracteristicamente interdisciplinar que surgiu na segunda metade do século XX como uma proposta ética de avaliar as conseqüências e superar os conflitos, causados pelo acelerado desenvolvimento científico-tecnológico e sua repercussão, tanto sobre a vida humana como a do planeta (POTTER, 1970).

Esse movimento foi precedido por uma série de circunstâncias de relevância moral, ocorridos ao longo de todo o século XX e que colocou em xeque a maturidade ética racional humana proposta por Kant, no século XVIII, segundo a qual, partindo-se da concepção de que se “a natureza racional existe como fim de si mesma”, ela necessariamente tornaria categoricamente imperativo ao homem a mais pura racionalidade na ação ética:

Age de modo que a máxima da tua vontade possa valer ao mesmo tempo, como princípio de legislação universal (KANT, 2002, p.51) [...]Age de modo a considerar a humanidade, seja na tua pessoa, seja na pessoa de qualquer outro, sempre também como objetivo e nunca simples meio (KANT, 2002, p.141). [...] Age de modo que a vontade, com a sua máxima, possa ser considerada como universalmente legisladora em relação a si mesma (KANT, 2002, p.211).

Essas circunstâncias moralmente adversas tornaram-se mais expressivas a partir da Segunda Guerra Mundial, quando ficou evidente que o avanço tecnológico poderia ser utilizado, pelos homens, não para nivelar as desigualdades e promover melhores condições de vida na superação das adversidades planetárias, unindo os povos e aproximando-os da felicidade; mas que, sobretudo, ele o seria, sem qualquer senso crítico ou humanístico e por diferentes povos e culturas, em prol de fins eugênicos e narcisistas; para satisfação de anseios descomedidos pelo poder; na elaboração e execução de guerras; produção de armas de destruição; promoção de holocaustos e genocídios; desenvolvimento ilícito e abusivo de pesquisas científicas em seres humanos; exploração financeira de conhecimento; dentre outros transtornos

morais, revogando definitivamente a possibilidade ética vinculada à capacidade racional do homem.

Foram relevantes para a conscientização da necessidade ética no desenvolvimento das pesquisas científicas, principalmente na área da biomedicina, não só os abusos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, mas, sobretudo, aquelas pesquisas eticamente “duvidosas” iniciadas ou desenvolvidas no período pós-guerra, entre as décadas de 50 a 70, nos Estados Unidos⁷⁹ e em outros países. Àquela época, já existiam Códigos Éticos Normativos que objetivavam coibir os excessos, como o Código de Nuremberg (1947)⁸⁰ e a Declaração de Helsinque (1964)⁸¹, que mostraram-se, com o passar do tempo, claramente ineficazes à sua proposta (HOSSNE & VIEIRA, 1987, p.106-107).

É interessante ressaltar que, muito antes da década de 70, a falta de critérios para a exploração dos recursos naturais, insustentável e inerente ao avanço científico-tecnológico, associada ao sistema capitalista em construção, já preocupava setores isolados e específicos da sociedade mundial,

⁷⁹ Por ex.1. Estudo de Tuskegee: estudo realizado em Tuskegee, no Alabama, EUA, entre os anos de 1932 a 1972 sobre a evolução natural da sífilis não tratada, em 408 homens da raça negra, portadores da doença, quando já era majoritária a opinião de que os tratamentos estabelecidos reduziam a morbidade e a mortalidade da doença. Essas pessoas foram enganadas e submetidas ao tratamento depois do advento da penicilina (VIEIRA & HOSSNE, 1987, p. 47). 2. Estudo em Willowbrook: Experimentos realizados no Jewish Hospital, de Brooklin, Nova York, EUA, no ano de 1963: Com o intuito de se desenvolver uma vacina para hepatite, os Drs Samuel Krugman e Joan Giles infectaram deliberadamente com o vírus da hepatite, crianças mentalmente retardadas (VIEIRA & HOSSNE, 1987, p. 47; FERRER & ÁLVAREZ, 2005, p. 72). 3. Inoculação de células cancerosas vivas em pacientes hospitalizados com doenças crônicas no Hospital Judeu de Doenças Crônicas de Nova Iorque, para estudar a velocidade de rejeição de células cancerosas nesses pacientes (VIEIRA & HOSSNE, 1987, p. 48).

⁸⁰ Código de Nuremberg: consequência do Processo de Nuremberg, estabelecido no final da Segunda Guerra Mundial com o intuito de expor publicamente os abusos de índole ética cometidos pela Alemanha nazista, estabelecidos por uma série de leis promulgadas por esse regime que evidenciavam sua obsessão eugênica (em 1933: esterilização obrigatória das pessoas que sofriam defeitos mentais congênitos, esquizofrenia, psicose maníaco-depressiva, epilepsia hereditária, alcoolismo severo, cegueira hereditária e coréia de Huntington; lei que se estendeu em 1937 para todas as crianças negras; em 1939, eutanásia de crianças menores de três anos com defeitos congênitos; em 1943: eutanásia de crianças saudáveis que fossem judeus ou outras raças de crianças, anões, ciganos, pesquisando-se formas mais rápidas e efetivas de causar a morte, aplicando-se o resultado nos campos de concentração nos sistemas de extermínio em massa; e em 1941: eutanásia involuntária para todos os enfermos incuráveis e psicopatas que se encontrassem nos campos de concentração). O Código de Nuremberg permitiu a formulação de normas mais precisas para proteger a integridade dos sujeitos de pesquisa na experimentação biomédica.

⁸¹ Declaração de Helsinque: Posteriormente ao Código de Nuremberg, a Associação Médica Mundial estabeleceu um documento que recomendava a formação de comitês, independentes dos pesquisadores e dos patrocinadores da pesquisa, que pudessem avaliar adequadamente os projetos de pesquisa.

culminando num movimento de conscientização ecológica, inicialmente tímido, mas que pouco a pouco ganhou força e repercussão mundial.

Essa preocupação com o meio ambiente iniciou-se na primeira metade do século XX, com a formulação de alguns imperativos que abarcavam a questão da natureza e dos seres vivos como objeto de aplicação ética, realizados por ambientalistas como Fritz Jahr, Albert Schweitzer e Aldo Leopold.

Foi Fritz Jahr, em 1927, que cunhou pela primeira vez o neologismo Bio=Ethic, ao propor um novo Imperativo Ético, objetivando ampliar aquele, formulado por Kant, de forma a incluir todas as formas de vida como merecedoras de consideração ética. Estabelecia ele:

Age de tal modo a considerar a humanidade, tanto na sua pessoa como na pessoa dos outros, sempre como fim e nunca como simples meio, para todas as formas de vida. (PESSINI & HOSSNE, 2008).

Nessa época, Albert Schweitzer (ganhador do prêmio Nobel da Paz em 1952), já havia redigido o artigo *Ethics of Reverence for Life*, em 1923 (publicado somente em 1936), chamando a atenção para a necessidade de uma Ética Universal, cuja alçada abarcasse não só o homem e a sociedade. Segundo ele, uma Ética tida por universal traz em si mesma, necessariamente, a obrigação do cuidado com todos os seres, de forma a vislumbrar a verdade e colocar o homem em contato com o Universo e a vontade nele expressa.

Aldo Leopold, engenheiro florestal, formulou a Ética da Terra, em 1949, propondo a ampliação das fronteiras da comunidade, de forma a incluir, a ela, o solo, a água, as plantas e os animais. Segundo ele:

Nós já não cantamos nosso amor e nossa obrigação para com a terra da liberdade e lar dos corajosos? Sim, mas quem e o que propriamente amamos? Certamente, não o solo, o qual nós mandamos desordenadamente rio abaixo. Certamente, não as águas, que assumimos que não tem função, exceto para fazer funcionar as turbinas, flutuar barcas e limpar esgotos. Certamente não as plantas, as quais nós exterminamos comunidades inteiras, num piscar de olhos. Certamente não os animais, dos quais já extirpamos muitas das mais bonitas e maiores espécies. A ética da terra não pode, é claro, prevenir a alteração, o manejo e o uso destes recursos, mas

afirma os seus direitos de continuarem existindo e, pelo menos em reservas, de permanecerem em seu estado natural (LEOPOLD, 1989, p. 204).

Entretanto, foi realmente na década de 70 que a questão do meio ambiente se tornou um problema de extensão mundial, passando a preocupar de forma mais ostensiva a sociedade global, ganhando expressão em 1973, com a fundação de uma Escola Filosófica conhecida como Ecologia Profunda, pelo filósofo norueguês Arne Naess⁸², baseada em uma distinção rigorosa entre a superficialidade inconseqüentemente conceitual de ecologia ou o que Naess denominou ecologia rasa, por ser antropocêntrica e centralizada no homem, daquela consciência ecológica profunda, integrativa, que não separa seres humanos ou quaisquer outras coisas do meio ambiente natural, partindo da visão de que o mundo seria uma rede de fenômenos que estariam fundamentalmente interconectados e que seriam interdependentes (CAPRA, 2006, p.25-26).

A Ecologia Profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe o homem apenas como um fio particular na teia da vida, cuja essência, segundo o próprio Naess (1973), caracteriza-se na “formulação de questões mais profundas”, sobre os fundamentos de nossa visão de mundo e dos modos de vida modernos, científicos e industriais, orientados para o crescimento e particularmente materialistas. A percepção ecológica profunda é, segundo Capra (2006, p.26), em sua essência mais profunda, uma percepção espiritual, na qual o indivíduo passa a ter uma sensação de pertinência, de conexão, de profunda ligação ao Cosmos como um todo⁸³.

⁸² Arne Naess: Considerado o principal filósofo norueguês do séc. XX, criou a escola do Oslo e fundou a Ecologia Profunda, um ramo da filosofia ecológica que propõe alterações culturais, políticas, sociais e econômicas com vistas a alcançar uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e o restante dos seres vivos. Foi catedrático da Universidade de Oslo entre 1939 a 1970, desempenhou um papel determinante para o estabelecimento de uma nova investigação social da Noruega no período pós-guerra e impulsionou o estudo da filosofia através de seus livros para o ensino sobre lógica, métodos de ensino e história da filosofia. De tendência neopositivista, ele interessou-se pela obra de Spinoza, Gandhi e o Budismo e esteve vinculado ao partido O Verde (<http://www.bionarede.blogspot.com/2009/02/morre-filosofo-e-ecologista-noruegues.html> 05/03/2009 09:33:03 h).

⁸³ Praticamente, na mesma época em que Naess propõe a Ecologia Profunda, no Brasil, José Lutzemberger formula idéias semelhantes, desencadeando o movimento ecológico brasileiro no Rio Grande do Sul. As idéias filosóficas e ecológicas de Lutzemberger, assim como de outros pesquisadores brasileiros, como Maturana, reforçam a necessidade de prestar-se atenção à questão ecológica no mundo atual, sendo autores importantes e com conteúdo bioético altamente interessante.

É neste contexto histórico que o ilustre pesquisador na área de Oncologia da Universidade de Wisconsin, em Madison, nos EUA, Van Rensselaer Potter, publica em 1970 um artigo intitulado “*Bioethics: The Science of Survival*” [*Bioética: A Ciência da Sobrevivência*], chamando a atenção para as possíveis conseqüências catastróficas que o avanço científico ilimitado poderia ter sobre o planeta, a partir de reflexões advindas do desenvolvimento da genética, fazendo ressurgir o neologismo cunhado por Jahr em 1927. Nessa ocasião, Potter expressa claramente a sua preocupação com a possibilidade eminente da ocorrência de uma catástrofe planetária que poderia vir a comprometer a sobrevivência da espécie humana, assim como a das nações e das culturas (POTTER, 1970).

No ano seguinte (1971), Potter publica o livro: “*Bioethics: Bridge to the Future*” [*Bioética: Uma Ponte para o Futuro*], propondo, como necessária à sobrevivência do homem ou da vida no planeta, uma nova disciplina que objetivasse associar ou incorporar a ética e a reflexão filosófica ao desenvolvimento científico, tendo em vistas a necessidade de um equilíbrio entre a participação humana em sua evolução biológica e a harmonia universal. Por conseqüência, deixa oficialmente registrado, nos anais acadêmicos e para a comunidade científica vigente, o vazio ético provocado pela destituição da racionalidade humana como imperativa na conduta moral a ser tomada pelo homem, frente aos avanços da ciência e à sua necessidade imperiosa de perfeição.

Segundo Potter (1971):

Há duas culturas – ciências e humanas – que parecem incapazes de falar uma com a outra e, se esta é parte da razão de o futuro da humanidade ser incerto, então possivelmente poderíamos fabricar uma “ponte para o futuro”, construindo a disciplina da Bioética como uma ponte entre essas duas culturas. Os valores éticos não podem ser separados dos fatos biológicos. A humanidade necessita, urgentemente, de uma nova sabedoria que lhe proporcione o conhecimento de como usar o conhecimento para a sobrevivência do homem e a melhoria da qualidade de vida.

Assim, a construção metafórica de uma ponte que pudesse unir o conhecimento científico ao saber valoroso humano seria o pano de fundo para o desenvolvimento desse movimento importantíssimo - um verdadeiro anseio da humanidade de questionar os possíveis limites a que deve ou não submeter a si mesma e ao planeta e para quais exatas finalidades - que seria a partir daí chamado Bioética.

Simultaneamente, André Hellegers, obstetra holandês e pesquisador polivalente, transferido para os Estados Unidos, inicialmente para a Universidade de Johns Hopkins, em Baltimore, e a partir de 1967 erradicado em Georgetown, Washington, D.C., funda, em julho de 1971, o primeiro instituto universitário dedicado ao estudo da Bioética: "*The Joseph and Rose Kennedy Institute for the Study of Human Reproduction and Bioethics*".

A visão bioética desenvolvida em Georgetown, diferentemente da de Potter, deu especial atenção às questões biomédicas e orientou-se filosófica e teologicamente segundo a tradição Ocidental pragmática, concentrando sua atenção exclusivamente ao que ele considerou serem os problemas mais próximos da vida cotidiana.

Fica evidente, pelo que foi exposto, que a partir de 1970 surgem pelo menos três propostas ético-científicas que, embora contenham especificidades diferentes e aparentemente distintas, são altamente sensíveis na questão da necessidade da incorporação do pensamento filosófico e de seus saberes – incluindo-se todas as ciências que tratam da Humanidade - ao questionamento sobre a licitude da intervenção das ciências de alto impacto tecnológico na vida em geral: ecológica, segundo Naess; planetária, segundo Potter; e biomédica, segundo Hellegers.

Vale a pena lembrar que Potter, em 1988, passa a propor que a Bioética seja compreendida em toda a sua extensão global e não só na reflexão acerca da melhor conduta a ser tomada pelo homem na área da biomedicina, redefinindo, agora de forma ampliada, a Bioética:

Bioética é a combinação da biologia com conhecimentos humanísticos diversos, constituindo uma ciência que estabelece um sistema de prioridades médicas e ambientais para uma sobrevivência aceitável (POTTER, 1988).

Dez anos depois (1998), Potter, provavelmente percebendo a superficialidade ou restrições impostas à Bioética pela biomedicina, propõe uma maior profundidade em suas competências, redefinindo-a como Bioética Profunda: “uma nova ciência ética que combina humildade, responsabilidade e uma competência interdisciplinar, intercultural, que potencializa o senso de humanidade”, trazendo uma compreensão ímpar da limitação do homem frente a si mesmo e aos desafios do novo mundo.

A Bioética, como um movimento específico e com objetivos bem traçados, ao se propor abranger todos os saberes, tornou-se um movimento exponencial, multidisciplinar, que tende a universalizar-se e abarcar de forma integral todo e qualquer tipo de vida, aqui entendida como uma manifestação bio-físico-psico-sócio-espírito-planetária e cósmica da vida. Um marco na história recente da Ciência e da Humanidade. Uma pausa. Um apelo. Um pensamento profundo. Uma esperança na capacidade ética humana, não só de avaliar as conseqüências de seus atos, mas de transformar a sua conduta. Um retorno, tanto quanto possível, àquela encruzilhada, onde se bifurca o rumo e a História futura da Humanidade, talvez permitindo ao Homem repensar o caminho a ser tomado, tendo em vistas a preservação da dignidade humana, o bem do planeta e o bem da Humanidade.

7. BIOÉTICA PRINCIPIALISTA

Em 1979, os autores Tom L. Beauchamp e James F. Childress publicam a primeira edição da obra *Principles of Biomedical Ethics* [Princípios da Ética Biomédica], desenvolvida a partir da revisão e desenvolvimento dos princípios enunciados pela Comissão Nacional do Relatório Belmont (*The Belmont Report: Ethical Principles and Guidelines for the Protection of Human Subjects of Research*). Este relatório foi formulado e publicado em 1978 por determinação de uma lei aprovada em 1974 pelo Congresso dos Estados Unidos (*National Research Act*) que criava uma comissão encarregada de estudar as questões éticas relativas à pesquisa científica, basicamente nos campos da biomedicina e das ciências do comportamento.

Os princípios⁸⁴ éticos então enunciados naquele relatório foram:

- 1) Respeito pelas Pessoas;
- 2) Beneficência; e
- 3) Justiça (BEAUCHAMP & CHILDRESS, 2001, p.2.769-2.773).

A partir do estudo do Relatório Belmont, Beauchamps & Childress (2001, p. 57-112) elegeram e propuseram quatro princípios considerados, por eles, princípios primordiais ou prioritários na reflexão ética do agir, para serem utilizados como orientadores de conduta frente aos possíveis dilemas que se apresentassem no campo da Biomedicina. Esses princípios foram imediatamente aceitos pela comunidade americana e médica mundial. Apesar de algumas críticas, seus conceitos deram corpo a um modelo bioético pragmático, respeitado e muito utilizado em todo o mundo, conhecido por Bioética Principlista. São eles:

- 1) Respeito pela Autonomia;
- 2) Beneficência;
- 3) Não Maleficência e;
- 4) Justiça (BEAUCHAMP & CHILDRESS, 1979)

⁸⁴ Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, Princípio: [Do lat. *Principiu.*] **S.m.** **1.** Momento ou local ou trecho em que algo tem origem; começo. **2.** Causa primária. **3.** Elemento predominante (na constituição de um corpo orgânico). **4.** Preceito, regra, lei. **5.** *P. ext.* Base; germe. **6.** *E. Ling.* Restrição genericamente imposta a uma gramática. **7.** *Filo.* Origem de algo, de uma ação ou de um conhecimento. **8.** *Lóg.* Na dedução, a proposição que lhe serve de base, ainda que de modo provisório, e cuja verdade não é questionada (FERREIRA, 2004, p.1631).

7.1 Respeito pela Autonomia

O Princípio da Autonomia pode ser compreendido, na prática, como a necessidade bioética soberana de respeitar-se e, sobretudo, avaliar a autonomia de uma pessoa, acima de qualquer questão ou razão, quando revogada diante de um dilema biomédico que requer deliberação.

Segundo o dicionário de Língua Portuguesa Aurélio (FERREIRA, 2004, p. 233), Autonomia [do grego *Autonomia*.] significa: **S.f. 1.** Faculdade de se governar por si mesmo. **2.** Direito ou faculdade de se reger (uma nação) por leis próprias. **3.** Liberdade ou independência moral ou intelectual. **4. Ét.** Condição pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem sua conduta [Cf., nesta acepç., *autodeterminação*(2)⁸⁵, *heteronomia*(2)⁸⁶ e *liberdade*(11)⁸⁷].

Filosoficamente, segundo o mesmo dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, o conceito de liberdade deve ser entendido como “caráter ou condição de um ser que não está impedido de expressar ou que efetivamente expressa algum aspecto de sua essência ou natureza” (FERREIRA, 2004, p. 1204).

⁸⁵ Autodeterminação. [De *aut(o)*-1+ *determinação*.] **S.f. 2.** *Filos.* Estado ou condição de agente (12 e 13) [Cf., nesta acepç., *autonomia*(5), *heteronomia* e *liberdade* (11)](FERREIRA, 2004, p. 232).

⁸⁶ Heteronomia(*ét.*). [De *heter(o)*- + *-nomo*- + *-ia*.] **S.f. Ét.** Condição de pessoa ou de grupo que receba de um elemento que lhe é exterior, ou de um princípio estranho à razão, a lei a que se deve submeter. [Cf. *autonomia* (5), *autodeterminação* (2) e *liberdade* (11)] (FERREIRA, 2004, p.1034).

⁸⁷ Liberdade. [Do *lat. Libertate*.] **S. f. 1.** Faculdade de cada um decidir ou agir segundo a própria determinação. **2.** Poder de agir, no seio de uma sociedade organizada, segundo a própria determinação, dentro dos limites impostos por normas definidas. **3.** Faculdade de praticar tudo quanto não é proibido por lei. **4.** Supressão ou ausência de toda a opressão considerada anormal, ilegítima, imoral. **5.** Estado ou condição de homem livre. **6.** Independência, autonomia. **7.** Facilidade, desembaraço. **8.** Permissão, licença. **9.** Confiança, familiaridade, intimidade (às vezes abusiva). **11. Filos.** Caráter ou condição de um ser que não está impedido de expressar, ou que, efetivamente, expressa algum aspecto de sua essência ou natureza. [Quanto à liberdade humana, o problema consiste quer na determinação dos limites que sejam garantia de desenvolvimento das potencialidades dos homens no seu conjunto – as leis, a organização política, social e econômica, a moral, etc. – quer na definição das potencialidades que caracterizam a humanidade na sua essência, concebendo-se a liberdade como o efetivo exercício dessas potencialidades, as quais, concretamente, se manifestam pela capacidade que tenham os homens de reconhecer, com amplitude sempre crescente, os condicionamentos, implicações e conseqüências das situações concretas em que se encontram, aumentando com esse reconhecimento o poder de conservá-las ou transformá-las em seu próprio benefício.] Nesta acepç. *autodeterminação* (2) e *autonomia* (5)] (FERREIRA, 2004, p. 1204).

Diante dos conceitos de Autonomia e Liberdade, formulados para a Língua Portuguesa, infere-se que o Princípio da Autonomia, no modelo proposto por Beauchamps e Childress, em 1979, não pode ser considerado universal⁸⁸ como princípio Bioético, seja em relação ao planeta, seja na particularidade do universo biomédico, pois exclui todos os indivíduos que, por um motivo ou por outro, não têm capacidade ou pretensão de escolher, a partir de uma deliberação íntima (objetiva e/ou subjetiva), dentre todas as leis que regem a conduta humana na esfera moral, aquela conduta que esteja ou possa ser mais condizente com a sua forma particular de conceber a vida e o Universo.

Uma vez que o Princípio da Autonomia não pode ser tomado como um princípio bioético universal, nesse modelo particular - por priorizar apenas os sujeitos com capacidade autônoma e não todos os sujeitos - torna-se, de fundamental importância, definir os critérios de inclusão: exatamente para quais indivíduos o Princípio da Autonomia poderia ser considerado um Princípio Ético para as deliberações Bioéticas. Além do mais, é importante ressaltar que nem sempre a autonomia resulta em ação ética, sendo interessante, por isso mesmo, estabelecer também quais os critérios que conferem autoridade ética ou excelência moral a ser soberanamente respeitada e também avaliada (duas ações diferentes) em um ser autônomo.

eticamente, pelo mesmo motivo, o Princípio do Respeito pela Autonomia não deveria ser revogado, a pretexto desse modelo, para resolver quaisquer dos casos em que fosse questionada a capacidade autônoma ou racional do(s) indivíduo(s) envolvido(s).

Seria um grande desafio para os bioeticistas, na atualidade, desenvolver um princípio análogo, porém de aplicabilidade universal na esfera Bioética, que, tomando por base um modelo principialista, soubesse respeitar com igual propriedade os direitos de liberdade - “a expressão pura de algum aspecto da essência ou natureza de um ser” (FERREIRA, 2004, p. 1204) - naqueles indivíduos que não possuem, não querem ou não podem, *a priori*, ter governo de escolha e expressão de deliberação nas questões dilemáticas que

⁸⁸ Aqui, universal refere-se ao que é comum a todos os homens; que é aplicável a tudo; que não se atém a uma especialidade; ecumênico; que é adaptável ou ajustável de modo que possa atender a diferentes necessidades; diz-se do termo tomado em toda a sua extensão; diz-se do atributo que convém a todos os indivíduos de uma classe; e *filos*. O conjunto de seres ou das idéias que numa determinada circunstância, está sendo tomada em consideração (FERREIRA, 2004, p. 2021).

atropelam suas vidas (o dilema só existe no ser racional e com capacidade de formular ou compreender minimamente as questões de natureza ética, ou quando interesses outros, externos à questão, são essencialmente conflitantes, geralmente pesando mais favoravelmente do lado do mais forte ou daquele que tem sua capacidade autonômica preservada ou perfeitamente íntegra).

Segundo os autores Beauchamps e Childress (2001, p. 57-58), uma ação é autônoma quando o agente moral age intencionalmente, tendo, ao mesmo tempo, total compreensão das conseqüências de seus atos, sem permitir que influências externas determinem ou controlem suas ações. Segundo esses autores, essa intencionalidade, predisposição de se fazer algo, tem que estar necessariamente presente para caracterizar a autonomia. Ela seria, nesse caso, uma certeza interna absoluta de algo, uma escolha que não admite influências, que não permite sequer questionamentos. Portanto, a autonomia lograria, em si, a crença absoluta em algo, insofismável, que não admite especulação; uma característica íntima dogmática, uma 'verdade relativa', porém tida, por aqueles que a têm, como absoluta.

Interessante notar que o quesito "Respeito pela Autonomia" foi reduzido daquele, proposto pelo Relatório Belmont, "Respeito pelas Pessoas". A proposta do Relatório Belmont, a esse respeito, parece ser uma proposta um pouco mais universal, embora ainda seja claramente antropocêntrica, ao tomar o ser humano como o sujeito de considerações bioéticas (ferindo a proposta da Ecologia Profunda, por ex.); todavia, já o compreende como algo mais que a sua própria autonomia, conferindo-lhe uma visão um pouco mais holística e seguramente mais condizente com a proposta Bioética, da abrangência, da integração, da equidade e da justiça.

O Respeito estendido à Pessoa Humana ainda permite que, em determinado momento, dentre todas as múltiplas faculdades do ser, a autonomia possa ser arrolada como fundamental para uma decisão, enquanto, em outro, talvez apenas aponte uma solução ou nem sequer influencie nas deliberações, sem que isso necessariamente cause maiores danos à situação.

Contudo, há aqueles que confundem a pessoa humana, tomando-a como a sua própria autonomia, erro gravíssimo de interpretação, que foge a qualquer racionalidade ética, deturpando fins e meios no questionamento bioético, ridicularizando as vulnerabilidades, a dignidade, a justiça e a própria vida,

priorizando e concedendo privilégios, aumentando os preconceitos, as desigualdades de liberdade e de direito à vida.

Outra questão importante a ser avaliada, ao se eleger o Respeito pela Autonomia como um dos pilares da Bioética, no modelo em pauta, é determinar quando exatamente uma resposta autonômica é realmente verdadeira, natural e não influenciada pelo meio externo, como outorga a proposta inicial de Beauchamps e Childress em 1979 (2001, p.57 - 58). Qual critério poderia ser utilizado para determinar se houve, em determinada resposta autonômica de deliberação bioética, uma influência externa preponderante, inconscientemente reguladora, regida por interesses outros que não o respeito integral à liberdade natural, que deveria ser concedida a todos os seres, segundo uma visão essencialmente ética – influência como, por ex., a que fundamentou e permitiu o desenvolvimento extraordinário, em todo o mundo, da Mídia e da Publicidade e Propaganda como ferramentas de influência e condicionamento dos seres humanos.

7.2 Beneficência

A palavra beneficência é uma palavra derivada do latim *beneficentia*, que significa, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 2004, p.285): **S. f. 1.** Ato, hábito ou virtude de fazer o bem⁸⁹. **2.** Caridade, filantropia.

Segundo Beauchamp e Childress (2001, p. 165-224), essa palavra refere-se à realização de atos de misericórdia⁹⁰, bondade⁹¹ e caridade⁹². Os autores

⁸⁹ O substantivo “bem”, segundo o dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (FERREIRA, 2004, p. 283), deriva do latim *bené*, que significa: **S.m. 1. Ét.** Qualidade atribuída a ações e a obras humanas que lhes confere um caráter moral. [Esta qualidade se anuncia através de fatores subjetivos (o sentimento de aprovação, o sentimento de dever) que levam à busca e à definição de um fundamento que os possa explicar. Cf.ética.] **2.** Austeridade moral; virtude. **3.** Felicidade; ventura. **4.** Favor, benefício. **5.** Utilidade, vantagem, proveito. **6.** Pessoa muito querida, amada. **7.** Econ. Mercadoria ou serviço que pode satisfazer uma necessidade humana.

⁹⁰ O substantivo “misericórdia” deriva do latim *misericordia* e é definido, segundo a Língua Portuguesa (FERREIRA, 2004, p. 1338), como: **S.f. 1.** Compaixão suscitada pela miséria alheia. **2.** Indulgência, graça, perdão. **3. V. santa casa. 4. Ant.** Punhal que os cavaleiros traziam do lado direito e com que matavam o adversário derribado, a menos que este pedisse misericórdia. **Interj. 5.** Grito de quem pede compaixão, piedade ou socorro.

⁹¹ Bondade: [Do lat. *Bonidade.*] **S.f. 1.** Qualidade ou caráter de bom. **2.** Benevolência, indulgência, benignidade, clemência. **3.** Boa ação. **4.** Brandura, doçura.

⁹² Caridade: [Do lat. *Caritate.*] **S.f. 1. Ét.** No vocabulário cristão, o amor que move a vontade à busca efetiva do bem de outrem e procura identificar-se com o amor de Deus; ágape, amor-caridade. **2.** Benevolência, complacência, compaixão. **3.** Beneficência, benefício; esmola. **4.**

concebem por “beneficência” qualquer ação humana levada a cabo para beneficiar outra pessoa.

O Princípio da Beneficência refere-se, segundo esses autores (BEAUCHAMPS E CHIDRESS, 2001, 167-176), a uma obrigação moral que levaria o ser humano, por uma disposição natural, a agir e a intervir, a fim de beneficiar os demais.

Se este princípio alicerça-se na concepção de que existe uma obrigação geral, natural, conscienciosa, moralmente imperativa, que impeliria os Homens a ajudarem-se mutuamente, a fim de promoverem não só os seus próprios interesses, mas os interesses legítimos e importantes de outros, deve concluir-se que os autores formularam um novo sistema filosófico cuja proposição é a de que, para haver ética, na Bioética, é necessário que haja bondade, caridade e misericórdia, uns pelos outros⁹³.

Porém, esses mesmos autores argumentaram que, como uma ação beneficente inclui custos, riscos e possíveis complicações, a beneficência só poderia galgar-se como princípio bioético se abarcasse, em si mesma, a resolução desses custos, riscos e complicações a ela inerentes. Dessa forma, os autores resolveram condicionar o Princípio da Beneficência ao Princípio da Utilidade ou da Proporcionalidade, que alteraria os fins daquela proposição, exigindo da beneficência uma quantidade tal de benefícios concretos que contrabalanceassem ou superassem os danos ou incômodos que eventualmente pudessem decorrer de uma intervenção, àquele que foi objeto do benefício (BEAUCHAMPS & CHILDRESS, 2001, p.166-167).

A questão, a partir daí, torna-se verdadeiramente delicada. Uma intervenção beneficente, cuja premissa inclui a bondade, a caridade e a misericórdia, já implica boa vontade e disposição, pelo bem ou alívio do outro. Um ato de caridade é inato, implica em dar, sem olhar a quem; fazer, sem exigir condições. O altruísmo não escolhe, é uma ação de caráter moral, uma virtude tida como uma das mais nobres, incondicional em sua maior perfeição e, ao mesmo tempo, da maior subjetividade, pois o entendimento do bem, a ser oferecido, parte daquele que, por amor, se doa ou doa algo em prol de alguém.

Rel. Uma das virtudes teológicas.

⁹³ Esta parece ser a ética proposta por Jesus.

Contudo, talvez o Bem, ao qual o Princípio da Beneficência faz referência, nesse modelo bioético particular, não tenha por premissa nem bondade nem caridade e muito menos a misericórdia. Nesse caso, o entendimento do que seria o bem pode não estar claro em muitas situações, tornando-se uma questão deveras conflitante, pois a concepção do bem ficaria na dependência de uma interpretação pessoal, do que viria a ser 'um bem concreto que pressupõe e avalia previamente dano ou incômodo maior ou menor', não sendo possível estabelecer, para isso, uma escala objetiva e criteriosa que pudesse desfazer os dilemas ao invés de aumentá-los.

Assim, entende-se que, para Beauchamps e Chidress (2001, p. 167-176), nem sempre há de fazer-se o bem nas deliberações bioéticas (nas questões biomédicas ou, a partir de uma visão holística, nas questões que envolvem a vida no planeta); apenas nos casos em que o objeto da ação possa ser concretamente beneficiado pelo bem realizado, concretização essa que vai depender, sobretudo, do preço do benefício e de suas possíveis conseqüências. Os autores também não definiram qual o benefício prioritário almejado. Qual das esferas, ao considerar-se o ser humano em toda a sua integridade, seria a mais merecedora do benefício proporcional: se a esfera material, se a moral, se a emocional, a social, a espiritual ou, necessariamente, cada uma delas ou todas, ao mesmo tempo.

Conclui-se que, a ética imperativa do bem, formulada como um princípio Bioético, o da Beneficência, ao vincular-se à necessidade de uma resposta concreta e satisfatória do benefício realizado, perde sua legitimidade para aplicabilidade bioética, se por bem entender-se ação que parte da caridade, da bondade e da misericórdia. Como "Princípio da Beneficência Proporcional", o Princípio da Beneficência corre o risco de gerar dúvidas sobre a sua real finalidade e definição; sobre o quê, exatamente, deve versar as suas considerações e, na prática, o que deveria ou poderia ser considerado "somente o bem que compensa eventual dano ou incômodo".

7.3 Não-maleficência

O Princípio da Não-maleficência afirma, essencialmente, no modelo bioético proposto por Beauchamps e Childress, a obrigatoriedade moral de não se causar dano intencional em uma deliberação assistencial.

Embora, à primeira vista, não-maleficência e beneficência pareçam significar a mesma coisa, de acordo com Beauchamps e Childress (2001, p.113-164) o Princípio Ético da Não-maleficência estaria condicionado às obrigações negativas, proibições de atos danosos, sejam eles físicos, morais, emocionais, espirituais (e, porque não dizer, até mesmo cósmico-planetários⁹⁴), cuja infração pudesse traduzir-se em prejuízo. Por sua vez, essas obrigações negativas seriam claramente distintas das obrigações positivas que induzem o Princípio da Beneficência. Porém, as obrigações da não-maleficência parecem obrigar com mais força, quando comparadas às obrigações de beneficência. Ou seja, não causar dano parece ser um imperativo mais forte do que aquele que manda fazer o bem, embora algumas vezes, na biomedicina, exista situações em que essa premissa pode inverter-se.

Segundo Beauchamps e Childress (2001, p.116), nem toda ação cuja consequência traduz-se em dor, sofrimento ou lesão, constitui uma ofensa no sentido moral. Uma ofensa moral requer dano intencional e injusto, violação dos direitos alheios. Já o dano significaria frustrar ou prejudicar os interesses de alguém, sem que essa frustração ou prejuízo constituam, necessariamente, em uma ofensa ou injustiça ao predicado. Para esses autores, ainda que as ações danosas sejam incorretas *prima facie*, podem justificar-se em determinadas circunstâncias. Portanto, o Princípio da Não-maleficência não proíbe qualquer dano, somente aqueles que constituam uma ofensa, um injusto prejuízo dos direitos e interesses fundamentais das pessoas.

Beauchamps e Childress (2001, p. 117) afirmam que, ao infligir-se injustamente graves lesões corporais ou prejudicarem-se seriamente os interesses fundamentais de outras pessoas, incorre-se em ação danosa moralmente proibida pelo Princípio da Não-maleficência.

O Princípio da Não-maleficência poderia ser expandido, na visão ecológica profunda, a nível planetário. Seria um imperativo bioético muito interessante, nos dias atuais, a proibição de qualquer ação humana que provocasse

⁹⁴ Questionamento “em tese”.

qualquer dano, seja ele intencional ou não, à Natureza e conseqüente prejuízo ao planeta.

7.4 Justiça

A palavra justiça deriva do latim *Justitia* e, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 2004, p. 1165), tem por significados: **S.f. 1.** Conformidade com o direito; a virtude de dar a cada um aquilo que é seu. **2.** A faculdade de julgar segundo o direito e melhor consciência. **3.** Conjunto de magistrados judiciais e pessoas que servem junto deles. **4.** O pessoal de um Tribunal. **5.** P. ext. O Poder Judiciário.

O grande problema acerca da Justiça, nesse modelo Bioético, é saber exatamente quem determina o que cabe a cada um, por direito, seja no universo pessoal, social, nacional ou planetário; ou quem seria o portador da excelência de consciência que garantiria a lisura e a justeza das determinações, nas deliberações advindas das complexas questões tratadas pela Bioética.

Entretanto, o direito humano, independente de sua concepção essencial ou puramente filosófica, estaria condicionado ao Direito de Estado. Já a compreensão de Justiça estaria reduzida, em última instância, a uma esfera jurídica e legislativa, submetida às particularidades e independências inerentes a cada nação, país, estado, cidade e/ou comunidade. Embora conceitualmente a justiça seja uma conformidade universal, na prática, restringir-se-ia à esfera particular dos interesses federais, políticos, privados e das sociedades.

No entendimento dos autores Beauchamps e Childress (2001, p.225-282), a justiça refere-se ao que é devido às pessoas em uma sociedade, aquilo que de alguma forma pertence-lhes ou corresponde-lhes. Uma questão de justiça é aquela que envolve benefícios correspondentes a alguém ou responsabilidades comunitárias relacionadas à vulnerabilidade. Por sua vez, a injustiça é entendida, por eles, como a omissão ou perpetração, que nega a alguém ou tira aquilo que lhe era devido, que corresponderia como coisa sua, seja porque foi negado o seu direito, seja porque a distribuição de encargos não foi equitativa. O direito, nesse caso, é o direito legal, estabelecido por lei.

Na área biomédica assistencial e no modelo bioético proposto, os autores reduziram o conceito universal de justiça ao que eles denominaram de justiça distributiva, referente à distribuição eqüitativa dos direitos, benefícios e responsabilidades ou encargos na sociedade. Seria uma justiça basicamente de dever do Estado e direito do predicado. O seu espectro amplo toca, sobretudo, as leis fiscais, a distribuição ou alocação de recursos para as diversas necessidades sociais: educação, saúde, defesa, etc. e a distribuição de oportunidades na sociedade (BEAUCHAMPS, 2001, p. 225-282).

Os problemas de distribuição, nesse caso, equiparar-se-iam aos problemas bioéticos mundiais, da insustentabilidade (talvez não haja um equilíbrio entre direitos e deveres ou uma limitação adequada de interesses). Os bens são escassos e as necessidades múltiplas, cada vez maiores. O quantum de justiça oferecido a cada um vai depender da definição legal de onde começa o dever do Estado e a partir de onde se extingue o direito do cidadão, além obviamente da quantidade de recursos políticos destinados às causas sociais.

Uma das questões mais problemáticas encontradas, quando se elege o Princípio da Justiça Distributiva como um dos pilares da Bioética nesse modelo ora avaliado, é a de definir qual critério material deve ser levado em consideração para que ofereça um mínimo de eqüidade, tendo em vistas a múltipla diversidade encontrada nas sociedades e que seja, ao mesmo tempo, eticamente justo e materialmente sustentável. Igualdade, diferença, vulnerabilidade, virtuosidade, boa vontade, mérito, contribuição etc. são algumas das possibilidades de critérios materiais para determinação da intervenção a ser realizada no campo da justiça distributiva. Mas, qual deles viria em primeiro lugar, para garantir-se a justiça distributiva a nível assistencial? E qual deles poderia ser a representação perfeita ou a encarnação da Justiça, agora compreendida em sua extensão Universal?

No entendimento de Beauchamps e Childress (2001, 229-230), cada um dos critérios materiais de justiça existentes contém uma obrigação *prima facie*, cuja força vinculadora não pode ser avaliada adequadamente sem levarem-se em conta as circunstâncias particulares ou a esfera da vida na qual o princípio será aplicado. Porém, esses autores não consideram como parte de seu paradigma o estabelecimento de critérios de precedência ou prioridade entre

eles, caso entenda-se necessário incluir todos os critérios numa única teoria de justiça (FERRER & ÁLVAREZ, 2005, p. 140).

Assim, deve-se entender o Princípio da Justiça, proposto por Beauchamps e Childress (2001, p. 229), como um princípio específico de justiça distributiva que, a partir da escolha de certos critérios hierárquicos, definidos segundo valores subjetivos ou objetivos diante de situações variáveis, busca distribuir os recursos materiais utilizados na assistência biomédica de forma a mais eqüitativa possível – perfeitamente eqüitativa - diga-se, daquilo que deveria ser o entendimento de plenamente justo.

Seria interessante que se estabelecesse, no planeta, um conceito de Justiça de Direitos e Deveres, cujas características essenciais fossem universais e que pudessem corresponder a um patrimônio ético humano dos mais elevados, talvez equilibrando as desigualdades mundiais das sociedades, oferecendo um mínimo de eqüidade e incorporando um significado ético, uma excelência de valor, acima de qualquer questionamento moral ou legal. Que ela não fosse reduzida à esfera apenas material, mas pudesse abarcar integralmente a concepção bio-físico-psico-sócio-espírito-planetária e cósmica da vida.

8. AUTONOMIA, BENEFICÊNCIA, JUSTIÇA E REENCARNAÇÃO

Os princípios de autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça – ora propostos como princípios bioéticos, por Beauchamps e Childress, em 1979 - podem assumir, conceitualmente, significados completamente diferentes e interessantes, quando interpretados à luz da Reencarnação.

É na interpretação ou valores atribuídos, a cada um desses princípios humanos, que parece encontrar-se o principal foco de controvérsia e de divergência entre materialistas e espiritualistas, não reencarnacionistas e encarnacionistas, foco que alimenta, entre uns e outros, um abismo aparentemente intransponível que, sem dúvida alguma, tem fomentado a complexidade e dificultado a resolução dos dilemas bioéticos. Essa barreira conceitual desafia a construção de pontes de intermediação, que sejam, ao mesmo tempo, seguras e confiáveis e que possam, talvez, estabelecer um sistema de fundamentação moral e até normatização de condutas humanas, frente ao avanço científico e tecnológico, que venha a oferecer nada menos que a excelência ética das deliberações.

O que se questiona, na realidade, é o porquê da natureza ética das ações. No final, a grande pergunta filosófica, a ser respondida, transita entre o questionamento acerca da natureza da própria ética: do que seria uma conduta ética por excelência; do porquê de se atribuir, ao ser humano, o dever de ser ético; do que a ética tem a oferecer, ao que é humano, para a conquista da sua perfeição e imortalidade; do que ela tem a ver, de fato, com a sobrevivência da vida e do planeta e porque isso deveria ser arrolado como uma questão fundamental; da exata relação a ser estabelecida entre a ética e a ciência biológica - a sua real importância - inclusive o porquê dessa expectativa filosófica ter sido despertada, a partir do acelerado desenvolvimento tecnológico e do proporcional esgotamento, espiritual dos homens e material das reservas naturais, a ele subsequente, suscitando o nascimento dessa nova disciplina denominada Bioética.

É certo que a Reencarnação traz um significado ético dos mais racionais e uma surpreendente hipótese biológica e filosófica acerca da vida que, em tese, avaliza a ética como essencial à evolução humana, tanto a nível material (ou

biológico) quanto espiritual, explicitando o seu papel fundamental na existência humana.

A conquista da ética, em sua excelência, seria o bem supremo a ser alcançado pelo espírito imortal. A Reencarnação oportunizaria as mais propícias condições para o ser humano expiar faltas e erros pretéritos, pela lei da ação e reação (a cada um segundo as suas obras); paralelamente, o homem seria levado a modificar-se, despojando-se pouco a pouco do orgulho e do egoísmo latentes que o impedem de transcender à esfera física de sua existência.

Ou seja, através das fatalidades da vida, o ser humano seria sutilmente convidado a desenvolver a sua espiritualidade e a capacidade de amar, empreendendo, na vida física, os valores de excelência moral e tornando-se capaz de distinguir o valor essencial entre o bem material e o bem espiritual, através da experimentação da dor, da imperfeição, da doença, da dificuldade, da pobreza, do desamor e da morte, ou o seu reverso. O Bem, sob a égide da Reencarnação, seria a própria ética ou a sua excelência, fundamental para a conquista da felicidade eterna em uma existência imortal.

Conclui-se que o Bem, a partir da crença na Reencarnação, deve ser sempre entendido como o 'bem necessário ao espírito, em sua evolução eterna rumo à perfeição'. Nessa concepção, o espírito imortal é quem estaria sujeito ao bem, sendo esse bem sempre um fim e nunca um mero meio. O objeto do benefício prioritário almejado, nesse caso, é a educação do espírito, pois o bem poderia ser entendido como disposição ou desenvolvimento dos atributos mais elevados da alma, em sua jornada à perfeição, como o sentimento de amor incondicional, a prática da caridade, a conquista íntima da bondade, a misericórdia, a compaixão, a humildade, o cuidado, a solidariedade etc.

Partindo-se da Reencarnação, o bem seria sempre condizente com as leis eternas de perfeição ética, tratado em todas as épocas e civilizações humanas, por tantos mestres quantos os que tenham ousado se aventurar na elucidação das questões de tal natureza, sendo, ao bem, atribuído os mais diversos predicados, ao longo de toda a História da Humanidade.

No Antigo Egito, por exemplo, a conquista do bem era creditada como imprescindível à imortalidade e ao encerramento do ciclo dos renascimentos, até então necessários à expiação de culpas e de erros pretéritos. O Bem seria

a própria libertação espiritual, tido como um passe para o expurgo do mundo das aparências e, naquela civilização, versava sobre o conhecimento e a compreensão de leis maiores e universais, que incluíam obediência às quarenta e duas leis negativas⁹⁵, sempre intentando o perfeito controle dos baixos impulsos da alma (SELLEM, 2005, p.140-144).

Já no Hinduísmo, rumar em direção ao bem significava disciplinar o espírito na conquista das qualidades morais e eternas do espírito, a partir de sua identificação com Brahma, Essas qualidades consistiam em: intrepidez, pureza de coração, perseverança na busca da sabedoria, caridade, abnegação, domínio de si mesmo, devoção, religiosidade, austeridade e retidão. Também eram reconhecidas, como propriedades do sumo bem: a abstenção das más ações, a veracidade, mansidão, renúncia, equanimidade, boa vontade, amor e compaixão para com todos os seres - e não só entre os homens - além de ausência de desejo de matar, ânimo tranqüilo, modéstia, discrição e firmeza. Krishna ainda atribuía, ao bem, as virtudes da fortaleza, paciência, constância, castidade, humildade e indulgência (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 149-150).

O seu inverso também fora arrolado nas divagações de Krishna à Arjuna, das causas do mal: hipocrisia, orgulho, arrogância, presunção, cólera, rudeza e ignorância, donde o mau caráter levaria à repetição dos nascimentos mortais e à escravidão. Segundo a mais pura essência do Hinduísmo, os seres maus pressuporiam que o mundo, sendo produto do acaso, teria, por única finalidade, o gozo material. Portadores de intelecto mesquinho, eles agiriam de modo desregrado, entregando-se beligerantes aos prazeres carnis e atribuindo o supremo bem, de forma equivocada, à satisfação de seus desejos carnis, que os levaria à volúpia, à ira e à avareza. Eles seriam, segundo

⁹⁵ Não cometer pecados; não assaltar; não roubar; não agir com violência; não matar seres humanos; não roubar oferendas; não causar destruição; não pilhar a divina propriedade do templo; não confiar falsidade; não saquear grãos; não amaldiçoar; não transgredir; não abater o rebanho divino do templo; não fazer mal; não saquear a terra cultivada; não agir com luxúria; não amaldiçoar ninguém; não ficar irado sem causa justa; não dormir com o marido de nenhuma mulher; não poluir a si mesmo; não aterrorizar nenhum homem; não pilhar; não agir com raiva; não se fazer de surdo ao ouvir palavras da justiça e da verdade; não atizar brigas; não fazer ninguém chorar; não fornicar; não destruir o coração; não amaldiçoar ninguém; não exagerar; não realizar julgamentos precipitados; não cortar a pele e pêlos de animais divinos; não elevar a voz em conversas; não cometer pecados e não proceder mal; não amaldiçoar a realeza; não desperdiçar água; não agir com arrogância; não amaldiçoar divindades; não agir com falso orgulho; não agir com desdém; não aumentar as riquezas exceto por meio dos próprios recursos; não desprezar o princípio de minha cidade (SELLEM, 2005, p.140-144).

Krishna, pobres iludidos, blasfemadores, egoístas e violentos, pessoas que passaram a prostituir suas mentes e o seu sentimento de justiça (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p.153-157).

No Budismo, o Bem seria a representação máxima da iluminação direta do espírito pela compreensão do Absoluto, um estado de graça total ou Nirvana. Entretanto, segundo Buda, esse estado somente poderia ser atingido por quem quer que se proponha a percorrer o nobre caminho, a partir da perfeita disciplina, da apropriada concentração da mente e da máxima sabedoria, caminho esse que compreenderia uma série de correções: correção da percepção, dos pensamentos, da fala, do comportamento, do meio de vida, do esforço, da atenção e da concentração (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p.113).

Ou seja, no Budismo, o bem supremo teria uma conotação essencialmente ética, de educação do espírito frente às vicissitudes da vida. Buda alertou para a ilusão do mundo físico em relação ao mundo bhódico ou de perfeição espiritual – estado de conexão estreita com o Criador. Segundo Buda, o caminho da iluminação passaria necessariamente pela prática da caridade, superação do egoísmo, respeito aos direitos e confortos de outros, prática da tolerância, prática do esforço e a prática da concentração mental no mundo espiritual (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p. 115).

No Taoísmo, o entendimento do Bem também versa sobre a ética e a prática da virtude (poema 19):

De mil benefícios goza um povo
Quando não se fala mais em ser
Virtuoso e nem santo.
Verdadeira referência e amor sincero
Medram em uma sociedade
Em que o direito e a moral deixam de ser prescritos.
A ordem não reina em uma sociedade
Onde o interesse determina o agir.
Esses princípios não podem ser prescritos,
Mas devem ser vividos.
Somente onde eles são vivenciados
É que ajudam os homens.
A ética genuína só existe
Onde o homem vive de dentro da sua fonte
E age pela pureza do seu coração;

Onde a genuinidade do seu ser
Revela-se em atos desinteressados
E isentos de desejos (LAO TSÉ, 2003, p. 62).

Em Platão, o entendimento do Bem estaria vinculado à conquista do conhecimento, expressão máxima da ascensão à luz da verdade. No Mito da Parelha Alada, Platão sugere que o que existe no homem e que vai ao encontro da verdade é a sua alma, imortal, cuja natureza, muitas vezes arrevesada, deve ser controlada; cuja essência deve ser alimentada pelo amor, o grande impulsionador da ascese moral e da busca da verdade (PLATÃO, 2007, *Fedro*, p. 82-84).

Já no Mito da Caverna, Platão instrui que a conquista do bem maior requer o esforço constante da alma para libertar-se das trevas de sua ignorância e encontrar a luz da sabedoria (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 210). Platão orienta, nesse mito, que o ser humano deve comparar o mundo visível às sombras projetadas na parede de uma caverna, considerando a subida, à força do Sol, como um processo de ascensão da alma ao mundo inteligível. Ao limite do cognoscível, segundo ele, é que se avista, a custo, a idéia do bem. Segundo ele, no mundo visível, a idéia do bem teria sido a verdadeira criadora da luz, da qual é senhora; no mundo inteligível, a luz é a própria idéia do bem, a senhora da verdade e da inteligência, necessária à conquista da sensatez, tanto na vida pública quanto na vida privada (PLATÃO, *A República*, p. 213).

No Sermão da Montanha, Jesus também associou o Bem à conquista das virtudes – os tesouros eternos. Assim, para Jesus, os seres humanos são bem aventurados quando se tornam verdadeiramente humildes; quando choram e bem suportam suas dores na vida terrena; quando encontram a mansidão; têm fome ou sede da justiça divina; quando dominados pela misericórdia; limpos de coração; pacificadores ou perseguidos por causa da justiça de Deus. “Alegrai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus [...]” (MATHEUS, 5.12), dizia Jesus, sugerindo que a justiça e o bem maior a ser concedido, ao homem, não encontram consonância no mundo material, mas no porvir, no Reino Espiritual do Pai. E continua: “Vós sois a luz do mundo”, sugerindo, como Platão, que o conhecimento e a ascese moral são o sumo bem que ilumina e faz iluminar; que, uma vez obtido, resplandece: “assim resplandeça a

vossa luz, diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem o vosso Pai, que estás nos céus” (MATHEUS, 5.14-16).

Lucas (16.14-17) complementa:

Os fariseus, que eram gananciosos, ouviam todas essas coisas e zombavam dele.

E Jesus lhes disse: Vós sois os que vos justificais a vós mesmos diante dos homens, mas Deus conhece os vossos corações; porque o que entre os homens é elevado, perante Deus é abominação.

A lei e os profetas vigoraram até João; desde então é anunciado o evangelho do reino de Deus, e todo homem forceja por entrar nele.

É, porém, mais fácil passar o céu e a terra do que cair um til da lei (LUCAS, 16.14-17).

No Livro dos Espíritos, Kardec (2006, p.225) elucida que, ao se conduzir bem, o homem tem em vistas o bem e o bem de todos:

[...] os Espíritos foram criados simples e ignorantes. Deus deixa ao homem a escolha do caminho: tanto pior, para ele, se seguir o mal; a sua peregrinação será mais longa. Se não existissem montanhas, não poderia o homem compreender que se pode subir e descer e, se não existissem rochas, não se compreenderia que há corpos duros. É necessário que o Espírito adquira experiência e, para isso, é necessário que ele conheça entre o bem e o mal; eis porque existe a união do Espírito e do corpo (KARDEC, 2006, p.226).

Em Kardec, a conquista do bem seria a própria causalidade do mundo físico. Kardec definiu o Bem como sendo tudo o que está de acordo com as leis de Deus.

Nas doutrinas reencarnacionistas, o Princípio Universal do Bem não pode ser dissociado do Princípio Universal do Livre-arbítrio que, por sua vez, carrega, em si mesmo, o Princípio Universal da Responsabilidade. Esses princípios estariam submetidos ao Princípio soberano e absoluto da Justiça Divina, que permite todas as coisas, desde que necessárias ao adiantamento intelectual e moral dos espíritos e da Humanidade, tendo por finalidade o entendimento, a perfeita compreensão e a aceitação voluntária das leis divinas (naturais) que regem a conformidade da vida.

Leibniz (2004, p.148) formulou, em seu sistema filosófico, a tese da existência de uma harmonia perfeita entre os dois reinos da natureza – o das causas eficientes e o das causas finais – e outra harmonia – entre o reino físico e o reino moral da graça. Segundo ele, é a harmonia perfeita quem conduz as coisas à graça pelas próprias vias da natureza. Os pecados devem implicar seu próprio castigo, segundo a ordem das coisas, assim como as belas ações obterão sua recompensa por vias mecânicas em relação aos corpos, ainda que isso possa não ocorrer imediatamente.

Nas doutrinas reencarnacionistas, o erro seria o primeiro passo para o acerto, a depender da compreensão que o espírito já tenha adquirido das leis de Deus⁹⁶. O erro, segundo a lei do karma, levaria o homem à expiação de males ou injustiças cometidas em vidas pretéritas, até a sua correção e reparação. A frustração, a inquietude espiritual, os sentimentos de culpa e o remorso, laborados de vida em vida, oportunizariam a comunhão com as imperfeições do outro, a compreensão e respeito pelas desigualdades e vulnerabilidades, ferindo o orgulho até transformá-lo em humildade, espezinhando o egoísmo até que, ao espírito, não fosse mais possível ignorar o amor, engrandecendo a compreensão da vida através de sua educação pela experiência terrena. Então, ele passaria a transformar-se, alçando o vôo cósmico em direção à luz; conscientizando-se das leis absolutamente justas que regem o Universo; empreendendo, enfim, o caminho fundamentado nas máximas de Jesus, conquistando assim as mais abençoadas glórias celestes:

Amarás ao Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento.

Este é o grande e o primeiro mandamento.

E o segundo, semelhante a este, é: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo.

Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas (MATEUS, 34.39).

Dessa forma, a evolução moral do espírito, alicerçada na Lei Universal do Amor, implicaria na conscientização das leis divinas e sua aplicação na vida terrena, pela escolha correta, boa ação e busca da perfeição. Ou seja, o

⁹⁶ Leia-se: Universais.

perfeito conhecimento das leis que regem o Universo oportunizaria a identificação do ser espiritual com a sua fonte criadora e a busca da perfeição, do supremo bem. Ou, como formulou Leibniz (2004, p. 76-77) em seu sistema filosófico: os espíritos teriam sido feitos à imagem de Deus, pois só eles podem servir livremente e agir, com conhecimento, à imitação da natureza divina; assim, um único espírito valeria um mundo inteiro, de tal forma que, em comparação com as outras substâncias do Universo, que exprimem melhor o mundo que Deus, os espíritos haveriam de exprimir melhor Deus que o Universo.

O texto da sexta dinastia da civilização egípcia representa bem o aspecto da liberdade humana, explicitando a lucidez espiritual quanto ao próprio futuro, a partir de uma determinada deliberação:

Sei, em meu coração, que tenho poder sobre minhas emoções. Tenho poder sobre os meus braços, tenho poder sobre as minhas pernas, tenho poder de fazer o que agrada meu espírito. Minha alma, conseqüentemente, não ficará aprisionada em meu corpo e poderá entrar nos mundos inferiores e nos seguintes em paz (SELEEM, 2005, p.20).

Quanto à autonomia, na essência Hindu, o ser humano seria convidado a vencer as batalhas íntimas da alma contra a ameaça do exército das ilusões. Ao vencer as batalhas da alma, o ser humano conquistaria o conhecimento de sua verdadeira essência divina, onde estariam prostrados a Consciência, o Amor, a Obediência à Lei Suprema e à Fé (LORENZ, 2006, p.13). A percepção da essência brâhmica implicaria em reta ação e abstenção, em detrimento das más ações. As ações do espírito, diante da percepção da essência divina contida em sua própria existência, passariam a ser destituídas de egoísmo e as atividades, purificadas pelas chamas da sabedoria.

O sábio, segundo o Hinduísmo, seria aquele que sujeita os seus sentidos a Deus, pelo amor ardente do altíssimo, expressando o seu reto pensar em reta ação. Cumpre seu dever sem esperar recompensas, não se permitindo dominar pelos objetos do desejo. O homem já desenvolvido e iluminado age com abnegação pela causa do bem comum, conforme a Lei Universal. Sabe que toda a atividade e as ações provêm dos movimentos das forças da

natureza, enxergando que, por detrás da personalidade, existe a fonte real da ação, sua causa e o efeito obtido (BHAGAVAD GÎTA, 2006, 43-47).

Krishna explicava a Arjuna que os homens, estando apegados aos objetos de seus desejos, agem com a finalidade de obter recompensas e cansam-se na escravidão dos sentidos. Assim, quando carecem da Luz Espiritual, fazem esforços para alcançar o que desejam, sendo a esperança de recompensa o estímulo de suas ações. Entretanto, a ninguém seria permitido escapar às leis naturais (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, 48-53).

De acordo com o Budismo, o exercício da autonomia deve ser sempre subjugado, pela livre escolha, por um objetivo específico maior, que é o de atingir a luz esplendorosa do Nirvana. Assim, o indivíduo seria convidado a despojar-se de todos os seus desejos, pois eles seriam as verdadeiras causas dos sofrimentos humanos. Libertar-se de si mesmo e identificar-se com o Absoluto traria o estado de graça a ser alcançado, que libertaria o espírito em definitivo dos ciclos reencarnatórios (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p.40-41).

A questão da autonomia também pode ser apreciada nos poemas de Lao-Tsé. No poema 12, Lao Tse sugere Deus como o norte a orientar a vida:

[...] Por isso, o sábio, em sua alma,
Determina a medida de cada coisa.
Todas as coisas visíveis lhe são apenas
Setas que apontam para o invisível (LAO-TSÉ, 2003, p. 49).

No poema 38, Lao Tse propõe uma reflexão profunda sobre a conquista da ética e da prática moral, explicitando que o agir correto depende da consciência divina de si mesmo.

Quem vive nas profundezas do seu ser
Nada sabe de virtuosidade.
Dele brotam espontaneamente
As íntimas forças da vida.
Quem vive na superfície do agir
Não pode fazer brotar as forças profundas.
Quem vive nos abismos da sua alma
Ignora a moralidade de seu agir.
Desconhece o que seja ego-agência.
Quem vive na superfície de sua alma

Age egoisticamente, visando a fins externos.
O amor impele ao agir,
Mas não age por ambição.
A moral também impele o agir,
E, se não consegue o que quer,
Recorre à violência.
Por isto, ó homem, reconhece:
Quem não tem a visão do Tao
Age por virtuosidade.
Quem não tem virtuosidade
Age pela caridade.
Quem nem disto é capaz,
Obedece a ritos e tradições.
Mas a dependência de ritualismos
É o ínfimo grau da moralidade.
É mesmo o início da decadência.
Quem julga poder substituir pela inteligência
A cultura do coração,
Esse é um tolo.
Pelo que, atende a isto:
O homem correto
Age por uma lei interna.
E não por mandamentos externos.
Bebe nas águas da Fonte,
E não dos canais.
Transcende estes
E vai sempre à origem daquela (LAO TSÉ, 2003, p.100-101).

Em Platão fica claro que, ao homem, é dado o direito de escolher o caminho do conhecimento, traduzido pelo vislumbre da beleza, da verdade e da justiça. Atingir esse conhecimento dependeria da vontade humana de alçar o vôo cósmico do espírito, em direção aos deuses, um empreendimento de esforço e muita força de vontade, como demonstram os Mitos da Caverna (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 210-213) e da Parelha Alada (PLATÃO, 2007, *Fedro*, p.82-29).

Porém, é no Mito de Er (PLATÃO, 2000, *A República*, p.311-319), que a razão platônica explica como a autonomia poderia interferir no destino humano, influenciando diretamente o futuro reencarnatório dos mortos. Nesse mito, Er relata, com detalhes, o que parece ocorrer após a morte do corpo físico

(segundo Platão), relato esse que pode ser comparado, sem sombra de dúvida, às Experiências de Quase Morte atualmente estudadas pela ciência convencional.

Segundo Er, após julgadas, o profeta dos céus passaria a orientar, às almas preparadas para reencarnar, os procedimentos a serem tomados. Inicialmente, ele passaria a lhes explicar quanto ao gênio: que lhes seria permitido escolher seu próprio gênio, mas que o gênio escolhido estaria ligado a elas, durante toda a vida, pela necessidade. Que a virtude não teria um senhor, sendo que cada alma a teria, em maior ou menor grau, conforme sua honra ou desonra. O profeta também teria explicado-lhes que a responsabilidade do que fazer do gênio escolhido caberia unicamente a quem tivesse escolhido a sua vida, sendo Deus isento de culpa, explicitando, mais uma vez, a autonomia como um privilégio espiritual não livre de conseqüências (PLATÃO, 2000, *A República*, 315-326).

Ou seja, Platão é categórico em afirmar que o destino de cada alma dependeria exclusivamente da responsabilidade com que ela haveria de conduzir o seu gênio; que o livre-arbítrio estaria vinculado incondicionalmente à responsabilidade do agir, sendo essa uma lei natural, irrevogavelmente destituída de qualquer manobra divina para privilegiar ou castigar uns, mais do que a outros.

Após escolhidos os gênios, as almas poderiam escolher os modelos de vida que mais lhe conviessem. Esses modelos, segundo Er, eram de todas as espécies, de todos os animais e de todos os tipos de seres humanos. Entre eles, havia almas tiranas, umas duradouras e outras derrubadas ao meio e que acabavam na pobreza, na fuga e na mendicância; havia as vidas de homens ilustres, pela forma, beleza, força e vigor ou pela raça e virtudes dos antepassados; e havia vidas obscuras. Mas esses modelos não continham as disposições do caráter, por sê-lo forçoso a transformação, conforme a vida escolhida. Tudo o mais estaria misturado entre si, como a riqueza e a indigência, a doença e a saúde etc. (PLATÃO, 2000, *A República*, p. 316-317).

Ou seja, no Mito do Er, Platão sugere que, o que quer que se venha a escolher para uma vida futura, deve-se ter em mente que o mais importante é escolher as condições mais propícias à modificação do caráter, à conquista da

ética, talvez como o próprio objetivo a ser alcançado pelas expiações oferecidas pelo fenômeno da Reencarnação.

Quanto à questão da autonomia, Jesus também alertava para a necessidade de sua vinculação com a sabedoria:

Entrai pela porta estreita; porque larga é a porta, e espaçoso o caminho que conduz à perdição, e muitos são os que entram por ela; E porque estreita é a porta, e apertado é o caminho que conduz à vida, e poucos são os que a encontram (MATHEUS, 7.13-14).

E estabeleceu a verdadeira importância da autonomia, frente ao valor da renúncia ao apego à vida material, no caminho evolutivo do ser:

E chamado a si a multidão com os discípulos, disse-lhes: Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz, e siga-me. Pois, quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; mas quem perder a sua vida por amor de mim e do evangelho, salvá-la-á. Pois que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro e perder sua vida? (MARCOS, 8.34-37).

Segundo Kardec (2006, p. 227), o desenvolvimento do livre-arbítrio segue-se ao desenvolvimento da inteligência e aumenta a responsabilidade do homem pelos seus atos. Esse progresso essencialmente ético é realizado passo a passo. É necessário que o ser humano inicialmente desenvolva o seu senso moral, para poder servir-se da inteligência com a devida sabedoria. Inteligência e moral seriam forças a equilibrarem-se com o tempo.

Kardec alerta que os grandes obstáculos humanos ao progresso moral são os distúrbios de caráter, basicamente o orgulho e o egoísmo. Mas que, uma vez que as pesquisas científicas passem a esclarecer o intelecto humano sobre as verdades espirituais, ainda que essas pesquisas sejam incitadas por sua ambição e amor pelas riquezas, ele poderá descobrir e compreender melhor que, além do gozo dos bens materiais, existe uma felicidade infinitamente maior e mais duradoura (KARDEC, 2006, p. 263).

De acordo com Kardec (2006, p.280), o homem é livre para agir, desde que tenha vontade de fazê-lo. O Espírito é influenciado pela matéria, mas não deve subjugá-la, pois, se apenas ocupar-se da matéria, corre o risco de

aniquilar o seu pensamento, deixando de premunir-se contra o mal. Lembra também que é pelo pensamento que o homem goza de uma liberdade sem limites, pois o pensamento não conhece entraves. Que, de todas as liberdades, a genuína liberdade de consciência é a liberdade de pensar, característica imprescindível ao progresso e à verdadeira civilização.

Diante do exposto, conclui-se que, a autonomia, segundo as doutrinas reencarnacionistas, é uma faculdade que deve levar o homem, por sua livre escolha, na direção do bem, da ascese espiritual. É pelo exercício do livre-arbítrio que o homem pensa e pode escolher, pela razão, entre ceder o seu corpo aos impulsos mundanos e temporários da vida física – deslizando rumo às cavernas obscuras e tenebrosas da existência, que acrisolam o intelecto e privam o desenvolvimento do espírito, aniquilando espontaneamente a potencialidade divina de sua alma e determinando o arcabouço de seu destino - ou empreender o maior de todos os sacrifícios humanos, o da renúncia de si mesmo pela elevação do espírito, no rumo esplendoroso da luz que desarvora o intelecto e possibilita a exata compreensão da verdade. O livre arbítrio impulsionaria o homem às alturas ou determinaria a sua derrocada.

É importante entender que a autonomia, segundo as doutrinas ou concepção reencarnacionistas, deve ser compreendida como uma faculdade conquistada por um espírito imortal ao longo de vidas, sendo considerado um Princípio Universal que transcende à vida física. Esse princípio estaria subjugado, como todos os demais princípios universais, a uma lei soberana e absoluta de justiça – a Justiça Divina - alicerçada no Princípio Universal do Bem ou do Amor. A Justiça Divina utilizar-se-ia da Reencarnação como ferramenta para educar o espírito e desenvolver o seu potencial divino, instruindo-o através das vicissitudes da vida, pela lei do karma.

Nas civilizações do Antigo Egito, acreditava-se que, após o desencarne, o morto seria colocado diante as quarenta e duas leis naturais de Osíris, para, através do confronto das ações praticadas em vida, ser devidamente julgado. O grande educador da Humanidade (Tehuty) estaria presente, para registrar os trabalhos, ação e futuro da alma do falecido. O morto seria conduzido para a balança da justiça, onde seu coração, símbolo de suas ações em vida, seria pesado contra a pena da verdade ou das leis espirituais. Ao ser declarado justo, o morto seria levado à presença de Osíris (“Deus”). Porém, uma vez não

tendo sido considerado justo em suas ações, o morto seria condenado a retornar à roda dos renascimentos mortais, até a superação de todos os estágios intermediários de desenvolvimento em suas próprias consciências (SELLEM, 2005, p.80-82; 140-144).

No Bhagavad Gîtâ, a crença na Reencarnação e na Imortalidade das Almas é clara. Krishna assim a explicou à Arjuna:

Como a gente tira dos corpos as roupas usadas e as substitui por novas e melhores, assim também o habitante do corpo (que é o Espírito), tendo abandonado a velha morada mortal, entra em outra, nova e recém-preparada para ele (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 31).

Segundo a Justiça Divina, quanto ao destino das pessoas que, apesar de terem fé, não conseguiram atingir a perfeição, Krishna elucida:

A alma, cuja devoção e fé, acompanhadas de boas obras, carecem da aquisição da perfeita disciplina, depois da morte do corpo, vai habitar o céu dos justos que ainda não atingiram a Perfeição. Ali fica gozando felicidade por inúmeros anos, mas, depois, reencarna-se em casa de um homem bom e nobre, nas condições adaptadas ao seu desenvolvimento e adiantamento [...]. Nesta nova existência, o homem recupera toda a organização espiritual que tinha adquirido na vida passada e, assim, fica preparado para continuar os estudos e as tarefas que conduzem à Perfeição. Com a morte, não se perde nada daquilo que a alma adquiriu. As experiências que o homem fez nas vidas passadas tornam-se instintos e incitam-no ao progresso, até inconscientemente (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p.73-83).

Já o homem que desprezou o caminho da iluminação, pela livre escolha, na vida física, entregando-se beligerante às más tendências da alma, alimentando o mau caráter, seria submetido à repetição dos nascimentos mortais e arrojado em demoníacas matrizes. “Decaído em demoníacos seios, passaria a alucinar de nascimento em nascimento, submergindo no mais profundo dos abismos” (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 149-153).

No entendimento budista, segundo O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS (2003, p.86-87), o destino do morto dependeria, sobretudo, de suas inclinações. O violento egoísmo determinaria, ao espírito, renascer no mundo

humano e padecer nascimento, idade, doença e morte, não podendo escapar dos lodaçais da existência mundana. A depender do tamanho do egoísmo, o espírito poderia cair no mundo dos espíritos infelizes, sofrendo insuportável pena de fome e sede. Acaso portador de intensa inveja, o espírito cairia, por isso, em insuportáveis sofrimentos de rixas e guerras (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.91). Porém, aquele portador de um grave mau karma, sem ter predileção por qualquer religião, por causa do poder das ilusões kármicas, não reconhecendo a verdade, erraria caminho abaixo (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p. 97).

Ao entrar no caminho do éter, para a reencarnação, o espírito imperfeito experimentaria a bem-aventurança do estado de nascer simultaneamente, durante o qual ele desmaiaria na inconsciência. Alguns espíritos renasceriam sob variadas formas e em muitas delas; o mutismo, a estupidez e a obscuridade miserável seriam provados, assim como uma variedade de sofrimentos haveriam de ser experimentados. Outros poderiam errar pelo inferno ou pelo mundo dos espíritos infelizes, caindo nos precipícios profundos do Sangsãra (O LIVRO TIBETANO DOS MORTOS, 2003, p.137).

No Mito do Er, sobre o destino humano segundo a Justiça Divina, Platão recomenda ao espírito reencarnante:

Tendo em conta tudo quanto a pouco dissemos e o efeito que tem, relativamente à virtude na vida, o fato de juntar ou separar qualidades, saberá o mal ou o bem que produzirá a beleza misturada com a pobreza ou a riqueza e, com que disposição a alma e o resultado da mistura, entre si, do nascimento elevado ou modesto, da vida particular e das magistraturas, da força e da fraqueza, da facilidade e da dificuldade em aprender e todas as qualidades naturalmente existentes na alma ou adquiridas. De modo que, em conclusão de tudo isto, será capaz de refletir em todos estes aspectos e distinguir, tendo em conta a natureza da alma, a vida pior e a melhor, chamando pior a que levaria a alma a tornar-se mais injusta e melhor à que a leva a ser mais justa. A tudo o mais ela atenderá. Vimos efetivamente que, quer em vida, quer para depois da morte, é essa a melhor das escolhas. Deve, pois, manter-se essa opinião adamantina até ir para o Hades, a fim de, lá também, se permanecer inabalável à riqueza e a outros males da mesma espécie e não cair na tirania e outras atividades semelhantes, originando males copiosos

e sem remédio, dos quais os maiores seriam o próprio que os sofreria; mas deve-se saber sempre escolher o modelo intermediário dessas tais vidas, evitando o excesso de ambos os lados, quer nesta vida, até onde for possível, quer em todas as que vieram depois. É assim que o homem alcança a maior felicidade (PLATÃO, 2000, *A República*, p.317).

Leibniz (2004, p.149), ao formular seu sistema filosófico, conclui em sua obra que, sob o governo de Deus (Absoluta Perfeição) não haverá boa ação sem recompensa nem má ação sem castigo. O autor de todo o bem se compraz na consideração de suas perfeições, segundo a natureza do amor puro. Esse amor faz trabalhar as pessoas virtuosas e sábias. Quando entender suficientemente a ordem do Universo, o homem irá descobrir que ela supera todas as aspirações dos mais sábios, sendo impossível torná-lo melhor do que ele o é.

Assim, a questão da justiça, a partir da Reencarnação, deve ser vista como a Justiça em toda a sua excelência, divina e ideal, que não privilegia e nem pune desnecessariamente, arrolando todos os seres de acordo com o adiantamento moral na conquista da perfeição. Nessa concepção, toda criatura humana estaria fadada ao sucesso moral. A justiça divina teria por bem, supremo, a perfeição do ser. Em tese, Deus utilizar-se-ia da vida, para calcar, aos espíritos, marcha infinita em direção à absoluta perfeição.

9. TEORIA DOS REFERENCIAIS BIOÉTICOS

Em 2006, Hossne propôs a Teoria dos Referenciais Bioéticos como uma nova ferramenta para orientar a reflexão no campo da Bioética, partindo da verificação de que a Teoria dos Princípios, formulada por Beauchamps e Childress em 1979, ainda que importante e necessária, revelou-se insuficiente para resolver, adequadamente e de forma abrangente, diversas situações cotidianas complexas, não só na área da biomedicina.

Segundo Hossne (2006; 2008), os princípios propostos por Beauchamps e Childress foram identificados objetivando-se salvaguardar a ética nas pesquisas biomédicas envolvendo seres humanos. Contudo, a despeito desse objetivo específico, os princípios propostos por Beauchamps e Childress rapidamente passaram a ser adotados e aclamados, pela comunidade biomédica, como princípios bioéticos.

Somente aos poucos, verificou-se a insuficiência relativa e a tendência reducionista da Teoria dos Princípios (Hossne, 2006; 2008). À medida que surgiam questões ou situações que fugiam à alçada dos princípios, buscavam-se mecanismos para seu enquadramento ou a tentativa de desqualificação da problemática, furtando-se, assim, à proposta primeira da Bioética, da reflexão filosófica e ética profunda e abrangente.

Hossne (2006; 2008) também argumentou que os princípios propostos por Beauchamps e Childress não atendem a todas as situações abrangidas pela Bioética, nem mesmo quando restritas à área médica ou biomédica, sendo claramente insuficientes (HOSSNE, 2008). Para ele, a idéia do principialismo incute a possibilidade de interpretação fundamentalista, eticamente perigosa, pois reduziria a ética a meros aspectos deontológicos que seriam, na maioria das vezes, inadequados e limitantes.

Lembrou, ainda (2006; 2008), que os princípios propostos por Beauchamps e Childress não foram inovações na História da Humanidade. A não-maleficência e a beneficência já haviam sido claramente enunciadas no Juramento Hipocrático e há muito consagradas na prática médica. A justiça, em particular a justiça distributiva, também já havia sido referenciada nos *Diálogos* de Platão e a conquista da autonomia fora se cristalizando pouco a pouco nas

sociedades, desde os séculos XVII e XVIII, com as Revoluções Democráticas e as considerações filosóficas de Kant, Spinoza e Locke.

Segundo Hossne (2006), faz-se necessário elaborar a Bioética à luz de Referenciais e não de Princípios.

Para ele, os Referenciais são como pontes que interligam questionamentos e considerações, permitindo a elaboração ética para a escolha ou deliberação da melhor conduta a ser tomada pelo Homem frente a um dilema ou problema que se apresente, de qualquer ordem de grandeza ou natureza. Os Referenciais permitem que, numa reflexão bioética, outros pontos, às vezes importantes e nem sempre enunciados num primeiro momento, possam ser levantados, englobados e avaliados.

São pontos arrolados pelo autor serem como Referenciais Bioéticos (HOSSNE, 2006): dignidade, solidariedade, privacidade, vulnerabilidade, responsabilidade, sobrevivência, prudência, dentre outros, não apenas aqueles referentes aos direitos e deveres, reduzidos aos princípios da beneficência, não maleficência, respeito pela autonomia e justiça distributiva.

Na visão de Hossne (2006), esses pontos de referência não estariam linearmente entrelaçados uns aos outros, mas livres para interagir conforme a situação bioética que se apresente. Assim, segundo suas próprias palavras: “direitos, deveres, valores, compromissos e sentimentos éticos, com liberdade plena de atuação pluralista, inter e trans-disciplinar, constituem a ótica e a métrica da Teoria dos Referenciais”.

É importante compreender que a proposta dos Referenciais, feita por Hossne, em 2006, parece marcar um amadurecimento no movimento Bioético, pois, a partir do diagnóstico da insuficiência e inadequação dos Princípios Bioéticos propostos por Beauchamps e Childress, em 1979, ele busca ferramentas mais apropriadas, visando incluir valores importantíssimos e de natureza essencialmente ética, levando a Bioética para um patamar além dos limites físicos do corpo e da vida humana, contribuindo e ampliando exponencialmente o campo de ação dessa nova disciplina.

A partir de Hossne, a Bioética reassume, de certa forma, a proposta inicial de Potter, de estabelecer pontes que permitam o diálogo entre as ciências da vida e a filosofia, tendo por objetivo o bem do planeta e o bem da humanidade.

Seus Referenciais poderão ser utilizados tanto na área biomédica quanto nas outras áreas do saber. Poderão, inclusive, alcançar os problemas eminentemente mais preocupantes e graves a nível global, como a questão ecológica; da sobrevivência no planeta; do aquecimento global; do uso inadequado e insustentável dos recursos naturais; da fome; das guerras; das armas físicas, químicas e biológicas; da energia atômica e da licitude de seu uso; da desigualdade social a nível mundial; do supérfluo e da escassez; da posse do espaço sideral como observatório e localização de infra-estruturas básicas para o avanço tecnológico; da globalização e de suas interjeições; o destino do planeta, dos homens e de suas almas – que no fundo resumem-se a uma questão pura e simplesmente de natureza ética.

Enfim, a Teoria dos Referenciais, proposta por Hossne, oferece novas ferramentas que permitem um aprofundamento na reflexão ética acerca dos reais benefícios e limitações do desenvolvimento tecnológico, tendo em vistas a preservação da vida e do planeta, através do comprometimento responsável do homem com o futuro e o bem da Humanidade, em contraposição com a reflexão basicamente antropocêntrica e reducionista abarcada pela Bioética, nos moldes com que ela vem sendo formulada e utilizada até então.

Porém, a meu ver, é importante que se entenda que o grande valor dos Referenciais Bioéticos propostos por Hossne parece encontrar-se, sobretudo, no aspecto essencialmente ético desses referenciais. É necessário, portanto, que o valor ético de cada referencial seja buscado incansavelmente, sob o risco de um possível enquadramento conceitual, que poderia vir a reduzir e transformar a ética em instrumento de licitude científica, desvalorizando sua essência filosófica e desvirtuando as intenções mais nobres da própria Bioética.

10. ÉTICA, MORAL E REENCARNAÇÃO

A palavra “ética” provém do grego *ethos*.

Segundo Ferrer e Álvarez (2005, p. 23), *ethos*, em grego, opõe-se a *páthos*⁹⁷, palavra que significa “aquilo que foi dado pela natureza; natural; cuja existência não está subordinada nem à liberdade e nem ao esforço humano”. É o que foi recebido “passivamente”, à margem da autonomia e do trabalho, como, por ex., patrimônio genético, posição social e lugar de nascimento; heranças naturais que contribuirão com o determinismo cultural e civil de certo indivíduo, em determinada época.

Segundo a interpretação desses autores (FERRER & ÁLVAREZ, 2005, p. 24), o *páthos* é aquilo que se recebe passivamente, enquanto o *ethos* se refere ao esforço ativo e dinâmico da pessoa que, ao elaborar as suas condições de vida, transforma aquilo que foi herdado naturalmente, cunhando-lhe forma humana, no sentido próprio do termo. É assim que, segundo o livre arbítrio e a capacidade autônoma, o homem poderá esculpir, diante daquilo que é material e que lhe foi concedido pelo *páthos*, a própria identidade pessoal. Com o *ethos*, o homem adentra-se ao âmbito da liberdade e, por conseguinte, ao âmbito do biográfico e do estritamente moral. Ou seja, o *ethos* encerra o poder transformador e criativo do homem, cuja ação (*práxis*) está fundamentada, sobretudo, na liberdade de escolha e não em alguma espécie de necessidade.

Segundo Chauí (2002, p. 508), *páthos* opõe-se a *práxis* e não a *ethos*. Por *práxis* deve entender-se ação, ato (por oposição à fabricação, *poíeses*); atividade (por oposição a paixão, passividade, *páthos*); realização; maneira de agir e maneira de ser. O verbo *prátto* (no infinitivo: *práttein*) significa: percorrer um caminho até o fim, chegar ao fim, alcançar o objetivo, executar, cumprir, realizar, agir, conseguir, fazer acontecer alguma coisa, fazer por si mesmo.

⁹⁷ *Páthos*, segundo o glossário de termos gregos, pode assumir distintos significados: Paixão ou sentimento; emoção; aquilo que se sente; aquilo que se sofre ânimo agitado por circunstâncias exteriores; perturbação do ânimo causada por uma ação externa; acontecimento ou mudanças nas coisas causadas por uma ação externa ou por um agente externo; passividade humana ou das coisas; doença (donde: patológico, patologia); emoção forte causada por uma impressão externa (donde: patético); passividade física e moral; sofrimento. O verbo *páskho* significa: ser afetado de tal ou qual maneira, experimentar tal ou qual emoção ou sentimento, sofrer alguma ação externa, padecer (em oposição a agir). Oposto a *praxis* (*Práxis*: ação, ato; atividade= por oposição a paixão, passividade; *páthos*; realização, maneira de agir e ser (CHAUI, 2005, p.508 e 510).

Trata-se da ação no campo ético e político. A *práxis* difere da *poíeses* e se opõe ao *páthos*. Já o *ethos*, de acordo com Chauí (2002, p. 501), é tratado pela ética, que estuda as ações e paixões humanas segundo o caráter ou a índole dos seres humanos. Conclui-se que o *ethos* escolhe e determina a *práxis*, estando direta ou indiretamente relacionados.

Num primeiro momento, interessa-nos questionar o que vem a ser, exatamente, o natural; qual a exata lei que determina o *páthos*, subordinando o homem, já ao nascimento e, às vezes, por toda uma vida, às mais diversas condições de sobrevivência e vulnerabilidade, tolhendo-lhe muitas vezes a subsistência, a cultura, a dignidade, a consciência e as mais básicas condições humanas de vida; ou permitindo-lhe, noutras, o excesso e o supérfluo, tanto a nível cultural quanto material. Nem sempre o *ethos* tem o poder de superar o *páthos* e salvaguardar uma vida do sofrimento, ofertando-lhe condições mínimas de dignidade ou oportunizando-lhe felicidade.

Seria essa lei, determinante do *páthos*, o mero acaso? A vida e sua inserção no mundo seria uma simplista fatalidade sem causa aparente?

Ou o *páthos* e a própria vida estariam inseridos num sistema ordenado de leis universais e justas, coerentes com aquilo que, nas doutrinas reencarnacionistas da Antigüidade, se formula ser a Inteligência Primordial e Causal do mundo material e existencial, de tal forma a ser compreendida, em sua essência cósmica e absoluta, como indissolúvel, plenamente expressa em cada uma de suas manifestações materiais? (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, 55 a 64; LAO TSÉ, 2003, p.27)

Esta concepção é perfeitamente condizente com a filosofia de Leibniz (2004, p. 3 e p. 18-19) acerca de Deus, um Ser absolutamente perfeito, que contém a máxima ciência e onipotência, cujas leis organizam e determinam o mundo com exatidão; que cria as substâncias segundo Sua vontade de forma a torná-las um espelho Dele mesmo, expressão de todo o Universo.

Segundo os sistemas filosófico-doutrinários reencarnacionistas, o *páthos* (perturbação do ânimo causada por um agente externo, padecimento ocasionado por ação externa, como por ex. patrimônio genético, lugar de nascimento ou condição social, doença) jamais poderia ser interpretado como “uma herança passiva, independente de esforço ou trabalho”, como considera Ferrer e Álvarez (2007, p.23), uma vez que ele estaria vinculado a uma lei

natural kármica ou lei de ação e reação, considerada necessária ao progresso intelectual e moral da individualidade. Assim, segundo a concepção reencarnacionista, o *phátos* estaria intimamente ligado ao *ethos*, uma conseqüência direta da ação humana em vida passada e importante para que se garanta a manifestação da justiça Divina, segundo a qual se mantém a ordem geral e o princípio da eqüidade no Universo.

Quanto ao derivado *ethos*, da palavra “ética”, em grego, ele teria duas grafias. Pode ser escrito com *eta* (η) ou com *epsilon* (ε), duplicidade gráfica que reúne uma diversidade de significados (FERRER & ÁLVAREZ, 2005, p. 25 -26; COMPARATO, 2006, p. 96; CHAUI, 2002, p. 501):

- ηθοζ -*ethos* escrito com *eta*, originalmente significava morada ou lugar de residência. Em determinada época, o termo era usado na poesia grega antiga indicando pastos e abrigos onde os animais habitavam. Com o tempo, passou a ser aplicado também para designar lugar ou residência dos seres humanos, chegando mesmo a indicar ‘país’. Por último, assumiu o significado de caráter, maneira de ser de uma pessoa, índole, temperamento, disposições naturais de uma pessoa segundo o seu corpo e a sua alma, os costumes de alguém (animal, homem, cidade) conforme a sua natureza. Refere-se ao que se faz e ao que se é por características naturais próprias de alguém ou de alguma coisa, o seu caráter.

Para Ferrer & Álvarez (2005, p. 26), o caráter representa disposição fundamental de uma pessoa diante da vida, devendo-se entender o caráter em sua concepção moral e não psicológica: configuração estável escolhida por uma pessoa em relação à vida; aquilo que determinará o tipo de pessoa escolhido para se ser. O caráter, segundo esses autores, é tido como fundamental para a vida moral, pois configura a própria personalidade, a índole, o que determinará as opções e escolhas diante das intempéries e oportunidades da vida num determinado ser humano.

- εθοζ -*ethos* escrito com *epsilon*, refere-se aos usos e costumes vigentes numa sociedade; secundariamente pode ser interpretado por hábitos individuais. Refere-se ao costumeiro.

Segundo Ferrer e Álvarez (2005, p. 26), *ethos* (com *epsilon*) significa os atos concretos e particulares, por meio do qual a pessoa realiza o seu projeto

de vida. Para eles, o caráter moral vai se formando, precisamente, mediante as opções particulares diante do cotidiano. Do ponto de vista moral, “somos aquilo que escolhemos”. Os autores parecem desvincular o *ethos* do *phatos*, forças consideradas diametralmente opostas por eles.

Comparato (2006, p. 96) considera que, etimologicamente, essa duplicidade gráfica do *ethos* expressa duas vertentes clássicas da reflexão ética: a subjetiva, centrada em torno do comportamento individual, e a objetiva, fundada no modo coletivo de vida. Essas vertentes foram amplamente exploradas pelo pensamento grego, de forma que na individual, a regra de vida proposta foi a virtude (*areté*⁹⁸); enquanto que na coletiva, formulou-se a lei (*nómos*⁹⁹). Segundo ele, o raciocínio ético, na Grécia Antiga, passava insensivelmente da vida individual à social; dos hábitos pessoais às leis; do *ethos* com *eta*, ao *ethos* com *épsilon*, e vice e versa. A vida ética do cidadão grego e a organização ética da política não podiam ser separadas, dado que a virtude, nada mais era do que a lei interiorizada, e a lei, a virtude objetivada.

Ora, a manifestação do *ethos*, nos sistemas doutrinário-filosóficos reencarnacionistas orientais da Antiguidade, parece depender da compreensão do *dharma*, lei moral e Divina – tida como um dos pilares necessários à harmonia do Universo - que naturalmente vai tornando-se consciente ao homem, à medida que ele percebe a essencialidade espiritual e eterna da sua existência, em contraposição com a finitude de seu corpo físico.

Essa lei Divina, ou do Todo Absoluto, Daquilo que, já para Lao Tsé, era considerado insondável pela capacidade racional do homem (2003, p. 27),

⁹⁸ *Areté*: Mérito ou qualidade nos quais alguém é mais excelente; excelência do corpo; excelência da alma e da inteligência. Virtude seria sua tradição costumeira porque fora traduzida para o latim por *virtus*, que significa, inicialmente, força e coragem, e só depois, excelência e mérito moral e intelectual. A *areté* indica um conjunto de valores (físicos, psíquicos, morais éticos, políticos) que formam um ideal de excelência e de valor humano para os membros da sociedade, orientando o modo como devem ser educados e as instituições sociais nas quais esses valores se realizam. A *areté* se refere à formação do *áristos*: o melhor, o mais nobre, o homem excelente (CHAUI, 2002, p. 495).

⁹⁹ *Nómos*: Regra, lei, norma. O primeiro sentido desta palavra é aquilo que se possui por partilha, aquilo que se usa porque é atribuído por uma partilha; por extensão: uso, costume, conforme ao uso ou ao costume. Esta conformidade ao costume passa a significar a norma ou regra costumeira de um comportamento de um grupo, as convenções sociais que o grupo estabelece para seus membros. Mais adiante: opinião geral, máxima geral, regra de conduta. Por extensão da regra e da máxima geral: uso do costume com força de lei; ainda: o direito, o que se faz segundo o direito ou conforme ao direito. *Nómos* opõe-se a *phýsis* (natureza, fundo inesgotável de onde vem o *kósmos*): o *nómos* é o que é por convenção, por acordo e decisão humanos, enquanto *phýsis* é o que é por natureza, por si mesmo independentemente da decisão ou vontade dos homens. Os sofistas dirão que tudo é pelo *nómos*, tudo é convenção (CHAUI, 2002, p. 506).

representa, espiritualmente, o caminho da perfeição dos seres, tanto moral quanto intelectual. Ou seja, o *dharma* seria uma espécie de “código” ético Divino, um conjunto de leis específicas e imperativas que determinariam, ao ser, o bem e a busca do conhecimento através da razão e da percepção do que é essencial na existência. É a mesma lei que determinaria o *pathos*, nessa concepção doutrinária, oportunizando as condições mais necessárias ao adiantamento e evolução espiritual das criaturas, quando encarnadas, segundo a lei do karma ou princípio da ação e reação. O karma seria um instrumento para se fazer cumprir o *dharma*, principalmente àquelas criaturas que, oportunamente, já teriam condições morais de escolher entre o bem e o mau.

O conteúdo dessa lei é facilmente visualizado nas obras reencarnacionistas clássicas da Antigüidade, como na cena em que Hunefer, recém desencarnado, identifica as ações vivenciadas por ele e por seus órgãos com as leis da natureza, no *Dwat*, mundo das leis, trevas e domínio da vida intermediária da alma em sua jornada para o céu, segundo *O Livro dos Mortos do Antigo Egito* (SELEEM, 2005, 82-84), donde o valor das ações de uma vida poderia ser avaliado pelo “peso de seu coração” e, a depender do peso dessas ações, o morto poderia livrar-se ou não da roda dos renascimentos.

Quanto ao *dharma*, ele também está claramente expresso no *Bhagavad Gîtâ*: “O bom caráter liberta da imortalidade e conduz à Divindade. O mau caráter causa repetição de nascimentos mortais. O primeiro dá liberdade, o segundo conduz à escravidão” (2006, p.151), sempre associando a verdadeira sabedoria ao desapego das coisas materiais e à iluminação do espírito. No *Bhagavad Gîtâ*, Krishna ensina a Arjuna, que o motivo das ações e pensamentos deve ser sempre a aquisição da perfeita disciplina, que é o de cumprir o dever da melhor forma possível. É necessário vencer as batalhas entre o corpo e a alma, dizia Krishna, para se chegar ao conhecimento de sua verdadeira essência divina (2006, p. 13).

Também no Budismo, a concepção do *dharma* é precisa. A iluminação pode ser atingida por quem quer que se disponha ao nobre caminho, à retidão do caráter, ao desapego e à busca constante e incansável da sabedoria (A DOUTRINA DE BUDA, 2007, p. 42, p. 47, p. 113). O *dharma* corresponderia ao caminho da iluminação, da sabedoria suprema, do Nirvana. O *ethos* seria a escolha desse caminho.

No Espiritismo, o *dharma* poderia ser traduzido como expressão das leis de Deus, também chamadas de leis naturais, classificadas em Lei Divina ou Natural; Lei da Adoração; Lei do Trabalho; Lei da Reprodução; Lei da Conservação; Lei da Destruição; Lei da Sociedade; Lei do Progresso; Lei da Igualdade; Lei da Liberdade; Lei da Justiça, Amor e Caridade; além da Perfeição Moral; como destaca Allan Kardec n' *O Livro dos Espíritos*, nos capítulos em que se refere às leis morais (KARDEC, 2006, p. 221-304).

É o discernimento da escolha que definirá, segundo as doutrinas reencarnacionistas, o nível de evolução espiritual de cada individualidade, que tenderia a galgar, através das encarnações sucessivas, a ascensão e o despojamento de tudo o que é perecível, através do esforço no bem, da conquista do conhecimento e, enfim, da iluminação do espírito. À medida que ascende, a individualidade vai sendo convidada a livrar-se da roda dos renascimentos (*sansara*) e conseqüentemente do sofrimento, necessários ao entendimento e aceitação de sua natureza essencialmente divina (BHAGAVAD GÎTÂ, 2006, p. 109; A DOUTRIANA DE BUDA, 2007, p.47).

É quando o ser vislumbra a possibilidade do Nirvana, da felicidade plena, da harmonia perfeita com o Universo, naquele processo mítico de Platão (2000, *A República*, p.210 -213): do homem selvagem e em completa ignorância, que consegue se desprender das algemas e correntes do fundo da caverna, desarvorando e transformando a sua condição, pela vontade soberana e pelo esforço da subida, ainda que nas trevas, até o deleite da luz intensa, da verdade plena e absoluta que por um momento lhe cega. É quando o ser, compreendendo o valor moral de sua dimensão espiritual, optaria pelo que é eterno e essencial, despojando-se dos apelos mais animalizados de seu corpo físico, conduzindo-se espontaneamente ao que é estritamente relevante e eterno.

Ou seja, o *dharma*, uma compreensão nata das leis naturais e eternas, teria autoridade de provocar no espírito humano a necessidade da busca da virtude, que vai sendo tanto mais desejada e desenvolvida à medida que sua importância na escalada da perfeição moral é compreendida. É através das reencarnações, da pluralidade das existências e da manifestação da lei do Karma que, muitas vezes, é permitido, ao ser, compreender o *dharma*. O *ethos* passaria a ser conquista inexorável da alma, um tesouro eterno e indispensável

à compreensão da Força Superior e Primordial, Criadora de todas as coisas viventes e não viventes, de todos os mundos e de todas as manifestações inteligentes de Sua própria essência. Jesus assim o recomendava:

Não ajunteis para vós tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem os consomem, e onde os ladrões minam e roubam; mas ajunteis para vós tesouros no céu, onde nem a traça nem a ferrugem os consomem, e onde os ladrões não minam e nem roubam. Porque onde estiver o teu tesouro, aí estará também o teu coração.

A candeia do corpo são os olhos; de sorte que, se os teus olhos forem bons, todo o teu corpo terá luz; se, porém, os teus olhos forem maus, o teu corpo será tenebroso. Se, portanto, a luz que em ti há são trevas, quão grandes são tais trevas!(Mt, 6.19-21)

Conclui-se que, na filosofia reencarnacionista, o *ethos* está intimamente relacionado ao *dharma*, ou lei Divina. O processo ético se dá ora de forma descendente, quando o ser é constrangido a aceitar as fatalidades da vida impostas pelo *páthos* e, assim, passa, até mesmo por necessidade, a desenvolver o *ethos*; e ora de forma ascendente quando, ao se identificar com a essência do Absoluto, o ser vislumbra a perfeição do Criador e passa a postular leis que lhe pareçam também naturais para a harmonia social. É, de um lado, a criação de Deus, e de outro, a compreensão humana de sua essência divina.

Esse processo ético, ora descendente, ora ascendente, pode ser observado e avaliado profundamente no sistema filosófico de Leibniz (2004, p. 60). Segundo ele, o ser humano tem na alma a idéia de todas as coisas. Pela razão é levado a entender que todo efeito tem uma causa, de forma que a essência de sua alma é expressão, imitação ou imagem da essência, pensamento e vontade de Deus e de todas as idéias Nele compreendidas. Para Leibniz (2004, p. 76-77), os espíritos são feitos à imagem do Criador, pois só eles podem servir livremente e agir com conhecimento à imitação da natureza divina. Um único espírito vale um mundo inteiro, de tal forma que, em comparação com as outras substâncias do Universo, que exprimem melhor o mundo que Deus, os espíritos exprimem melhor Deus que o Universo. Não se pode duvidar ter Deus ordenado tudo de molde a, não só os espíritos viverem

perenemente, mas de conservarem, para sempre, a qualidade moral conquistada.

Quanto à palavra “moral”, ela deriva do latim *mos*, que pode significar tanto costume quanto caráter ou gênero de vida. De seu plural *mores* originou-se o termo *morales*, neologismo cunhado por Cícero para traduzir a palavra grega *éthika* (FERRER & ÁLVAREZ, 2005, p. 27).

Do ponto de vista puramente epistemológico, ética e moral são palavras distintas com um mesmo conteúdo semântico, sendo perfeitamente lícito que se atribua a elas o mesmo significado (FERRER & ÁLVAREZ, 2005, p.27).

Porém, Ferrer & Álvarez (2005, p. 27) alertam que, classicamente, a palavra “ética” era entendida como o estudo filosófico dos fundamentos, princípios, deveres e demais elementos da vida moral, tratando-se de uma teoria filosófica sobre a moralidade. Por sua vez, a palavra “moral” era atribuída à consideração prática dos casos concretos, designando-se como a arte de aplicar a ética, entendida como uma teoria filosófica acerca dos problemas concretos da vida moral. Ao filósofo cabia a formulação da teoria da vida moral e ao moralista atribuía-se a função de aconselhamento acerca da conduta frente a um determinado dilema ético.

Alguns autores passaram a fazer clara distinção entre “eticidade” e “moralidade”, como Jürgen Habermas (1991, p. 74-82), que atribuía o termo “moralidade” ao abstrato e universal; enquanto que “eticidade” era por ele considerada como a concreção da vida no mundo da moralidade.

Na atualidade há, muito freqüentemente, uma distinção semântica entre “moral” e “ética”, tendendo-se a atribuir o termo “ética” ao estudo racional da conduta humana, a partir dos deveres e das virtudes morais, estudo que deveria competir especificamente às disciplinas de cunho filosófico ou teológico (FERRER & ÁLVAREZ, 2005, p. 28).

Assim, nessa forma de interpretação, “ética” passa a ser saber racional, como fruto de uma reflexão crítica e acadêmica sobre fatos da vida moral¹⁰⁰.

¹⁰⁰ O estudo da Ética pode ser dividido em três graus: 1)Ética descritiva, que pressupõe o fato moral. Pode ser definida como ciência positiva dos fatos morais, tanto os individuais quanto os coletivos. É classificada segundo o critério de descrição (psicológico, sociológico, caracteriológico; 2) Ética normativa: baseia-se num conjunto de repertórios de normas morais. Eles explicitam como devem atuar os agentes morais, fornecendo normas práticas de ação. São códigos de ética. 3)Ética filosófica em sentido estrito: é a reflexão moral, reflexão racional profunda dos pressupostos, dos fundamentos, dos sistemas de normas morais. Busca a verdade que torna um sistema moral válido eticamente. É o que fundamenta qualquer norma

Por sua vez, “moral” passa a ser um termo que se refere aos códigos normativos culturais, concretos, daquilo que de fato é vivenciado, muitas vezes independente das reflexões ou das fundamentações, necessárias por tornarem o ato do livre arbítrio eticamente responsável, consciente e produto de um juízo de valor bem estabelecido. A moral, a partir dessa interpretação, não passaria pelo juízo ético, seria apenas um mecanismo condicionado. Assim, moral, semanticamente, torna-se ato tão somente cultural, não necessariamente ético, muitas vezes completamente destituído de crítica racional e escolhas reflexivas.

A semântica, nesse sentido, torna moral tudo o que eticamente pode ser considerado amoral ou imoral, perdendo a força da sua eticidade. O termo perde o sentido, fica destituído de autoridade ética, tornando-se, a depender do desvelo ético com que é formulado, um termo pejorativo e até mesmo vulgar.

As doutrinas espiritualistas tendem a considerar “moral” como a prática da “ética”, a busca do bem e da virtude. Acredita-se que, através das encarnações sucessivas, o ser em evolução, ao experimentar a diversidade, conquistaria inúmeras experiências, tendo oportunidade de reformular juízos, acrescentar considerações, errar e acertar, quantas vezes lhe forem necessárias, até que, tendo adquirido o devido conhecimento ético, tornar-se-ia impossível errar.

Para essa forma filosófica de conceber a vida, moral é aprendizado prático, processo de aprender e vivenciar a ética, escolher, segundo prévia bagagem ética, a partir daquilo que o espírito já tenha de antemão aprendido neste campo de conhecimento, ainda que em vida passada. A moralidade seria, por conseguinte, como uma escala aritmética, que poderia quantificar a qualidade ética do ser.

Moral não se confunde com cultura, ao se admitir a Reencarnação, pois a cultura entrará nas necessidades ou disposições evolutivas daquele que reencarna (*páthos*), podendo vir a ser uma alavanca, ao impulsionar o ser às esferas mais elevadas da perfeição; ou poderá, ao contrário, tolher a sua evolução, uma vez que, pela livre escolha, este ser decida-se pelo condicionamento irrefletido da cultura em questão, optando pela espontânea alienação ética e moral.

ou código (FERRER e ÁLVAREZ, 2005, p.25).

O *ethos* exige, do espírito, um mínimo de evolução moral, donde pode ocorrer que um ser humano encarnado ainda não a tenha adquirido em vidas passadas. É quando se distingue a face mais animalizada de sua natureza; quando a carne e os prazeres mundanos controlam totalmente a aspiração de uma existência; ou a brutalidade e a busca do poder transformam o palco das civilizações em arena selvagem; ofuscando o que há de divino e de mais maravilhoso na natureza humana, por simples falta de compreensão, de capacidade de discernimento, por falta momentânea de racionalidade e sentido ético. Nesse momento de evolução hominal, torna-se impossível, ao ser que ainda vivencia as esferas mais animalizadas de sua personalidade, a distinção entre o que é belo, justo e bom. Ele ainda não consegue aperceber-se nem identificar-se com a natureza divina, que dá vida à carcaça que lhe permite a experiência corporal, infringindo a ilusão temporal e necessária à conquista do que é eterno e essencial.

À moral deve ficar subtendido, por tanto, o significado ético profundo da ação embasada em propósitos ou crenças individuais e coletivas que induzam ao que é bom, belo e justo. O fazer o bem, a beleza da ação e a justeza de pensamentos, atos e palavras, necessitam, para a maioria dos homens, disciplina constante, esforço e boa vontade; ou seja, são expressões e conquista do *ethos*.

“Moral” seria, segundo a crença na Reencarnação, um empreendimento do espírito, conduta escolhida a partir de uma deliberação espontânea daquilo que o torna racional, não devendo ser reduzida à prática coletiva, condicionada, segundo os costumes de um povo ou de uma localização. Pois o bem é sempre um bem, o mal é sempre um mal, em qualquer época ou em qualquer lugar, ainda que, por ignorância, um mal possa vir a ser considerado um bem ou um bem possa vir a ser considerado um mal (KARDEC, 2006, p.226).

Para Aristóteles, a virtude moral, sendo o produto dos usos e costumes, não existe nos homens naturalmente, pois segundo ele, não pode ser natural o que é adquirido pelo costume. Assim é que, sendo a virtude uma faculdade prática, dirigida à ação, necessita o exercício contínuo em sua direção, como também o é a justiça, pois para ele é pelo exercício das ações justas que o homem torna-se justo. E a prática dessa verdade, segundo ele, pode ser

comprovada na sociedade política, donde ocorre que pela legislação educa-se e tornam-se bons os cidadãos (ARISTÓTELES, *Ética à Nicômaco*, p. 36).

Segundo o pensamento reencarnacionista, a virtude moral seria uma acepção da alma, de forma que poderia vir a existir naturalmente, se por naturalmente aqui entender-se conquista prévia à encarnação atual. É justamente por isso que o *ethos*, enquanto conquista individual, permite a existência de diversificação moral e intelectual em pessoas que compõem um determinado grupo cultural ou social. Entre gemelares, por ex. siameses, uma vez estando submetidos às mesmas condições ambientais, educacionais e circunstanciais desde a concepção, tendo herdado o mesmo *páthos*, ainda assim, desde tenra idade, manifestarão *ethos* completamente diferentes que, segundo postulam os sistemas espiritualistas reencarnacionistas, serão proporcionais à evolução espiritual conquistada previamente à manifestação da vida atual, por cada um.

Considera-se claro que as regras educacionais e limites à liberdade inconseqüente e irresponsável podem educar o espírito na direção do bem e do conhecimento, desde que tal direcionamento seja um anseio do mesmo que, facilmente ou naturalmente, haverá de escolher o caminho que o levará em direção à perfeição moral.

De fato, entende-se que a virtude, como uma ação prática, tornar-se-á mais natural e menos forçosa à medida que a compreensão da finalidade essencialmente espiritual da existência humana for fomentando a ascese no bem e na busca das verdades eternas. Pelo pensamento reencarnacionista, o esforço na prática é necessário, até mesmo fundamental, para a conquista do que é eterno, como formula Aristóteles em relação à virtude e à justiça. Porém, a virtude, por ser acepção do espírito imortal (que, incontáveis vezes, será submetido à roda dos renascimentos corporais, até ensejar a perfeição da sabedoria e da verdade absoluta), uma vez adquirida, passa a ser expressão natural do ser, nas vidas que se seguem.

11. REENCARNAÇÃO E BIOÉTICA: INTERFACES

Diante de tudo o que foi exposto:

- Da essência das doutrinas que têm por fundamento não só a Imortalidade das Almas, mas, sobretudo, a Reencarnação;
- Dos indícios científicos que corroboram com a hipótese de que esses fundamentos possam ser um dos princípios que regem a existência e a evolução da vida na Terra;
- Da necessidade de implantar-se, ao saber científico, um senso ético para escrutínio das conseqüências - imediatas ou tardias - de sua aplicabilidade sobre o planeta, a vida e o bem da Humanidade;
- Da percepção - a meu ver - de que as ferramentas propostas atualmente para reflexão bioética ainda são carentes e insuficientes na detecção da composição espiritual e ética do ser, reduzindo a Bioética ao campo mais material da existência humana;
- Da concepção de que essa composição espiritual, segundo a ciência não oficial, parece transcender a morte do corpo físico, tornando-se, talvez, parte 'das mais essenciais' na vida humana e, por isso, 'das mais interessadas' nas possíveis conseqüências, de eventuais escolhas inadequadas tomadas diante dos dilemas bioéticos;

Por tudo isso, torna-se importante estabelecer algumas relações entre essa hipótese, de natureza científica e ética - que é a Reencarnação -, e a Bioética.

A Reencarnação amplia exponencialmente a compreensão da vida, podendo vir a oferecer, não só à Bioética, mas a todas as áreas do conhecimento humano, uma reformulação conceitual e uma reflexão profunda acerca da natureza humana e do possível significado real de sua dimensão extrafísica.

A partir da concepção reencarnacionista, o ser humano passa a ser entendido como um ser inter-existencial (INCONTRI, 2003, p.29), imanente em suas relações com as coisas materiais e, ao mesmo tempo, transcendente em relação às coisas do espírito.

Essa nova concepção - de que somos seres inter-existenciais - passa a exigir da Bioética uma visão, no mínimo, mais holística e abrangente, que

contemple, com sabedoria e amplitude, essas duas esferas inseridas em uma mesma realidade.

Ao conceber a hipótese da Reencarnação em suas deliberações, a Bioética assumirá uma responsabilidade e um compromisso ético muito maior, pois deverá preocupar-se, não apenas com as possíveis conseqüências das intervenções tecnológicas sobre o corpo físico, material e perecível, mas, de forma especial, com as conseqüências dessas intervenções sobre espíritos imortais.

A vida tornar-se-ia, no modelo reencarnacionista, 'um colapso de onda em uma função quântica', como propõe o físico Amit Goswami (2005), em sua teoria quântica sobre a Reencarnação. Ela deixaria de ser compreendida como uma máquina de funções lineares e previsíveis, para assumir-se como uma possibilidade criativa, em um milhão de outras possibilidades, escolhida livremente por um espírito imortal que ruma em direção à Perfeição Absoluta. A vida seria como um caminho a ser trilhado, cuja retidão ou circunvolução estaria a depender da compreensão e da disposição que o homem já tenha adquirido do seu próprio destino. A vida seria expressão consciencial.

Teorias científicas apontam para a provável existência de Campos Organizadores (BURR e NORTHROP, 1962; INIUSHIN, 1971; SHELDRAKE, 1995), cuja função seria a de modelar os sistemas biológicos, corroborando indiretamente, segundo ANDRADE (2003, p.51) com a tese reencarnacionista de que o espírito daria vida ao corpo físico.

Segundo Burr e Northrop (1962), os sistemas biológicos seriam estabelecidos por um complexo campo eletrodinâmico, em parte determinado por seus componentes físico-químicos atômico; em parte, determinando o comportamento e a orientação daqueles componentes. Esse campo seria de natureza elétrica, no sentido físico e, por suas outras propriedades, relacionaria as entidades do sistema biológico em um modelo característico. Ele próprio seria, parcialmente, resultado da existência daquela entidade, determinando e sendo determinado pelos seus componentes¹⁰¹.

¹⁰¹ Burr e Northrop (1962): Ao estudar o ovo da Salamandra, verificaram que, mesmo no ovo não fertilizado, já se encontravam pré-estabelecidos os pontos e as regiões onde os campos eletrodinâmicos mostravam-se mais ou menos intensos. Um eixo longitudinal, ao longo do qual iria desenvolver-se o sistema nervoso, já estava delineado mesmo no ovo não fertilizado. Essa região, que se caracterizava por possuir uma determinada intensidade de campo, fora marcada

Burr e Northrop (1962) concluíram que, mais do que estabelecer o modelo, esse campo parece manter o modelo em meio a um fluxo físico-químico, regulando e controlando as coisas vivas. Ele parece ser o mecanismo, o resultado de cuja atividade é a totalidade, a organização e a continuidade, podendo ser comparado à “entelêquia de Driesch, ao campo embriônico de Spehmann e ao campo biológico de Weiss”.

Esses autores consideraram, como sendo o mais extraordinário fato ligado à presença desse campo em todas as organizações vivas, sua ação organizadora no embrião, uma vez que as propriedades do campo do embrião irradiam-se através do meio, do envoltório líquido no qual o embrião vive (BURR e NORTHROP, 1962).

Nobre (2000, p.137) chama a atenção para a importância das pesquisas realizadas por Burr e Northrop que demonstraram haver, ao redor de todos os seres vivos, sejam bactérias, embriões, sementes, plantas e animais, campos eletrodinâmicos que podem ser registrados e que parecem corresponder aos campos vitais implicados no crescimento, organização e desenvolvimento dos seres vivos, existentes no interior dos organismos vivos.

Andrade (1986, p. 110-120), partindo da tese de que algo ainda não detectável pela ciência convencional comandaria a estrutura das células dos seres vivos, propôs que esse algo seria um campo de natureza magnética – em detrimento ao campo de natureza eletrostático formulada por Burr e Northrop¹⁰².

Em sua Teoria, Andrade propõe que o Campo Biomagnético estaria ligado à matéria física e seria dirigido para o hiperespaço, sendo responsável pela interação entre aquela e a matéria espiritual (psi). Esse campo seria

no referido ovo por meio de um corante especial. Surpreendentemente, as regiões identificadas por determinadas medidas elétricas não sofreram modificações nem após a fertilização do ovo. O fato da fertilização não alterar o desenho elétrico do futuro embrião, preestabelecido pelo menos no ovo de Salamandra, impressionou os experimentadores. Essa inalterabilidade sugere que o desenho do embrião vivo é um correlato das medidas elétricas obtidas, as quais podem ser registradas objetivamente durante o processo de crescimento e desenvolvimento e se tornam um dos fatores constantes durante todo o seu processo de desenvolvimento (NOBRE, 2000, p.136).

¹⁰² Sobre isso, Andrade enfatizava que é possível demonstrar que um campo rotacional de natureza magnética, atravessando perpendicularmente o espaço físico, suscitará, ao redor da região atravessada, um campo do tipo eletrostático, de forma que as observações de Burr e Northrop seria uma confirmação acerca da correlação existente entre o campo bio-magnético e os campos eletrodinâmicos detectados nos seres vivos (NOBRE, 200, p.136).

relacionado com o modelo organizador biológico, sendo um elo entre esse modelo e a matéria viva. A matéria física do organismo, também possuindo o Campo Biomagnético ligado à sua estrutura, teria possibilidade de transmitir e receber informações do modelo organizador biológico. Tanto o modelo organizador biológico quanto o ser orgânico poderiam interagir um com o outro, graças ao Campo Biomagnético. Esse teria, portanto, um papel proeminente no fenômeno de vivificação da matéria orgânica (ANDRADE, 1986, p.116)

Em tese, Andrade considera que os Campos Organizadores Biológicos

devem ser produzidos por um princípio formado concomitantemente com a própria vida e cuja constituição estrutural espaço-tempo permitiria armazenar toda a experiência pregressa, convertendo-se em um domínio informacional histórico. Em sua interação com as moléculas orgânicas, esse princípio conduziria o embrião a reproduzir resumidamente, durante a ontogênese, as fases decisivas de sua filogênese, justificando o fenômeno de recapitulação (ANDRADE, 2003, p.59).

Para Andrade, esse princípio, funcionando como um modelo organizador biológico, talvez pudesse identificar-se com uma parte daquilo que as doutrinas reencarnacionistas chamam Espírito.

Para Sheldrake (NOBRE, 2000, p.140-141), os campos mórficos seriam estruturas energéticas imateriais, até agora desconhecidas, que organizam a vida e que dão formas às coisas do mundo, dos átomos mais simples aos seres vivos. À emanção desses campos, Sheldrake chama de ressonância mórfica. Esses campos teriam como encargo informar às células como devem dispor-se para formar o indivíduo de cada espécie, determinando de maneira sutil os movimentos, tendências e comportamentos de todos os exemplares daquela espécie. Eles estariam localizados nos genes, mas também exerceriam influência direta sobre eles e estariam fora da matéria ou do campo orgânico propriamente considerado, permitindo o ser desenvolvimento pleno.

De acordo com Sheldrake (NOBRE, 2000, p.141-142) os campos mórficos explicariam muitos fenômenos atualmente não compreendidos, como a telepatia, a sincronização dos bandos animais etc. A ressonância mórfica seria

a via mediante a qual o conhecimento transmite-se instantaneamente entre os membros da mesma espécie, independentemente de espaço e tempo.

Assim, a meu ver, as teorias dos campos organizadores parecem corroborar com a tese reencarnacionista de que o espírito imortal daria vida ao corpo físico.

Partindo-se dessa concepção, a Reencarnação reafirmaria a embriogênese como uma das fases, adquiridas pelo espírito ao longo de sua evolução hominal, das mais importantes, por encerrar, em si mesma, uma herança evolutiva de, no mínimo, 3,5 bilhões de anos. A embriogênese passaria a ser compreendida como o processo que permite, ao espírito, reencarnar e manifestar-se corporalmente, objetivando a sua evolução individual e coletiva, o seu auto-conhecimento e a sua expansão, biológica e moral, em busca da perfeição.

O real valor do embrião, a partir desse modelo, necessitaria ser revisto nas reflexões bioéticas, levando-se em conta não só toda a complexidade de sua natureza física, em processo de organização, mas, sobretudo, a sua essência espiritual. O embrião deveria passar a ser visto como o ser espiritual em evolução, que necessitaria reencarnar para aprender e evoluir, por isso, devendo ser mais respeitado em todas as suas fases de desenvolvimento.

Modificando a compreensão da vida, a Reencarnação implicaria em mudança conceitual de toda a ciência biológica – e não somente dela – que necessitaria incorporar, como já havia previsto Charles Richet em 1925 (MAGALHÃES, 2007, p.128-129) e como fórmula atualmente Landoli Jr (2004, p.183), aos seus saberes, o conhecimento de como seriam compostas e de como funcionariam as estruturas responsáveis pela interface corpo-etérica. Uma verdadeira revolução, ao conceber-se a Reencarnação como saber humano, deve ocorrer no universo científico, abrindo espaço para pesquisas, cujo objetivo seria investigar o componente espiritual do ser e sua relação com as várias áreas do saber: anatomia, fisiologia, patologia, farmacologia, bioquímica, física, medicina, psicologia, neurologia, pedagogia, sociologia, antropologia, etc. O modelo reencarnacionista modificaria o entendimento fisiopatológico dos processos mórbidos corporais e mentais; provavelmente reformularia o raciocínio clínico e as possibilidades terapêuticas, alterando não somente a concepção de cura ou controle das patologias, mas todo o

arcabouço filosófico das sociedades e das relações sócio-econômicas mundiais.

Do ponto de vista médico e psicológico, essas mudanças conceituais relativas à cura e controle de patologias podem ser exemplificadas na Terapia de Vida Passada, tipo de intervenção terapêutica que, ao considerar o ser como um espírito imortal, vulnerável às patologias da alma, busca acessar o seu subconsciente através de uma hipnose superficial ou um estado de concentração focalizado (WEISS, 2007, p.13).

Segundo Weiss (2007, p.13), a terapia regressiva promove um retorno ao tempo, qualquer que seja ele, a fim de resgatar lembranças que podem influir negativamente na vida atual do paciente e que, muitas vezes, é a fonte de sintomas refratários aos tratamentos médicos ou psicológicos convencionais. Embora as experiências traumáticas causais da atual morbidade possam ter ocorrido na infância, como propõe a Psicanálise de Freud, isso nem sempre é verificado. O trauma pode remontar a um período bem mais distante no tempo – a vidas passadas.

Weiss divulga sua experiência pessoal (2007, p.14) afirmando que, em cerca de 40% de seus pacientes, a chave para a cura sintomática esteve na regressão a vidas anteriores. Conclui que o melhor terapeuta, trabalhando dentro dos limites de uma única existência, será incapaz de efetuar uma cura completa para o paciente cujos sintomas foram causados por trauma ocorrido em uma vida anterior. Weiss também afirma que, quando a terapia de vidas passadas é usada para trazer à tona essas lembranças, há muito reprimidas, a melhora nos sintomas costuma ser rápida e expressiva.

A Bioética deverá, diante da Reencarnação, considerar a possibilidade de que, algumas intervenções tecnológicas, hoje consideradas perfeitamente lícitas e pertinentes, à luz do Princípio da Beneficência, poderiam ser traduzidas ou não, pelo espírito imortal, como experiências traumáticas, por ex., no caso de um transplante cardíaco, de uma eutanásia ou de um abortamento provocado. Nem tudo o que hoje é considerado um Bem, para a maioria dos materialistas, o é para a maioria dos reencarnacionistas. Mas essa questão, complexa demais, só poderá ou será efetivamente discutida, em profundidade, caso a hipótese da Reencarnação seja considerada e arrolada

como possibilidade filosófica, religiosa e científica pelas sociedades biomédicas mundiais.

Ao ser questionado quanto à questão espiritual na doação de órgãos, no caso específico sobre a licitude da doação de córneas, o médium Chico Xavier (2004, p. 47) foi categórico em afirmar que doação é uma ação que vem da caridade e do amor, estando, por isso mesmo, a sua licitude, a depender da superioridade do espírito doador:

Sempre que a pessoa cultiva desinteresse absoluto por tudo aquilo que ela cede para alguém, sem perguntar ao beneficiado o que fez da dádiva recebida, sem desejar qualquer remuneração, nem mesmo aquela que a pessoa humana habitualmente espera com o nome de compreensão, sem aguardar gratidão alguma - isto é, se a pessoa chegou a um ponto de evolução em que a noção da posse não mais a preocupa - esta criatura está em condições de doar, porque não vai afetar o seu corpo espiritual em coisa alguma. No caso contrário, se a pessoa se sente prejudicada por isso ou aquilo no curso da vida, ou tem receio de perder utilidades que julga pertencer-lhe, esta criatura traz a mente vinculada ao apego a determinadas vantagens da existência e com certeza, após a morte do corpo, se inclinará para reclamações descabidas, gerando perturbações em seu próprio campo íntimo.

É dessa forma que se observa a profundidade da reflexão bioética oferecida acerca de um problema tão complexo como a doação de órgãos, ao considerar-se a Reencarnação como uma possível lei natural.

Um outro aspecto interessante acerca da influência da Reencarnação sobre as questões bioéticas seria o de que, ao modificar o conceito de vida, ela também modificaria o conceito de morte, que passaria a não mais representar o derradeiro fim da individualidade e da consciência humana. Segundo Landoli Jr (2004, p. 183), a Reencarnação modifica todas as perspectivas e expectativas de vida para os seres encarnados, provocando, ao mesmo tempo, uma verdadeira revolução humana em relação à morte, que poderá ser vislumbrada como um processo natural de passagem do ser para outras dimensões da vida, revelando as infinitas oportunidades que alimentam o espírito rumo à perfeição.

A morte sob a égide da Reencarnação dará aos homens novas esperanças, quando a certeza da sobrevivência espiritual for considerada, estimulando-os no caminho da verdade, da beleza e do bem maior.

Questões atuais de Bioética Médica poderão ser refletidas mais profundamente, como a eutanásia e a morte assistida, possibilidades biomédicas muitas vezes aventadas objetivando-se o alívio imediato do sofrimento humano, físico ou espiritual. A expectativa de que o fim da vida física interrompa o sofrimento, ora classificado como insuportável por aquele que agoniza, pode não condizer com as leis naturais que regem o Universo. Após o túmulo, o materialista poderá deparar-se com uma situação por ele jamais considerada, que poderá trazer-lhe uma frustração incomparável quando aperceber-se de que, apesar de toda a sua racionalidade, entregou-se beligerante aos aspectos mais efêmeros da carne, sem considerar a sua essência espiritual.

Também a Terra, que figura na Via Láctea como um pequeno planeta azul, insignificante diante da esplendorosa extensão daquilo que hoje se conhece do Universo, alberga a Humanidade em processo de evolução e assume, diante dos homens, uma importância ainda maior frente à hipótese da Reencarnação, uma vez que passa a refletir a grandeza ou a ruína moral que o Homem herda de si mesmo, no processo laborioso, histórico e biográfico da própria evolução.

Diante da Reencarnação, o papel da Ecologia – compreendida como uma profunda consciência da inter-dependência e da inter-relação de todos os seres vivos entre si, com a biosfera, com o planeta e o próprio cosmos - torna-se clara, permitindo que o homem busque o respeito Universal, tornando-se mais humilde e, quem sabe, destronando-se definitivamente de sua autarquia planetária. A busca de uma interconexão com o cosmos, com seu Criador, além de ser ecologicamente fundamental para a sobrevivência da vida e do próprio planeta, poderia deflagrar nos corações humanos o amor necessário para a construção de um mundo novo, essencialmente ético, pacífico e espiritual. Um mundo para ser herdado, muito mais do que para ser espiado, que não reduza o homem à sua natureza animal, agressiva e inconseqüente, mas que estimule a sua inteligência, a percepção de sua essência divina, a consciência plena de sua enorme potencialidade enquanto espírito imortal, que possa transformá-lo em um ser divino, cósmico e Universal.

Segundo Pires (2009, 82-84):

Estamos no momento exato de recomeçar a nossa aventura nos caminhos do espírito, deixando para trás, para os museus do futuro, as excrecências culturais do materialismo asfixiante, do positivismo pretensioso e do pragmatismo aviltante. Não há outra saída lógica para o impasse da angústia e do desespero terreno, além da que lhe oferece a ciência do espírito e a concepção da reencarnação, cimentada em fatos e amparada por uma seqüência admirável de pesquisas científicas. [...] Agora que a abertura espiritual rasgou os véus de Ísis com os bisturis da Ciência e o cosmos aceitou o desafio humano das escaladas astronáuticas, todas as criaturas de bom senso compreenderam que a verdade não se assenta na instabilidade da matéria, mas na realidade do espírito.

Quanto mais as ciências avançam, mais compreendemos que não somos seres terrenos condenados às misérias do mundo material, mas seres cósmicos, pertencentes à Humanidade que não se destina ao túmulo, mas à franquia dos mundos superiores. A pesquisa da relação espírito-matéria, e mais especificamente, da relação espírito-corpo torna-se uma necessidade vital nos nossos tempos. Temos de voltar mais uma vez a Descartes, que nos advertiu contra o engano da confusão entre o espírito e o corpo. O pensamento humano já se afirmou como a única energia possível das comunicações cósmicas. Sua invulnerabilidade, sua insujeição às leis físicas conhecidas, sua capacidade de romper todas as barreiras conhecidas para sustentar a comunicabilidade nos espaços cósmicos, provaram de maneira definitiva que a essência do homem, portanto a sua natureza real, não é nem pode ser material. As experiências de Mitchell, na Apollo I 4, transmitindo mensagens telepáticas para a Terra, confirmaram a assertiva de Rhine de que o pensamento não é físico. As pesquisas de Carrington, em Cambridge, sobre transmissões telepáticas, e as da Universidade de Duke, sobre essas transmissões através dos oceanos, para a Iugoslávia e vice-versa, mataram as últimas esperanças materialistas de reduzir o homem à libélula inconsistente. Não é mais possível aceitarmos a tese desesperada de Bertrand Russel, de que as leis físicas sustentam a imperecibilidade da matéria. Não há dúvida de que a matéria é imperecível como um dos elementos constitutivos do Universo, mas as formas materiais se desgastam e perecem no tempo. E isso é inegável, pois todos nós morremos e somos fatalmente enterrados ou queimados nos fornos

crematórios. Todos entendem que nada se perde, tudo se transforma e, não obstante, aceitam a contradição espantosa de que o homem, como personalidade, é a única exceção no Universo. O ilogismo dessa posição teórica faz do homem nefelibata incurável ou masoquista delirante. A criatura humana espiritual, obra suprema da evolução torna-se a coisa mais desprezível da Criação. Só a ciência cósmica pode admitir esse absurdo. O espírito é energia estruturadora, poder criador que modela a matéria, o elo vital de Bérghson, que anima e reanima os corpos, levando-os do sensível ao inteligível, do inconsciente ao consciente. Negá-lo é negar toda a realidade universal, num retorno desesperado ao caos.

Um outro ponto fundamental no estabelecimento das relações existentes entre Bioética e Reencarnação é que a Reencarnação modifica exponencialmente o significado da ética, conferindo aos princípios ou referenciais éticos – convertidos em princípios e referenciais bioéticos – o seu significado ético genuíno, a essência ética por excelência, desafiando o ser humano a despojar-se de seu egoísmo e de sua obsessão pelos prazeres materiais, olhando o outro e estendendo as mãos em sua direção, construindo pontes de amor para igualar as suas diferenças, enfim, despertando a sua real essência divina, compilando-o a não aceitar nada mais que não seja a mais pura expressão da Verdade e da Justiça. Ética passa a ser um valor essencialmente espiritual, cobrando do homem sua ascensão em direção a Deus. Requer maturidade espiritual, conhecimento aprofundado das leis que regem o Universo em suas várias dimensões, e mais ainda, requer do homem sabedoria – conquistada pela experiência profunda no amor ou na dor, muito embora a sabedoria seja um princípio ou um referencial pouco citado ou arrolado como deferência ética nas reflexões bioéticas.

Em suma, a Reencarnação é o ponto onde devem convergir as diversas áreas do saber humano. A hipótese da Reencarnação oferece um elo de intersecção muito interessante entre a Ciência, a Filosofia e a Religião, contemplando satisfatoriamente os diversos universos do saber humano. Esse elo poderia ser profundamente explorado pela Bioética, se ela o reconhecesse, permitindo aos homens de bem, construir, sem divergências ou preconceitos, novas pontes de sabedoria que os conduziriam à perfeição dos preceitos e das

ações no campo científico e social. A Reencarnação poderia ser reconhecida como a própria interface entre a Biologia e a Ética, revolucionando definitivamente os princípios e os referenciais que embasam eticamente as ações humanas diante do Universo.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou investigar a interface existente entre o pensamento reencarnacionista e a Bioética.

Com base na avaliação dos dados filosóficos e doutrinários, contidos e estudados em obras clássicas, franca ou conceitualmente reencarnacionistas, buscou-se evidenciar a relação direta existente entre ética e crença na Reencarnação, de forma a estabelecer, com a máxima clareza, como a noção da Imortalidade das Almas, da Pluralidade das Existências e da Justiça Divina interfere com o livre-arbítrio nas deliberações das ações humanas e porque isso efetivamente ocorre.

Procurou-se também arrolar algumas pesquisas científicas que, preocupadas em investigar fatos e fenômenos na busca de evidências sobre a natureza essencialmente espiritual do ser, de sua sobrevivência à morte do corpo físico e da provável possibilidade de reconstituir-se fisicamente em uma nova vida terrena, oferecem indícios que corroboram fortemente com essa hipótese racional, de que a Reencarnação possa vir a ser considerada, em algum momento do curso da Ciência, como uma lei biológica.

A Reencarnação, portanto, parece ser creditada não apenas na esfera dos dogmas humanos, sendo não somente coerente com a racionalidade humana, mas tendo, ao que parece, algum embasamento científico para ser teorizada como verdade biológica, devendo, por isso mesmo, ser refutada pela Ciência, caso haja evidências que venham a comprovar a falsidade dessa proposição.

Da mesma forma, frente a uma possível confirmação científica da veracidade dessa proposição, de que a Reencarnação é uma lei biológica, ela deverá ser plenamente avalizada, modificando exponencialmente a qualidade do conhecimento humano e os rumos de sua História. Resta saber se a Humanidade será capaz de lidar com a amplitude ética dessa possível realidade, despojando-se de suas Instituições falidas, de suas Filosofias destituídas de eticidade e das falsas ilusões que determinam as suas ações.

Diante de todas as especulações filosóficas e indícios científicos sobre a Reencarnação, existe uma expectativa, certa preocupação em relação às conseqüências da formulação dessa teoria, que encerra tal magnitude ética,

sobre a Bioética, justamente por ela chocar-se demasiadamente com as proposições aceitas na atualidade, tanto na esfera filosófica, quanto na esfera científica cartesiana, provocando novos e imperiosos dilemas. Eles necessitarão atenção e reflexão, levando o homem ao questionamento profundo da escolha das ações e das possíveis conseqüências dos seus atos, agora não só no universo material, mas principalmente no universo espiritual e eterno.

Espera-se que o Homem, este ser fantástico que, em tese, através da Reencarnação rumo inexoravelmente em direção à perfeição, saiba escolher conscientemente o melhor caminho que o levará ao êxito glorioso da prosperidade ilimitada. Ele há de buscar, em algum momento de sua evolução, o que de mais verdadeiro e essencial revela-se na existência. Para isso necessitará pensar racionalmente e ponderar as conseqüências do agir, tantas vezes baseado tão somente na doutrinação materialista e pragmática, que reduz o homem ao seu corpo físico e a ética à utilidade dos corpos e da razão, atribuindo, a meras especulações metafísicas, as mais profundas questões filosóficas acerca da realidade espiritual da consciência humana que sobrevive à morte do corpo físico.

A Reencarnação é uma proposta ousada que acrescenta novo significado à finalidade existencial da vida, atribuindo ao homem plena responsabilidade à escolha dos meios que o farão atingir seus fins e trazendo um espetacular enfoque ético à epopéia humana na Terra.

Em tese, a Reencarnação, sendo uma necessidade ética da evolução hominal, como a própria Bioética, traduz-se perfeitamente como uma ponte para o futuro.

Assim, é evidente que a Reencarnação interfere sobremaneira na interpretação dos Princípios e Referenciais Éticos que sustentam a Bioética, albergando uma conseqüência filosófica irreduzível sobre ela. Os Bioeticistas e todos os demais profissionais que lidam diretamente com as complexas questões tratadas pela Bioética, deveriam aprender a lidar com isso, com essa Teoria, com essa nova expectativa oferecida pela Reencarnação. Despojar-se dos preconceitos e ranhuras morais, muitas vezes fortemente consolidados ao lidarem com essa questão específica, parece ser uma atitude sábia, tendo em vistas que a própria Bioética encontra-se em sua infância existencial.

É bom lembrar que a Reencarnação pode oferecer, como principal interface em relação à Bioética, um ponto de convergência interessantíssimo entre Ciência, Filosofia e Religião, um elo entre essas diferentes esferas do conhecimento humano.

Dentre as possíveis influências oferecidas, a partir do pensamento reencarnacionista, à Bioética, e que oferecem evidências de uma interface, destacam-se:

- A Reencarnação modifica o entendimento de vida, que assume um significado transcendente e inter-existencial;
- A Reencarnação explica as diferenças físicas, morais e mentais entre os homens;
- A Reencarnação modifica o conceito de morte, agora não mais entendido como fim da consciência;
- A Reencarnação contribui com todos os ramos da Ciência, abrindo uma nova linha de pesquisa para o conhecimento humano;
- A Reencarnação explica racionalmente a capacidade transcendental do homem e de sua necessidade de Deus, enfocando a espiritualidade de forma completa;
- A Reencarnação responsabiliza o ser humano pelos seus atos;
- A Reencarnação contribui com a ética, pois lhe dá significado.

Conclui-se que a Reencarnação apresenta uma base filosófica, doutrinária e científica sustentável, com vistas ao seu possível e eventual reconhecimento conceitual e prático pela Bioética.

Dentre outros aspectos, propor a Reencarnação como Modelo Bioético contribuiria com o aprofundamento das reflexões éticas, pois priorizaria, nas questões bioéticas de toda natureza, a essência espiritual da vida e a sua dimensão inter-existencial, convidando o bioeticista a questionar, de fato, todos os aspectos da natureza humana, de forma a que nada dessa natureza passe, pelo escrutínio de sua consciência, sem ter sido plenamente avaliado.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Hernani Guimarães. **Reencarnação no Brasil – oito casos que sugerem renascimento**. São Paulo: Casa Editora O Clarin, 1986. 385p.

ANDRADE, Hernani Guimarães. **Psi Quântico**. 1. ed. São Paulo: Pensamento, 1986. 274p.

ANDRADE, Hernani Guimarães. **Você e a Reencarnação**. Bauru: CEAC, 2002. 235p.

ANDRADE, Hernani Guimarães. **Morte, Renascimento e Evolução: uma biologia transcendental**. São Paulo: Casa Editora Espírita “Pierre-Paul Didier”, 2003. 179p.

ARISTÓTELES, **Ética à Nicômaco**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2007. 240p.

ATHAPPILLY, G. K.; GREYSON, B.; STEVENSON, I. - Do prevailing societal models influence reports of near-death experiences? Comparison of accounts reported before and after 1975. **J Nerv Ment Dis** v.194, p. 218-222, 2006.

BANERJEE, Hemendra Nath. **Vida Pretérita e Futura – um impressionante estudo sobre a reencarnação**. H. N. Banerjee: Tradução Sylvio Monteiro. Rio de Janeiro: Editora Nórdica LTDA, 1979. 118p.

BAUER, M. Near-death experiences and attitude change. *Anabiosis*: **J Near-Death Stud** v.5, n.1, p. 39-47, 1985.

BENTALL, R. P. Hallucinatory experiences. In Cardeña, E.; Lynn, S. J.; Krippner, S. (eds.). *Varieties of anomalous experience: examining the scientific evidence*. **American Psychological Association**, Washington, p. 85-120, 2000.

BEAUCHAMP, TOM L.; CHILDRESS, JAMES F. **Principles of Biomedical Ethics**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2001.454 p.

BHAGAVAD GÎTÂ – **A Mensagem do Mestre**. Tradução: Francisco Valdomiro Lorenz. 22.ed. São Paulo: Pensamento, 2006.178p.

BURR, H.S.; NORTHOP, F.S.C. The Electro-dynamic Theory of Life. **Main Currents** v.19, n.1, p.8, 1962.

BUSH, N.E. – Is ten years a life review? **J Near-Death Studies** v.10, p.5-9, 1991.

CAPRA, Fritjof; **A Teia da Vida**. Fritjof Capra; tradução Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cutrix, 2006. 256 p.

CARR, D. - Pathophysiology of stress-induced limbic lobe dysfunction: a hypothesis for NDEs. **Anabiosis: J Near-Death Stud** v.2, p.75-89, 1982.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 176 p.

CHAUÍ, Marilena, **Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles, volume 1** / Marilena Chauí - 2. ed., rev. e ampl. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 539 p.

CHARURI, C. – **Como vai sua mente?** 3.ed. PC, São Paulo, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno** / Fábio Konder Comparato – São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 716p.

CONTE, Carlos. **Pitágoras – Ciência e Magia na Antiga Grécia**. Editora Madras, São Paulo, 2008. 180 p.

ELIADE, Mircea. **História das Crenças e das Idéias Religiosas**. 4 tomos, Tradução Roberto Cortes de Lacerda – Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 280p.

EVANS -WENTZ, W.Y.(Compilação e Coordenação); JUNG, C.G.; GOVINDA, Lama Anagarika; WOODROFFE, Sir John; (Estudos Introdutórios); **O Livro Tibetano dos Mortos**. Tradução: Jesualdo Correia Gomes de Oliveira - São Paulo, 17 ed. Editora Pensamento - Cultrix Ltda, 2003. 192p.

FENWICK, P. Is the near-death experience only N-methyl—D-aspartate blocking? **J Near-death Stud** v.16, p. 43-53, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004. 2120p.

FERRER, Jorge José; ÁLVAREZ, Juan Carlos. **Para fundamentar a Bioética: Teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea**. Tradução: Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 501p.

GESP. Biografia de William Crookes. Disponível em:
> http://www.gesp.org.br/biografias/biowilliam_Crookes.htm Acesso em: 20/04/09; 21:00h.

GEOCITIES. Filosofia Univérsica. Disponível em:
>http://br.geocities.com/memorialHoden/filosof_univ.htm Acesso em: 05/11/08; 21:11h.

FLYNN, C.P. –Meanings and implications of NDEr transformations: some preliminary findings and implications. **Anabiosis: J Near-Death Stud** v.2, p.3-13, 1982.

GAUTAMA, Siddharta. **A doutrina de Buda**. Tradução: Jorge Anzai – São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2007.197p.

GESP. Biografia de Cesare Lombroso. Disponível em:> <http://www.gesp.org.br/biografias/biolombroso.htm> Acesso em: 20/04/09; 22:00h.

GEOCITIES. Orfeu e Eurídice. Disponível em:
><http://www.geocities.com/Wellesley/Atrium/4886/orfeu.htm> Acesso em 08/09/08; 21h.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GLOOR, P. Experiential phenomena of temporal lobe epilepsy. **Brain** v.113; p.1673-1694, 1990.

GOOGLE. Tei Gi:Diagrama Chinês. Disponível em:><http://www.google.com/images> e www.xp.pro.br

GOSWAMI, Amit. **A Janela Visionária – Um guia para a iluminação por um físico quântico.** Amit Goswami: Tradução Paulo Salles – São Paulo: Cutrix, 2006 279p.

GOSWAMI, Amit. **A Física da Alma – A explicação científica para a reencarnação, a imortalidade e experiências de quase-morte.** Amit Goswami: tradução Marcello Borges – São Paulo: Aleph, 2005. – Série novo pensamento. 316p.

GREYSON B. Near-death experiences and personal values. **Am J Psychiatry** v.140, p.618-620, 1983-a.

GREYSON B. The psychodynamics of near-death experiences. **J Nerv Ment Dis** v.171, p.376-381, 1983 b.

GREYSON, B. Near-death encounters with and without near-death experiences: comparative NDE Scale profiles. **J Near-Death Stud** v. 8, p.151-161, 1990.

GREYSON, B. Near-death experiences precipitated by suicide attempt: lack of influence of psychopathology, religion, and expectations. **J Near-Death Stud** v.9, p.183-188, 1991.

GREYSON, B. Reduced death threat in near-death experiences. **Death Stud** v.16, p.533-546, 1992.

GREYSON, B. Near-death experiences and antisuicidal attitudes. **Omega** v.26, p.81-89, 1993-a.

GREYSON, B. Near-death experience as a focus of clinical attention. **J Nerv Ment Dis** v.185, p.327-334, 1997-a.

GREYSON, B. Dissociation in people who have near-death experiences: out of their bodies or out of their minds? **Lancet** v.355; p.460-463, 2000.

GREYSON, B. Near-death experience: Clinical implication. **Ver. Psiq. Clín.** V.34, Supl 1; p.116-125, 2002.

GREYSON, B. Consistency of near-death experiences accounts over two decades: are reports embellished over time? **Resuscitation** v.73, p. 407-411, 2007.

GREYSON, B.; HARRIS, B. Clinical Approaches to the near-death experiences. **J Near-death Stud** v.6, p.41-52, 1987.

GREYSON, B.; LIESTER, M.B. Auditory hallucinations following near-death experiences. **J Humanistic Psychol** v.44, p.320-336, 2004.

GREYSON, B.; STEVENSON, I. The phenomenology of near-death experiences. **Am Psychiatry** v.137, p.1193-1196, 1980.

GUIA-NEU. Zoroastrinismo. Disponível em:
><http://www.guia.heu.nom.br/zoroastrinismo.htm> Acesso em 05/11/08; 20:56h.

HABERMAS, Jürgen. **Escritos sobre moralidade y eticidad**. Barcelona: Paidós, 1991.

HARALDSSON, E. Some Determinants of Belief in Psychical Phenomena. **The Journal of the American Society for Psychical Research** v.75, n.4, p.297-309, 1981.

HARALDSSON, E. Are Religiosity and Belief in an Afterlife better Predictors of ESP Performance than Belief in Psychic Phenomena? **Journal of Parapsychology** v.57, p.259-273, 1993.

HARALDSSON, E. A Psychological Comparison Between Ordinary Children and Those who Claim Previous-Life Memories. **Journal of Scientific Exploration** v.11, n.3, p.323-335, 1997.

HARALDSSON, E.; SAMARARATNE, G. Children Who Speak Of Memories Of A Previous Life As A Buddhist Monk: Three New Cases. **Journal of Society for Psychical Research** v.63, n.857, p.269-291, 1999.

HARALDSSON, E.; FOWLER, P. C.; PERIYANNANPILLAT, V. Psychological Characteristics of Children Who Speak of a Previous Life: A Further Field Study in Sri Lanka. **Transcultural Psychiatry** v.37, n.4, p.525-544, 2000.

HARALDSSON, E.; ABU-IZZEDDIN, M. Development of Certainty About the Correct Deceased Person in a Case of the Reincarnation Type in Lebanon: The Case of Nazih Al-Danaf. **Journal of Scientific Exploration** v.16, n.3, p.363-380, 2002.

HARALDSSON, E. Children who Speak of Past-life Experiences: Is There a Psychological Explanation? **Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice** v.76, p.55-67, 2003.

HARALDSSON, E.; ABU-IZZEDDIN, M. Three Randomly Selected Lebanese Cases of Children Who Claim Memories of a Previous Life. **Journal of the Society for Psychical Research** v.68, n.875, p.65-85, 2004.

HOSSNE, W. S. Bioética: Princípios ou Referenciais? **O Mundo da Saúde, São Paulo** v.30, n.4, p. 673-676, out/dez, 2006.

HOSSNE, W. S. Dos referenciais da Bioética – a Prudência. **Revista Bioethikos Centro Universitário São Camilo**. V.2, n.2, jul/dez, 2008.

IANDOLI JR, Décio. **A Reencarnação como Lei Biológica**. São Paulo: Copyright FE Editora Jornalística Ltda, 2004. 198p.

INCONTRI, Dora. **A Educação segundo o Espiritismo**. Bragança Paulista: Editora Comenius, 2003. 249 p.

INIUSHIN, V. M. Biological Plasma of Human and Animal Organism. **Journal of Paraphysics** v.5, n.1 e 2, p. 50, 1971.

IRWIN, H.J. The near-death experience as a dissociative phenomenon: an empirical assessment. **J Near-death Study** v.12, p.95-103, 1993.

JACOLLLOT, Louis. **Manou-Moïse-Mahomet**. Paris: C. Marpon et E. Flammarion, 1892. Livro XII, 457p.

JANSEN, K.L.R. The ketamine model of the near-death experience : a central role for the N-methyl-D-aspartate receptor. **J Near-death Study** v.16, p.526, 1997.

JUNG, Carl G. **Psicologia da Religião Ocidental e Oriental**. Vol XI de Obras Completas. Petrópolis : Ed. Vozes. 1983. 481 p.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática** / Immanuel Kant ; tradução com introdução e notas de Valério Rohden baseada na edição original de 1788. São Paulo : Martins Fontes, 2002. – (Clássicos).

KARDEC Allan; **O Livro dos Espíritos: filosofia espiritualista**. Allan Kardec; tradução José Herculano Pires, revista e anotada pelo tradutor para esclarecimento e atualização dos problemas do texto. 65. ed. São Paulo: LAKE, 2006. 351p.

KEIL, J.; TUCKER, J. B. Children Who Claim to Remember Previous Lives: Cases with Written Records Made before the Previous Personality Was Identified. **Journal of Scientific Exploration** v.19, n.1, p. 91-101, 2005.

KELLEHEAR, A. Culture, Biology and the near-death experiences. **J Nerv Mental Dis** v.181, p.148-156, 1993.

KRISHNA. **BHAGAVAD GÎTÂ – A Sublime Canção**. Tradução e notas: Humberto Rhoden – São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2007. 182p.

LAO-TSE. **TAO TE CHING - O Livro que revela Deus**. Tradução e notas: Humberto Rohden - São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2003. 195p.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Discurso de Metafísica e outros textos**. Apresentação: Tessa Moura Lacerda; Tradução: Marilena Chaui e Alexandre da Cruz Bonilha – São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Clássicos)163p.

LEOPOLD, Aldo. **A Sand Country Almanac and sketches here end there**. New York: Oxford. 1989. 204 p.

LOCKE, T.P.; SHONTZ, F.C. Personality correlates of the near-death experience: a preliminary study. **J Am Soc Psychical Res** v.77, p.311-318, 1983.

MANUSRTI – Código de Manu (200 A.C. e 200 D.C.) Disponível em:>http://www.infojur.ufsc.br/aires/arquivos/CODIGO_%MANU.pdf Acesso em 05/11/08; 20:30h.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas. 2006. 320 p.

MEDEIROS, F. A. S. **Metodologia de Trabalho Científico**. Manaus: CESF, 2002. Apostila.

MILLS, A. Casos de Reencarnação em Muçulmanos do Norte da Índia: Um Teste da Hipótese da Imposição de Identidade Parte I: Análise de 26 casos: Trad. Tronconi. **Journal of Scientific Exploration** v.4, n.2, p.171-188, 1990.

MILLS, A.; HARALDSSON, E.; KEN, H. H. J. Replication Studies of Cases Suggestive of Reincarnation by Three Independent Investigators. **The Journal of the American Society for Psychical Research** v.88, p.207-219, 1994.

MORSE, M.L.; CONNER, D.; TYLER, D. Near-death experiences in a pediatric population. **Am J Dis Child** v.139, p. 595-600, 1985.

MORSE, M.L.; VENECIA, D.; MILSTEIN, J. – Near-death experiences: a neurophysiological explanatory model. **J Near-death Study** v.8, p.45-53, 1989.

MYERS, Fredrich. **Biografia**. Disponível em:
><http://www.autoresespiritasclassicos.com/Autores&20Espiritas%Classicos%20%20Diversos/Meyers/Meyers%20-20%A...> Acesso em 24/04/09;23:20h.

NAESS, ARNE. The shallow and the deep, long-range ecology movements: a summary. **Inquiry** v.16, p.95-100, 1973.

NOBEL PRIZE. Biografia de Charles Richet. Disponível em:
><http://www.nobel.se/medicine/laureates/1913/richet-bio.htm> Acesso em: 05/05/09; 20:15h.

NOBRE, M. R. S. **Lições de Sabedoria: Chico Xavier nos 23 anos da Folha Espírita** / Marlene Rossi Severino Nobre. – São Paulo: Editora Jornalística Fé, 1997. 276p.

NOBRE, M. R. S. **O Clamor da Vida: Reflexões contra o aborto intencional**. São Paulo: Editora Jornalística Fé, 2000. 219p.

NOYES, R. Attitude change following near-death experience. **Psychiatry** v.43, p.234-242, 1980.

OSIS, K.; HARALDSSON, E. "Deathbed Observations by Physicians and Nurses: A Cross-Cultural Survey". **The Journal of the American Society for Psychical Research** v.71, n.3, p. 241,1977.

PARISHA, S. K.; KEIL, J.; TUCKER, J. B.; STEVENSON, I. Some Bodily Malformations Attributed to Previous Lives. **Journal of Scientific Exploration** v.19, n.3, p. 359-383, 2005.

PARNIA, S.; FENWICK, P. Near Death Experiences in cardiac arrest: visions of a dying brain or visions of a new science of consciousness? **Resuscitation** v.52, p.5-11, 2002.

PIRES, H. **Relação espírito-corpo**. São Paulo: Editora Paidéia, 2009. 110p.

PLATÃO. **A República**. Tradução: Pietro Nasseti – São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2000. 320p.

PLATÃO. **Fédon**. Tradução: Miguel Ruas – São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2005. 151p.

PLATÃO. **Fedro**. Tradução: Alex Marins – São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2007. 125p.

POONAM SHARMA, B. A.; TUCKER, J. B. **Cases of the Reincarnation Type with Memories from the Intermission Between Lives**. *Journal of Near-Death Studies* v.23, n.2, p.101-118, 2004.

POOTER, van Rensselaer. **Bioethics: Bridge to the future**. Englewood Cliffs: N. J. Prentice Hall, 1971. 196p.

POOTER, van Rensselaer. **Global bioethics: building on Leopold Legacy**. East Lansing, Mich: Michigan State University Press, 1988. 203 p.

PROPHET, Elizabeth Clare; PROPHET, Erin L. **Reencarnação: O Elo perdido com o Cristianismo.**/ Elizabeth Calre Prophet; tradução de Urbana Rutherford e Fanny Rosa Zygband – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Era, 2006. 364p.

PSIQ WEB. Biografia de William James. Disponível em : ><http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=160&sec=53> Acesso em 24/04/09 ; 23 :15h.

RADIO FRATERNIDADE ESPÍRITA. Biografia de Alexandre Aksakof. Disponível em:><http://www.autoresespiritasclassicos.com/Autores%20Espiritas%20%20Diversos/Alexandre%20Aksakof//Livro> Acesso em: 20/04/09; 23h.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da Filosofia, v. 1. : Antigüidade e Idade Média** - São Paulo: Paulus, 1990. (Coleção Filosofia) 693p.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da Filosofia, v. 2. : Do Humanismo a Kant** - São Paulo: Paulus, 1990. (Coleção Filosofia) 950p.

RICHET, Charles. Fotografia com auxílio da luz elétrica de Crookes com o espírito de Katie King, produzida em 20/07/1874. Disponível em: ><http://www.survivalafterdeath.org.uk/.../crookes/ehtm> Acesso em 21/04-09; 15:00h

RING, K.; LAWRENCE, M. Further evidence for veridical perception during near-death experiences. **J Near-Death Stud** v.11, p. 223-229,1993.

ROBERTS, G.; OWEN, J. The Near-death experiences. **Br J Psychiatry** v.153, p.607-617, 1988.

RODIN, E. A. Comments on “a neurobiological model for near-death experiences”. **J Near-death Study** v.7, p.255-259, 1989.

SAAVEDRA-AGUILLAR, J.C.; GÓMEZ-JERIA, J.S. A neurobiological model for near-death experiences. **J Near-death Study** v.7, p.205-222, 1989.

SCHWEITZER, Albert. The Ethics of Reverence for Life. **Christendom** v.1, p.225-39, 1936.

SELEEM, Ramses. **O Livro dos Mortos do Antigo Egito**. / nova tradução comentada Ramses Seleem; [traduzido por Ligia Capobianco]. – 2. ed. São Paulo: Madras, 2005. 176p.

SERDAHELY, W.J. Pediatric near-death experiences. **J Near-Death Stud** v.9, p.33-39, 1990.

SHELDRAKE, R. **Seven experiments that could change the world**. New York: Riverhead Books, 1995. 320 p.

STEVENSON, Ian. **Vinte Casos Sugestivos de Reencarnação**. Ian Stevenso, M. D.: Tradução Agenor Pegado e Silvia Melle Pereira da Silva – São Paulo: Editora Difusora Cultural, 1970. 520p.

STEVENSON, I. Cultural patterns in cases suggestive of reincarnation among the Tlingit Indians of southeastern Alaska. **Journal of the American Society for Psychological Research** v.20, p.229-243, 1966.

STEVENSON, I. The belief in reincarnation and related cases among the Eskimos of Alaska. **Proceedings of the Parapsychological Association** v.6, p.53-55, 1969.

STEVENSON, I. **Twenty cases suggestive of reincarnation**. Charlottesville: University Press of Virginia. First published Proceedings of the American society for psychical research v.26, p.1-362, 1966.

STEVENSON, I. The belief and cases related to reincarnation among the Haida. **Journal of Anthropological Research**, v.31, n.4, p.364-375, 1975a. (Reprinted with revision, **Journal of the American society for Psichical Research** v.71, p.177-189, 1977.

STEVENSON, I. **Cases of the reincarnation type. Vol. I. Ten cases in India**. Charlottesville: University Press Virginia, 1975 b.

STEVENSON, I. **Cases of the reincarnation type. Vol. II. Ten cases in Sri Lanka**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1977.

STEVENSON, I. **Cases of the reincarnation type. Vol. III. Twelve cases in Lebanon and Turkey.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1980.

STEVENSON, I. American children who claim to remember previous lives. **Journal of Nervous and Mental Disease** v.171, n.12, p.742-748, 1983 a.

STEVENSON, I. **Cases of the reincarnation type. Vol. IV. Twelve cases in Thailand and Burma.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1983 b.

STEVENSON, I. **Unlearned language: New Studies in Xenoglossy.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1984.

STEVENSON, I. The belief in reincarnation among the Igbo of Nigeria. **Journal of Asian and African Studies** 20(12), 13-30, 1985.

STEVENSON, I. Characteristics of cases of the reincarnation type among the Igbo of Nigeria. **Journal of Asian and African Studies** 27(34), 204-216, 1986.

STEVENSON, I.; SAMARARATNE, G. Três novos casos no Sri Lanka do tipo Reencarnação com registros escritos feitos antes de verificações. Trad. Márcia Guimarães de Andrade/ **Journal of Scientific Exploration** v.2, p.217-238, 1988. Disponível em:
>http://br.geocities.com/existem_espirtos/reencarnacao_1988.html

STEVENSON, I.; CHANDHA, N. K. Can children be stopped from speaking about previous lives? Some analyses of features in cases of the reincarnation type. **Journal of Society for Psychical Research** v.56, n.818, p.82-90, 1990.

STEVENSON, I. **Reincarnation and Biology: A Contribution to the Etiology of Birthmarks and Birth Defects.** Ian Stevenson – Praeger Publishers, Virginia, 1997. 1192p.

STEVENSON, I. Ropelike Birthmarks on Children Who Claim to Remember Past Lives. **Psychological Reports** v.89, p.142-144, 2001.

STEVENSON, I. **European Cases of the Reincarnation Type.** Ian Stevenson –
McFarland & Company Inc. Publishers, Virginia, 2003.

STEVENSON, I.; HARALDSSON, E. The Similarity of Features of Reincarnation Type Cases over Many Years: A Third Study. **Journal of Scientific Exploration** v.17, n.2, p.283-289, 2003.

STEVENSON, I.; KEIL, J. The Stability of Assessments of Paranormal Connections in Reincarnation – Type Cases. **Journal of Scientific Exploration** v.14, n.3, p.365-382, 2000.

STEVENSON, I.; KEIL, J. Children of Myanmar Who Behave like Japanese Soldiers: A Possible Third Element in Personality. **Journal of Scientific Exploration** v.19, n.2, p.171-183, 2005.

TUCKER, J. B.; KEIL, J. Can Cultural Beliefs Cause a Gender Identity Disorder? **Journal of Psychology & Human Sexuality** v.13, n.2, p. 21-30, 2001.

TUCKER, J. B. **Life Before Life: A Scientific Investigation of Children's Memories of Previous Lives**. Jim J. Tucker – St. Martin's Press, September, 2005. 256 p.

VIEIRA, Sônia; HOSSNE, William Saad. **Experimentação com seres humanos** / Sônia Vieira, William Saad Hossne. – São Paulo: Moderna, 1987. 160p.

VAN LOMMEL, P.; VAN WESS, R.; MEYERS, V.; ELFFERICH, I. Near Death Experience in survivors of cardiac arrest: a prospective study in the Netherlands. **Lancet** v.358, p. 2039-2045, 2001.

VAN LOMMEL, P. Brain Death and Disorders of Consciousness. Machado, C. and Shwmon, D.A., Eds New York, Boston, Dordrecht, London, Moscou: Kluwer Academic / Plenum Publishers, *Advances in Experimental Medicine and Biology* – **Adv Exp Med Biol** v.550, p.115-132, 2004.

WEISS, B. L. **A cura através de vidas passadas** / Brian L. Weiss; tradução de Andréa Jakobsson, Gilson B. Soares e Regina M. da Veiga Pereira. – Rio de Janeiro: Sextante, 2007. 110p.

WHINNERY, J.E. Psychophysiologic correlates of unconsciousness and near-death experiences. **J Near-Death Stud** v.15, p.231-258, 1997.

WIKIPEDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Rig-Veda. Disponível em:
>pt.wikipedia.org/wiki/Rig_Veda Acesso em 05/11/08; 20:40h.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)